

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS/LINGÜÍSTICA

**OS COMPONENTES MÍNIMOS DO TEXTO CIENTÍFICO:**

Um experimento para a melhoria da produção de resumos  
em trabalhos de Iniciação à Pesquisa.

por

FÁBIO JOSÉ RAUEN

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Letras/Lingüística da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre.

FLORIANÓPOLIS  
1990

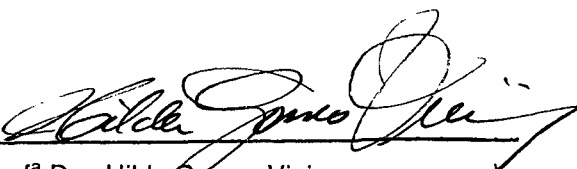
OS COMPONENTES MÍNIMOS DO TEXTO CIENTÍFICO:  
Um experimento para a melhoria da produção de resumos  
em trabalhos de Iniciação à Pesquisa.

por

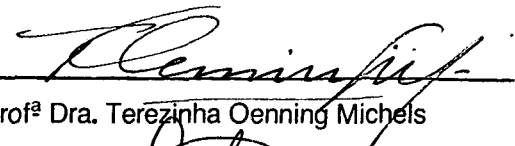
FÁBIO JOSÉ RAUEN

Dissertação aprovada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre no Curso de Pós-Graduação em Letras/Linguística da Universidade Federal de Santa Catarina pela Comissão formada pelos professores:

ORIENTADORA:



Prof<sup>a</sup> Dra. Hilda Gomes Vieira



Prof<sup>a</sup> Dra. Terezinha Oenning Michels



Prof<sup>a</sup> Mestra Alberta Felisbino Vitoretti

Este trabalho se dirige a todos os profissionais, ligados ou não à disciplina de Metodologia Científica, que dedicam esforços sinceros no sentido de orientar os universitários para a produção científica, especialmente, aos professores de Língua Portuguesa e Lingüística, responsáveis pelo desempenho dos educandos nos trabalhos escritos resultantes das pesquisas efetuadas.

## AGRADECIMENTOS

A Deus, pela força espiritual que nos moveu sempre avante.

A Professora Doutora Hilda Gomes Vieira pela incansável paciência que nos dedicou em suas orientações.

A todos aqueles que mesmo não aparecendo, foram amigos sinceros, guias, colegas especiais.

São tantos...

## SUMÁRIO

LISTA DE QUADROS .....	vi
RESUMO .....	viii
ABSTRACT .....	ix
1.0 - INTRODUÇÃO .....	1
2.0 - FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA .....	5
2.1 - Considerações Teóricas Introdutórias .....	5
2.2 - Componentes Mínimos do Texto Científico .....	6
2.2.1 - Os Componentes Temáticos do Texto Científico .....	8
2.2.2 - Coesão e Coerência .....	16
2.3 - A leitura como "Suporte" para a Produção Textual .....	18
3.0 - METODOLOGIA .....	20
3.1 - Fase de Pré-Aplicação do Modelo .....	22
3.2 - Fase de Aplicação do Modelo .....	22
3.2.1 - Pré-Teste .....	22
3.2.2 - Fase de Aplicação do Modelo, propriamente dita .....	23
3.2.3 - Pós-Teste .....	24
3.3 - Fase de Pós-Aplicação do Modelo .....	24
4.0 - ANÁLISE DOS DESEMPENHOS COM BASE NOS ARTIGOS DA REVISTA DE ECONOMIA POLÍTICA .....	25
4.1 - Parâmetros de Análise .....	25
4.2 - Análise Completa do Desempenho da Equipe nº 1 .....	31
4.3 - Análise Conjunta dos Resumos na Fase de Testes .....	49
5.0 - ANÁLISE DOS DESEMPENHOS COM BASE NOS RELATÓRIOS DE METODOLOGIA CIENTÍFICA II .....	55
5.1 - Parâmetros de Análise .....	55
5.2 - Equipe de Controle .....	57
5.2 - Análise Completa da Equipe de Experimento nº 1 .....	62
5.4 - Análise Conjunta dos Resumos dos Relatórios .....	67
6.0 - ANÁLISE DO MODELO DE COMPONENTES TEMÁTICOS COM BASE NA SUA APLICAÇÃO NESTA PESQUISA .....	73
6.1 - O Modelo Aplicado aos Artigos da Revista de Economia Política .....	73
6.2 - O Modelo Aplicado aos Relatórios de Metodologia Científica II .....	76
7.0 - CONCLUSÕES .....	79
APÊNDICE I - APOSTILA DO EXPERIMENTO (MODELO PROPOSTO) .....	82
APÊNDICE II - ANÁLISE DOS RESUMOS DOS TESTES .....	110
APÊNDICE III - ANÁLISE DOS RESUMOS DA PÓS-AVALIAÇÃO .....	141
ANEXO I - REDAÇÕES SELECIONADAS NA FASE DE APLICAÇÃO DO EXPERIMENTO .....	158
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	161

## LISTA DE QUADROS

Nº 1 - Fluxograma da Pesquisa .....	4
Nº 2 - Partes Componentes do Relatório Enquanto Documento (modelo de LUZ et alii - usado na Fundação) .....	14
Nº 3 - Componentes Temáticos do Texto Científico .....	15
Nº 4 - Quadro Geral dos Passos Metodológicos .....	21
Nº 5 - Programa de Curso - Disciplina de Língua Portuguesa Fase de Implementação da Pesquisa - Instrumental .....	23
Nº 6 - Simulação do Quadro de Conteúdo Global Quadro de Conteúdo Global - Equipe X .....	26
Nº 7 - Simulação do Quadro Frente aos Componentes Temáticos Quadro Frente aos Componentes Temáticos - Equipe X .....	27
Nº 8 - Critérios de Análise Final dos Testes (Pré-teste e Pós-Teste) .....	28
Nº 9 - Quadro de Desempenho Frente aos Componentes Temáticos - Equipe nº 1 .....	44
Nº 10 - Quadro de Conteúdo Global - Equipe nº 1 .....	45
Nº 11 - Apresentação Conjunta dos Resultados Finais dos "Quadros de Conteúdo Global" das Oito Equipes de Experimento nas Fases de Pré-Teste e de Pós-Teste .....	50
Nº 12 - Apresentação Conjunta dos Resultados Finais dos "Quadros de Desempenho Frente aos Componentes Temáticos" das oito Equipes de Experimento nas Fases de Pré-Teste e de Pós-Teste .....	50
Nº 13 - Apresentação Conjunta dos Conceitos Atribuídos nos Quadros de "Conteúdo Global" e de "Desempenho Frente aos Componentes Temáticos" e da Avaliação Final dos Desempenhos das Equipes de Experimento na Fase de Testes .....	54
Nº 14 - Simulação de Análise de Relatório de Metodologia Científica .....	55
Nº 15 - Simulação do Quadro Avaliativo Final de Desempenho .....	56
Nº 16 - Critério de Análise Final dos Resumos dos Relatórios .....	57
Nº 17 - Relatório da Equipe de Controle .....	58
Nº 18 - Quadro Avaliativo Final - Equipe de Controle .....	60
Nº 19 - Relatório da Equipe nº 1 .....	63
Nº 20 - Quadro Avaliativo Final - Equipe nº 1 .....	65
Nº 21 - Apresentação Conjunta dos Resultados Finais dos Quadros de Desempenho "Frente aos Componentes Temáticos" das Equipes de Experimento e da Equipe de Controle nas Fases de Pré e Pós-Avaliação conforme os Critérios "I" e "II" .....	69
Nº 22 - Apresentação Conjunta dos Conceitos Atribuídos nos Quadros de Desempenho Frente aos Componentes Temáticos das Equipes de Experimento e da Equipe de Controle nas Fases de Pré e Pós-Avaliação conforme os Critérios "I" e "II" .....	71
Nº 23 - Quadro Comparativo Final dos Componentes Destacados pelos pesquisadores nos 8 Artigos da Revista de Economia Política vol.8 nº 3 .....	74
Nº 24 - Quadro Comparativo Final dos Componentes Destacados pelo Pesquisador nos 8 Relatórios de Metodologia Científica II das Equipes de Experimento e no Relatório da Equipe de Controle .....	77

## NO APÊNDICE

Nº 25 - Equipe nº 2 - Conteúdo Global .....	113
Nº 26 - Equipe nº 2 - Desempenho Frente aos Componentes Temáticos .....	114
Nº 27 - Equipe nº 3 - Conteúdo Global .....	117
Nº 28 - Equipe nº 3 - Desempenho Frente aos Componentes Temáticos .....	118
Nº 29 - Equipe nº 4 - Conteúdo Global .....	122
Nº 30 - Equipe nº 4 - Desempenho Frente aos Componentes Temáticos .....	123
Nº 31 - Equipe nº 5 - Conteúdo Global .....	126
Nº 32 - Equipe nº 5 - Desempenho Frente aos Componentes Temáticos .....	127
Nº 33 - Equipe nº 6 - Desempenho Frente aos Componentes Temáticos .....	130
Nº 34 - Equipe nº 6 - Conteúdo Global .....	131
Nº 35 - Equipe nº 7 - Conteúdo Global .....	136
Nº 36 - Equipe nº 7 - Desempenho Frente aos Componentes Temáticos .....	136
Nº 37 - Equipe nº 8 - Conteúdo Global .....	140
Nº 38 - Equipe nº 8 - Desempenho Frente aos Componentes Temáticos .....	140
Nº 39 - Relatório - Equipe nº 2 .....	143
Nº 40 - Quadro Avaliativo Final - Equipe nº 2 .....	143
Nº 41 - Relatório - Equipe nº 3 .....	145
Nº 42 - Quadro Avaliativo Final - Equipe nº 3 .....	145
Nº 43 - Relatório - Equipe nº 4 .....	147
Nº 44 - Quadro Avaliativo Final - Equipe nº 4 .....	147
Nº 45 - Relatório - Equipe nº 5 .....	150
Nº 46 - Quadro Avaliativo Final - Equipe nº 5 .....	150
Nº 47 - Relatório - Equipe nº 6 .....	152
Nº 48 - Quadro Avaliativo Final - Equipe nº 6 .....	153
Nº 49 - Relatório - Equipe nº 7 .....	154
Nº 50 - Quadro Avaliativo Final - Equipe nº 7 .....	155
Nº 51 - Relatório - Equipe nº 8 .....	157
Nº 52 - Quadro Avaliativo Final - Equipe nº 8 .....	157

## RESUMO

Este trabalho visa APRESENTAR e TESTAR uma proposta de análise e produção de textos de divulgação científica, na disciplina de Língua Portuguesa, capaz de melhorar o desempenho na produção de textos de divulgação dos trabalhos de Iniciação à Pesquisa, feitos para a disciplina de Metodologia Científica II pelos graduados de Ciências Contábeis da Fundação Educacional do Norte Catarinense - FUNORTE.

Para tanto, após detectar os problemas de redação dos textos dos alunos (coesão, coerência e componentes temáticos) na pré-avaliação, elaborou-se um modelo didático para a disciplina de Língua Portuguesa, que priorizou a análise e produção de textos científicos e foi antecedido e seguido de testes avaliativos. Uma vez aplicado o modelo, os alunos melhoraram seu desempenho, produzindo textos de divulgação das próprias pesquisas que haviam sido realizadas no semestre anterior para a disciplina de Metodologia Científica II. Os resultados dessa aplicação serviram de base para avaliação da proposta como um todo.



## ABSTRACT

The purpose of this dissertation is to PRESENT and TEST a proposal of analysis and production of scientific dissemination texts in the Portuguese Language Course, in order to improve students' performance in the production of dissemination texts produced as a requirement for Introduction to Research of the Scientific Methodology II Course by the sophomores of the School of Accounting of the Fundação do Norte Catarinense (FUNORTE).

After detecting the problems in the students' writing (cohesion, coherence and thematic components) in the pre-assessment test, a teaching model was developed for the Portuguese Course, giving priority to the analysis and production of scientific texts were preceded and followed by assessment test. After administering the proposed model, the students improved their performance, producing dissemination texts from the research papers which had been produced for the Scientific Methodology II Course in the preceding semester. The results served as a basis the assessment of this proposal as a whole.

## 1.0 - INTRODUÇÃO

A Fundação Educacional do Norte Catarinense, através da Faculdade de Ciências e Letras de Mafra, mantém 3 cursos para a população da região Norte catarinense e Sul paranaense: Licenciatura plena em Letras, Licenciatura curta em Ciências e Bacharelado em Ciências Contábeis. Entre as disciplinas incluídas na grade curricular do curso de Ciências Contábeis, há as de Língua Portuguesa I e II e Metodologia Científica I e II, durante os dois primeiros semestres letivos da graduação.

A disciplina de Língua Portuguesa destina-se a ser auxiliar, na melhoria do desempenho dos alunos, frente às outras disciplinas; da mesma forma, a disciplina de Metodologia Científica visa preparar o acadêmico a produzir trabalhos de pesquisa, como forma de introduzi-los ao meio científico e capacitá-los à análise e produção de textos. As duas disciplinas são basilares, ainda, na elaboração de dois trabalhos finais de curso: o “Relatório de Estágio Supervisionado” e o “Trabalho de Término de Curso”, onde se exige do graduando capacidade de domínio da escrita e das fases de elaboração e apresentação de relatórios de pesquisa científica.

Os trabalhos apresentados como “Término de Curso”, haja vista, as sucessivas realimentações entre alunos e orientador(es), já vêm aparecendo um instrumento de divulgação. Contudo, uma avaliação anterior, feita em 1988, pelo professor de Metodologia da Fundação, demonstrou que os alunos, ao lhes ser proposto um trabalho de resumo em 3 páginas, durante a disciplina de Metodologia Científica, não foram capazes de sintetizar convenientemente a pesquisa efetuada. Entre esses trabalhos de síntese, apresenta-se um exemplar, que servirá de controle, como forma de diagnosticar os problemas frente ao que será chamado de “Componentes Mínimos do Texto Científico” (o componente temático, o de coerência e o de coesão) que serão apresentados minuciosamente no capítulo 2 deste documento.

Os problemas encontrados em 1988, por ocasião da avaliação em Metodologia, confirmaram a afirmação que já se tinha empiricamente, de que os problemas de falta de atividades e interpretação e produção de textos no 1º e 2º graus resultavam no fraco desempenho escrito dos alunos nos trabalhos de Metodologia Científica. A opção antiga da Fundação em adotar o modelo de projeto e relatório de “LUZ et alii” (1987), onde se reservam subseções para cada componente temático da pesquisa, evitou, substancialmente, o aparecimento de problemas de redação, uma vez que a cada um dessas partes se destinavam poucas e específicas informações objetivas. Porém, nas seções onde o montante dessas informações é maior, logo, menos objetivas, como a “justificativa do trabalho”, por exemplo, as dificuldades reaparecem.

O professor de Metodologia, no trabalho que referido anteriormente, ao propor um resumo de 3 páginas aos alunos, fez com que eles abandonassem o sistema de subseções para apresentar o seu trabalho numa forma dissertativa mais livre. Com isso, ficou patente a falta de capacidade de redação dos alunos, além dos seguintes problemas a nível temático, conforme SOUZA (1988):

“1º) sempre houve excessiva preocupação em explicitar itens como: problema, hipóteses e objetivos, mesmo que fossem complementares entre si, o que gerava redundância contante de informações;

2º) o item relevância, onde se pedia que justificassem o valor da pesquisa, normalmente interpenetrava os dados de revisão teórica e vice-versa, isto é, os alunos justificavam com dados de revisão de conceitos e revisavam a pesquisa com justificativas. Em outras oportunidades as equipes diziam a mesma coisa duas vezes, sem noção da importância das seções;

3º) em quase todos os resumos apresentados, fica muito difícil entender os passos metodológicos. Houve pelo menos três equipes que não fizeram menção à metodologia empregada;

4º) uma coisa surpreendente foi, em quase todas as equipes, o pouco espaço destinado à análise dos dados. Se formos verificar que os temas em sua grande maioria eram de verificação de opiniões, seria fundamental uma análise de opiniões;

5º) as equipes normalmente fizeram confusão entre interpretação de dados e conclusão da pesquisa; nos trabalhos repetem informações e nos resumos fizeram a mesma coisa. Se eles levantam hipóteses, se traçam objetivos, devem concluir com base nesses objetivos, e isso normalmente não se verificou naquela oportunidade.”

A essa análise feita assystematicamente pelo professor de Metodologia, soma-se a deste documento, que pode ser vista no 5º capítulo (seção 5.2), onde tais problemas são analisados em um dos textos dos alunos que é avaliado frente aos Componentes Mínimos.

Em decorrência dessa avaliação, o problema fundamental é que a baixa qualidade na redação dos textos científicos dos alunos de Ciências Contábeis da Fundação prende-se, além dos problemas de expressão, à não-elaboração, pelos referidos alunos, de um planejamento consciente frente aos Componentes Mínimos dos textos científicos, quais sejam: a coerência, a coesão e os componentes temáticos, como se apresentam no capítulo 2, deste documento.

Isso é grave, na medida em que se espera do aluno universitário, capacidade de comunicar ao público, os resultados de seu trabalho. Essa comunicação deve ser eficiente, tanto na forma de relatórios, com subseções específicas para cada componente, quanto na forma dissertativa, isto é, sem seções específicas. Contudo, a realidade é outra, uma vez que as escolas de 1º e 2º graus não vêm capacitando o aluno a redigir com coerência e coesão. Da mesma forma, a escola também não vêm capacitando o aluno, a interpretar textos de forma adequada. Como cada capacidade (interpretação e redação) interfere na outra reciprocamente, surgem os desempenhos fracos na graduação. (cf. INDURSKI & ZINN, 1985).

Neste contexto, a disciplina de Língua Portuguesa pode oferecer aos universitários atividades de ensino capazes de superar estas defasagens por intermédio de um Modelo Didático que valorize os componentes mínimos (o temático, o de coerência e o de coesão) cuja aplicação permita aos alunos um estudo lingüístico sistemático dos textos de divulgação científica.

Isso posto, este trabalho tem por objetivo APRESENTAR e TESTAR uma proposta de um modelo de análise e produção de textos de divulgação científica na disciplina de Língua Portuguesa, capaz de melhorar o desempenho na produção de textos de divulgação dos trabalhos de Iniciação à Pesquisa dos acadêmicos da disciplina Metodologi II, do Curso de Ciências Contábeis da Fundação Educacional do Norte Catarinense.

Para alcançar essa meta houve mister:

1) AVALIAR, por intermédio dos componentes mínimos, os problemas dos alunos (pré-avaliação);

- 2) MONTAR, com base na pré-avaliação, o modelo didático;
- 3) FAZER, um pré-teste como forma de avaliação do desempenho dos alunos da turma de experimento, antes da aplicação do modelo;
- 4) APLICAR e TESTAR o modelo em sala de aula;
- 5) ANALISAR comparativamente os testes;
- 6) ANALISAR, a produção de resumos, por parte dos alunos, de seus próprios trabalhos de pesquisa, comparando-a com o desempenho da pré-avaliação (equipe de controle).

Em outras palavras, após detectar os problemas de redação dos textos dos alunos da equipe de controle (pré-avaliação), elaborou-se o modelo didático que priorizou a análise e produção de textos científicos, modelo esse, antecedido e seguido por testes avaliativos (pré-teste, implementação e pós-teste). Uma vez aplicado o modelo, os alunos demonstraram seu desempenho na produção de textos de divulgação das próprias pesquisas realizadas na disciplina de Metodologia Científica II (pós-avaliação). Os resultados dessa aplicação serviram de base para a avaliação da proposta como um todo.

Para melhor visualizar esses passos metodológicos, veja-se o quadro nº 1, na página seguinte, onde se apresenta o fluxograma da pesquisa.

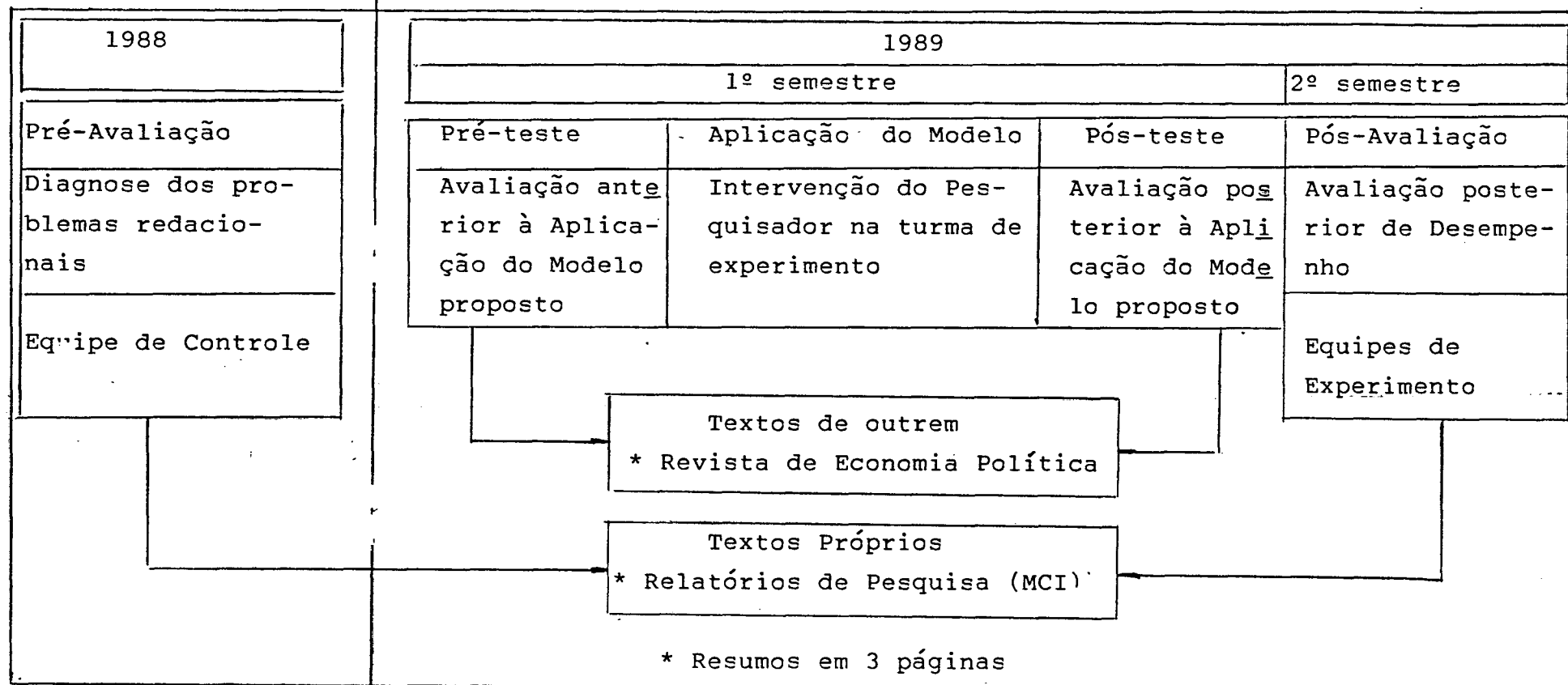
Para efetivação da proposta, aplicou-se o experimento na turma de Língua Portuguesa do curso de Ciências Contábeis 88/2, durante o 1º semestre letivo de 1989. O pré-teste envolveu 6 aulas, a aplicação do modelo 20 aulas e o pós-teste, 6 aulas. A fase de pós-avaliação ocorreu no mês de outubro, após a entrega dos resumos dos alunos para divulgação. Conseqüentemente, houve dois focos de análise: o do desempenho dos alunos nos resumos de trabalhos feitos por outros autores; o do desempenho dos alunos nos resumos dos próprios trabalhos em Metodologia Científica II.

Em função das mestas traçadas e dos passos efetuados, este documento, além deste capítulo introdutório, possui mais 6 capítulos. o 2º se reserva às reflexões teóricas e tem a função de apresentar os Componentes Mínimos de análise. O capítulo seguinte apresenta minuciosamente os passos metodológicos e descreve o modelo didático utilizado. O 4º capítulo faz a apresentação das análises da fase de testes (1). O 5º capítulo se destina às análises da pré e pós avaliação (2). o 6º e penúltimo capítulo se reserva a uma avaliação dos Componentes Mínimos em sua aplicação no decorrer da pesquisa. Por fim, o 7º capítulo é destinado à conclusão do trabalho.

#### Notas

- (1) - Em benefício da unidade do trabalho serão apresentados no capítulo nº 4 a análise completa do resumo da Equipe de experimento nº 1 e depois, de forma conjunta, os desempenhos das demais equipes. A escolha da equipe nº 1 é puramente aleatória. As análises das demais equipes se encontram no apêndice II de forma simplificada. (pg 168)
- (2) - Igualmente em benefício da unidade do trabalho apresenta-se no capítulo nº 5 a análise completa dos resumos das equipes de controle e de experimento nº 1 e depois, de forma conjunta, os demais desempenhos. A opção pela equipe nº 1 é igualmente aleatória. As análises das demais equipes se encontram no apêndice III. (pg 199).

Quadro nº 1 - Fluxograma da Pesquisa



## 2.0 - FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Este capítulo tem a função de apresentar os componentes mínimos de análise e fundamentar teoricamente a postura de considerar a leitura como suporte para a produção textual. Em sua estrutura, possui 3 subseções. A primeira tece comentários teóricos introdutórios. A segunda subseção se atém aos chamados "Componentes Mínimos" do texto científico e compreende duas partes: a) Componentes Temáticos; b) Coesão e Coerência. A terceira e última subseção discute a relação entre leitura e produção textual.

### 2.1 - Considerações Teóricas Introdutórias

Constitui-se, hoje, lugar comum, afirmar que o aluno universitário não redige convenientemente. Essa afirmativa está baseada na percepção de que todo ensino anterior, ou seja, de 1º e 2º graus, em função da excessiva preocupação com aspectos gramaticais, vem deixando para trás o fundamental, o domínio da língua.

Carlos Alberto Faraco afirma:

"Tomando por base os alunos de nossas universidades (o exemplo é bem apropriado, porque são eles que constituem o topo da famosa pirâmide educacional brasileira e foram, portanto, submetidos a onze anos de ensino) verificamos desolados, que a grande maioria tem acentuadas dificuldades de expressão oral e escrita, pouca ou nenhuma leitura, incapacidade de interpretação de textos, completo desprezo pela linguagem."(in GERALDI, 1985:17)

Constatar isso, além de refletir a realidade, resulta na aceitação que o ensino básico de Língua Portuguesa tem se mostrado inútil e recursos enormes têm sido jogados pela janela.

Ora, o ensino de Português não só deve levar o aluno ao domínio da língua de forma adequada mas também deve servir de instrumento para o desenvolvimento do raciocínio, já que o uso da língua está inserido em todas as faculdades e ciências humanas.

Se o objetivo está neste sentido, pode-se entender o ato de ensinar Português como um ato de LIBERTAÇÃO.

Afirma JUNKES:

"O professor de língua materna tem a tarefa de instrumentalizar o educando para tornar-se capaz de dominar diversos níveis de língua e poder, de acordo com o momento, utilizar o nível que for mais adequado. É tarefa do professor levar o aluno a dominar tanto a língua culta como a coloquial, em todas as situações de uso da linguagem." (1987:10)

Mais adiante a mesma autora completa:

“É também tarefa da escola aprimorar a comunicação oral dos alunos, aproveitando (...) a bagagem que trazem ao chegar à escola. Cabe a ela, paralelamente, iniciá-los na expressão escrita, ajudando-os a expressar seus pensamentos de maneira clara e fluente.” (p.100)

Todavia a realidade é outra. Está-se diante de um quadro onde o nível superior absorve alunos com visíveis problemas de expressão escrita e até mesmo oral. O domínio da língua é o mínimo. As redações são destituídas de coesão e de coerência.

Esse quadro se agrava a partir do momento em que, na Faculdade, exige-se a elaboração de pesquisas científicas no bojo da disciplina de Metodologia Científica (1).

Na Fundação Educacional do Norte Catarinense, os alunos dos três cursos oferecidos são iniciados à pesquisa científica na referida disciplina, nos dois primeiros períodos (semestres letivos) da graduação, com o objetivo de os mesmos tomarem-se capazes de elaborar um projeto de pesquisa no primeiro semestre e um relatório de pesquisa no segundo.

Para que todo o processo fosse uniforme, a Fundação adotou, como modelo, o “Manual de Metodologia Científica: Uma Introdução à Pesquisa Científica” de Araci Asinelli da Luz, Gastão Octávio Franco da Luz e José Frederico de Mello. Esse modelo, que será referenciado neste documento como “LUZ et alii” (1987), apresenta uma série de itens componenciais, tanto para a elaboração de projetos, quanto para a elaboração de relatórios, de forma que esses trabalhos apresentem seções específicas para cada um desses itens.

Ora, o desempenho dos alunos nesses dois trabalhos, que na realidade são partes de um todo (os relatórios são apresentações de pesquisas projetadas no semestre anterior) está intimamente ligado ao desempenho lingüístico de cada aluno envolvido.

Em outras palavras, o domínio da disciplina de Metodologia, está intimamente associado ao domínio da língua, na proporção em que todo o processo de ensino da referida disciplina envolve a comunicação dos resultados de forma escrita.

Essa associação íntima, como fora colocado na introdução deste documento, é patente na avaliação do professor de Metodologia, por ocasião de sua iniciativa de transformar os relatórios de pesquisa, elaborados conforme o modelo de “LUZ et alii” (1987) em textos-resumo de três páginas para divulgação (texto este entendido como uma redação que não use sucessivas divisões funcionais, com às do modelo de “LUZ et alii”, que serão vistas adiante).

Uma vez que, paralelamente à disciplina de Metodologia, está-se lecionando a disciplina de Língua Portuguesa na Fundação, era evidente a necessidade de se trabalhar esta última disciplina como um meio de superação da defasagem acima aludida.

É nesse sentido que se entende a elaboração de um modelo de experimento lingüístico-pedagógico capaz de proporcionar oportunidades aos alunos na disciplina de Língua Portuguesa para elaborar textos dissertativos de divulgação das pesquisas feitas na disciplina de Metodologia Científica II. Para tanto, surge a necessidade de se trabalhar os “Componentes Mínimos” do texto científico. Essa noção é basilar para a fundamentação de proposta do presente trabalho.

## 2.2 - Componentes Mínimos do Texto Científico

Compreende-se como “Componente Mínimo” de texto Científico, aquele elemento fundamental capaz de estruturar o texto de forma a entendê-lo como científico. Na concepção deste trabalho três componentes são fundamentais para que isso ocorra: os Componentes Temáticos, a Coesão e a Coerência.

Por esse prisma, um texto científico não pode ser concebido como uma mera soma de informações. Nesse aspecto, a sua plenitude tem de ser entendida como a soma de determinados componentes que o estruturam. Noutras palavras, a estruturação de um texto científico, pressupõe um planeamento que não pode ser ignorado.

Se isso é verdadeiro para um texto científico, também é verdadeiro para a divulgação desse texto. Daí a concordância com SALCMON, no que diz respeito à sua definição de "Divulgação Científica":

"Comunicação ao público, geral ou particular, de conhecimentos extraídos de obras de investigação científica e/ou tratados à maneira científica, com o fim de informar." (1979:184) (as sublinhadas são do autor)

Com base nessa definição, pode-se detectar dois dados fundamentais para a presente pesquisa:

a) a divulgação científica é a extração de conhecimentos de uma investigação científica e/ou de um tratado à maneira científica;

b) a divulgação científica tem o fim de informar.

O alvo mais preciso deste trabalho é constituído pelos resumos dos relatórios de Metodologia Científica II, feitos com a finalidade de informar. Com base na definição acima, percebe-se que não se tratará de um "INFORME" qualquer.

Como o autor de um texto de divulgação científica deve "extrair" dados de um trabalho científico, com o propósito de informar, deve ele se pautar por dois requisitos basilares: a fidedignidade e a imparcialidade.

Isso posto, uma vez que o texto científico que lhe serve de base possui uma composição especial, o texto de divulgação pertinente, também deve abarcar essa organização.

Em outros termos, uma vez que o relatório de pesquisa possua uma composição especial, o texto-resumo em 3 páginas, que foi pedido como "divulgação" desse relatório, deve refletir essa composição.

O círculo se fecha na proporção em que isso só pode ser feito se o aluno conhecer os componentes estruturais mínimos de um texto científico, ou seja, os parâmetros que garantem a uma dada composição, o caráter científico.

"Os Componentes Temáticos", que terão importância diferenciada e prioritária neste trabalho, garantem a uma dada composição textual os elementos necessários para sua classificação como científica. Nesse prisma, será científico todo o texto que apresentar determinados componentes específicos que representem os passos metodológicos essenciais de uma pesquisa científica. Mais apropriadamente, são esses componentes que garantem o aspecto metodológico de um texto científico.

"A Coesão e a Coerência" também assumem papel relevantes na análise comparativa dos usos desses componentes temáticos no texto produzido pelos alunos, quer eles sejam os resumos dos artigos da Revista de Economia Política, por ocasião do pré-teste e do pós-teste; quer eles sejam os relatórios de Metodologia Científica, que servem de base para os resumos de divulgação, tanto na pré-avaliação (equipe de controle), quanto na pós-avaliação (equipes de experimento). A coerência e a coesão textuais, garantem o aspecto de adequabilidade de uma dada composição redacional como científica.

Resumindo, há três componentes mínimos para a Classificação de um determinado texto como científico: os Componentes Temáticos, a Coerência e a Coesão. Os Componentes Temáticos garantem ao texto o aspecto metodológico necessário; a Coesão e a Coerência garantem ao texto o rigor metodológico da estrutura de componentes temáticos feita. A "qualidade" de um resumo de relatório de divulgação científica deve ser a soma da composição metodológica (apresentação dos Componentes Temáticos) com a adequabilidade metodológica (aspectos coesivos e de coerência).



## 2.2.1 - Os Componentes Temáticos do Texto Científico

Não se pode conceber um trabalho de pesquisa sem um fato discrepante, um problema a ser resolvido, assim como não se pode concebê-lo sem uma solução subjacente. Em outras palavras, falar em texto científico pressupõe falar numa estrutura redacional composta de elementos especiais, componentes específicos que lhe garantam o "status" de cientificidade. Ora, a pesquisa pressupõe passos metodológicos claros. Sua apresentação à comunidade científica ou geral, quer na forma de teses, quer na forma de resumos para divulgação, nada mais é do que um texto escrito, que seja reflexo dessa estruturação.

O enfoque deste trabalho é a produção de textos de divulgação pois, como diz SALOMON:

"Constitui-se hoje, lugar comum afirmar que a função do cientista não pode ser a de um enclausurado numa "torre de marfim". (1979:181).

Portanto, pensar em pesquisa pressupõe pensar em divulgar pesquisa.

Captada a importância do ato de divulgar e, entendendo que essa divulgação tem como suporte algo escrito que contenha os passos dados na elaboração da pesquisa, verifica-se que os elementos que compõem o caráter científico desses textos assumem papel fundamental. Buscar em textos científicos prontos, esses elementos, significa entender a pesquisa inerente a esse texto, em seu todo com maior facilidade no ato de "ler". Apresentar esses elementos, significa deixar o maior número possível de pistas ao leitor virtual desse trabalho.

Isso posto, tem-se uma máxima fundamental desta pesquisa:

Quanto maior o número de elementos estruturais, componentes temáticos, explicitados em um dado texto científico, maior a amplitude de leitores que conseguirão captar os passos metodológicos da pesquisa e, por conseguinte, maior o número de leitores que conseguirão captar o teor do trabalho científico apresentado por esse texto.

A proposta apresentada por este documento tem como objetivo trabalhar justamente em cima dos componentes temáticos. Entretanto, antes de mais nada, essencial se torna treinar os alunos à composição estrutural coesa e coerente. Por isso, como se verá adiante, o trabalho em sala de aula visou a produção e textos antes do trabalho de resumo e a busca de componentes temáticos.

Ressalva feita, passa-se agora a apresentar os componentes e defini-los, bem como compará-los com o modelo de LUZ et alii usado na Fundação, para que o leitor possa compreender as futuras análises nos capítulos 4 e 5.

Concebe-se aqui como texto científico, nada mais do que uma redação que possui uma composição especial. Essa composição especial é formada por elementos temáticos que garantem a apresentação dos passos metodológicos da pesquisa que o texto espelha.

Ora, nesse prisma, todas as redações possuem três partes, ou três momentos básicos, que garantem logicidade: a introdução, onde se apresenta o assunto que vai ser abordado; o desenvolvimento, onde esse assunto apresentado passa por um processo de argumentação; e a conclusão, onde toda argumentação passa por uma avaliação final.

Essa nomenclatura, ou qualquer outra similar que se dê, espelha convenientemente a estruturação lógica de um texto científico.

Dessa forma, há um nível básico comum entre o tipo de texto em pauta e todas as composições textuais possíveis. É desse nível que se gera todo o processo de estruturação mais elaborado.

Em função disso, concebe-se aqui como "Nível Zero" <sup>(2)</sup> de um texto de divulgação ou de pesquisa propriamente dita: a introdução, o desenvolvimento e a conclusão <sup>(3)</sup>.

Antes de avançar em cada componente temático de "nível zero" todavia, necessário se faz um parêntese para a composição de um título. Segundo VIEIRA (1988), "um título para que possa ser considerado ideal deve conter três componentes: assunto, tema e enfoque" <sup>(4)</sup>.

a) Assunto se define como sendo a matéria ou ser de que trata o trabalho de pesquisa, ou ainda, a idéia mais geral do texto. Na realidade pode ser concebido como o universo geral da pesquisa que é admitido como referência. Segundo VIEIRA, "corresponde ao Sujeito ou realidade sob a qual se deseja saber algo" (idem).

b) O Tema, por seu turno, corresponde ao objetivo de análise, o que se quer saber e o que se preocupa o trabalho, o que se busca explicar a respeito do Sujeito da pesquisa, conteúdo que se focaliza e em torno do qual se gera toda a discussão da pesquisa. Um dado assunto pode abrir-se em um leque com muitos temas a serem escolhidos para se trabalhar.

c) O Enfoque corresponde ao prisma ou ponto de vista sob o qual o assunto tematizado será observado, Trata-se na maioria das vezes do ponto de vista sob o qual se deseja trabalhar cada tema. Inference, então, que "cada tema pode ser enfocado sob diversos aspectos do Sujeito da pesquisa e/ou ponto de vista do pesquisador e/ou ponto de vista das teorias." (idem).

Fechado o parênteses, atém-se agora para os componentes temáticos pertencentes no texto científico propriamente dito. Como fora dito, há um nível gerador de todos os outros componentes. Esse nível foi classificado por "zero" em função dessa capacidade. Além desse, na classificação desenvolvida neste trabalho, há mais dois níveis. O "nível 1" corresponde aos componentes que, em teoria, são fundamentais para a composição de um texto científico. O "nível 2" corresponde aos componentes considerados eventuais para essa composição.

Em função dos componentes de "nível zero" passa-se agora a analisar os outros níveis:

(1.) Na introdução há quatro componentes no 1º nível: problema, objetivo(s), hipótese(s) e/ou tese e relevância da pesquisa.

(1.1) O Problema é um componente essencial na medida em que não se concebe uma pesquisa sem uma questão a ser pesquisada. Segundo FERREIRA, pesquisar significa "buscar com diligência, inquirir, indagar, informar-se acerca de, investigar" (1972:984). Como entender pesquisa sem uma indagação subjacente? "Algo que incomoda o ser humano e que aguarda uma explicação e/ou uma solução", segundo VIEIRA.

"Não existirá pesquisa se você não observar o que HENNING chama de fato discrepante. Ou seja, algo deve revelar-se como errado, diferente, preocupante, sugestivo" (LUZ, 1987:59).

O problema é o fato gerador da pesquisa. Não explicitá-lo em um resumo consiste deslize, dificuldade ao leitor a sua identificação correta, o que pode resultar numa leitura incorreta do texto. Em suma, é o problema que deve ser alvo de solução e/ou explicação, portanto, sua explicitação é fundamental para a clareza do texto.

O problema, no nível 2 pode ser tricotomizado em: contextualização, definição e delimitação.

(1.1.1) Contextualização é todo o esforço argumentativo que tenha como meta fazer o enunciado do problema adentrar-se numa situação real de existência. Em outras palavras, é esforço por fazer do problema algo envolvido em uma dada realidade. Situa-se no texto na introdução do enunciado do problema.

(1.1.2) Definição é a apresentação efetiva do fato a ser pesquisado e/ou explicado. Equivale à enunciação do que vai ser investigado, do fato gerador da pesquisa.

(1.1.3) Delimitação consiste, segundo VIEIRA, na "restrição da esfera da pesquisa, sua demarcação espaço-temporal em relação ao problema. "Constitui-se na oposição de "adjetivos explicativos ou restritivos, complementos nominais e especificações, determinativos de circunstâncias que possuam a função de determinar limites de estudo do problema em questão" (VIEIRA, 1988). A delimitação do problema é capaz de determinar local, tempo, população e amostra pesquisados, servindo como parâmetros fundamentais da pesquisa.

Comparando essa classificação com o modelo de LUZ et alii (1987), verificar-se-á que não se reserva espaço especial para a contextualização do problema. No modelo de relatório, o problema só é apresentado em sua definição (item 2.1; normalmente).

(1.2) Objetivo(s): o objetivo equivale à “meta ou alvo que se procura atingir com o trabalho”. Fundamentalmente, solucionar o problema é a meta de uma pesquisa. Objetivo se define como sendo o ponto final com que se quer chegar com o processo da pesquisa. Em outros termos, ao final da pesquisa, os resultados devem mostrar os objetivos alcançados (5). Isso equivale a dizer que tudo aquilo que se pretende alcançar com o produto da pesquisa não pode ser encarado como objetivo, mas sim, como intenções ou finalidades, que serão vistas adiante no componente relevância da pesquisa.

Os objetivos podem ser dicotomizados em gerais e específicos.

(1.2.1) O objetivo geral é aquele que tem a capacidade de abarcar todo o processo da pesquisa. Dessa forma, corresponde ao próprio alvo do processo. Normalmente uma pesquisa dá conta de um único objetivo geral;.

(1.2.2) Os objetivos específicos correspondem a metas interiores ao processo que são necessárias para que se possa atingir o objetivo geral. Na realidade são divisões do objetivo geral, e devem ser alcançados para que o objetivo geral seja alcançado.

No modelo de “LUZ et alii” (1987), a dicotomia também está presente. Para os autores “no momento em que se responder as perguntas: (...) onde eu quero chegar?, para que eu quero fazer essa pesquisa? (...) você estabeleceu objetivos.” (p.70). Essa orientação, no entanto, não deixa clara a necessária vinculação dos objetivos com o processo da pesquisa (o geral) e com as partes desse processo (os específicos). Isso implica possíveis presenças de intenções e finalidades em lugar dos objetivos, o que equivale a sérios deslizes.

(1.3) Hipótese(s) e/ou Tese: hipótese equivale a uma “proposição enunciada para resolver tentativamente um problema” (PARDINAS apud LAKATOS, 1986:118). “São enunciados que, provisoriamente, solucionam, explicam o problema definido” (LUZ, 1987:71). São tentativas de solução prévia daquilo que se está pesquisando. A sua caracterização se dá por estabelecer relações entre duas ou mais variáveis; por ser testável; por ser clara e objetiva.

A hipótese alternativa apresentada por um autor para a solução de um problema, é sustentado pela tese por ele próprio defendida, logo - todas as vezes que se levantam, hipóteses de solução, uma delas é considerada previamente a melhor. Por isso, concorda-se com a definição de VIEIRA de tese: “afirmação que sustenta a hipótese X como melhor alternativa de solução para o problema e que deve ser sustentada pelos argumentos apresentados pelo autor.” (1988). Em qualquer trabalho se fixa uma tese subjacente, mesmo que a nível de suposição pré-científica. FERREIRA define tese como sendo uma “proposição a ser defendida” (1972:1171) e toda pesquisa defende um ponto de vista qualquer.

Como tese e as hipóteses estão ao mesmo nível, prefere-se considerá-las ao nível 1 desta classificação.

A título de comparação, no modelo de LUZ et alii (1987), utilizado na Fundação não há referência à tese; as hipóteses são apresentadas na introdução do trabalho (item 2.3 normalmente). O modelo indica a formulação de hipóteses como algo necessário para a elaboração de pesquisas de investigação e operacionais em pesquisas de levantamento (“survey”).

(1.4) Relevância da Pesquisa: constitui-se em todo o esforço argumentativo que se faz em favor da importância do trabalho a ser realizado. Nesse item está todo o trabalho de explicação sobre o porquê da pesquisa. É nesse componente que se deixam claras a abrangência e a validade do trabalho científico, sendo de fundamental importância em projetos que busquem financiamento. Pode-se apresentar nesse componente:

“a importância de realizar o trabalho; a utilidade dos resultados para seres, pessoa, contextos, etc.; (...); as contribuições teóricas que a pesquisa pode trazer (...); possibilidade de sugerir modificações no âmbito da realidade abarcada pelo tema proposto.” (LAKATOS apud LUZ, 1987:69).

No nível 2, a relevância da pesquisa pode ser dividida em três componentes: a justificativa, a intenção e a finalidade.

(1.4.1) A Justificativa corresponde a todo o esforço de comprovar a necessidade da realização da pesquisa;

(1.4.2) A Intenção equivale a "tentativa de mudança da atitude por parte do leitor de seu interlocutor, é algo que pode ser mudado no comportamento das pessoas a partir da leitura da obra realizada pelo pesquisador" (VIEIRA, 1988). São mudanças de atitudes que se deseja que se operem no leitores capaz de alterar a maneira dos mesmos verem a realidade;

(1.4.3) A Finalidade, por sua vez, corresponde ao uso prático dos resultados da pesquisa realizada. Na realidade são sugestões prévias para o uso prático do que for alcançado pela pesquisa.

Novamente comparando, no modelo de "LUZ et alii" (1987), não há tricotomização, se bem que o conceito de relevância deixa entrever a presença de intenções e finalidades da pesquisa. Nos relatórios equivale ao item 2.3, normalmente.

(2.) Feita a apresentação dos componentes que integram a introdução do trabalho de pesquisa, passa-se, agora, a enfocar os componentes pertencentes ao desenvolvimento. Essa parte da classificação pode ser dividida em três componentes no "Nível 1": Contexto Teórico, Metodologia e Análise/Argumentação/Discussão.

(2.1) Embora alguns autores considerem a revisão teórica um componente introdutório (ver NORMAS PARA APRESENTAÇÃO DE TRABALHOS, 1981:36), o contexto Teórico faz parte, neste documento, do desenvolvimento, uma vez que se considera essa parte do trabalho científico como algo inerente ao desenvolvimento do trabalho propriamente dito, já que nem sempre se pesquisa algo tendo uma fundamentação pré-estabelecida. Como o modelo utilizado na Fundação faz da Fundamentação algo inerente à fase de elaboração de relatório, mantém-se aqui esse componente.

O Contexto Teórico tem a fundamental função de contextualizar a pesquisa no ambiente das teorias, partindo-se do pressuposto de que nada surge sem um prévio conhecimento. Corresponde a todo material bibliográfico que se usa como base para a produção do novo que representa a pesquisa.

No "Nível 2" o Contexto Teórico pode ser dicotomizado em Revisão Bibliográfica e Revisão de Conceitos.

(2.1.1) A Revisão Bibliográfica corresponde à busca de informações sobre o mesmo assunto na literatura já existente;

(2.1.2) A Revisão de Conceitos corresponde à análise e revisão de definições, de palavras e de conceitos a serem usados na pesquisa. De certa forma é o que se está fazendo neste momento, neste trabalho.

O modelo de LUZ et alii (1987), no que tange à Fundamentação Teórica, usa as mesmas divisões acima.

(2.2) A Metodologia consiste na apresentação minuciosa dos parâmetros e passos metodológicos da pesquisa com o intuito de se alcançar os objetivos traçados e/ou validar hipóteses. Na verdade, trata-se da alma científica de cada pesquisa, pois é a salvaguarda metodológica que garante a cada trabalho seu caráter de cientificidade ou não.

Esse componente pode ser apresentado no "Nível 2" com cinco sub-componentes: delineamento da pesquisa, tratamento de variáveis, descrição da população e da amostra da pesquisa, descrição dos instrumentos de coleta de dados, descrição da coleta ou passos metodológicos.

(2.2.1) O Delineamento da Pesquisa corresponde aos dados da classificação da pesquisa, respondendo questões sobre o tipo e sobre o gênero da pesquisa. Esse componente foi inserido nesta proposta de classificação na proporção em que é um componente necessário nos relatórios produzidos na Fundação, de acordo com o modelo de LUZ et alii.

(2.2.2) Tratamento de Variáveis, equivalente a forma ou meio de controle de variáveis intervinientes (que alteram os resultados da pesquisa) dependentes e independentes. Tem a função primordial em pesquisas de investigação, principalmente àquelas que façam uso de laboratório. Variável é entendida aqui, como qualquer elemento a que se possa atribuir um valor numérico.

(2.2.3) Descrição de População e da Amostra, é o componente cujo objetivo é deixar clara a globalidade dos elementos envolvidos pela pesquisa e da amostragem desses elementos no trabalho em questão, ou seja, o grupo de indivíduos retirados da população geral que servem como informantes de pesquisa. Neste item não apenas deve-se quantificar os valores da população e da amostra, mas também explicar os meios de amostragem utilizados.

(2.2.4) Descrição dos Instrumentos de Coleta de Dados: trata-se de um componente muito importante, pois na medida em que é bem detalhado, dá uma noção real da maneira como os dados de pesquisa foram coletados. Por outro lado, é a descrição dos instrumentos que propicia um melhor entendimento dos passos metodológicos empregados. Os instrumentos podem ser desde equipamentos até apostilas, como é o caso deste trabalho em especial.

(2.2.5) Descrição da Coleta ou Passos Metodológicos: descrição minuciosa dos passos dados para atingir os objetivos da pesquisa. É um item fundamental, a partir do momento em que uma pesquisa não pode deixar de apresentar os meios utilizados para a obtenção dos resultados, quer seja ela laboratorial, quer seja de campo.

Novamente comprando, o modelo de Luz et alii (1987), no que diz respeito à metodologia, reserva um capítulo do relatório para a apresentação dos componentes relativos a essa importante parte da pesquisa. Dos 5 componentes apresentados neste documento, apenas o tratamento de variáveis não é apresentado por seu modelo. Por outro lado, os passos metodológicos são divididos em "métodos e técnicas" e "descrição da coleta de dados"<sup>(7)</sup>.

(2.3) A Análise/Argumentação/Discussão, consiste como o nome diz na fase de análise dos dados coletados, na forma de discriminação e/ou argumentação e discussão dos resultados de análise. Em certos trabalhos, consiste na discussão de teorias e/ou propostas e, nesse caso, a análise se fixa nessas teorias e/ou propostas. Segundo BARRAS, "a discussão deve ser uma objetiva consideração dos resultados apresentados (...) e deve conduzir com naturalidade às (...) principais conclusões" (1986:146).

No "nível 2", esse componente pode ser tetracotomizado em: Parâmetros, Apresentações da Discussão, Apresentação dos Dados e Interpretação dos Dados.

(2.3.1) Os parâmetros da discussão e/ou apresentação dos dados dizem respeito aos elementos norteadores da apresentação ou da análise dos dados e/ou do modo de discussão. Os parâmetros são limites metodológicos com os quais se garante a manutenção de critérios de análise.

(2.3.2) A Apresentação da Discussão consiste na apresentação de argumentos em favor de "x" situação ou contra uma "y" situação qualquer. Quando o trabalho de pesquisa envolve apresentação de dados, fundamenta-se na interpretação desses dados, porém, corresponde a um nível mais profundo de interpretação, que envolve a argumentatividade.

(2.3.3) A Apresentação de Dados corresponde à apresentação de tabelas, gráficos ou outra forma de ilustração, dos dados coletados para melhor compreensão e/ou clareza do trabalho realizado na pesquisa.

(2.3.4) A Interpretação dos Dados compreende a análise crítica dos dados apresentados que não envolva profundidade argumentativa. Normalmente, funde-se com a apresentação da discussão, quando essa profundidade é alcançada.

Comparando-se, no modelo da Fundação há três componentes na chamada análise dos dados: o Tratamento, a Apresentação e a interpretação dos dados.

### (3.) Conclusão.

(3.1) As Conclusões, por seu turno, são apresentadas no "Nível 1" por um único componente que será chamado de "Conclusões e/ou Recomendações". Seu papel é fundamental pois corresponde ao resultado almejado pela pesquisa. É o ponto de chegada de todo o processo científico e, por isso, fundamental em qualquer trabalho subjacente.

É nas conclusões que há o confronto entre o objetivo proposto e o alcançado, que há a validação de uma hipótese, quer confirmando a tese, quer não.

É nas conclusões que os resultados vão ser confrontados com possíveis limitações e problemas não projetados. Também é nesse ponto que se propõem novas pesquisas na área em estudo ou que se recomendam os resultados obtidos para o uso prático.

Dessa maneira, no "Nível 2" há quatro componentes conclusivos:

(3.1.1) Conclusões frente a Objetivos e/ou Hipótese e/ou Problema:

(3.1.2) Conclusões frente a Problemas Residuais e/ou Limitações;

(3.1.3) Recomendações para aplicação prática dos resultados;

(3.1.4) Sugestões para novas pesquisas na área em estudo.

Uma vez mais comparando, o modelo de LUZ et alii (1987), nas conclusões, apenas dicotomiza em conclusões e recomendações. Em teoria, as conclusões incluem os problemas residuais e as limitações; e as recomendações sugerem novas pesquisas e apontam a aplicabilidade dos resultados.

Apresentados os Componentes Temáticos, faz-se necessário agora a apresentação dos dois modelos em discussão. No quadro nº 2 apresenta-se o modelo proposto por "LUZ et alii"(1987), que é usado na Fundação como base para a produção de relatórios de pesquisa. Na página seguinte apresenta-se no quadro nº 3 o modelo proposto por este documento, que na realidade é um aperfeiçoamento do autor desta pesquisa ao modelo anterior e que tem por base, igualmente, um texto inédito de VIEIRA (1988). O modelo do quadro nº 3 é o que vai ser adotado, neste documento, para efetivação das análises dos capítulos 4 e 5.(8)

## Quadro nº 2

## Partes Componentes do Relatório Enquanto Documento

(modelo de LUZ et alii - usado na Fundação)

- 1.0 - Resumo
- 2.0 - Introdução
  - 2.1 - Enunciado do Problema
  - 2.2 - Objetivos do Trabalho
  - 2.3 - Relevância da Pesquisa
  - 2.4 - Hipóteses de Estudo
  - 2.5 - Dificuldades e Alterações frente ao que foi Projetado
- 3.0 - Metodologia
  - 3.1 - Delineamento da Pesquisa
  - 3.2 - Descrição da População e da Amostra
  - 3.3 - Descrição dos Instrumentos
  - 3.4 - Descrição da Coleta de Dados
- 4.0 - Análise dos Dados
  - 4.1 - Tratamento dos Dados
  - 4.2 - Evidenciação dos Resultados (descrições gráficos, tabelas)
  - 4.3 - Interpretação dos Resultados (discurso interpretativo)
- 5.0 - Conclusões e Recomendações
  - 5.1 - Confronto entre o que foi obtido e as hipóteses e/ou os objetivos, o contido na literatura, o questionamento levantado no enunciado do problema.
  - 5.2 - Recomendações aos leitores em relação a caminhos a seguir (ou não), continuidade da pesquisa, forma de melhor explorá-la, etc..
- 6.0 - Literatura Consultada (indicada de acordo com as normas)
- 7.0 - Anexos

FONTE: (LUZ et alii, 1987:92-4)

## Quadro nº 3

## Componentes Temáticos do Texto Científico

No Título	-.1 Assunto -.2 Tema -.3 Enfoque		
1. Na Introdução	1.1 Problema	1.1.1 Contextualização	
		1.1.2 Definição	
		1.1.3 Delimitação	
	1.2 Objetivo	1.2.1 Geral	
		1.2.2 Específicos	
	1.3 Hipótese e/ou tese defendida		
	1.4 Relevância	1.4.1 Justificativa	
1.4.2 Intenção			
1.4.3 Finalidade			
2. No Desenvolvimento	2.1 Revisão ou Contexto Teórico	2.1.1 Revisão Bibliográfica	
		2.1.2 Revisão de Conceitos	
	2.2 Metodologia	2.2.1 Delineamento da Pesquisa	
		2.2.2 Tratamento de Variáveis	
		2.2.3 Descrição da População e/ou da Amostra Pesquisada	
		2.2.4 Descrição dos Instrumentos	
		2.2.5 Descrição da Coleta de Dados e/ou dos Passos Dados	
	2.3 Análise, Argumentação e/ou Discussão	2.3.1 Parâmetros de Discussão e/ou argumentação ou, tratamento dos dados coletados	
		2.3.2 Apresentação da Discussão ou da Argumentação	
		2.3.3 Apresentação de Dados	
		2.3.4 Interpretação de Dados	
	3. Na Conclusão	3.1 Conclusões e Recomendações	3.1.1 Conclusões frente a objetivos, hipóteses e/ou problema
			3.1.2 Conclusões frente a problemas residuais e/ou limitações
3.1.3 Recomendações para Aplicação prática			
3.1.4 Sugestões para novas pesquisas na área de estudo			



## 2.2.2 - Coesão e Coerência

O foco de análise da coerência e da coesão, neste trabalho, restringe-se a problemas de adequabilidade de uso dos Componentes Temáticos. Portanto, não se trata de um tratado sobre o tema.

A análise desses Componentes Mínimos é necessário na medida em que a simples apresentação dos Componentes Temáticos não garante ao texto em pauta a sua caracterização como científico. Se fosse assim, um texto de divulgação científica, por exemplo, poderia ser a simples soma de citações, na forma de tópicos de todos os componentes temáticos envolvidos no trabalho.

Conseqüentemente, há mister que uma estrutura de apresentação seja criada, tanto a nível superficial, quanto a nível conceptual. Em outras palavras, há necessidade de configuração do que MATEUS e outros, chamam de Textualidade:

“O conjunto de propriedades que uma manifestação de linguagem humana deve possuir para ser um texto.” (MATEUS et alii, 1983:186)

Para os mesmos autores, entre essas propriedades, destaca-se a CONECTIVIDADE, que é uma propriedade relacional ou de interdependência. No caso específico do escopo desta pesquisa, que aborda resumos para divulgação, entende-se por Conectividade a necessária relação de interdependência entre o texto “A” (texto-base) e o texto “B” (texto-resumo).

Essa interdependência se cristaliza pela ADEQUABILIDADE de cada Componente Temático no interior do texto que o apresenta. Essa adequabilidade pode ser vista:

- a) por um prisma superficial ou lingüístico - coesão;
- b) por um prisma lógico-semântico - coerência.

### 2.2.2.1 - Coesão: para entender coesão são úteis os conceitos tirados de JUNKES (1981:21):

“refere-se aos modos como os componentes do universo textual, isto é, as palavras que ouvimos ou vemos estão ligadas entre si, dentro de uma seqüência, enquanto que a coerência refere-se aos modos como os componentes do universo textual, isto é, os conceitos e as relações subjacentes no texto de superfície, se unem numa configuração de maneira reciprocamente acessível e relevante.”(BEAUGRANDE e DRESSLER);

ou ainda:

“as relações coesivas ocorrem quando a interpretação de algum elemento no discurso depende da interpretação de outro. Um pressupõe o outro, no sentido de que não pode ser decodificado sem recorrer ao outro. Quando isso acontece, a relação de coesão é estabelecida e os dois elementos estão integrados na estrutura do texto.” (HALLIDAY e HASAN);

Pelo visto acima, o Componente de Coesão dá conta da correta tessitura dos resumos e dos relatórios dos alunos, de forma a avaliar ao nível da superfície lingüística se essas ligações são adequadas ou não.

Nesse propósito podem ser observadas as seguintes relações:

- a) referência - remissão a um elemento e/ou a um parágrafo anterior (anáfora) ou posterior (catáfora);
- b) substituição-lexical - colocação de um item em lugar de outro ou mesmo no lugar de uma frase inteira;

c) elipse - substituição por "zero" ou omissão de um item lexical que pode ser recuperável com dados do contexto;

d) conectores (conjunções) - advérbios e/ou locuções adverbiais, conjunções subordinativas e/ou coordenativas, palavras com noção de continuidade, como daí, etc.;

e) coesão textual - reiteração de itens lexicais idênticos ou que possuam o mesmo referente, sinônimos ou palavras afins, que sejam do mesmo campo lexical.

2.2.2.2 - Coerência: para MARCUSCHI (1983:8), "A coesão é superficial e fica a nível dos contínuos lingüísticos ao passo que a coerência é conceitual, ao nível semântico-cognitivo".

O campo da coerência como Componente Mínimo é muito restrito. Cuida apenas das relações lógico-semânticas entre: por um lado, os textos-base e seus resumos para divulgação; e por outro lado, internamente aos próprios resumos.

Isso posto, há dois níveis de relações de coerência:

a) as relações externas: que têm como campo de análise os problemas relacionados com a elaboração de itens ou de componentes no resumo que não guardam a verdadeira relação de sentido dada no texto-base;

b) as relações internas: que têm como alvo os problemas relacionados com a colocação de itens ou de componentes temáticos incoerentes nos relatórios de pesquisa, ou seja, por exemplo, a colocação de um objetivo que não reflete um problema ou a apresentação de soluções que não alcançam o objetivo.

As relações externas têm grande importância na análise dos trabalhos desta pesquisa, na pré e na pós-avaliação, onde os alunos produzem resumos baseados em textos próprios, ou seja, os já mencionados relatórios de Metodologia Científica II.

Como no segundo caso, não há garantia de trabalhos coerentes, surgem os dois critérios finais de avaliação, expostos nos parâmetros de análise (5.1) para estabelecer os conceitos de desempenho das equipes de experimento e de controle.

A análise que exclui os problemas de adequabilidade do uso dos componentes (Critério "I"), portanto não se preocupa com a questão da coerência interna, e propicia classificar os resumos dos relatórios como satisfatórios ou insatisfatórios como resumos propriamente ditos, pois o enfoque é a questão da fidedignidade.

A análise que inclui os problemas de adequabilidade de uso dos componentes temáticos, portanto, leva em conta a coerência interna (Critério "II"), e propicia classificar os resumos dos relatórios em satisfatórios ou insatisfatórios, avaliados como "texto de divulgação".

Em função disso, quatro opções são possíveis na avaliação do desempenho na pré e pós-avaliação:

- a) o trabalho de resumo do relatório ser adequado como resumo e como divulgação científica;
- b) o trabalho ser adequado como divulgação, mas não ser como resumo;
- c) o trabalho ser adequado como resumo, mas não ser como divulgação;
- d) o trabalho ser inadequado nos dois sentidos.

Como se pode ter notado, a amplitude teórica da análise da coesão e da coerência em seu aspecto de profundidade é muito restrita e tem significativa e exclusiva relação com a presença do Componente Temático e, em função dele, são importantes na constituição da qualidade de um texto de divulgação e na caracterização do que seja texto de divulgação científica.

### 2.3 - A Leitura como "Suporte" para a Produção Textual

O relacionamento íntimo entre leitura e produção, colocados na introdução deste documento, tem suporte teórico principal no artigo de Freda Indursky e Maria Alice Kauer Zinn em *Trabalhos de Linguística Aplicada* 5-6, 1985, páginas de 77 a 96, intitulado "Leitura como Suporte para a Produção Textual".

Ao verificar o fato de que a escola tem-se mostrado produtora de uma "massa amorfa e passiva" em função da leitura mecanicista, padronizada e linear, as autoras propõem um círculo dinâmico entre sujeito-leitor e sujeito-autor numa constante interação.

No artigo, as autoras sustentam que se houver um trabalho sob um enfoque dinâmico, haverá em decorrência, um relacionamento também dinâmico entre texto e leitor, o que o capacitaria a selecionar experiência com base em dados dessa interação, capazes de serem ativos na fase de produção de textos.

"O leitor, sujeito de uma leitura dinâmica e não paciente de uma leitura padronizada, recebe muitas informações que constituem seu referencial. O sujeito-leitor interage com o texto, relaciona-se dinamicamente com ele, estabelece trocas, analisa, questiona, capacitando-se para selecionar dados significativos desta experiência. Somente então, ultrapassada esta etapa, ele terá condições de posicionar-se, ou seja, exercer-se criticamente." (p.78)

Uma boa leitura

"constitui-se num pré-requisito básico e em um caminho metodológico para produção textual, o que possibilita ao indivíduo sentir-se capaz de produzir um texto do qual ele se considere sujeito." (p.79)

De fato, com esses argumentos, cria-se uma dinâmica da produção de leitura como suporte para a produção de texto, uma vez que a leitura nesses moldes embasa a produção textual posterior. Neste trabalho, tenta-se atestar que a prática da leitura com base nos componentes mínimos implica melhoria da qualidade redacional dos resumos dos trabalhos de Metodologia Científica II.

Para as autoras, o trabalho de produção também exige metodologia própria que inclui: a) delimitação do tema; b) posicionamento e intencionalidade frente ao tema; c) seleção de idéias e argumentos pertinentes para a sustentação; d) organização dessas idéias e argumentos em um esquema; e) contextualização; e f) análise de sua produção textual.

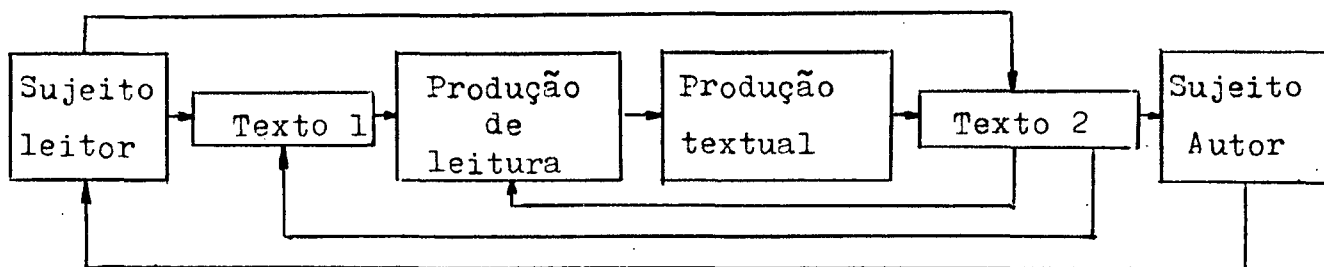
Sem margens para dúvida o trabalho exposto por esta pesquisa vai ser significativamente influenciador na organização das idéias e dos argumentos, pois propicia um duelo entre leitor e texto no aspecto da elaboração dos resumos nos testes (o experimento) que deve influenciar no duelo autor x texto no processo de produção textual; bem como na análise de sua produção textual, uma vez que se pede que se faça um resumo dos relatórios já produzidos na outra disciplina.

Contudo, sendo ainda mais crítico, a própria produção dos trabalhos recebeu influência desse experimento, o que já amarra o processo de leitura e produção.

Dessa forma, como no trabalho de INDURSKY & ZINN, fecha-se o ciclo dinâmico:

"O sujeito-autor, então, defronta-se com o resultado final de sua produção: o texto processo transforma-se em texto produto, e o sujeito-autor transforma-se, por sua vez, em sujeito-leitor de sua própria produção textual. O processo que teve início com a produção da leitura, desencadeando a produção textual encerra-se com a produção da leitura do texto produzido." (p.83)

Veja-se o esquema a seguir:



Fonte: INDURSKI & ZINN, 1985

Por esta perspectiva é que as autoras e o autor entendem a leitura como suporte para a produção textual, pois esse ciclo de fato permite o aluno interagir com o texto seu ou de outrem, numa relação dialética.

#### Notas

- (1) Entende-se aqui por instrumental, a disciplina cujo o objetivo seja servir de meio para a melhoria de desempenho nas disciplinas fundamentais do curso a que o aluno pertença.
- (2) A denominação "Nível zero" se deu em função da propriedade geradora dos três elementos (introdução, desenvolvimento e conclusão). Como todos os textos passam por estes 3 momentos, pode-se dizer que o nível zero é o ponto inicial para qualquer classificação temática mais elaborada.
- (3) Poder-se-ia objetar essa classificação inicial alguém que considerasse como importante elementos como os "abstracts" ou referências bibliográficas, que não fazem parte desses 3 elementos. Entende-se aqui que um trabalho científico completo possui as seguintes partes: Título, Componentes Pré-textuais, Componentes Textuais, Componentes Pós-textuais. Os componentes pré-textuais representam todos os elementos colocados antes da introdução do trabalho propriamente dito (folhas de rosto, sumários, dedicatórias, listas, resumos, etc.). Os componentes pós-textuais correspondem aos elementos colocados após as conclusões do trabalho propriamente dito (notas, referências, anexos, apêndices, índices, etc.). O foco de análise deste trabalho é o texto: o corpo do trabalho e o seu título subjacente.
- (4) No título deste trabalho "Os Componentes Mínimos do Texto Científico: um experimento para a melhoria da produção de resumos em trabalhos de Iniciação à Pesquisa" temos: assunto - Texto Científico; tema - Componentes Mínimos; enfoque - Aplicação Prática.
- (5) O objetivo desse trabalho é "Apresentar e Testar com uma proposta de análise e produção de textos de divulgação científica". Será cumprido, se ao final do trabalho obter-se uma proposta de análise e produção apresentada e cientificamente testada.
- (6) Para confirmar essa afirmativa veja-se o exemplo: "O presente trabalho visa analisar os fracassos dos choques heterodoxos com a intenção de alertar os economistas sobre os pontos falhos de suas implementações com a finalidade de evitá-los em oportunidades futuras". No exemplo acima, a meta enquanto processo de pesquisa é analisar os fracassos dos choques heterodoxos, portanto, só essa análise pode ser entendida como objetivo da pesquisa. A conclusão desse trabalho equivale à análise, ou, o produto da pesquisa equivale a uma análise. Só os resultados da análise é que podem alertar os economistas e só eles podem ser capazes de servir de base para que se evitem os erros, como os anteriores.
- (7) A experiência como professor revela que não há motivos para dicotomizar os "Métodos e Técnicas" e a "Descrição da Coleta" por ser a segunda mera realização da primeira.
- (8) A apresentação dos quadros números dois e três em páginas vizinhas visou facilitar a comparação por parte do leitor.

### 3.0 - METODOLOGIA

Como foi visto anteriormete, esta pesquisa visa testar um modelo de (, , /) que possibilite um melhor desempenho nos textos de divulgação científica dos trabalhos de Metodologia. Portanto, trata-se de uma pesquisa de experimentação, buscando dados em campo. Nesse particular, duas variáveis se apresentam:

a) modelo elaborado e com o qual se pretendeu ser capaz de desenvolver o desempenho dos alunos.

b) a qualidade da redação, ou seja, a soma da presença dos componentes temáticos com aspectos de coerência e de coesão textual, que foi basilar na avaliação da proposta.

A população diretamente afetada corresponde aos alunos de Língua Portuguesa e de Metodologia Científica da Fundação, em particular, os alunos de Ciências Contábeis. Numa perspectiva mais ampla, essa pesquisa tem a intenção de servir a todos os cursos de graduação que possuam as referidas disciplinas.

O implemento foi apresentado ao 2º período de Ciências Contábeis, turma 88/2, da Faculdade de Ciências e Letras de Mafra-SC, no 1º semestre letivo (fase de implementação da proposta) e 2º semestre (fase de pós-avaliação). O número total de alunos matriculados no início do semestre era de 58, mas no decorrer do curso, houve desistências e transferências que reduziram esse número para 42.

De uma forma geral, a maioria dos alunos advém do ensino público. Há cinco alunos que voltaram após anos afastados da escola. A idade oscila entre 17 e 40 anos. Com relação ao domicílio, cerca de 50% residem em Mafra-SC e Rio Negro-PR, portanto, são moradores locais; os outros 50% vêm de cidades circunvizinhas como: Rio Negrinho, São Bento do Sul, Papanduva, Itaiópolis e Canoinhas em Santa Catarina; Lapa, Campo do Tenente e Quitandinha, no estado do Paraná. O curso é oferecido no período noturno e a grande maioria trabalha durante o dia.

Os passos metodológicos da pesquisa podem ser divididos em três fases: a pré-aplicação do modelo, a aplicação do modelo, propriamente dito e a pós-aplicação do modelo.

a) A fase de pré-aplicação do modelo compreende o conjunto dos passos dados no sentido de diagnosticar a realidade (pré-avaliação), a pré-elaboração, do modelo para implementação e a escolha dos textos para o trabalho em sala de aula. Pode ser entendida como uma fase de diagnose e de planejamento.

b) A fase de aplicação do modelo, propriamente dito, corresponde à implementação da proposta durante o 1º semestre letivo de 1989 e compreende 3 momentos distintos: pré-teste, aplicação do modelo e pós-teste.

c) A fase pós-aplicação do modelo compreende a coleta e a análise dos resumos dos trabalhos de Metodologia Científica II e as análises comparativas dos testes e das avaliações.

Para uma primeira observação, veja-se o quadro nº 4, dos passos metodológicos da pesquisa, na página seguinte:

Quadro nº 4

Quadro Geral dos Passos Metodológicos

Fase	Subfase	Nº	Professor	Alunos	Meios	Agentes	Resultados	Pesquisador
Pré- Aplica- ção do Modelo		1.0		Resumem	Relatórios de pesquisa em MCI II (1988)	Equipes de Controle	Resumo com três páginas datilo- grafadas	Analisa os re- sultados con- forme os Compo- nentes Mínimos
A P L I C A Ç Ã O	Pré- teste	2.1	Apresenta e conduz o trabalho sem inter- venção	Resumem sem ori- entação	8 textos da Revista de Economia Po- lítica	8 equipes de Experi- mento	Resumo com três páginas datilo- grafadas	Analisa os re- sultados con- forme os Compo- nentes Mínimos
	Aplica- ção do Modelo	2.2	Expõe e dirige	Partici- pam e exerci- tam	Apostila do Experimento	Individual	Exercícios de Produção e Re- sumos	Analisa os pro- gressos alcan- çados.
	Pós- teste	2.3	Orienta e Coordena	Resumem com ori- entação	8 textos da Revista de Economia Po- lítica	8 equipes de Experi- mento	Resumo com três páginas datilo- grafadas	Analisa os re- sultados con- forme os Compo- nentes Mínimos
Pós- intru- mental		3.0	Orienta e Coordena	Resumem com ori- entação	Relatório de Pesquisa em MCI II (1989)	Equipes de MCI II	Resumo com três páginas datilo- grafadas	Analisa confor- me Componentes Mínimos e com- para resultados

Onde: professor = pesquisador enquanto agente docente;  
 alunos = tarefas inerentes aos alunos na fase;  
 meios = modelo -base para elaboração dos resultados;  
 agentes = alunos enquanto agentes do trabalho;  
 resultados = produção discente;  
 pesquisador = atitudes do pesquisador.

### 3.1 - Fase de Pré-Aplicação do Modelo

Traçados os objetivos, houve mister a busca de elementos de instrumentalização da proposta. Nessa fase as preocupações básicas foram:

- 1) a análise de equipe de controle;
- 2) a busca de textos de divulgação científica na área do curso de Ciências Contábeis;
- 3) a elaboração do material didático para a efetivação da proposta.

Quanto à equipe de controle, escolheu-se o trabalho de resumo feito em 1988 sobre a opinião dos jovens a respeito do casamento, como resultado de uma tentativa de elaboração de resumos para divulgação. Esse resumo foi avaliado de acordo com os Componentes Temáticos, de Coerência e de Coesão e o resultado desse trabalho pode ser visto na seção 5.2 deste documento.

Os textos selecionados para as subfases de pré-teste e de pós-teste foram escolhidos atendendo aos seguintes parâmetros:

- a) serem textos de divulgação científica publicados em revista de área afim ao curso de Ciências Contábeis;
- b) não serem extensos em demasia, o limite ficou estabelecido em 30 páginas;
- c) serem elaborados por autoridade na área em estudo;
- d) possuírem temas sugestivos aos alunos;
- e) serem o mais recentes possível;
- d) não possuírem fórmulas complexas.

Para essa escolha, foi-se ao setor de periódicos da Biblioteca Central da Universidade Federal de Santa Catarina e fez-se uma busca aos números mais recentes das revistas ligadas com a área. No setor de Ciências Contábeis não foram encontrados textos em língua portuguesa, o que fez o pesquisador optar para o setor de Economia, onde, entre vários periódicos, escolheu-se a Revista Economia Política, vol. 8, nº 3, julho/setembro/1988, o número mais recente na ocasião. Esse número contém 8 artigos de economia política. Sobre os conteúdos e sobre os resultados do trabalho dos alunos, eles podem ser observados na seção 4.2 (análise da equipe nº 1) e Apêndice II (demais equipes).

A 3ª preocupação do trabalho foi a pré-elaboração do modelo para implementação da proposta. Esse modelo foi, de acordo com as necessidades, alterado e realimentado. Sua versão definitiva pode ser vista no Apêndice I que é destinado a apresentação completa do mesmo. A fase de planejamento do modelo e do curso em seus resultados, são apresentados na seção seguinte.

### 3.2 - Fase de Aplicação do Modelo

Antes de se dedicar à descrição minuciosa de cada subfase, convida-se o leitor para observar o programa de curso, que norteou este trabalho de implementação da proposta (quadro nº 5).

#### 3.2.1 - Pré-Teste

A subfase de pré-teste ocorreu nos 3 primeiros encontros de 2 aulas entre os dias 27 de fevereiro a 13 de março. No 1º encontro o pesquisador foi apresentado pelo professor titular da disciplina, que deu ênfase à importância do trabalho a ser realizado. Após essa apresentação a atenção se voltou para minuciosa explicação dos objetivos e dos passos metodológicos da pesquisa.

Passada essa etapa, formaram-se as equipes <sup>(1)</sup> coincidindo com as divisões dos alunos na disciplina de Metodologia Científica. As aulas subseqüentes foram destinadas ao acompanhamento dos alunos com a preocupação de intervir o menos possível no trabalho.

Em face de pedidos de algumas equipes, a entrega dos resumos elaborados na fase de pré-teste ficou marcada para o dia 30 de março, por ocasião do 4º encontro.

Quadro nº 5

Programa de Curso - Disciplina de Língua Portuguesa

NF	Conteúdo Programado	h/aula
2.1	Pré-teste Cada equipe resume em 3 páginas um dos 8 artigos da Revista de Economia Política	06 h/a
2.2	Atividades	18 h/a
.1	Elaboração de Textos	12 h/a
.a	Estruturação do Parágrafo	06 h/a
1	A delimitação do assunto	02 h/a
2	A fixação de objetivos Elaboração de frases-núcleo	02 h/a
3	Elaboração do desenvolvimento Elaboração da conclusão	02 h/a
.b	Formas de ordenação e de estruturação	06 h/a
1	Tempo/espaço/enumeração	02 h/a
2	Contraste/causa e consequência	02 h/a
3	Explicitação/redação: processo e estrutura	02 h/a
.2	Elaboração de resumos	06 h/a
.a	Esquema: técnicas e práticas	01 h/a
.b	Resumo: técnicas e práticas	02 h/a
.c	Os Componentes Temáticos Importância/técnicas e práticas	03 h/a
2.3	Pós-teste Os alunos retomam os respectivos textos da Revista de Economia Política para fazer resumos em 3 páginas	06 h/a
Total de aulas programadas		30 h/a

3.2.2 - Fase de Aplicação do Modelo, propriamente dito.

A subfase de aplicação do modelo pode ser dividida em 2 etapas específicas. Na primeira etapa a ênfase é dada para a produção escrita, ou seja, para a elaboração de textos. Essa etapa foi baseada rigorosamente no livro "Técnica de Redação" de Magda Soares e Edson Nascimento Campos e tem 2 momentos específicos: o primeiro momento busca orientar o aluno para a produção de parágrafos coesos e coerentes, daí dar conta de assuntos como a delimitação, fixação de objetivos, elaboração de frases-núcleo, organização de desenvolvimento e elaboração de conclusão em cada parágrafo; o segundo momento diz respeito às formas de ordenações possíveis tais como: por tempo, por espaço, por enumeração, por contraste, por causa e consequência ou ainda, por explicitação. Toda essa etapa visa orientar o aluno a organizar o seu texto de forma que ele depois possa elaborar bem o seu relatório de pesquisa na disciplina de Metodologia Científica, o que implicará, posteriormente, na elaboração de resumo para divulgação de qualidade.

A segunda etapa dessa subfase, visa desenvolver no aluno a capacidade para elaborar resumos de textos lidos. Para tanto, procurou-se dar ênfase a técnicas e práticas de elaboração de esquemas, re-



sumos e, em aulas específicas, apresentou-se os Componentes Temáticos do Texto Científico, da mesma forma, enfatizando seu aspecto prático, com a elaboração de esquema, resumo e destaque desses componentes no texto "Foz do Iguaçu: Idéias iniciais sobre a formação de um complexo Turístico-Exportador" de Cássio Frederico Camargo Rolim da Universidade Federal do Paraná. Nessa etapa foram fundamentais os livros "Como fazer uma Monografia" de Délcio Vieira Salomon e "Como se faz um trabalho escolar" de Maria Tereza Serafini.

Todo o material didático norteador dessa subfase pode ser visto integralmente no Apêndice I; também podem ser observadas algumas redações selecionadas no decorrer desse trabalho, no Anexo I.

### 3.2.3 - Pós-Teste

Uma vez aplicado o modelo, os alunos tiveram 6 aulas para retomar os artigos da Revista de Economia Política para novamente fazerem um resumo de 3 páginas. Nessa ocasião, o professor procurou orientar cada equipe no sentido de sempre lembrar as técnicas estudadas na subfase anterior. Nessa fase percebeu-se que as equipes tiveram menores dificuldades para detectar o principal em cada texto e que as dúvidas se prendiam mais no como sintetizar a linguagem dos textos, nos resumos.

### 3.3 - Fase de Pós-Aplicação do Modelo

Após o término do semestre letivo, foi destinado um prazo de dois meses para as equipes apresentarem os resumos dos trabalhos de Metodologia Científica II. Nesse interim, os trabalhos dessa disciplina foram avaliados pelo professor titular e alguns deles foram reformulados pelas respectivas equipes.

Cada desempenho, então, passa a ser analisado tendo como parâmetro o resumo apresentado pela equipe de controle, feito na pré-avaliação. A avaliação comparativa entre esses desempenhos é que deu os critérios de conclusão para a proposta deste trabalho.

### Notas

- (1) A opção pelo trabalho grupal se deu em função dos trabalhos de Metodologia Científica II serem feitos em grupo.

## 4.0 - ANÁLISE DOS DESEMPENHOS COM BASE NOS ARTIGOS DA REVISTA DE ECONOMIA POLÍTICA

### 4.1 - Parâmetros de Análise

Cada texto-base do pré-teste e do pós-teste, foi analisado seção a seção, procurando destacar os dados essenciais para a elaboração de um resumo com a necessária fidelidade com o original. Essa busca de itens gerou um esquema.

A escolha desses itens se deu, envolvendo duas variáveis:

- 1) função do item no texto;
- 2) sua relação de força na seção.

A função foi determinada pela sua confrontação com o componente temático em pauta na seção ou no parágrafo em estudo. a relação de força foi determinada por sua necessária presença como suporte ou ápice da apresentação ou da argumentação de dados.

Para se chegar a cada item, necessário se fez toda uma série de passos: em 1º lugar teve-se a pré-leitura do texto-base; em 2º lugar uma leitura seção a seção com o intuito de buscar a função de cada seção dentro do aspecto global do original; em 3º lugar uma leitura seção a seção como forma de:

- a) estabelecer a função de cada ítem passível de destaque em função do componente em tela;
- b) verificar a relação de força desse item como suporte ou ápice da argumentação e/ou apresentação dos dados;

E em 4º lugar, todo um esforço de sucessivas retroalimentações a fim de se chegar ao grau de certeza ideal para a colocação de determinado ítem como importante e destacá-lo para a elaboração do esquema da seção em pauta.

Feito esse trabalho, os itens destacados foram buscados nos resumos do pré-teste e do pós-teste. Nesse passo fundamental surgiram 5 tipos possíveis de relações divididas em dois grupos primários. Cumpre-se frisar aqui que essa classificação pressupõe análise de coerência interna e externa.

O primeiro grupo corresponde àquelas relações consideradas SATISFATÓRIAS, isto é, positivas. Nesse grupo há dois tipos de relações:

a) Explícitas - quando o item arrolado é devidamente explicitado no resumo de forma total. Neste documento é reconhecido com a palavra "sim";

b) Implícitas - quando o item não aparece no resumo, mas é perfeitamente inferível com dados subjacentes. Sua representação se dá pela abreviatura "imp".

O segundo grupo de relações corresponde àquelas consideradas INSATISFATÓRIAS. Esse grupo possui 3 tipos de relações possíveis:

a) Absolutas - quando não se percebe nenhuma referência do item em nenhuma parte do resumo. Sua representação se dá pela palavra "não".

b) Relativas - quando apenas parte do item é colocado e não há como entender o item como presente sem a parte omitida, ou ainda, quando o seu entendimento fica prejudicado por subentendimentos equivocados em função da ausência dessas partes. Sua representação se dá pela abreviatura "par" de parcialmente;

c) Inadequadas - quando a apresentação existe, é completa, explícita ou implicitamente, mas cujo sentido não confere com aquele dado no texto base. Sua representação é feita pela abreviatura "ina" de inadequada.

A análise de cada seção em cada artigo possui as seguintes partes.

1º) uma análise descritiva da seção e do(s) componente(s) que ela representa;

2º) apresentação do esquema resultante da seção;

3º) apresentação do excreto da seção do resumo em pré-teste;

4º) análise descritiva desse excreto;

5º) apresentação do excreto da seção do resumo do pós-teste;

6º) análise comparativa desse excreto;

7º) análise comparativa dos testes, conforme pode ser vista no exemplo abaixo:

Itens	pré-teste	pós-teste
(2.3.2) Apresentação da Argumentação		
1. Objetivos		
a) desenvolvimento	sim (21-2)	sim (14e18-9)
b) distribuição de renda	sim (21-2)	sim (15e21-9)
c) estabilidade de preços	sim (22-4)	sim (15e24-7)

onde:

(2.3.2) = código do componente temático em pauta na seção;

Itens = síntese dos itens destacados na seção;

Pré-teste = desempenho das equipes em cada item, conforme abreviaturas e palavras estabelecidas anteriormente;

Pós-teste = desempenho das equipes no pós-teste;

(21-2) = nº da(s) linha(s) em que aparece o item destacado.

8º) comentários adicionais, caso necessário.

Feita a análise da última seção do artigo, passa-se a uma análise do todo com a inerente comparação de desempenhos. Nesse intuito surgem dois quadros avaliativos finais:

1º) o Quadro de Desempenho Global frente aos itens;

2º) o Quadro de Desempenho frente aos Componentes Temáticos.

O 1º quadro avaliativo final busca o percentual de apresentação efetiva dos itens, sem a preocupação de confrontar os itens com os componentes. Dessa forma tem-se uma avaliação do percentual de informação considerada importante colocada nos resumos e, conseqüentemente, a qualidade informativa dos resumos. Para uma primeira visão desse quadro, faz-se abaixo uma simulação:

Quadro nº 6 - Simulação do Quadro de Conteúdo Global

Quadro de Conteúdo Global - Equipe X

NS	CCT	Informação no texto	Pré	Pós
2	2.3.2	Objetivos a) desenvolvimento	sim	sim
		b) distribuição de renda	sim	sim
		c) estabilidade de preços	sim	sim
Total de itens - 3			3	3
Porcentagem - 100			100	100
Conceito - A			A	A

onde:

- 1 . NS = número de ordem da seção conforme o texto-base;
  - 2 . CCT = código do componente temático em questão;
  - 3 . Informação do Texto = síntese do item;
  - 4 . Pré = pré-teste;
  - 5 . Pós = pós-teste;
  - 6 . Número Total dos Itens = soma dos itens satisfatórios, de forma que "sim" e "imp" equivalam a + 1 e "não", "par" e "ina" equivalam a + 0;
  - 7 . Porcentagem = resultado percentual em números inteiros de forma que se a casa decimal for igual ou maior que 5, haverá um arredondamento para mais 1 por cento, e se for menor que 5, haverá a simples eliminação da parte fracionária, equivalente à divisão do nº total de itens satisfatórios em cada resumo pelo total de itens do texto-base;
  - 8 . Conceito = transposição do valor percentual obtido à seguinte tabela de conceitos: de 0% a 49% = E; de 50% a 59% = D; de 60% a 74% = C; de 75% a 89% = B e, de 90% a 100% = A.
- O 2º quadro avaliativo corresponde ao desempenho das equipes frente aos componentes temáticos. Para uma primeira avaliação do quadro veja-se a simulação abaixo:

Quadro nº 7 - Simulação do Quadro frente aos Componentes Temáticos Quadro frente aos Componentes Temáticos - Equipe X

CCT	Componente	Texto		Pré-t.		Pós-t.	
		Q	N	N	Q	N	Q
-.-.-	Assunto/tema/enfoque(título)	3	1,0	3	1,0	3	1,0
1.1.1	Contextualização do Problema	não	0,0	não	0,0	não	0,0
1.1.2	Definição do Problema	imp	0,5	não	0,0	imp	0,5
1.1.3	Delimitação do Problema	não	0,0	não	0,0	não	0,0
1.2.1	Objetivo Geral	imp	0,5	não	0,0	imp	0,5
Componentes apresentados (soma de N)-----		2,0		---	1,0	---	2,0
Porcentagem obtida nos testes-----		100		---	50	---	100
Conceito Final do Desempenho-----		A		---	D	---	A

Onde:

- 1 . CCT = Código do componente temático;
- 2 . Componente = descrição do componente;
- 3 . Texto = texto-base;
- 4 . Pré-t. = pré-teste;
- 5 . Pós-t. = pós-teste;
- 6 . Q = avaliação qualitativa e quantitativa dos itens que representam o componente ou do desempenho de texto e resumos frente ao componente, conforme a seguinte classificação: "não" = componente não apresentado; "ian" = componente inadequadamente colocado; "par" = componente parcialmente colocado; "imp" = componente implicitamente colocado; "número igual ou superior a 1" = componente explicitamente colocado com 1 ou mais de 1 item (em substituição a "sim");
- 7 . N = valor entre 0,0 e 1,0 da relação entre o desempenho da equipe e do autor conforme tabela abaixo:

		Resumos em testes				
		sim	imp	par	ina	não
Texto	sim (1,0)	1,0	1,0	0,x	0,0	0,0
	imp (0,5)	1,0	0,5	0,0	0,0	0,0
	não (0,0)	1,0	0,5	0,0	0,0	0,0

7.1. x = resultado da divisão entre o número de itens apresentados pelo número de itens do texto-base, arredondado à 1ª casa decimal, isto é, arredondando-se para mais décimo, quando a casa centesimal for igual ou superior a 5 e para o decimal igual, quando a casa centesimal for inferior a 5.

- 8 . Componentes apresentados = a soma de N;
- 9 . Porcentagem obtida nos testes = divisão entre a soma de N de cada teste com a soma de N do texto-base, arredondada à casa dos inteiros, para mais 1, quando a casa decimal for igual ou superior a 5 e para o nº inteiro igual, quando a cifra decimal for abaixo desse número;
10. Conceito = transposição dos valores percentuais à grade de conceitos apresentada no Quadro de Conteúdo Global.

### Critérios Finais

Uma vez feita a análise dos quadros, o desempenho de cada equipe nos testes foi avaliado de acordo com os seguintes critérios:

- Satisfatório: resumo que obteve os conceitos "A" ou "B" no quadro avaliativo de Conteúdo Global, isto é, que obteve percentual igual ou superior a 75% dos itens arrolados e que obteve conceito "A" no quadro avaliativo frente aos Componentes Temáticos;

- Parcialmente satisfatório: o resumo que obteve conceitos "A" ou "B" no quadro de Conteúdo Global e que obteve conceito "B" no quadro frente aos Componentes Temáticos;

- Insatisfatório: o resumo que não se enquadrou nos critérios acima, em outras palavras, que não obteve 75% em qualquer um dos quadros avaliativos finais.

Quadro nº 8: Critérios de Análise Final dos Testes (pré-teste e pós-teste)

Critérios	QCT	QCG
Plenamente Satisfatório	A	A, B
Parcialmente Satisfatório	B	A, B
Insatisfatório	C, D, E	C, D, E

Onde:

1. QCT = Quadro dos Componentes Temáticos

2. QCG = Quadro de Conteúdo Global

#### 4.2 - Análise Completa do Desempenho da Equipe nº 1

Para demonstrar o trabalho de análise desenvolvido nesta pesquisa, apresenta-se a seguir, a Análise Completa da Equipe nº 1. As demais equipes podem ser vistas no Apêndice nº II onde são apresentados: a) o texto-resumo da Equipe no Pré-teste; b) o texto-resumo da Equipe no Pós-teste; c) o Quadro Avaliativo final do Conteúdo Global; e d) o Quadro Avaliativo final de Desempenho frente aos Componentes Temáticos. A opção por essa apresentação se deu em função da extensividade das análises e em função da capacidade dos quadros em avaliar a evolução dos desempenhos das equipes.

Feitas essas ressalvas, passa-se agora à Análise da Equipe nº 1.

Coube à equipe nº 1 o 1º artigo do 3º fascículo do 8º volume da Revista de Economia Política. Trata-se de uma aula magna proferida pelo professor Luiz Bresser Pereira no dia 4 de março de 1988 cujo objetivo geral é o de discutir os limites políticos e econômicos da chamada Política Econômica. O autor faz essa discussão tendo em vista uma limitação básica: "o princípio da racionalidade ou eficiência". Isso é perfeitamente inferível pelo "abstract" do artigo, que é transcrito abaixo:

"Since World War II the importance of economic policy did not stop increasing. Even conservative economists do not deny its relevance. But its economic and political limits are very clear, beginning with a basic limit: the principle of rationality. The autor discusses these limits using his personal experience." (p.21)

o artigo em tela foi dividido pelo autor em 10 (dez) seções. Exceto a introdutória, que não é numerada, as nove restantes recebem números de 1 a 9 em vez de títulos. conseqüentemente, a última seção, nº 9, é destinada às conclusões finais do trabalho.

Veja-se agora a análise do desempenho dos alunos seção a seção.

### a) Seção Introdutória

Na seção inicial do artigo, o professor Bresser Pereira procurou delimitar o assunto a ser trabalhado de maneira a adentrar-se na discussão dos limites econômicos e políticos da Política Econômica. O texto-base possui, nessa seção, e 3 parágrafos:

O 1º parágrafo coloca que a importância da Política Econômica é crescente, porém é relativamente recente, uma vez que só após a II Guerra Mundial houve um ganho de “operacionalidade”. No final do mesmo parágrafo afirma-se que tem sido dada demasiada importância à política econômica, a ponto de medir o sucesso ou o fracasso de um governo pelas ações que ele toma nesta área.

O 2º parágrafo da seção possui a função de desenvolver o tópico “operacionalidade” na medida em que arrola os fatores que lhe permitiram existência: “1) a revolução macroeconômica keynesiana; 2) o desenvolvimento de contas nacionais; 3) o fortalecimento da capacidade de intervenção do Estado na Economia, principalmente através da criação de bancos centrais” (p.5). Em seu final, o parágrafo apenas desenvolve esses fatores com mais detalhes.

No 3º e último parágrafo da seção há dados de extrema importância no que tange à elaboração de resumos. Em primeiro lugar, o autor explicita a tese de que “há limites econômicos e políticos” para a ciência da Política Econômica. Em segundo lugar, mais adiante, Bresser Pereira apresenta os objetivos específicos do artigo de forma a servir de verdadeiras pistas ao leitor, da estruturação do trabalho. Veja-se a transcrição abaixo:

“Nesta aula inaugural, depois de fazermos uma breve(1) revisão dos objetivos da política econômica, analisaremos seus limites econômicos e políticos(2), e terminaremos discutindo suas relações com a democracia(3), já que não basta que a política econômica seja eficiente; é fundamental que ela seja também democrática.” (p.6) (sublinhas e n.ºs de pesquisador)

Pelo visto acima, espera-se dos alunos que eles façam uma introdução ao artigo; apresentem os fatores que permitiram a “operacionalidade” da Política Econômica; coloquem a tese básica do artigo; e, principalmente, apresentem os três objetivos específicos do trabalho em pauta. Veja-se o Esquema da seção Introdutória:

#### Esquema:

##### (1.4.1.) Justificativa

1. A importância da Política Econômica é crescente e relativamente recente.
2. Fatores que lhe permitiram operacionalidade:
  - a) Revolução Macroeconômica Keynesiana;
  - b) Desenvolvimento do Sistema de Contas Nacionais;
  - c) Fortalecimento da Intervenção do Estado na Economia.

##### (1.3) Tese.

3. Há limites econômicos e políticos.

##### (1.2.2) Objetivos Específicos.

##### 4. Nesse artigo:

- a) faz-se revisão dos objetivos da Política Econômica;
- b) analisa-se limites econômicos e políticos;
- c) discute-se a relação com a Democracia.

a1) Observe-se a seguir o excerto do resumo em pré-teste relativo à seção:

01 A Política Econômica é crescente, porém recente. Foi só após a Segunda  
 02 Guerra Mundial que ela tornou-se fator significativo e influenciou o desem-  
 03 nho de cada governo sobre economia nacional. A partir daí as decisões de ca-  
 04 da governo sobre Economia passaram a receber maior atenção. Hoje através da  
 05 Economia pode-se medir o sucesso ou o fracasso de um governo.

06 Três fatores contribuíram e permitiram essa maior operacionalidade da  
 07 política Econômica:

- 08 1. A Revolução Macroeconômica Keynesiana;
- 09 2. O Desenvolvimento dos Sistemas de Contas Nacionais;
- 10 3. O Fortalecimento da Capacidade de Intervenção do Estado na Economia,
- 11 principalmente através da criação dos Bancos Centrais.

12 Há limites Econômicos e limites Políticos. Mas, não basta que a políti-  
 13 ca Econômica seja eficiente, é fundamental que também seja democrática.

O resumo da equipe apresenta sério problema na linha nº 1. Não é a Política Econômica que cresce e sim, a sua importância. Ao se fazer a elipse do substantivo, o trabalho de coerência ficou seriamente prejudicado a nível externo. Nas linhas 2 e 5 a equipe discorre sobre o valor da Política Econômica, mas peca por adentrar em comentários adicionais ao tópico inicial.

Na linha 6 há outro problema: de coesividade. "Essa" em "essa maior operacionalidade" não se conecta com nenhuma referência no parágrafo anterior. Os alunos não tomaram o cuidado em verificar que o texto-resumo assume coesividade própria, diferente da coesividade do texto base.

Apesar disso, os três fatores são arrolados, sem maiores comentários. A equipe, porém, cria uma nova maneira de apresentá-los, fugindo da maneira feita no texto-base.

No 3º parágrafo (12-3), a equipe apresenta a tese do autor do artigo, mas não apresenta os objetivos específicos do trabalho. Essa não-apresentação é muito significativa, como se verá adiante, pois a equipe não conseguirá entender o texto como um todo coeso. Repare-se que os alunos não colocam nenhum dos três objetivos, mas apresentam o comentário subsequente ao 3º "não basta (...) democrática", não demonstrando entendimento da importância desse "Componente Temático" para a compreensão do texto.

a2) O resumo da equipe no pós-teste.

01 A importância da política econômica é crescente e relativamente recen-  
 02 te. Foi só após a Segunda Guerra Mundial que a política econômica ganhou sufi-  
 03 ciente operacionalidade. São conhecidos os fatores que permitiram essa maior  
 04 operacionalidade da política econômica: 1) a revolução macroeconômica keyna-  
 05 siana; 2) o desenvolvimento dos sistemas de contas nacionais; 3) o fortaleci-  
 06 mento da capacidade de intervenção do Estado na economia, principalmente atra-  
 07 vés da criação dos bancos centrais. Nesta aula inaugural, depois de fazermos  
 08 uma breve revisão dos objetivos da política econômica, analisaremos seus limi-  
 09 tes econômicos e políticos, e terminaremos discutindo suas relações com a de-  
 10 mocracia, já que não basta que a política econômica seja eficiente; é funda-  
 11 mental que ela seja também democrática.

O trabalho desenvolvido no semestre foi significativo para a qualidade do excerto anterior. Toda a seção foi aglutinada em um único parágrafo. O primeiro parágrafo do texto-base foi resumido pelos dois períodos introdutórios. No 3º período fica a impressão de que a equipe poderia adaptar melhor a informação. Apesar de sintético, "isso", por exemplo, poderia suprimir "essa maior operacionalidade da política econômica" (1.3-4). Por outro lado, a colocação dos dados do 2º parágrafo do texto-base como desenvolvimento do parágrafo em tela, foi excepcional. No final do excerto, a equipe corrige o defeito anterior de não colocar os objetivos específicos, o que é sinal satisfatório da adoção de melhores critérios de escolha e da influência do modelo de componentes temáticos.

O único senão fica para a não-presença explícita da tese do autor. Apesar disso, a equipe, em função de sua não-omissão do 2º objetivo específico do artigo: "analisar os limites econômicos e políticos", apresenta a tese implicitamente, uma vez que só se pode analisar o que existe.

a3) Compare-se o desempenho dos alunos nos dois testes:

Esquema	Pré-teste	Pós-teste
(1.4.1) Justificativa		
1. importância da Política Econômica	ina (1)	sim (1-3)
2. fatores: a) Keynes	sim (9)	sim (5)
b) Contas Nacionais	sim (10)	sim (6)
c) Intervenção	sim (11-3)	sim (6-8)
(1.3) Tese		
3. Há limites econômicos e políticos	sim (14)	imp (10)
(1.2.2) Objetivos Específicos		
4. Objetivos: a) revisão	não	sim (9)
b) análise	não	sim (10)
c) discussão	não	sim (11-3)

b) Seção nº 1

Na seção nº 1 o autor cumpre o seu objetivo específico nº 1, qual seja, a apresentação dos objetivos da política econômica. Em três parágrafos (4, 5 e 6) o autor não só os apresenta mas também tece comentários adicionais que, se observados os objetivos específicos na elaboração de resumos, devem ser deixados em 2º plano.

O 4º parágrafo do artigo pondera que os objetivos da Política Econômica se confundem com os objetivos da sociedade. O parágrafo então arrola os seguintes objetivos: "a) desenvolvimento (ou pleno emprego, b) a distribuição de renda (ou bem-estar social), e c) a estabilidade de preços". No parágrafo seguinte, cada um dos objetivos recebe um detalhamento; destaca-se, então, com mais contundência, o fator segurança como parte inerente à estabilidade de preços, e lógico, a inflação como fonte de insegurança. Por sua vez, o parágrafo nº 6 é uma digressão do autor onde se apresenta experiências de sua administração frente ao Ministério da Fazenda e sua preocupação em alcançar os objetivos anteriores.

Em essência, a seção pode ser assim esquematizada.

Esquema:

(2.3.2) Apresentação da Argumentação.

5. Há três objetivos fundamentais da Política Econômica:

- a) desenvolvimento econômico (pleno emprego);
- b) distribuição de renda (bem-estar social);
- c) estabilidade de preços (segurança).

b1) Veja-se agora o excerto produzido em pré-teste

14 Hoje os objetivos desta política tendem a confundir-se com os objetivos  
15 da Sociedade. Os objetivos fundamentais como a Liberdade, a Liberdade Políti-  
16 ca, a Paz e a Justiça são esquecidos ou relegados a segundo plano.

17 Já Ricardo considerava a Produção e a Distribuição de Bens, os dois ob-  
18 jetos fundamentais da Economia Política, A Estabilidade de Preços deve ser  
19 incluída entre os três objetivos desta Política, porque está associada a uma  
20 necessidade básica da humanidade; A Segurança, A inflação é portanto uma ame-  
21 aça à Elocção dos fatores de produção e ao desenvolvimento. Uma estratégia  
22 complementar seria modernizar o setor industrial através da Redução dos en-  
23 traves burocráticos às importações e a Reforma Tributária que permitiria re-  
24 duzir o déficit Público e distribuir melhor a renda. (...)

Como se pode observar com extrema facilidade, a não-observância anterior pela equipe dos objetivos específicos do artigo se reflete no desempenho acima. No 1º parágrafo do excerto (14-6), a equipe introduz a apresentação dos objetivos da Política Econômica e demonstra que os objetivos sociais são relegados a 2º plano. Contudo, dos 3 objetivos apresentados no artigo, a produção e a distribuição de bens são apenas citados, enquanto a estabilidade de preços merece detalhamento maior (l. 18-20). A disparidade de tratamento demonstra sensivelmente a falta de noção do que seja principal no texto-base: os dois primeiros objetivos são apresentados numa afirmação de "Ricardo" que é inserida no texto, como forma de dar credibi-



lidade a afirmação já apresentadas por Bresser Pereira; o objetivo da estabilidade merece considerações maiores, com ênfase ao processo inflacionário (l. 20-21).

Além disso, a partir da linha 21, o texto dos alunos se perde nas experiências pessoais do autor, enquanto Ministro da Fazenda. Outro detalhe importante é o não-término dos dados da seção em ponto final de parágrafo, o que será discutido mais adiante.

#### b2) Resumo produzido no pós-teste (seção 1)

12 Os objetivos econômicos fundamentais - o desenvolvimento, a distribui-  
13 ção de renda, e a estabilidade de preços - podem ser alcançados com maior ou  
14 menor eficiência, dependendo da política econômica adotada, levou a essa su-  
15 perestimação dos objetivos econômicos. O desenvolvimento econômico - a maximi-  
16 zação da produção de bens e serviços por trabalhador, o pleno e o mais efici-  
17 ente emprego desses trabalhadores através da acumulação de capital e da incor-  
18 poração de progresso técnico. Certos economistas poderão argumentar que o ob-  
19 jetivo de uma distribuição mais igual da renda não é apenas econômico, mas es-  
20 sa é uma visão muito estreita do campo específico da economia. Finalmente a  
21 estabilidade de preços deve ser incluída entre os três objetivos da política  
22 econômica porque está associada a uma das necessidades básicas da humanidade:  
23 a segurança.

O 1º período desse parágrafo (l. 12-5), apesar de coerente no texto-base, é desconexo no resumo da equipe. Em "levou a essa superestimação dos objetivos econômicos" a equipe não se apercebe que o texto-resumo tem coerência e coesão, se bem que próximos, diferentes do original, haja vista que no resumo a equipe não fala na superestimação.

Isso ocorreu por quê? Porque a equipe não se aprofundou nas alterações necessárias no teor da parte retirada do texto-base. O 1º período (l. 12-5) é a transcrição das linhas de 6 a 10 do 4º parágrafo do texto de Bresser Pereira.

Esse não aprofundamento também pode ser notado no restante do parágrafo que não é coeso perfeitamente com a chamada sentença tópica que o introduz. A equipe transcreve nas linhas 15 a 23 do resumo as linhas 1 a 11 do 5º parágrafo do texto-base sem dar a devida atenção à coesão do parágrafo.

Entretanto, apesar dos problemas acima, constata-se a preocupação dos alunos em apresentar os objetivos da Política Econômica e colocar pelo menos uma informação adicional sobre cada um no resumo. Isso é significativo na medida em que revela a adoção de critérios mais claros de escolha.

#### b3) Compare-se os dois desempenhos da seção nº 1

Esquema	Pré-teste	Pós-teste
(2.3.2) Apres. da Argumentação		
5. Objetivos da Pol. Econômica	sim (17-8)	sim (12e15-8)
a) desenvolvimento	sim (17-8)	sim (12e15-8)
b) distribuição de renda	sim (17-8)	sim (13e18-9)
c) estabilidade de preços	sim (18-20)	sim (13e20-3)

#### c) Seção nº 2

Nessa seção apresenta-se o princípio básico para a adoção de medidas de política econômica. Visto que as medidas não-rationais não devem ser implementadas, aqui se estabelece um 1º e poderoso limite à ação da política econômica, o que faz a seção ser incluída no 2º objetivo específico, ou melhor, "a apresentação dos limites econômicos e políticos". Segundo o autor, o princípio da racionalidade é fundamental, daí poder-se inferir que seja essa a limitação básica.

Como as duas seções anteriores, a nº 2 apresenta 3 parágrafos (nºs 7, 8 e 9). No 7º há a apresentação e a definição do princípio da racionalidade, o que é adiante detalhado e contextualizado na prática. No 8º, pondera-se ser esse um princípio óbvio, porém de difícil praticidade, "tais as pressões políticas a violentá-lo" (p.2 8). Por seu turno, o 9º parágrafo coloca em termos práticos (2) esse princípio, falando sobre as suas influências negativas e imprecisão prática na escolha de resultados de ações nessa área.

No essencial, a seção apresenta:

Esquema:

(2.3.2) Apresentação da argumentação 3

6. O princípio básico para a adoção de medidas em política econômica é o da racionalidade ou eficiência.

7. A racionalidade se define como adoção de meios mais adequados para alcançar os fins desejados.

8. Trata-se de um princípio óbvio, mas de difícil praticidade.

c1) Veja-se agora o desempenho dos alunos no pré-teste

(...) Mas, para alcançar esses objetivos, deve-se pautar o princípio da Racionalidade, ou seja a escolha dos meios mais adequados para se alcançar os fins desejados. Os sistemas econômicos funcionam segundo este princípio ou de economia.

É preciso, no entanto, tomar muito cuidado porque ele dispara decisões autoritárias e burocráticas porque quando aqueles que tomam decisões pretendem ser ideologicamente neutros, observam somente os ditames da razão técnica. (...)

Nos dois parágrafos, ou melhor, excertos, de parágrafos, acima, constata-se que os alunos não fizeram uma relação, seção do texto-base X parágrafo no resumo. A apresentação dos dados da seção 2 (linhas 24-27) junto ao parágrafo anterior, onde a meta era apresentar os objetivos da Política Econômica, revela a falta de noção dos objetivos de cada seção. Da mesma forma, os dados da seção nº 3 vão ser conectados no excerto das linhas 28 a 31.

O princípio da racionalidade já é um fator limitador da política econômica, portanto é incluso na argumentação do 2º objetivo específico do artigo de Bresser Pereira. Dessa forma, esse tópico não deveria acompanhar os dados da seção nº 1. A presença do conectivo adversativo "mas" na linha 24 não liga convenientemente os dois assuntos, apesar de ser uma tentativa da equipe em fazê-lo.

Na linha 28, a equipe usa o verbo disparar o que causou bastante estranheza. No original lê-se "tomar muito cuidado porque ele é um disfarce para decisões...". Para o pesquisador as linhas 28 a 31 são desnecessárias e mal colocadas. No original há mais dois argumentos sobre a não-praticidade do princípio da racionalidade. A equipe, ao eleger um dos três em detrimento dos outros, que são de igual importância, complicou a qualidade de seu resumo.

c2) Veja-se agora o resumo da mesma seção em pós-teste

Para alcançar esses objetivos a política econômica deverá se pautar por um princípio básico: o princípio da racionalidade. Em termos muito gerais o princípio da racionalidade se define pela escolha dos meios mais adequados para se alcançar os fins visados. Definido nesses termos o princípio da racionalidade parece algo óbvio cuja obediência não deveria ter problemas. E no entanto, nada é mais difícil em política econômica do que segui-lo, tais são as pressões políticas para violentá-lo.

Um parágrafo perfeito pois coloca os 3 itens destacados anteriormente. Além disso, a equipe, ao optar pela apresentação mais genérica das dificuldades de aplicação do princípio da racionalidade, evitou que o erro de destacar uma em detrimento das outras, o que é muito sensato. Repare na conexão desse parágrafo com o relativo à seção anterior do resumo.

c3) Da análise comparativa obtém-se:

Esquema	Pré-teste	Pós-teste
(2.3.2) Apres. da Argumentação		
6. Princípio da Racionalidade	sim (24-5)	sim (24-5)
7. Definição do princípio	sim (26-7)	sim (25-7)
8. Dificuldade de aplicação	par (28-31)	sim (27-30)

## d) Seção nº 3

Esta seção possui a função de apresentar uma segunda limitação à Política Econômica: a opção ideológica. Os seus 10 (dez) parágrafos (n.ºs. 10 a 19) tratam dessa limitação deixando entrever a postura ideológica do autor e, de certa maneira, além de fazer parte da apresentação da argumentação, é uma revisão teórica.

O 10º parágrafo do artigo introduz o limite, ponderando haver necessidade de opções ideológicas claras. O 11º parágrafo é claro no sentido de fazer entender que o Brasil é um país capitalista que deve, em medidas econômicas, seguir a lógica capitalista. No 12º parágrafo lê-se: "A opção ideológica fica entre uma política conservadora ou progressista". Além disso, o autor desenvolve no 13º e 14º parágrafos a 1ª opção.

Todavia o autor, pertencente a vertente progressista, faz nos parágrafos subseqüentes a defesa de sua postura: o 15º parágrafo contextualiza o tema a nível de Brasil; o 16º e 17º coloca em defesa a tese de um "sistema de regulação" que evite atitudes extremistas de qualquer corrente ideológica; o 18º parágrafo, passa então a ter importância fundamental na medida em que faz distinções claras entre as duas correntes, classificando de "verdadeiros economistas progressistas" aqueles que "tentam compatibilizar de forma efetiva, desenvolvimento econômico com distribuição de renda". O 19º parágrafo complementa toda essa discussão, apresentando os três instrumentos fundamentais para essa compatibilização: "1) uma reforma tributária que implante impostos progressivos; 2) a orientação da despesa pública para atender os mais pobres em vez de privilegiar os mais ricos; 3) uma política salarial que garanta que o salário médio real aumente à mesma taxa que o aumento da produtividade, e o salário mínimo real a uma taxa maior." (p.10). Além disso, o parágrafo que encerra a seção estabelece critérios operacionais para o estabelecimento e a eficiência dessa política na prática.

Dessa seção obtém-se o seguinte esquema:

Esquema:

(2.3.2) Apresentação da Argumentação

9. Deve-se fazer opções ideológicas claras.

10. Não se pode fugir à lógica do capitalismo.

11. Opções: Conservadora - (Centro-direita, ortodoxa, monetarista)

Progressista - (Centro-esquerda).

12. Diferença básica: Os 2ºs devem compatibilizar desenvolvimento com distribuição de ren-

da.

13. Instrumentos de distribuição de renda:

a) Reforma tributária com impostos progressivos;

b) Orientação das despesas públicas para os pobres;

c) Garantia: salário médio real = aumento de produtividade; salário mínimo = aumento maior.

d) O excerto do resumo da seção nº 3 em pré-teste:

(...) É certo que estamos falando de países capitalistas. Em uma economia capitalista é impossível deixar de adotar uma política Econômica Capitalista.

Geralmente são adotadas pelos formuladores da Política, alternativas conservadoras, por uma série de razões. Pois as pressões das Empresas são muito fortes. Entretanto existe a opção por uma alternativa socialmente progressiva. Durante vinte anos de política Econômica conservadora. Esta alternativa foi inaugurada no Brasil com a ascensão de Dilson Funaro ao Ministério da Fazenda.

Reconhecemos que os empresários são os grandes responsáveis pelo desenvolvimento. Fundamentalmente a distinção entre conservadores e progressistas deve ser buscada na tentativa dos verdadeiros economistas progressistas de compatibilizar de forma efetiva o desenvolvimento Econômico com distribuição de renda.

Existem três instrumentos fundamentais para alcançar uma distribuição igualitária das rendas:

1. Uma reforma tributária que implante impostos progressivos;

2. A orientação da despesa pública para atender os mais pobres em vez de privilegiar os mais ricos;

3. Uma política salarial que permita que o salário médio real, aumente

a mesma taxa que o aumento da produtividade, e o Salário Mínimo Real aumente.

Nas linhas 31 e 32 já se pode notar as dificuldades da equipe. O excerto inicia-se sem uma contextualização correta. Não há menção ao capitalismo nas linhas anteriores e, portanto, a colocação da informação perde nexos com os dados anteriores. Além disso não há no excerto a informação básica, ou seja, que há um limite ideológico. Na realidade, a equipe inicia seu resumo da seção com um comentário e não com um tópico-básico.

No parágrafo seguinte (linhas 33-8) a equipe apresenta as alternativas ideológicas e, apesar de não terem apresentado que eram opções ideológicas parece que a implicitude é possível. Nas linhas 39 e 40, no entanto, surge um período completamente desconexo com as informações anteriores e posteriores. Apesar disso, as informações subseqüentes (linhas 40 a 50) são muito bem colocadas, a não ser a última informação, sobre o salário mínimo, cujo aumento não é definido (linha 50)

d2) Veja-se adiante o desempenho no pós-teste

31 Os responsáveis pela política econômica não podem, porém, escapar das  
32 decisões sobre quem deverá ser mais beneficiado - ou prejudicado - com as me-  
33 didas a serem tomadas. Em uma economia capitalista é impossível deixar de ado-  
34 tar uma política econômica que deixe de obedecer a lógica do capitalismo, que  
35 ameaça ou deixe de garantir o lucro e a acumulação de capital. Existe sempre  
36 a possibilidade e, mais do que isto, a necessidade de optar entre uma políti-  
37 ca econômica progressista e uma política conservadora. Fundamentalmente a  
38 distinção entre conservadores e progressistas deve ser buscada na tentativa  
39 dos verdadeiros economistas, economistas progressistas de compatibilizar de  
40 forma efetiva desenvolvimento econômico com distribuição de renda. Para al-  
41 cançar uma distribuição de renda mais igualitária os instrumentos fundamen-  
42 tais são três: 1) uma reforma tributária que implante impostos progressivos;  
43 2) a orientação da despesa pública para atender aos mais pobres em vez de pre-  
44 vilegiar os ricos; e 3) uma política salarial que garanta que o salário médio  
45 real aumente à mesma taxa que o aumento da produtividade, e o salário mínimo  
46 real a uma taxa maior.

O desempenho dos alunos no pós-teste é melhor na medida em que a equipe consegue aglutinar em um único parágrafo todas as formações relevantes da seção 3. Em termos de coesividade interna o excerto é perfeito, pois faz uma clara ligação com os dados da segunda seção. Também é digna de nota a influência da fase de elaboração de redações, durante a instrumentalização, haja vista a qualidade redacional obtida.

d3) Observe-se a comparação dos desempenhos

Esquema	Pré-teste	pós-teste
(2.3.2) apres. da argumentação		
9. Opções ideológicas	não	não
10. Lógica capitalista	sim (31-2)	sim (33-5)
11. Opções Capitalista e Social.	sim (33-6)	sim (35-7)
12. Diferença básica	sim (40-3)	sim (37-40)
13. Instrumentos: a) tributário	sim (46)	sim (42)
b) despesas	sim (47-8)	sim (43-4)
c) salário	sim (49-50)	sim (44-6)

e) Seção nº 4

A seção nº 4 apresenta os limites econômicos. Há, nesta parte do original 12 (doze) parágrafos (do 2º ao 31º do texto-base), sendo que o parágrafo de nº 20 introduz os limites tanto econômicos quanto políticos.

Ao todo são apresentados por Bresser Pereira 6 limitações econômicas: sobre a imprecisão ideológica da teoria usam-se os parágrafos, 21, 22 e 23 do original; o 24º parágrafo apresenta o caráter excessivamente abstrato da teoria econômica; o 25º e 26º dão conta sobre a influência instrumental da Política Econômica; a discussão sobre a limitação do governo em relação às condicionantes das leis econômicas acontece nos parágrafos 27, 28 e 29; o 5º limite, a crescente interdependência das políticas econômicas nacionais e o 6º, a existência da dinâmica do ciclo econômico, ocupam o 30º e 31º parágrafos.

Em suma, resumir a seção é levantar os referidos limites.

Esquema

(2.3.2) Apresentação da argumentação

medidas. 14. Seja qual a opção ideológica adotada há limites econômicos e políticos para a ação das

15. São limites econômicos:

- a) Imprecisão ideológica da teoria;
  - b) Caráter abstrato da teoria;
  - c) Insuficiência de instrumentos;
  - d) Limitação do governo;
  - e) Interdependência de Economias Nacionais;
  - f) Existência da dinâmica do Ciclo Econômico.
- e1) Veja-se agora o resumo dos alunos no pré-teste

51 Seja qual for a opção ideológica de política, sempre haverá limitações  
52 diversas. A imprecisão no caráter econômico ideológico é a primeira limita-  
53 ção, porque uma ciência imprecisa, que tem como objetivo o comportamento dos  
54 homens e mulheres dotados de um razoável grau de liberdade, pois estes tem in-  
55 teresses poderosos, e, distinguir teoria ideológica e econômica nem sempre é  
56 fácil. Em certos momentos é possível tomar uma atitude de política econômica  
57 dramática. Ficamos então com a impressão de que a política econômica tudo po-  
58 de. Mas essas medidas só devem ser adotadas em circunstâncias realmente neces-  
59 sárias pois são sempre muito perigosas, podendo trazer consequências indesejá-  
60 veis. Todas essas decisões tomadas tem seu custo, esta lei também se aplica à  
61 Política Econômica, se liberarmos os preços, a consequência indesejada poderá  
62 ser a aceleração da inflação. O mais grave no entanto é que a inflação atinge  
63 níveis insuportáveis. Daí o governo é obrigado a financiar sua dívida interna  
64 mobiliária a uma taxa de juros nominal, aproximadamente igual a taxa de infla-  
65 ção do dia.

Dois seis limites econômicos, apenas o 1º é apresentado, se bem que com comentários adicionais desnecessários (linhas 52 a 56). o 2º limite nem é mencionado. O 3º, "insuficiência instrumental, é esquecido em favor dos comentários subsequentes. Daí para frente o que se vê são comentários esparsos sobre cada um dos limites. O que se pode inferir é que a equipe não entendeu a parte resumida e para o pesquisador isso reflete a não-observância anterior, por parte da equipe, do componente "objetivos específicos".

e2) Veja-se agora o desempenho da equipe após a aplicação do modelo

47 A primeira limitação de caráter econômico reside na própria imprecisão  
48 e no caráter ideológico de grande parte da teoria econômica, a economia  
49 política é uma ciência social e portanto, inerente, uma ciência imprecisa.  
50 Na verdade, uma limitação à política econômica é o caráter excessivamente abs-  
51 trato e, em consequência, desligado da realidade de grande parte da teoria  
52 econômica, especialmente da teoria econômica neoclássica e monetarista.

53 Limite de caráter diverso é aquele representado pela insuficiência  
54 dos instrumentos de política econômica, mais grave é o fato de que o poder  
55 efetivo que o governo tem de manipular esses instrumentos é limitado porque  
56 as leis econômicas são mais fortes. Outra limitação econômica para a ação do  
57 governo reside na crescente interdependência das políticas econômicas nacio-  
58 nais, finalmente em um plano mais geral; a limitação econômica fundamental  
59 da ação do governo é a existência da dinâmica do ciclo econômico. (...)

Duas coisas a se comentar com esse excerto: 1º) a equipe não faz uma transição mais branda entre a 3ª e 4ª seções. No texto-base essa transição existe no parágrafo nº 20 e poderia ter sido aproveitada; 2º) pela primeira vez a equipe não termina dados de uma seção em ponto final de parágrafo. Como se verá adiante, o tema da seção de nº 5 é bem diferente do tema dessa seção, o que não justificaria a presença de informações das suas seções num mesmo parágrafo.

Com relação ao conteúdo, todos os 6 itens são arrolados, o que, haja vista o fraco desempenho anterior, é sinal de adoção de melhores critérios.

e3) Observe-se agora o desempenho comparado:

Esquema	Pré-teste	Pós-teste
(2.3.2) apres. da Argumentação		
14. opção, há limites	sim (51-2)	não
15. limites econômicos		
a) imprecisão ideológica	sim (52-6)	sim (47-9)
b) abstração teórica	não	sim (50-2)
c) insuficiência instrumental	não	sim (53-4)
d) poder limitado	não	sim (54-6)
e) interdependência econômica	não	sim (56-8)
f) dinâmica do ciclo econômico	não	sim (58-9)

f) Seção nº 5

Nesta seção de 5 parágrafos (do 32º ao 36º), o autor começa a discutir limites de cunho político. No parágrafo introdutório (nº 32) afirma:

“Se os limites de caráter econômico, especial mente em um país sub-desenvolvido e em crise como o Brasil, inviabilizam o que os economistas chamam de “sintonia fina”, ou seja, o ajustamento preciso das variáveis econômicas fundamentais, os limites de caráter político podem inviabilizar a própria política econômica.” (p.13).

O 33º parágrafo da seção define o que é limitação política e da duas conseqüências para essa limitação: a) a falta de firmeza do governo gerando populismo ou fisiologismo, ou b) excesso de poder dos grupos de pressão ou “lobbies”. O 34º parágrafo desenvolve o tema; o 35º apresenta os pontos onde ficam mais patentes as limitações ou sejam o problema do deficit público e da política fiscal; e o 36º é uma digressão teórica sobre as posturas frente ao problema dos keynesianos e dos monetaristas.

Em suma, a seção poderia ser assim esquematizada:

Esquema

(2.3.2) Apresentação da argumentação

16. Limites econômicos inviabilizam a chamada “sintonia fina”.

Limites políticos inviabilizam a própria Política Econômica.

17. Lím. Político = incapacidade de ação e falta de vigor.

18. Conseqüências: a) falta de firmeza - Fisiologismo/Populismo. b) excesso de poder dos “lobbies”.

19. Manifestações: deficit público e política fiscal.

f1) Desempenho da equipe no pré-teste

Não há dados no pré-teste que advenham dessa seção. A equipe a omitiu inteiramente, o que é muito significativo na proporção em que são introduzidos nessa seção os limites políticos.

f2) Desempenho da equipe no pós-teste

(...) Limitação

60 política por parte do governo significa falta de poder, significa incapacidade-  
61 de de agir com a independência e o vigor necessários para levar adiante uma  
62 política econômica adequada, as limitações políticas às decisões econômicas  
63 ficam patentes em relação ao problema do déficit público ou, mais amplamente,  
64 da política fiscal.

Apesar da equipe apresentar dados importantes da seção, fica ao pesquisador a impressão de que os alunos não conseguiram abstrair a importância das informações nela contidas. Um sistema disso é a inclusão desses dados como parte do parágrafo anterior (ver e2) onde a preocupação era apresentar 4 dos 6 limites econômicos desenvolvidos pelo professor Bresser Pereira. Sem dúvida alguma, a equipe não captou a função dessas informações no contexto geral do trabalho.

O ideal nesse caso era a colocação de todos os limites econômicos (seção nº 4) em um único parágrafo e os dados da seção nº 5 em outro.

f3) Em termos de apresentação dos itens veja-se o quadro comparativo:

Esquema	Pré-teste	Pós-teste
((2.3.2) Apres. da Argumentação		
116. diferença entre lim. ec. e pol.	não	não
117. definição de lim. político	não	sim (59-62)
118. conseqüências dos lim. pol.	não	não
119. manifestação dos lim. pol.	não	sim (62-4)

g) Seção nº 6

Essa seção possui 7 parágrafos e, com exceção do 37º que discute a definição e processo de conduta dos "lobbies", basicamente apresenta os meios de superação dos limites políticos, com ênfase variável "legitimidade".

O 38º parágrafo, pela sua importância possui dados que deveriam ser levados em conta por qualquer resumo, pois resumem a seção como um todo.

"Tanto os grupos de pressão quanto as condicionantes ideológicas estabelecem limitações para a política econômica. Essas limitações, entretanto, podem ser parcialmente superadas pelo governo, dependendo de três variáveis: 1) da legitimidade do próprio governo; 2) das alianças que logrem realizar; 3) da qualidade moral - entendida essa expressão em seu sentido amplo - de seus líderes." (p.15)

Do 39º em diante, Bresser Pereira discute o problema da legitimidade do Governo, problemas de governabilidade no País, a relação da legitimidade e êxitos ou fracassos administrativos. Por fim, o 43º parágrafo é uma revisão histórico-social do processo de redemocratização do país sob o prisma de fatores econômicos. Sem dúvida, uma maneira de pré-introduzir o 3º objetivo específico, a saber, a relação Política Econômica e Democracia.

Em essência a seção possui o seguinte esquema:

Esquema:

(2.3.2) Apresentação da Argumentação

2.0 - Grupos de pressão e condicionantes ideológicos estabelecem limitações.

2.1 - Elas podem ser superadas dependendo de 3 variáveis:

a) legitimidade do governo;

b) alianças que logre realizar;

c) qualidade moral de seu líderes.

g1) Observe-se agora o desempenho dos alunos no pré-teste:

66 Os grupos de pressão, são um fenômeno típico das Democracias modernas.  
67 Pressionam o Executivo, o Legislativo e o Judiciário, usam de todos os meios  
68 legais e ilegais para alcançarem seus objetivos. Mas o governo pode superar  
69 tudo isso, dependendo de três variáveis.

70 1. Da legitimidade do próprio governo;

71 2. Da aliança que logre realizar;

72 3. Da qualidade moral, entendida esta expressão em seu sentido amplo de  
73 seus líderes.

74 Um governo é legal quando assumiu o poder de acordo com as Leis vigentes  
75 no país. Conserva apenas o poder Legal Formal. Pode editar Decretos, Portas-  
76 ras, Resoluções, gastar ou deixar de gastar; mas sem o apoio na sociedade ci-  
77 vil, o próprio poder formal tende a diminuir.

78 No Brasil o Processo de Redemocratização ocorrido entre 1975 e 1984 foi  
79 fruto da Aliança de Setores Democráticos e Progressistas das classes médias  
80 (Média Burguesa e Média Tecnoburocrática).

Há um contraste muito grande entre a ausência de dados da seção nº 5 com a abundância de dados da seção nº 6. A falta anterior, contudo faz as informações acima apresentadas não terem coerência externa com o texto-base, nem terem coesão e coerência interna com os dados anteriores.

No resumo dos alunos em pré-teste, as informações que antecedem esse excerto, dão conta das variáveis econômicas que limitam a ação da Política Econômica (ver e1). Logo, a ligação entre as informações das linhas 64 e 65 não se conectam bem com a menção dos grupos de pressão (linha 66 em diante). Isso ocorre porque entre essas informações há a ausência de dados relativos aos limites políticos e a sua importância.

No que se refere às relações resumo/original "tudo isso" em "Mas o governo pode superar tudo isso, dependendo de três variáveis:" (68-9) não se destina apenas aos grupos de pressão, mas também às condicionantes ideológicas. Portanto, não há relação adequada entre as informações subsequentes, variáveis, entre resumo e original.

Todos os dados adicionais (l.74-80) são, no ver do pesquisador, apesar de relativamente importantes, digressões em um resumo de 3 páginas. É estranho a falta de dados da seção nº 5 e a presença desses dados no resumo. A equipe não teria lido a seção anterior?

g2) Os dados da seção nº 6 no pós-teste

(\*) Os grupos de pressão, "os lobbies", quanto as condições antes ideológicas estabelecem limitações para a política econômica.

No pós-teste a equipe nº 1 reservou pouquíssimo espaço para a seção nº 6. A inclusão dos dados da seção no mesmo parágrafo que se atém às limitações econômicas já fora criticado. Além disso, a ausência de "tanto" antes de "os grupos de pressão", faz do excerto algo confuso. Conseqüentemente, tanto a nível coesivo, quanto a nível de coerência, os dados são inadequadamente colocados. Por fim, é estranho que as variáveis de superação não tenham aparecido no resumo dos alunos. A impressão que fica é de uma precipitação ao se resumir essa seção.

g3) Veja-se os desempenhos comparativamente:

Esquema	Pré-teste	Pós-teste
(2.3.2) apres. da Argumentação		
20. Lobbies e ideologias	par (66-8)	ina (64-5)
21. Variáveis de superação	ina (68-73)	não

h) Seção nº 7

Nesta parte em particular percebe-se que o autor tenta justificar, situações e atos enquanto Ministro da Fazenda. Os quatro parágrafos desta seção (44 a 47), no entanto, possuem dados importantes para a elaboração de resumos. O 44º, pondera que o responsável pela Política Econômica tem de estar atento às limitações como 1º passo e, deve estabelecer estratégias de superação como um 2º passo. O 45º parágrafo, afirma ser essa tarefa facilitada de acordo com a legitimidade do governo. O 46º parágrafo, de teor mais técnico, apresenta informações sobre estratégias aplicadas na prática pelo autor. no sentido de provar na prática sua teoria. Por seu turno, o 47º parágrafo estabelece como fundamental e essencial o apoio do governante para a efetivação de medidas de Política Econômica. O autor termina a sua discussão afirmando que, se esse apoio falta, é melhor a desistência do responsável pela área econômica.

Veja-se o esquema dessa seção:

Esquema:

(2.3.2) Apresentação da Argumentação

1. O administrador deve elaborar estratégias de superação
  - a) reconhecer limitações - 1º passo;
  - b) tentar superá-las ou contorná-las - 2º passo;
2. A legitimidade facilita essa tarefa.
3. O essencial é o apoio do governante.



## h1) O desempenho da equipe no pré-teste:

81 O Homem Público é mais particularmente o responsável pela política econô-  
82 mica, deve portanto, estar sempre desenvolvendo estratégias para superar as  
83 condicionantes que enfrenta. Ter consciência clara dos limites econômicos e  
84 políticos que o cercam é o primeiro passo.

"Portanto" na linha 82 é significativo como elemento coesivo e se pode dizer que se conecta bem com os dados da seção anterior. Por outro lado a ausência do 2º passo deixa a informação das etapas das estratégias falha na medida que o autor do artigo complementa seu raciocínio com 2 passos metodologicamente ligados. A ausência de dados sobre a legitimidade e o apoio governamental é significativa.

## h2) O desempenho da equipe no pós-teste:

66 O homem público e mais particularmente o responsável pela política  
67 econômica deve, estar sempre desenvolvendo estratégias para superar as con-  
68 dicionantes que enfrenta. As limitações econômicas e políticas podem sempre  
69 ser contornadas ou superadas. Já a falta de apoio do chefe do governo, invia-  
70 biliza qualquer política econômica. (...)

Novamente a equipe não termina os dados da seção em ponto final de parágrafo e tem um desempenho fraco, o que se percebe agora é a ausência dos passos para a superação e a questão da legitimidade. O apoio governamental, entretanto, é apresentado convenientemente.

## h3) Compare-se agora os desempenhos obtidos nos testes:

Esquema	Pré-teste	Pós-teste
(2.3.2) Apres. da Argumentação		
22. estratégias de superação	sim (81-3)	sim (66-8)
23. 1º e 2º passos	par (83-4)	não
24. legitimidade	não	não
25. apoio governamental	não	sim (68-70)

## i) Seção nº 8

Para quem leu a introdução do artigo, fica claro que uma das seções finais deveria discutir o caráter da relação entre a democracia e a Política Econômica. A seção nº 8, se bem que as duas anteriores já discutam temas inerentes à democracia, preocupa-se basicamente sobre o autoritarismo nas decisões de Política Econômica ou sua não-utilização. Trata-se de uma seção difícil para a escolha do principal e do acessório, uma vez que os argumentos são inter-relacionados.

O 48º parágrafo do artigo questiona a eficácia do autoritarismo como meio facilitador de tomadas de atitudes econômicas. A discussão do 49º parágrafo fixa-se em como resolver o problema do autoritarismo nessas decisões ponderando que decisões econômicas por votação seria algo impensável. Bresser defende que é necessário aumentar o grau de democracia nas decisões e nos parágrafos subsequentes elege a ausência de transparência nas decisões e informações e a manipulação de dados como algo antidemocrático e imoral.

O 53º parágrafo fixa-se num problema anômalo: "Os choques heterodoxos", uma vez que são emergenciais e devem ser feitos de surpresa. Nessa discussão ele afirma que era sua intenção, por ocasião do "Plano Bresser", a promoção de um amplo debate nacional na forma de um "pacto social" e, depois de um ano, a implementação de um plano macroeconômico desse debate provindo.

Em termos funcionais, a seção apresenta a argumentação em seu objetivo específico (nº 3).

Decorre dessa rápida análise o seguinte esquema:

Esquema:

(2.3.2) Apresentação da Argumentação

26. O autoritarismo pode ser elemento de valia para a implemetação de políticas econômicas.

27. Deve-se aumentar o grau democrático das decisões.

28. Para tanto precisa-se: a) transparência de decisões; b) não manipulação de dados.

29. Problema anômalo: "chques heterodoxos".

i1) O desempenho da equipe no pré-teste

A não presença de dados dessa seção no resumo é prova inequívoca da importância do ensino dos Componentes Temáticos. Se a equipe houvesse atentado para esse Componente e procurado no texto dados que comprovassem a pertinência do 3º objetivo específico traçado pelo autor, de maneira alguma omitiria as informações da seção nº 8.

i2) O desempenho no pós-teste

Geralmente, em um regime democrático, de-  
71 veria ser o parlamento o fórum mais adequado. Em certos casos, conselhos ou  
72 comissões podem ser mais úteis. Mas todos esses fóruns de discussão e de de-  
73 cisão são limitados. Ora, um choque de preços representa um caso limite de  
74 uso do poder em política econômica. Necessita, portanto, como condição essen-  
75 cial do seu sucesso a aprovação e a participação da sociedade, não apenas na  
76 fiscalização de preços, mas na própria formulação do plano.

A coesão desse excerto que termina o parágrafo que se inicia na linha 66 é discutível. A nível de conteúdo, a equipe não resgata convenientemente nenhum dos itens de real importância da seção. Dessa forma o que se vê são dados esparsos que tangenciam as informações de fato relevantes na 8ª seção do artigo de Bresser Pereira. Além do mais, o excerto é problemático como resumo da referida seção pois o conteúdo acima não equivale ao conteúdo do original.

i3) Veja-se a análise comparativa:

Esquema	Pré-teste	Pós-teste
(2.3.2) Apres. da Argumentação		
26. autoritarismo	não	não
27. grau democrático	não	não
28. providências	não	não
29. choques heterodoxos	não	não

j) Seção nº 9 (Conclusiva)

A última seção corresponde às ponderações finais do autor e são apresentadas em 1ª pessoa, no decorrer de 4 parágrafos (do nº 54 ao nº 57). No 51º, Bresser afirma que, mais do que importantes, há grandes limitações políticas e econômicas, fazendo das decisões democráticas e competentes, algo desafiante. No 55º parágrafo, graças a experiência do autor, afirma-se que o papel preponderante do sucesso ou fracasso na área econômica está na qualidade do papel do chefe de governo, em vez de estar nas variáveis sócio-econômicas, como aprogoam os cientistas sociais. Fica claro então, no 56º parágrafo, que para o escritor só homens públicos com características de estadistas são capazes de superar todas as limitações estudadas anteriormente.

O artigo termina com afirmações relativas à necessidade de exigência de qualidades morais ao dirigente. Num claro repúdio a quem se esconde por trás das variáveis econômicas, na tentativa de explicação dos seus fracassos na área, Luiz Bresser Pereira escreve:

“Essas limitações podem explicar o êxito parcial e até o fracasso de certas políticas econômicas, mas jamais justificam a conveniência ou a rendição a essas limitações.” (p.20)

Veja-se agora o esquema resultante da seção:

Esquema:

(3.1.1) Conclusões frente aos objetivos

30. São grandes as esperanças, maiores as limitações da Política Econômica.

31. Cientistas sociais dão grande valor às variáveis econômicas, mas o papel do governante é preponderante.

34. As limitações podem explicar êxitos ou fracassos na área de política econômica, mas nunca rendição ou conveniência.

j1). O desempenho dos alunos no pré-teste:

85 As esperanças depositadas nesta Política Econômica são muito grandes.  
86 Mas, tudo isso, toda essa esperança depende das qualidades dos governantes.  
87 A dignidade - a honestidade - o despreendimento - a coragem e suas qualidades  
88 culturais. E isso é indispensável. Pois todos os Homens com essas qualidades  
89 são capazes de enfrentar e superar todos os problemas políticos e Econômicos  
90, que possam surgir.

A equipe nº 1, durante o pré-teste, tentou, no que tange à seção conclusiva, adaptar a linguagem do autor. Nessa tentativa louvável, contudo, ela não conseguiu captar o principal da seção. Com relação ao primeiro período (l.85) a equipe fala em esperanças, mas não nas limitações. O papel do dirigente é, então, parcialmente trabalhado com a redação própria dos alunos. Entretanto, a equipe perde-se nos comentários adicionais. Além disso, repare-se “Pois” (linha 88) e a sua pertinência como primeira palavra de período explicativo após “E isso é indispensável”.

j2) O desempenho do alunos no pós-teste.

77 Espero ter deixado claro nesta aula que, se as esperanças depositadas  
78 na política econômica são muito grandes, maiores ainda são as limitações ou  
79 as condicionantes econômicas e políticas que pesam sobre ela. É preciso en-  
80 tretanto, não superestimar essas condicionantes. É preciso lembrar que uma  
81 parte ponderável dessas limitações pode ser superada pelas qualidades morais  
82 e culturais dos governantes. Essas limitações podem explicar o êxito parcial  
83 e até o fracasso de certas políticas econômicas, mas jamais justificam a co-  
84 nivência ou a rendição a essas limitações.

Todos os três itens destacados foram apresentados nesse excerto. Apesar de não se fazer menção aos cientistas sociais, a equipe conecta muito bem o 2º item, fazendo do seu resumo algo coerente com o texto-base.

Em termos de coesão e coerência interna repare-se o vocabulo “aula” (linha 77) que a equipe retoma fazendo uma ligação perfeita com a linha 7 (ver a2), onde, ao apresentar os objetivos específicos o autor diz “Nesta aula inaugural, (...)”.

A qualidade desse último excerto faz questionar a queda de qualidade nas seções atinentes aos limites políticos. Há duas hipóteses para isso no ver do pesquisador:

1º) A queda de qualidade está relacionada com a interpretação dos tópicos dos limites políticos, uma vez que é mais fácil estabelecer diferenças de assuntos ou partes de assuntos nas seções de 1 a 4;

2º) A queda de qualidade está relacionada com o abandono, já nos dados da seção nº 4, da técnica de fazer um parágrafo ou grupo de parágrafos completos para cada seção do original, uma vez que os baixos desempenhos são registrados quando a equipe apresenta várias seções num mesmo parágrafo.

Se a última seção foi melhor resumida por ser nitidamente separada da anterior, partindo-se para as conclusões, ou porque a equipe retomou a técnica de reservar um parágrafo inteiro para ela, trata-se de algo a ser pesquisado.

#### l) Análise do Texto e dos Resumos como um Todo

O texto "Os limites da política econômica" de Luiz Bresser Pereira possui uma organicidade de alto nível. Cada seção possui seu papel dentro dos objetivos específicos traçados pelo autor.

A seção introdutória contextualizada o problema em pauta, apresenta os objetivos específicos, o que dá qualidade especial ao artigo. Contudo se o autor não cumprisse o que havia programado, de nada valeria suas orientações introdutórias.

O texto não apenas segue os objetivos traçados, como os apresenta destacados, em seções específicas, o que para um leitor treinado facilita a absorção dos tópicos essenciais.

A não observação desse detalhe importantíssimo, pela equipe, no decorrer do pré-teste, sem menor sombra de dúvida, foi a causa da sua dificuldade no destaque do principal. Tal fato, por si, já justificaria o necessário treino, durante a graduação, dos componentes temáticos de textos científicos, visto que, após o curso, a equipe não só foi capaz de entender os objetivos como dados importantes, transcrevendo-os, como também foi capaz de buscá-los durante a elaboração do resumo em teste.

A seção nº 1 cumpriu o 1º objetivo específico: Fazer uma revisão dos objetivos da política econômica. Observe que no pré-teste, esses objetivos foram apenas citados, salvo o último, que possui um destaque todo diferenciado, o que revela dificuldade no delimitar o importante da seção. O texto do pós-teste, apesar do problema de não se ter dado atenção às diferentes nuances coesivas e de coerência entre texto original e resumo, teve o mérito de apresentar os objetivos com o devido e igual destaque.

A seção 2, que colocou o princípio da racionalidade como básico, já se insere na apresentação dos limites e no pré-teste foi apresentada equivocadamente como partes dos objetivos, embora a presença do conetivo "mas", como forma de junção, no pré-teste. Comparando os resumos, já se percebe uma evolução acentuada por parte da equipe.

A seção 3, correspondente às variáveis ideológicas, é na realidade, quase que uma revisão teórica. Contudo, apresenta-o de forma a considerá-lo como limite político-básico: opção ideológica. No pré-teste houve uma dificuldade patente de contextualização, pois a equipe não conseguiu adentrar o assunto com o mesmo sentido dado no texto original. Em se observando a perfeita dosagem da seção no resumo no pós-teste, verifica-se o progresso da equipe, visto que o trabalho dos alunos não apresenta todos os tópicos essenciais, mas sobretudo, conecta-os com perfeição.

Na seção nº 4, o mínimo esperável em qualquer resumo, deveria ser as 6 limitações de caráter econômico. No pré-teste a equipe apenas apresentou 2 delas explicitamente. No pós-teste, todas as 6 foram apresentadas. Mesmo assim, a ausência de um parágrafo de transição entre as variáveis ideológicas e os limites econômicos, que havia no pré-teste, diminuiu a qualidade do mesmo.

Se houvesse algo criticável nesse texto, esse algo seria a possível interpenetração de assuntos a partir da seção nº 5. Em se observando a palpável relação assunto e seção, percebe-se que após a referida seção há maiores dificuldades de delimitação por razão desse detalhe. Talvez esteja aí a justificativa para a presença de dados de seções diferentes em parágrafos comuns no decorrer do resumo em teste.

A seção 5 apresenta os limites políticos - falta de firmeza e excesso de poder dos lobbies; a seção 6 coloca os meios de superação desses limites; a seção 7, por sua vez, apresenta o valor do governo, suas qualidades, na tarefa de superação desses limites.

No pré-teste, dados da seção 5 não existem; a 6ª seção possui flagrante falta de nexos pela falta de dados contextualizados; a 7ª em consequência disso, não reflete o sentido do texto. O curso, porém, não foi capaz de sanar os problemas da equipe nesse ponto, haja vista que o pós-teste teve problemas de contextualização, mesmo que menores, sinais de dificuldades de assimilação do essencial.

A seção nº 8 do original cumpre o papel de 3º objetivo específico, isto é, discutir as relações entre a política econômica e a democracia. A ausência de dados da seção no pré-teste, prova, mais uma vez a pertinência do ensino e treinamento dos componentes temáticos do texto científico. O pós-teste, apesar de ressaltar a seção com relevância, não capta o essencial dessa parte do texto, deixando, infelizmente, a desejar.

As conclusões frente aos objetivos traçados são colocadas na seção nº 9, e brilhantemente resumidas pela equipe no pós-teste, o que faz questionar a queda de qualidade das seções anteriores. Nessa seção o pré-teste falhou por não apresentar os dados relevantes.

Para uma análise comparativa, veja-se o quadro avaliativo do desempenho global - Quadro de Conteúdo Global, apresentado na página seguinte.

A equipe nº 1 evoluiu significativamente no que tange à quantidade de informações importantes apresentadas. Dos 45 itens destacados pelo pesquisador, o pré-teste da equipe apresentou 18 ou seja 40% do total, sendo atribuído à equipe o conceito "E". Após a instrumentalização a equipe destacou 34 itens satisfatoriamente, elevando o percentual para 76% do total esperado e, conseqüentemente, recebendo o conceito "B". Portanto, a aplicação do modelo ofertada nº 1º semestre foi capaz de melhorar o desempenho dos resumos da equipe.

Veja-se agora o 2º quadro avaliativo final - Quadro de Desempenho frente aos Componentes Temáticos:

Quadro nº 10 - Quadro de Desempenho frente aos Componentes Temáticos

Quadro Avaliativo Final - Equipe nº 1

Desempenho Frente aos Componentes Temáticos

Texto: Os Limites da Política Econômica

CCT	Componente	Texto		Pré-test		Pós-test	
		Q	N	Q	N	Q	N
-.-.-	Assunto/Tema/Enfoque	3	1,0	3	1,0	3	1,0
1.1.1	Contextualização do Problema	não	0,0	não	0,0	não	0,0
1.1.2	Definição do Problema	imp	0,5	não	0,0	imp	0,5
1.1.3	Delimitação do Problema	não	0,0	não	0,0	não	0,0
1.2.1	Objetivo Geral	imp	0,5	não	0,0	imp	0,5
1.2.2	Objetivo Específico	3	1,0	não	0,0	3	1,0
1.3	Hipótese	não	0,0	não	0,0	não	0,0
1.3	Tese	1	1,0	1	1,0	imp	1,0
1.4.1	Justificativa	4	1,0	4	1,0	4	1,0
1.4.2	Intenção	não	0,0	não	0,0	não	0,0
1.4.3	Finalidade	não	0,0	não	0,0	não	0,0
2.1.1	Revisão Bibliográfica	não	0,0	não	0,0	não	0,0
2.1.2	Revisão de Conceitos	não	0,0	não	0,0	não	0,0
2.2.1	Delineamento da Pesquisa	não	0,0	não	0,0	não	0,0
2.2.2	Variáveis	não	0,0	não	0,0	não	0,0
2.2.3	População/Amostra	não	0,0	não	0,0	não	0,0
2.2.4	Instrumento(s)	não	0,0	não	0,0	não	0,0
2.2.5	Coleta/passos	não	0,0	não	0,0	não	0,0
2.3.1	Parâmetros de Análise	não	0,0	não	0,0	não	0,0
2.3.2	Discussão	34	1,0	13	0,4	24	0,7
2.3.3	Apresentação de Dados	não	0,0	não	0,0	não	0,0
2.3.4	Interpretação de Dados	não	0,0	não	0,0	não	0,0
3.1.1	Conclusões frente Obj.Hip.Pro	3	1,0	não	0,0	3	1,0
3.1.2	Conclusões frente a limitações	não	0,0	não	0,0	não	0,0
3.1.3	Recomendações para Prática	não	0,0	não	0,0	não	0,0
3.1.4	Sugestões p/novas pesquisas	não	0,0	não	0,0	não	0,0
Nº total de Componentes Apresentados		---	7,0	---	3,4	---	6,7
Percentual de Apresentação		---	100	---	49	---	96
Conceito Final do Desempenho		---	A	---	E	---	A

## Quadro nº 9: Quadro de Conteúdo Global - Equipe nº 1

Quadro Avaliativo Final

Texto: Os Limites da Política Econômica

Autor: Luiz Bresser Pereira

NS	CCT	Informação do Texto	Pré	Pós
0	1.1.1	Importância da Política Econômica	sim	sim
		Fatores: a) Keynes	sim	sim
		b) Contas Nacionais	sim	sim
		c) Intervenção de Bancos Centrais	sim	sim
	1.3	Há limites econômicos e políticos	sim	imp
	1.2.2	Revisão dos Obj. da Pol. Econômica (a)	não	sim
		Análise dos Limites da Pol. Econômica (b)	não	sim
		Discussão da Pol. Econômica e Democracia (c)	não	sim
1	2.3.2	Desenvolvimento econômico (a)	sim	sim
		Distribuição de renda (b)	sim	sim
		Estabilidade de preços (c)	sim	sim
2	2.3.2	Racionalidade - Apresentação (a)	sim	sim
		Definição (b)	sim	sim
		Dificuldade de aplicação (c)	par	sim
3	2.3.2	Deve-se fazer opções ideológicas	não	imp
		Não-fuga da lógica capitalista	sim	sim
		Opções: Conservadora e Progressista	sim	sim
		Diferenças básicas entre elas	sim	sim
		Instrumentos de tributário (a)	sim	sim
		distribuição de Despesas (b)	sim	sim
		renda Salário (c)	sim	sim
4	2.3.2	Seja a opção há limites econômicos	sim	não
		- Imprecisão Ideológica (a)	sim	sim
		- Abstração Teórica (b)	não	sim
		- Insuficiência Instrumental (c)	não	sim
		- Poder limitado do governo (d)	não	sim
		- Interdependência econômica (e)	não	sim
		- Dinâmica do Ciclo Econômico (f)	não	sim
5	2.3.2	Diferença entre lim. Econômico e Político	não	não
		Definição de limite político	não	sim
		Consequências dos limites políticos	não	não
		Manifestações dos limites políticos	não	sim
6		Lobbies e ideologias como condicionantes	par	ina
		Variáveis de superação (1,2,3)	ina	não
7		Estratégias de superação.	ina	sim
		1º e 2º passos para a superação	par	não
		Legitimidade	não	não
		Apoio governamental	não	sim
8	2.3.2	Autoritarismo	não	par
		Aumento do grau democrático	não	par
		Providências	não	não
		O problema dos choques heterodoxos	não	par
9	3.1.1	As limitações maiores que as esperanças	par	sim
		Papel do dirigente	par	sim
		Papel das limitações	não	sim
Total de itens - 45-----			18	31
Porcentagem - cem-----			40	76
Conceito - A-----			E	B

Como se pode ver no quadro anterior, Luiz Bresser Pereira desenvolveu em seu artigo com 1 ou mais itens, 7 (sete) componentes temáticos. O pré-teste da equipe nº 11 resgatou 3,4 desses componentes, perfazendo 49% do desejado e sendo atribuído o conceito "E". Após a aplicação do modelo 6,7 componentes foram explicitados no resumo, ou seja, 96% do número esperado, fazendo com que a equipe alcançasse o conceito "A".

Dessa forma, pode-se classificar o resumo dos alunos no pós-teste como "satisfatório" em termos de busca dos componentes e apresentação de conteúdo. Onde a equipe possui dificuldades em diagnosticar o tema principal da seção é que surgiram alguns problemas de coesão e de coerência. A melhora da qualidade, por parte dos alunos, pode ser perfeitamente constatada com a leitura completa dos resumos elaborados, logo a seguir.

### Texto no Pré-teste

#### OS LIMITES DA POLÍTICA ECONÔMICA

01 A Política Econômica é crescente, porém recente. Foi só após a Segunda  
02 Guerra Mundial que ela tornou-se fator significativo e influenciou o desem-  
03 nho de cada governo sobre economia nacional. A partir daí as decisões de ca-  
04 da governo sobre Economia passaram a receber maior atenção. Hoje através da  
05 Economia pode-se medir o sucesso ou o fracasso de um governo.

06 Três fatores contribuíram e permitiram essa maior operacionalidade da  
07 política Econômica:

- 08 1. A Revolução Macroeconômica Keynesiana;
- 09 2. O Desenvolvimento dos Sistemas de Contas Nacionais;
- 10 3. O Fortalecimento da Capacidade de Intervenção do Estado na Economia,
- 11 principalmente através da criação dos Bancos Centrais.

12 Há limites Econômicos e limites Políticos. Mas, não basta que a políti-  
13 ca Econômica seja eficiente, é fundamental que também seja democrática.

14 Hoje os objetivos desta política tendem a confundir-se com os objetivos  
15 da Sociedade. Os objetivos fundamentais como a Liberdade, a Liberdade Políti-  
16 ca, a Paz e a Justiça são esquecidos ou relegados a segundo plano.

17 Já Ricardo considerava a Produção e a Distribuição de Bens, os dois ob-  
18 jetos fundamentais da Economia Política. A Estabilidade de Preços deve ser  
19 incluída entre os três objetivos desta Política, porque está associada a uma  
20 necessidade básica da humanidade; A Segurança. A inflação é portanto uma ame-  
21 aça à Elocção dos fatores de produção e ao desenvolvimento. Uma estratégia  
22 complementar seria modernizar o setor industrial através da Redução dos en-  
23 treves burocráticos às importações e a Reforma Tributária que permitiria re-  
24 duzir o déficit Público e distribuir melhor a renda. Mas, para alcançar es-  
25 ses objetivos, deve-se por em pauta o princípio da Racionalidade, ou seja a  
26 escolha dos meios mais adequados para se alcançar os fins desejados. Os sis-  
27 temas econômicos funcionem segundo este princípio ou da economia.

28 É preciso, no entanto, tomar muito cuidado porque ele dispersa decisões  
29 autoritárias e burocráticas porque quando aqueles que tomam decisões preten-  
30 dem ser ideologicamente neutros, observam somente os ditames da razão técni-  
31 ca. É certo que estamos falando de países capitalistas. Em uma economia ca-  
32 pitalista é impossível deixar de adotar uma política Econômica Capitalista.

33 Geralmente são adotadas pelos formuladores da Política, alternativas  
34 conservadoras, por uma série de razões. Pois as pressões das Empresas são  
35 muito fortes. Entretanto existe a opção por uma alternativa socialmente pro-  
36 gressiva. Durante vinte anos de política Econômica conservadora. Esta alter-  
37 nativa foi inaugurada no Brasil com a ascensão de Dilson Funaro ao Ministé-  
38 rio da Fazenda.

39 Reconhecemos que os empresários são os grandes responsáveis pelo desen-  
40 volvimento. Fundamentalmente a distinção entre conservadores e progressistas  
41 deve ser buscada na tentativa dos verdadeiros economistas progressistas de  
42 compatibilizar de forma efetiva o desenvolvimento Econômico com distribuição  
43 de renda.

44 Existem três Instrumentos fundamentais para alcançar uma distribuição  
45 igualitária das rendas:

- 46 1. Uma reforma tributária que implante impostos progressivos;
- 47 2. A orientação da despesa públicas para atender os mais pobres em vez  
48 de privilegiar os mais ricos;
- 49 3. Uma política salarial que permitã que o salário médio real, aumente  
50 a mesma taxa que o aumento da produtividade, e o Salário Mínimo Real aumente.

51 Seja qual for a opção ideológica de política, sempre haverá limitações  
52 diversas. A imprecisão no caráter econômico ideológico é a primeira limita-

53 ção, porque uma ciência imprecisa, que tem como objetivo o comportamento dos  
54 homens e mulheres dotados de um razoável grau de liberdade, pois estes tem in-  
55 teresses poderosos, e, distinguir teoria ideológica e econômica nem sempre é  
56 fácil. Em certos momentos é possível tomar uma atitude de política econômica  
57 dramática. Ficamos então com a impressão de que a política econômica tudo po-  
58 de. Mas essas medidas só devem ser adotadas em circunstâncias realmente neces-  
59 sárias pois são sempre muito perigosas, podendo trazer consequências indesejá-  
60 veis. Todas essas decisões tomadas tem seu custo, esta lei também se aplica à  
61 Política Econômica, se liberarmos os preços, a consequência indesejada poderá  
62 ser a aceleração da inflação. O mais grave no entanto é que a inflação atinge  
63 níveis insuportáveis. Daí o governo é obrigado a financiar sua dívida interna  
64 mobiliária a uma taxa de juros nominal, aproximadamente igual a taxa de infla-  
65 ção do dia.

66 Os grupos de pressão, são um fenômeno típico das Democracias modernas,  
67 pressionam o Executivo, o Legislativo e o Judiciário, usam de todos os meios  
68 legais e ilegais para alcançarem seus objetivos. Mas o governo pode superar  
69 tudo isso, dependendo de três variáveis,

- 70 1. Da legitimidade do próprio governo;
- 71 2. Da aliança que logre realizar;
- 72 3. Da qualidade moral, entendida esta expressão em seu sentido amplo de
- 73 seus líderes.

74 Um governo é legal quando assumiu o poder de acordo com as Leis vigentes  
75 no país. Conserva apenas o poder Legal Formal. Pode editar Decretos, Porta-  
76 rias, Resoluções, gastar ou deixar de gastar; mas sem o apoio na sociedade ci-  
77 vil, o próprio poder formal tende a diminuir.

78 No Brasil o Processo de Redemocratização ocorrido entre 1975 e 1984 foi  
79 fruto da Aliança de Setores Democráticos e Progressistas das classes médias  
80 (Média Burguesa e Média Tecnoburocrática).

81 O Homem Público é mais particularmente o responsável pela política econô-  
82 mica, deve portanto, estar sempre desenvolvendo estratégias para superar as  
83 condicionantes que enfrenta. Ter consciência clara dos limites econômicos e  
84 políticos que o cercam é o primeiro passo.

85 As esperanças depositadas nesta Política Econômica são muito grandes.  
86 Mas, tudo isso, toda essa esperança depende das qualidades dos governantes.  
87 A dignidade - a honestidade - o despreendimento - a coragem e suas qualidades  
88 culturais. E isso é indispensável. Pois todos os Homens com essas qualidades  
89 são capazes de enfrentar e superar todos os problemas políticos e Econômicos  
90, que possam surgir.

## Texto no Pós-Teste

### OS LIMITES DA POLÍTICA ECONÔMICA

01 A importância da política econômica é crescente e relativamente recen-  
02 te. Foi só após a Segunda Guerra Mundial que a política econômica ganhou sufi-  
03 ciente operacionalidade. São conhecidos os fatores que permitiram esse maior  
04 operacionalidade da política econômica: 1) a revolução macroeconômica keyne-  
05 siana; 2) o desenvolvimento dos sistemas de contas nacionais; 3) o fortaleci-  
06 mento da capacidade de intervenção do Estado na economia, principalmente atra-  
07 vés da criação dos bancos centrais. Nesta aula inaugural, depois de fazermos  
08 uma breve revisão dos objetivos da política econômica, analisaremos seus limi-  
09 tes econômicos e políticos, e terminaremos discutindo suas relações com a de-  
10 mocracia, já que não basta que a política econômica seja eficiente; é funda-  
11 mental que ela seja também democrática.

12 Os objetivos econômicos fundamentais - o desenvolvimento, a distribui-  
13 ção de renda, e a estabilidade de preços - podem ser alcançados com maior ou  
14 menor eficiência, dependendo da política econômica adotada, levou a esse su-  
15 perestimação dos objetivos econômicos. O desenvolvimento econômico - a maximi-  
16 zação da produção de bens e serviços por trabalhador, o pleno e o mais efici-  
17 ente emprego desses trabalhadores através da acumulação de capital e da incor-  
18 poração de progresso técnico. Certos economistas poderão argumentar que o ob-  
19 jetivo de uma distribuição mais igual da renda não é apenas econômico, mas es-  
20 sa é uma visão muito estreita do campo específico da economia. Finalmente a  
21 estabilidade de preços deve ser incluída entre os três objetivos da política  
22 econômica porque está associada a uma das necessidades básicas da humanidade:  
23 a segurança.

24 Para alcançar esses objetivos a política econômica deverá se pautar  
25 por um princípio básico: o princípio da racionalidade. Em termos muito gerais  
26 o princípio da racionalidade se define pela escolha dos meios mais adequados  
27 para se alcançar os fins visados. Definido nesses termos o princípio da racio-  
28 nalidade parece algo óbvio cuja obediência não deveria ter problemas. E no en-  
29 tanto, nada é mais difícil em política econômica do que segui-lo, tais são as  
30 pressões políticas para violentá-lo.



31 Os responsáveis pela política econômica não podem, porém, escapar das  
 32 decisões sobre quem deverá ser mais beneficiado - ou prejudicado - com as me-  
 33 didas a serem tomadas. Em uma economia capitalista é impossível deixar de ado-  
 34 tar uma política econômica que deixe de obedecer a lógica do capitalismo, que  
 35 ameaça ou deixe de garantir o lucro e a acumulação de capital. Existe sempre  
 36 a possibilidade e, mais do que isto, a necessidade de optar entre uma políti-  
 37 ca econômica progressista e uma política conservadora. Fundamentalmente a  
 38 distinção entre conservadores e progressistas deve ser buscada na tentativa  
 39 dos verdadeiros economistas, economistas progressistas de compatibilizar de  
 40 forma efetiva desenvolvimento econômico com distribuição de renda. Para al-  
 41 cançar uma distribuição de renda mais igualitária os instrumentos fundamen-  
 42 tais são três: 1) uma reforma tributária que implante impostos progressivos;  
 43 2) a orientação da despesa pública para atender aos mais pobres em vez de pre-  
 44 vilegiar os ricos; e 3) uma política salarial que garanta que o salário médio  
 45 real aumente à mesma taxa que o aumento da produtividade, e o salário mínimo  
 46 real a uma taxa maior.

47 A primeira limitação de caráter econômico reside na própria impreci-  
 48 são e no caráter ideológico de grande parte da teoria econômica, a economia  
 49 política é uma ciência social e portanto, inerente, uma ciência imprecisa.  
 50 Na verdade, uma limitação à política econômica é o caráter excessivamente abs-  
 51 trato e, em consequência, desligado da realidade de grande parte da teoria  
 52 econômica, especialmente da teoria econômica neoclássica e monetarista.

53 Limite de caráter diverso é aquele representado pela insuficiência  
 54 dos instrumentos de política econômica, mais grave é o fato de que o poder  
 55 efetivo que o governo tem de manipular esses instrumentos é limitado porque  
 56 as leis econômicas são mais fortes. Outra limitação econômica para a ação do  
 57 governo reside na crescente interdependência das políticas econômicas nacio-  
 58 nais, finalmente em um plano mais geral, a limitação econômica fundamental  
 59 da ação do governo é a existência da dinâmica do ciclo econômico. Limitação  
 60 política por parte do governo significa falta de poder, significa incapacida-  
 61 de de agir com a independência e o vigor necessários para levar adiante uma  
 62 política econômica adequada, as limitações políticas as decisões econômicas  
 63 ficam patentes em relação ao problema do déficit público ou, mais amplamente,  
 64 de política fiscal. Os grupos de pressão, "os lobbies", quanto as condicio-  
 65 nantes ideológicas estabelecem limitações para a política econômica.

66 O homem público e mais particularmente o responsável pela política  
 67 econômica deve, estar sempre desenvolvendo estratégias para superar as con-  
 68 dicionantes que enfrenta. As limitações econômicas e políticas podem sempre  
 69 ser contornadas ou superadas. Já a falta de apoio do chefe do governo, invia-  
 70 biliza qualquer política econômica. Geralmente, em um regime democrático, de-  
 71 veria ser o parlamento o fórum mais adequado. Em certos casos, conselhos ou  
 72 comissões podem ser mais úteis. Mas todos esses fóruns de discussão e de de-  
 73 cisão são limitados. Ora, um choque de preços representa um caso limite de  
 74 uso do poder em política econômica. Necessite, portanto, como condição essen-  
 75 cial do seu sucesso a aprovação e a participação da sociedade, não apenas na  
 76 fiscalização de preços, mas na própria formulação do plano.

77 Espero ter deixado claro nesta aula que, se as esperanças depositadas  
 78 na política econômica são muito grandes, maiores ainda são as limitações ou  
 79 as condicionantes econômicas e políticas que pesam sobre ela. É preciso en-  
 80 tretanto, não superestimar essas condicionantes. É preciso lembrar que uma  
 81 parte ponderável dessas limitações pode ser superada pelas qualidades morais  
 82 e culturais dos governantes. Essas limitações podem explicar o êxito parcial  
 83 e até o fracasso de certas políticas econômicas, mas jamais justificam a co-  
 84 nivência ou a rendição a essas limitações.

### 4.3 - Análise Conjunta dos Resumos da Fase de Testes

Analisa-se nesta seção os desempenhos das equipes de experimento em duas fases distintas: na primeira, o pré-teste, os alunos divididos conforme o número de artigos do volume 8, nº 3, da Revista de Economia Política, num total de 8 equipes, resumiram os referidos artigos sem orientação. O objetivo desse trabalho era avaliar o estágio da turma de experimento nas habilidades de resumo e elaboração de textos científicos. Na segunda fase, as equipes retomaram os mesmos artigos e refizeram a atividade de resumo dos mesmos. Nessa ocasião, o pesquisador, por intermédio da fase de aplicação do modelo, já havia interferido na turma e, conseqüentemente, a reelaboração de todo o trabalho teve o objetivo de avaliar a evolução, positiva ou não, de cada desempenho.

Todo esse trabalho pode ser visto nas análises feitas no Apêndice II, porém, fundamental agora é o confronto desses resultados de forma conjunta. Esse confronto é que pôde gerar dados para a elaboração da conclusão desta pesquisa.

Para que isso fosse possível, houve mister transportar para essa seção todos os dados finais pertencentes aos dois quadros avaliativos finais de desempenho, ou seja, os dados finais do "Quadro de Conteúdo Global", onde se avaliou a quantidade de itens que cada equipe destacou em seus resumos e que, na avaliação do pesquisador serviram de suporte ou ápice argumentativo no parágrafo ou no componente em pauta em cada caso; e o "quadro de desempenho frente aos Componentes Temáticos", onde a preocupação foi o desempenho das equipes com relação ao uso desses componentes no processo de depreensão de dados do texto-base.

Esse transporte cria um quadro para esse confronto, que é explicado a seguir:

O quadro nº 11 tem a seguinte composição: cada equipe possui uma linha e é reservado no canto baixo esquerdo um espaço para a valoração das médias obtidas pelas oito equipes de experimento; no setor superior pode-se ver da esquerda para a direita: uma coluna para colocação do número de itens destacados pelo pesquisador (coluna 1), cada texto-base trabalhado tem, portanto, a quantidade de itens conforme essa coluna; na coluna 2 destacam-se as fases de experimento, ou seja, pré-teste e pós-teste, os dados de cada equipe são então dicotizados, conforme sejam relativos ao pré ou ao pós-teste; na coluna nº 3 são colocados os números de itens destacados pelas equipes nos dois testes; a coluna nº 4 por sua vez se destina a avaliação percentual dos destaques dos alunos (toma-se o número de itens destacados pelo pesquisador com 100% e calcula-se então a proporção percentual dos destaques dos alunos nos dois testes); na coluna nº 5, a porcentagem obtida é transformada numa escala de conceitos cujos valores são os seguintes: "A" (90 a 100%), "B" (75 a 89%), "C" (60 a 74%), "D" (50 a 59%) e "E" (0 a 49%); as colunas 6 a 7 contêm dados avaliativos de desempenho do pós-teste em relação ao pré-teste. Na sexta coluna os números obtidos são o resultado da mera subtração dos valores percentuais do pré-teste dos valores percentuais do pós-teste, acrescidos de um sinal ("+" se o pós-teste for melhor que o pré-teste e "-" se ocorrer o inverso). Na sétima e última coluna, a preocupação foi tomar o pré-teste como 100% e avaliar a proporção do resultado do pós-teste de forma que se o número colocado for, por exemplo, "25%+", em cada 100 hipotéticos itens, a equipe colocaria "mais 25 no pós-teste", se o valor fosse "25%-", em cada 100 itens do pré-teste, a equipe "deixaria de colocar 25".

Como ainda se pode conferir, além dos resultados isolados de cada equipe, tem-se o quadro 11 os resultados médios das oito equipes em todas as colunas, o que pode dar, positivamente uma avaliação conjunta do trabalho efetuado na fase de aplicação do modelo.

Quadro nº 11: Apresentação conjunta dos resultados finais dos "Quadros de Conteúdo Global" das oito equipes de experimento nas fases de pré-testes e de pós-teste.

	(1) Nº de itens destacados do artigo pelo autor	(2) Fases de Experimento	(3) Nº de itens destacados do artigo pela equipe	(4) Porcentagem obtida pelo nº de destaques da equipe para destaque do autor igual a 100%	(5) Conceito Final Obtido	(6) Avaliação do pós-teste em pontos percentuais	(7) Avaliação do pós-teste em percentual relativo (pré-teste = 100)
Equipe nº 1	45	Pré-Teste Pós-Teste	18 34	40% 76%	E B	36+	95%+
Equipe nº 2	45	Pré-Teste Pós-Teste	16 38	36% 85%	E B	49+	136%+
Equipe nº 3	30	Pré-Teste Pós-Teste	13 29	43% 97%	E A	54+	125%+
Equipe nº 4	34	Pré-Teste Pós-Teste	18 29	53% 85%	D B	32+	60%+
Equipe nº 5	32	Pré-Teste Pós-Teste	13 24	41% 75%	E B	34+	83%+
Equipe nº 6	51	Pré-Teste Pós-Teste	20 39	40% 76%	E B	36+	90%+
Equipe nº 7	41	Pré-Teste Pós-Teste	15 37	37% 90%	E A	53+	143%+
Equipe nº 8	35	Pré-Teste Pós-Teste	6 20	17% 57%	E D	40+	235%+
Média das 8 equipes de experimento	39	Pré-Teste Pós-Teste	15 36	38% 80%	E B	42+	110+

Reportando-se ao quadro anterior:

O texto da equipe nº 1, "Os limites da Política Econômica", do prof. Luiz Bresser Pereira, obteve na avaliação do pesquisador 45 itens destacados. A equipe fez, no pré-teste 18 destaques, ou seja, 40% do destaque efetuado pelo pesquisador, o que implica na obtenção do conceito "E". No pós-teste, os alunos destacaram 34 itens, ou seja 16 itens a mais do que os destacados no pré-teste. O número obtido equivale ao destaque de 76% e ao conceito "B", Feitas essas considerações, a equipe evoluiu 36 pontos percentuais (76 - 40) e, em termos relativos, evoluiu 95%.

O texto da equipe nº 2, "A transformação da dívida externa em títulos de longo prazo", do Sr. Paulo Nogueira Batista Jr, teve do pesquisador 45 itens destacados. No pré-teste a equipe fez apenas 16 destaques, ou seja 36% do número obtido pelo pesquisador. Logo, o conceito obtido no pré-teste foi "E". Por ocasião do Pós-teste, a equipe fez 38 destaques, elevando para 85% o percentual e obtendo o conceito "B". Em termos de percentuais relativos, houve uma evolução de 136% , que pode ser confirmada pela simples divisão do número de itens destacados no pós-teste, 38, pelo número de itens do pré-teste, 16.

O pesquisador fez, em sua avaliação, 30 destaques no texto, "Os fundamentos econômicos do programa de integração Argentina-Brasil" de autoria de José Tavares de Araújo Jr., e que foi trabalhado pela equipe nº 3. No pré-teste da equipe, os alunos fizeram apenas 13 destaques, implicando 43% dos itens e o conceito "E". No pós-teste, após a aplicação do modelo, o número de destaques passou para 29, ou seja, apenas 1 (um) item a menos do que a avaliação do pesquisador. Esse excelente resultado obteve percentual de 97 pontos e o conceito "A". A equipe nº 3 evoluiu, portanto, 54 pontos percentuais e, em termos relativos, 125%, ou seja, um ótimo resultado.

O texto, "Contexto e estratégia do programa de integração Argentina-Brasil" da argentina Mônica Hirst, que foi trabalhado pela equipe nº 4, obteve 34 destaques do pesquisador em sua avaliação. Os alunos, no pré-teste, fizeram 18 destaques, ou seja, 53% dos itens destacados anteriormente. Isso implicou no conceito "D", que foi nesse teste o melhor desempenho entre as equipes. No pós-teste, por sua vez, a equipe alcançou 29 destaques, ou seja, 85% dos destaques do pesquisador. Logo, no segundo teste o conceito foi "B". Em termos de pontos percentuais, houve um acréscimo de 32 pontos. Em termos de percentuais relativos, a equipe evoluiu 60% em relação a seu primeiro trabalho.

O texto da equipe nº 5, "Salários, inflação e conflito distributivo: reflexões acerca da escala móvel" de Fábio Giambiagi, obteve 32 destaques do pesquisador. No pré-teste, a equipe destacou apenas 13 itens, 41% do total, equivalendo ao conceito "E". Por ocasião do pós-teste, houve 24 destaques, ou seja, 75% do total, equivalendo ao conceito "B". Dessa forma, houve uma evolução de 34 pontos percentuais e, em termos relativos, a equipe apresentou 83% a mais de itens no pós-teste.

O texto da equipe nº 6, "O processo de elaboração e execução orçamentária no Brasil: algumas de suas peculiaridades" de Roberto Bocaccio Piscitelli, obteve 51 destaques do pesquisador. No pré-teste a equipe destacou 20 itens, 40% do total, e obteve o conceito "E". No pós-teste, o número de destaque subiu para 39, ou seja, 76% do total destacado pelo pesquisador em sua avaliação, configurando-se, portanto, o conceito "B". A equipe nº 6, portanto, evoluiu 36 pontos percentuais e, em termos de percentuais relativos acrescentou 90% no segundo teste.

A equipe nº 7 trabalhou o texto: "O Plano Cruzado: teoria prática" de Maria Silvia Bastos Marques. Esse texto obteve, na avaliação do pesquisador, 41 destaques. No pré-teste, a equipe fez 15 destaques, 37% do total, obtendo assim o conceito "E". Já no pós-teste o resultado foi significativamente melhor, com 37 destaques implicando 90% dos itens destacados na avaliação anterior e o conceito "A". Em termos de pontos percentuais houve um acréscimo de 53 pontos. Em termos relativos, o pós-teste acrescentou 143% ao resultado anterior.

O texto da equipe nº 8, o artigo-resenha "Análise crítica da interpretação neoclássica do processo de modernização da agricultura brasileira" de Robério Ferreira dos Santos, obteve do pesquisador, 35 destaques. No pré-teste, os alunos dessa equipe fizeram 6 destaques, ou seja, 17% do total, obtendo assim o conceito "E". No pós-teste, entretanto, a equipe não conseguiu apresentar os significativos resultados das sete equipes anteriores. Os alunos fizeram apenas 20 destaques, ou seja, 57% e obtiveram o conceito "D". Em termos de pontos percentuais, houve um acréscimo de 40 pontos e em termos relativos, um acréscimo de 235%. Apesar desses dados de evolução serem expressivos, o resultado da equipe foi muito aquém da média das outras equipes.

Em termos médios, houve por parte do pesquisador 39 destaques. As 8 equipes destacaram em média 15 itens no pré-teste, equivalendo em média 38% do total e ao conceito "E". No pós-teste, depois da aplicação do modelo, portanto, o número de destaques salta para 36 em média, equivalendo a 80% e ao conceito "B". Ainda reportando-se a valores médios, houve uma evolução de 42 pontos percentuais e de 110% em termos relativos.

Esses dados revelam, consistentemente, que a aplicação do modelo foi capaz de melhorar o desempenho das equipes de experimento a exceção da equipe nº 8, que obteve no quadro de Conteúdo Global o pior desempenho entre as demais.

Há como já se sabe, entretanto, um segundo quadro de apresentação conjunta de resultados finais. Trata-se dos resultados oriundos dos Quadros de "Desempenho frente aos Componentes".

Este quadro tem a mesma estrutura do anterior. Novamente há linhas para cada equipe e a última se reserva aos resultados médios. Igualmente, no setor superior são colocadas as avaliações de desempenho das equipes. Da esquerda para a direita, a coluna (1) se destina a apresentação do número de componentes destacados do artigo pelo pesquisador em sua avaliação; a coluna (2) se reserva à apresen-

tação das fases do experimento (pré e pós-teste); a coluna (3) avalia o número de componentes destacados do artigo pela equipe; a coluna (4) avalia o percentual de destaque da equipe em função do destaque do pesquisador; a coluna (5) apresenta os conceitos obtidos pelo destaque das equipes em cada caso nos mesmos moldes do quadro anterior; a coluna (6) apresenta os dados em termos de pontos percentuais; a coluna (7) se destina à avaliação da evolução das equipes em percentuais relativos.

Veja-se o quadro a seguir:

Quadro nº 12: Apresentação conjunta dos resultados finais dos Quadros de Desempenho frente aos Componentes Temáticos das oito equipes de experimento nas fases de pré-teste e de pós-teste.

	(1) Nº de Componentes destacados do artigo pelo autor	(2) Fases do Experimento	(3) Nº de Componentes destacados do artigo pela equipe	(4) Porcentagem obtida pelo nº de destaques da equipe para destaque do autor, igual a 100%.	(5) Conceito final obtido	(6) Avaliação do pós-teste em pontos percentuais	(7) Avaliação do pós-teste em percentual relativo (pré-teste = 100)
Equipe nº 1	7,0	Pré-teste Pós-teste	3,4 6,7	49% 96%	E A	47+	95%+
Equipe nº 2	9,0	Pré-teste Pós-teste	3,2 8,3	36% 92%	E A	56+	187%+
Equipe nº 3	7,0	Pré-teste Pós-teste	2,2 7,0	32% 100%	E A	68+	212%+
Equipe nº 4	4,0	Pré-teste Pós-teste	2,4 3,5	60% 88%	C B	28+	47%+
Equipe nº 5	7,0	Pré-teste Pós-teste	3,8 6,2	54% 89%	D B	35+	65%+
Equipe nº 6	4,0	Pré-teste Pós-teste	2,5 3,5	63% 88%	C B	25+	40%+
Equipe nº 7	7,5	Pré-teste Pós-teste	5,1 7,3	69% 97%	C A	28+	41%+
Equipe nº 8	6,0	Pré-teste Pós-teste	1,5 2,4	25% 40%	E E	15+	60%+
Média das 8 equipes de experimento	6,5	Pré-teste Pós-teste	3,0 5,6	49% 86%	E B	37+	76%+

Voltando-se ao quadro anterior:

O texto da equipe nº 1 apresenta, segundo o pesquisador, 7,0 componentes. No pré-teste, a equipe destacou 3,4 componentes, o que implicou em 49% de destaque e o conceito "E". No pós-teste, o desempenho da equipe passou para 6,7, ou seja 96% do destaque do pesquisador, o que implicou no conceito "A". O desempenho do pós-teste foi, por conseguinte, 47 pontos percentuais superior ao pré-teste e, em termos relativos 95% superior.

O artigo da equipe nº 2, obteve 9,0 componentes destacados pelo pesquisador. Os alunos, no pré-teste destacaram 3,2 componentes, o que fez 36% de destaque e o conceito "E". No pós-teste, o número de componentes destacados passou para 8,3, o que implicou em 92% de destaque e o conceito obtido passou para "A". Em termos de pontos percentuais houve uma evolução de 56 pontos, em termos de percentuais relativos, houve um acréscimo de 187%.

O texto da equipe nº 3, apresentou, conforme análise do pesquisador, 7,0 componentes. A equipe destacou, no pré-teste 2,2 componentes, ou seja 32% do total, o que implicou no conceito "E". No pós-teste, por seu turno, o desempenho foi 7,0 componentes, ou seja, todos os componentes avaliados pelo autor foram colocados pela equipe. Conseqüentemente, o percentual obtido foi de 100% e o conceito obtido

foi "A". A evolução da equipe foi de 68 pontos percentuais e de 212% relativos.

O texto da equipe nº 4, apresentou 4,0 componentes. No pré-teste a equipe destacou 2,4 componentes perfazendo 60% do total e alcançando o conceito "C". No pós-teste, a equipe apresentou 3,5 componentes o que implicou em 88% de apresentação e o conceito "B". Em termos de pontos percentuais houve um acréscimo de 28 pontos. Em termos de percentuais relativos, houve um acréscimo de 47%.

O texto da equipe nº 5 apresentou 7,0 componentes temáticos. No pré-teste a equipe apresentou 3,8 componentes, 54% do total, perfazendo o conceito "D". No pós-teste a equipe teve 6,2 componentes apresentados, 89% do total e, portanto, conceito "B". O pós-teste acrescentou 35 pontos percentuais e em termos relativos a equipe evoluiu 65%.

O texto da equipe nº 6 teve 4,0 componentes apresentados. No primeiro teste a equipe apresentou 2,5 componentes o que implicou em 63% de apresentação e o conceito "C". No segundo teste a equipe apresentou 3,5 componentes, 88% e, conseqüentemente, conceito "B". Esse desempenho no pós-teste acrescentou 25 pontos percentuais ao desempenho anterior o que implicou numa evolução de 40%.

O texto da equipe nº 7, na avaliação do pesquisador, apresentou 7,5 componentes. No pré-teste a equipe apresentou 5,1 componentes, 69% da avaliação do pesquisador, o que implicou na obtenção do conceito "C". No pós-teste houve uma apresentação de 7,3 componentes, o que implicou na apresentação de 97% e o conceito "A". O pós-teste acrescentou 28 pontos percentuais e 41% em termos relativos.

O texto da equipe nº 8, houve a apresentação de 6,0 componentes temáticos. No pré-teste a equipe apresentou 1,5 componentes, ou seja, 25% do total, perfazendo o conceito "E". No pós-teste a equipe apresentou 2,4 componentes, 40% do total, obtendo-se o conceito "E". A evolução da equipe foi de 15 pontos percentuais e 60% em termos relativos.

Em termos médios o pesquisador destacou 6,5 componentes por texto-base. No pré-teste as equipes apresentaram em média 3,0 componentes, 49% do total, perfazendo o conceito "E". No pós-teste a média de apresentação foi de 5,6 componentes, 86% do total, implicando o conceito "B". Ainda em termos médios a evolução positiva das equipes ficou em 37 pontos e em termos relativos os pós-testes estavam com 76% de apresentação a mais que o pré-teste.

Feitas essas considerações, passa-se agora a apresentar os resultados dos dois quadros em termos de conceitos para que se possa avaliar a proposta de aplicação do modelo. No quadro nº 13 estão apresentados os conceitos obtidos nos dois testes pelas equipes. O quadro apresenta três colunas: na primeira estão as oito equipes; na segunda estão os resultados conceituais do pré-teste, conceito do quadro de "Conteúdo Global" (CG), conceito do quadro de "desempenho frente aos componentes" (CT), avaliação do desempenho da equipe; na terceira coluna estão os dados do pós-teste: conceito de Conteúdo Global, conceito frente aos Componentes e avaliação do desempenho.

Com o fito de relembrar, foram consideradas satisfatórios os desempenhos que obtiveram conceito "A" frente aos Componentes e conceito "A" ou "B" no quadro de Conteúdo; foram considerados parcialmente satisfatórios os desempenhos que obtiveram "B" no quadro frente aos componentes e "A" ou "B" no quadro de Conteúdo Global; serão considerados insatisfatórios os desempenhos inferiores a esses conceitos acima.

Veja-se o quadro, na página seguinte:

Quadro nº 13: Apresentação conjunta dos conceitos atribuídos nos quadros de "Conteúdo Global" e de "desempenho frente aos Componentes Temáticos" e da avaliação final dos desempenhos das equipes de experimento na fase de testes

Equipes	Pré-Teste			Pós-Teste		
	CT	CG	Desempenho	CT	CG	Desempenho
Equipe nº 1	E	E	Insatisfatório	A	B	Satisfatório
Equipe nº 2	E	E	Insatisfatório	A	B	Satisfatório
Equipe nº 3	E	E	Insatisfatório	A	A	Satisfatório
Equipe nº 4	C	D	Insatisfatório	B	B	Parc.Satisfat.
Equipe nº 5	D	E	Insatisfatório	B	B	Parc.Satisfat.
Equipe nº 6	C	E	Insatisfatório	B	B	Parc.Satisfat.
Equipe nº 7	C	E	Insatisfatório	A	A	Satisfatório
Equipe nº 8	E	E	Insatisfatório	E	D	Insatisfatório

onde: CT = conceito do quadro frente aos Componentes Temáticos;

CG = conceito do quadro do conteúdo global.

Os dados apresentados no quadro anterior são suficientes para atestar a profunda influência da fase de aplicação do modelo no desempenho dos alunos na atividade de resumir textos científicos de outros autores. Exceto a equipe nº 8, que não atingiu na fase de pós-teste o mínimo exigido, todas as equipes se posicionaram nos conceitos de parcialmente satisfatório e satisfatório, atingindo performances de apresentação acima de 75% dos itens e componentes destacados como importantes pelo pesquisador.

Tais resultados comprovam com extrema nitidez a pertinência da aplicação na graduação de atividades de leitura e resumo pois em todas as equipes o desempenho após a fase de aplicação do modelo foi superior ao desempenho anterior. Portanto, a avaliação que se faz da fase de testes é amplamente positiva.

## 5.0 - ANÁLISE DOS DESEMPENHOS COM BASE NOS RELATÓRIOS DE METODOLOGIA CIÊNCIA II

Este capítulo é subdividido em 4 subseções. Na 1ª apresenta-se os parâmetros norteadores das análises. Na 2ª analisa-se o desempenho da equipe de controle. Na 3ª mostra-se a análise da equipe nº 1, reservando-se ao Apêndice III as análises das demais equipes em benefício da unidade do presente trabalho. Por fim, a 4ª parte se destina à análise conjunta de todos os desempenhos.

### 5.1 - Parâmetros de Análise

Cada resumo de 3 páginas dos relatórios de Metodologia foi analisado por sua relação fiel com o relatório que lhe foi pertinente e com a necessária relação de coerência interna. Em função de particularidades inerentes ao tipo de texto-base, teve-se que optar por outro tipo de apresentação, diferente portanto da apresentação do capítulo 4. Cumpre-se ressaltar que essa apresentação também equivale a pré-avaliação (equipe de controle).

Veja-se a seqüência:

1º) faz-se um resumo do teor do relatório e se mostra a nota obtida pela equipe junto ao professor de Metodologia Científica II;

2º) analisa-se o relatório levando-se em conta a sua composição temática. Essa análise resulta num quadro, que pode ser visto a seguir:

Quadro nº 14 - Simulação de Análise de Relatório e de Metodologia Científica

NR	Título	CCT	Título	Síntese
2.1	Problema	1.1.2	Definição	Qual a opinião dos jovens com relação ao casamento?
2.2	Justificativa	1.4.1	Justificativa	Apresentam os porquês da pesquisa (ver resumo)
2.3	Obj.Geral	1.2.1	Obj. Geral	Verificar a opinião dos jovens em relação ao casamento.

Onde:

1. NR = número do componente conforme o modelo de relatório de pesquisa desenvolvido na Fundação de autoria de Arci Azinelli Franco da Luz, Gastão Octávio Franco da Luz e José Frederico de Mello, isto é, "LUZ et alii" (1987);

2. Título = título do componente conforme LUZ et alii (1987);

3. CCT = código do componente temático conforme a classificação deste documento;

4. Título = título conforme a classificação deste trabalho;

5. Síntese = descrição ou detalhe mais relevante de cada componente estudado, ou forma de apresentação deste componente no relatório da equipe.



3º) analisa-se o resumo conforme as suas subdivisões, buscando a presença dos componentes e seus aspectos de coerência e coesão (o texto dos alunos é transcrito no final do espaço de cada equipe);

4º) tranpõe-se a análise da presença dos componentes no quadro avaliativo final do "Desempenho frente aos componentes apresentados no Relatório de Metodologia Científica inerente a cada análise". Veja-se o exemplo a seguir:

Quadro nº 15 - Simulação do Quadro Avaliativo Final de Desempenho

CCT	Componente	Relat.		Resumo	
		Q	N	Q	N
--.-	Assunto/tema/enfoque (título)	sim	1,0	sim	1,0
1.1.1	Contextualização do problema.	ina	0,0	ina	0,0
1.1.2	Definição do problema	sim	1,0	imp	1,0
1.1.3	Delimitação do problema	não	0,0	não	0,0
1.2.1	Objetivo Geral	sim	1,0	sim	1,0
1.2.2	Objetivos Específicos	ina	0,0	sim	1,0
1.3	Hipóteses	par	0,5	sim	1,0
Nº total de Componentes Apresentados-----			3,5	---	5,0
Porcentagem Obtida (critério I)-----			100	---	143
Conceito Final do Desempenho (critério I)-----			A	---	A+
Porcentagem Obtida (critério II)-----			64	---	84
Conceito Final do Desempenho (critério II)-----			C	---	B

Onde:

1. CCT = código do componente temático;
2. Componente = descrição do componente;
3. Relat. = relatório ou texto-base para pré e pós-avaliação;
4. Resumo = resumo em 3 páginas do relatório de MMCI II (Metodologia Científica II);
5. Q = desempenho da equipe no relatório e no resumo frente aos componentes, onde: "sim" = explicitamente apresentado; "imp" = implicitamente apresentado; "par" = parcialmente apresentado; "ina" = inadequadamente apresentado e, "não" = ausência do componente;
6. N = valor de 0,0 a 1,0 da relação entre o desempenho da equipe no relatório de pesquisa e no resumo em pós-avaliação, conforme a tabela abaixo:

		Resumos				
		sim	imp	par	ina	não
Relatório	sim (1,0)	1,0	1,0	0,x	0,0	0,0
	imp (0,5)	1,0	0,5	0,0	0,0	0,0
	par (0,5)	0,5	0,5	0,0	0,0	0,0
	ina (0,0)	1,0	0,5	0,0	0,0	0,0
	não (0,0)	1,0	0,5	0,0	0,0	0,0

6.1.  $x$  = resultado da divisão do nº de itens apresentados no resumo pelo nº de itens apresentados, arredondados à 1ª casa decimal, isto é. arredondando para mais 1 décimo quando a casa centesimal for igual ou superior a 5 e para o decimal equivalente quando a casa centesimal for inferior a esse número;

7. Nº total de componentes apresentados = soma de N;

8. Critério I = quando a relação percentual do nº de componentes apresentados no relatório equivaler a 100, de forma que se observam apenas as relações iguais ou superiores a 0,1; em outras palavras, excluindo os componentes inadequadamente apresentados e os componentes ausentes. Esse critério dá conta da coerência externa entre resumo e relatório;

9. Critério II = quando à soma de "N" acrescenta-se valores inteiros, isto é, 1,0 a todos os componentes inadequadamente apresentados. Dessa forma o relatório pode não equivaler a 100% em função da inadequação interna de algum componente. Esse critério exclui apenas os componentes ausentes e serve para valorar a coerência interna do relatório e do resumo.

#### Critérios de Análise Final

Serão considerados satisfatórios os resumos que obtiverem nos dois critérios estabelecidos conceito A (ou mesmo A+ no primeiro caso).

São considerados potencialmente satisfatórios os resumos que obtiveram "A" ou "A+" no critério I e obtiveram o conceito "B" no critério II.

São considerados insatisfatórios todos os resumos que obtiveram conceitos inferiores aos ditos acima em qualquer dos dois critérios. Isto é, que obtiveram ou no critério I conceito inferior a "A"; ou no critério II conceito inferior a "B".

Para melhor observar esses casos veja-se o quadro abaixo:

Quadro nº 16 - Critérios de Análise Final dos Resumos dos Relatórios

Critérios		Critério "I"	Critério "II"
Satisfatório		A, A+	A
Potencialmente Satisfatório		A, A+	B
Insatisfatório:	a)	A, A+	C, D, E
	b)	B, C, D, E	A, B

## 5.2 - Equipe de Controle

Análise do Resumo do Relatório:

"Qual será a opinião dos jovens em relação ao casamento?"

Esse resumo de relatório foi apresentado ao professor de Metodologia Científica no 1º semestre de 1988, turma 87/2 de Ciências Contábeis, como forma de avaliar se os alunos seriam capazes de elaborar um texto-resumo para divulgação de suas pesquisas. Naquela oportunidade, houve a apresentação de dez trabalhos, sendo que este foi o único que conservou a sua originalidade.

O relatório de pesquisa foi avaliado com nota 6,0, isto é: 7,0 no aspecto metodológico, 9,0 no aspecto de apresentação, 6,0 relevância e 5,0 no aspecto de conteúdo. Ele tem como preocupação, verificar a "Opinião dos jovens em relação ao casamento", tendo como universo e amostra, jovens de 17 a 30 anos (não ha dados de quantificação de amostra).

O relatório possui sérios problemas de contrução e até de lógica. Como se poderá ver adiante não há pertinência entre hipóteses, objetivos e a conclusão.

A análise do desempenho da equipe pode ser resumida no quadro a seguir:

Quadro nº 17 - Relatório da Equipe de Controle.

NR	Título	CCT	Título	Síntese
2.1	Problema	1.1.2	Definição	Qual a opinião do jovem com relação ao casamento?
2.2	Justificativa	1.4.1	Justificativa	Apresentam os porquês da pesquisa (ver resumo).
2.3	Obj. Geral	1.2.1	Obj. Geral	Verificar a opinião dos jovens com relação ao casamento.
	Obj. Específ.	1.4.2	Intenções	Desenvolver a capacidade de raciocinar rapidamente, provocar mudanças ideológicas e comportamentais com os dados de pesquisa; gerar polêmica; observar maturidade; verificar idade ideal para casamento; observar opiniões dos jovens sobre separações.
2.4	Hipóteses	??	????	Somente terá um bom casamento quem se doar ao outro; é a tendência natural do homem; o jovem que espera do casamento um mar de rosas é um candidato a separação.
3.0	Metodologia	2.2.5	Coleta/ passos	Apresentam os passos da coleta de dados.
5.1	Apresentação	2.3.3	Apresentação	Gráficos com dados.
5.2	Interpretação	2.3.4	Interpretação	Interpretação dos dados.
6.1	Conclusões	3.1.1	Conclusão	Os jovens não estão preparados para enfrentar um compromisso.

Além desses componentes, o trabalho da equipe inclui resumo de 15-20 linhas, referências bibliográficas, anexos, além de sumário e folha de rosto.

Veja-se agora o desempenho da equipe no seu resumo:

a) Problema/Enunciado (linhas 01-12)

O primeiro parágrafo do resumo é, no mínimo, estranho; palavras como "desabrochar" em "desabrochar do casamento" (l.3) ou "adolescentes" em "Nós adolescentes da Faculdade" (l.4), são completamente absurdas. No aspecto prático da apresentação de Componentes, o que se percebe é uma constante repetição de informações. A meta do trabalho é repetida três vezes (linhas 6-8; linhas 1-11; linhas 12) e como pode ser conferido no texto, três metas paralelas: a situação do casamento hoje; a existência de divergências entre os jovens e se estes acham o casamento importante; a opinião dos jovens com relação ao casamento.

b) Jusitificativa (linhas 13-26)

A justificativa da equipe é discutível sobre vários aspectos. No primeiro parágrafo (linhas 14-16) os argumentos da equipe são absurdos metodologicamente. No 2º parágrafo conclui-se que a mera avaliação da opinião dos jovens não é capaz de “saber se os jovens de 17 à 30 anos estão realmente preparados para enfrentar uma vida á dois” (l.18-9). Os dados do terceiro parágrafo (l.21-6) só corroboram essa afirmação pois os argumentos lançados não se traduzem em realidade pelo escopo da pesquisa realmente efetuada. Metas como “gerar polêmica”; “verificar idade ideal para o casamento”; “ observar o que os jovens sentem em relação à separação e como a encaram” são complicadíssimas em função do real objetivo da pesquisa. Há uma completa confusão, enfim, entre “objetivos operacionais” e intenções.

c) Objetivos (linhas 27-33)

No que diz respeito aos objetivos, apenas o “geral” é pertinente tanto no relatório quanto no resumo. Dessa forma, os objetivos específicos, que na realidade são intenções da equipe, são inadequadamente colocados nos dois trabalhos.

d) Hipóteses (linhas 34-40)

Trabalhar com hipóteses em trabalhos de levantamento (“survey”) é discutível. Contudo, não é esse aspecto que desabona as hipóteses levantadas pela equipe. Como se pode facilmente verificar, as afirmações colocadas pelos alunos são completamente acientíficas e levam a crer, ser meros pensamentos atinentes ao tema trabalhado.

e) Metodologia (linhas 41-50)

A equipe apenas transcreve os dados do relatório. Os problemas com os passos metodológicos se associam a problemas com a disciplina de Metodologia Científica.

f) Avaliação (linhas 51-61)

Segundo o modelo de LUZ et alii, a explicação da avaliação só é importante para a elaboração do projeto de pesquisa como forma de dar informações ao professor da disciplina sobre o modo com que a equipe avaliará seu processo e produto e como o professor poderá fazer o acompanhamento. Portanto, tal componente não deve aparecer em relatório de pesquisa.

g) Conclusão (linhas 62-77)

A simples leitura da conclusão do trabalho dá mostras das dificuldades da equipe. Nenhum dado coletado foi mostrado, não há um acompanhamento da equipe com relação ao projetado e ao obtido de forma que o objetivo geral é um e a conclusão é outra.

De uma maneira geral, a equipe de controle possui muita dificuldade em resumir o seu relatório. A maior parte dos problemas, no entanto, são mais metodológicos do que realmente de expressão.

Apesar disso, pode-se constatar alguns dados pertinentes à análise lingüística. Em primeiro lugar, repare-se a quantidade de dados e, conseqüentemente, linhas, destinados aos componentes introdutórios. Como fora afirmado na introdução deste documento, confirma-se a avaliação do professor da disciplina de Metodologia Científica, para quem houve sempre excessiva preocupação com componentes de introdução. A explicitação desses componentes, mesmo de complementares entre si, sem sombra de dúvida foi responsável pelo pouco espaço para os componentes de análise.

Em segundo lugar, percebe-se que a equipe não estabeleceu em seu resumo uma redação própria, limitando-se a destacar o que achava essencial e transcrever para o trabalho-síntese. Essa atitude revela o que BROWN e DAY (1983) apud BARROS & ROJO (1984) entendem como leitores menos maduros ou proficientes:

“quanto menos maduro ou proficientes os sujeitos, mais eles aplicam o que chamam de estratégia de cópia-pagamento, que consiste, simplesmente, na tarefa de decidir se deve haver pagamento ou inclusão de elementos que efetivamente ocorrem na estrutura superficial do texto, em sua forma original.”

De fato o que a equipe de controle faz é tão somente transcrever dados do relatório de Metodologia, apagando dados não essenciais sem se preocupar com a nova situação, no resumo, de coesão e coerência textuais, o que é um fato extremamente significativo linguisticamente.

Veja-se agora o quadro avaliativo de desempenho.

Quadro nº 18 - Quadro Avaliativo Final - Equipe de Controle Desempenho frente aos Componentes

Texto: Qual será a opinião dos jovens com relação ao casamento?

CCT	Componente	Relatório		Resumo	
		Q	N	Q	N
--.--	Assunto/Tema/Enfoque	sim	1,0	sim	1,0
1.1.1	Contextualização do Problema				
1.1.2	Definição do Problema	sim	1,0	sim	1,0
1.1.3	Delimitação do Problema				
1.2.1	Objetivo Geral	sim	1,0	sim	1,0
1.2.2	Objetivo Específico	ina	0,0	ina	0,0
1.3	Hipótese	ina	0,0	ina	0,0
1.3	Tese				
1.4.1	Justificativa	ina	0,0	ina	0,0
1.4.2	Intenção				
1.4.3	Finalidade				
2.1.1	Revisão Bibliográfica				
2.1.2	Revisão de Conceitos				
2.2.1	Delineamento da Pesquisa				
2.2.2	Variáveis				
2.2.3	População/Amostra				
2.2.4	Instrumento(s)				
2.2.5	Coleta/Passos	sim	1,0	sim	1,0
2.3.1	Parâmetros de Análise				
2.3.2	Discussão				
2.3.3	Apresentação de Dados	sim	1,0		
2.3.4	Interpretação de Dados	sim	1,0		
3.1.1	Conclusões frente a Obj.Hip.Pro.	ina	0,0	ina	0,0
3.1.2	Conclusões frente a limitações				
3.1.3	Recomendações para Prática				
3.1.4	Sugestões para Novas Pesquisas				
Nº Total de Componentes Apresentados -----		----	10,0	----	8,0
Percentual de Apresentação (Critério I)-----		----	100	----	80
Conceito Final do Desempenho (Critério I)-----		----	A	----	B
Nº Total de Componentes Apresentados -----		----	6,0	----	4,0
Percentual de Apresentação (Critério II)-----		----	60	----	50
Conceito Final do Desempenho (Critério II)-----		----	C	----	D

Vendo-se o quadro de desempenho pode-se observar que o resumo da equipe não pode ser considerado adequado, mesmo em se considerando a baixa qualidade do relatório de pesquisa, evidenciado pelo número excessivo de componentes inadequados.

Os conceitos "B" no Critério I e "D" no Critério II desabonam o trabalho tanto como resumo, quanto como divulgação científica.

Veja-se o texto produzido pelos alunos:

## QUAL SERÁ A OPINIÃO DOS JOVENS EM RELAÇÃO AO CASAMENTO?

### 01 Problema

#### 02 Enunciado

03 Mediante à grandes problemas que vêm ocorrendo no desabrochar do casamento,  
04 nós adolescentes da faculdade de Ciências Contábeis, resolvemos nos empenhar com  
05 esta nobre causa.

06 Decidimos pois, elaborar uma entrevista junto a comunidade riomafrensa, com  
07 jovens entre 17 e 30 anos, para através deste fazer um apanhado geral da situação  
08 em que se encontra o casamento hoje, na concepção dos jovens.

09 Através deste projeto, além de alcançarmos nossa realização pessoal, pre-  
10 tendemos verificar se existem e quais as divergências na opinião dos jovens, e se  
11 estes acham ou não importante o casamento. E com isso, fica a nossa reflexão:  
12 "Qual será a opinião dos jovens em relação ao casamento?"

#### 13 Justificativa

14 Justificamos este trabalho pelo fato de estarmos cursando a faculdade e  
15 trabalhos desse quilate só irão contribuir para o nosso enriquecimento pessoal e  
16 para nossa realização como estudantes.

17 Também justificado pelo fato de que precisamos fundamentar nossa tese, que  
18 é a de sabermos se os jovens de 17 à 30 anos estão realmente preparados para en-  
19 frentar uma vida futura à dois, isto é, se estão preparados para enfrentar os  
20 problemas do casamento.

21 Pensamos que, muitos jovens não estão suficientemente amadurecidos para vi-  
22 ver circunstâncias que porventura poderão aparecer em suas vidas, e com isso,  
23 pretendemos através de uma entrevista despertar a consciência dos jovens com per-  
24 guntas relacionadas ao casamento. E nossa principal expectativa é a de saber se  
25 os jovens estão preparados para o casamento e qual é a opinião destes em relação  
26 ao casamento.

#### 27 Objetivos

28 VERIFICAR a opinião dos jovens de nossa comunidade em relação ao casamento;  
29 desenvolver a capacidade de raciocinar rapidamente; provocar mudanças ideológi-  
30 cas e comportamentais a partir dos resultados obtidos com uma entrevista; gerar  
31 polêmica entre jovens sobre noivados e casamento; observar a maturidade dos jo-  
32 vens em relação ao casamento; verificar qual a idade ideal para o casamento; ob-  
33 server o que os jovens sentem em relação à separação e como a encaram.

#### 34 Hipóteses

35 Somente terá um bom casamento aquele que se doar ao outro, havendo assim  
36 uma doação recíproca para o aperfeiçoamento de ambos.

37 É a tendência natural do homem e da mulher procurar o companheiro ideal pa-  
38 ra a constituição de um lar fundamentado no amor.

39 O jovem que espera do casamento um mar de rosas é um futuro candidato à se-  
40 paração.

#### 41 Metodologia

##### 42 Da Pesquisa Bibliográfica

43 a) identificar o assunto; b) localizar no acervo bibliográfico; c) anali-  
44 sar os resultados obtidos; c) compilar a matéria; d) analisar os resultados ob-  
45 tidos; e) redatar.

##### 46 Da Pesquisa de Campo

47 a) escolha do local; b) delimitação da amostra utilizada; c) elaboração de  
48 questionários; d) aplicação e recolhimento dos mesmos; e) anexar os dados; f)  
49 análise e interpretação dos mesmos; g) conclusões; h) elaboração do relatório fi-  
50 nal de pesquisa.

#### 51 Avaliação

##### 52 Avaliação do Processo

53 O projeto será avaliado por questionário que deveremos distribuir às pes-  
54 soas de 17 a 30 anos. Também será permanente, executada pelos observadores, ten-  
55 do como critérios a verificação da efetivação de cada etapa e o atingimento dos  
56 objetivos e pelo professor de Metodologia Científica II, tendo como critério o  
57 acompanhamento da equipe.

##### 58 Avaliação da Produto

59 Será avaliado pelo professor de Metodologia Científica II, através de sua  
60 observação para verificar se está dentro das normas metodológicas, observando se  
61 forem atendidas as recomendações do professor e avaliará a qualidade do trabalho.

## 62 Conclusão

63 Após terminarmos este trabalho, pudemos observar que os jovens não estão  
64 totalmente preparados, para enfrentar um casamento. Claro que não podemos genera-  
65 lizar, pois muitos jovens têm consciência, pois vêm de uma família bem estrutu-  
66 rada, que os apóia e ajuda a enfrentar as dificuldades, dando-lhes uma orientação  
67 adequada para fortalecerem os laços que os unem.

68 Afirmo que estes não estão preparados, pelo fato de que alguns dos entrevis-  
69 tados dizem que não acham importante o noivado, que é uma preparação para o casa-  
70 mento, nós achemos necessário o noivado por ser uma fase em que os jovens podem  
71 se conhecer melhor e sí eles sabem que estão comprometidos e que irão casar-se, e  
72 também pelo fato de alguns afirmarem que se casariam sem amor, pensando somente  
73 no dinheiro ou outras coisas.

74 Pelo menos, podemos nos contar satisfeitos, pois com nossa entrevista pude-  
75 mos despertar a consciência dos jovens para esse assunto e dessa maneira conse-  
76 guimos alcançar os nossos objetivos. Com certeza, este foi um trabalho, que só  
77 nos trouxe benefícios que engrandeceram nossa vida.

## 5.3 - Análise Completa da Equipe de Experimento nº 1

Análise do resumo do relatório:

"Avaliação da Opinião dos Formandos 1989/1 de Ciências Contábeis sobre a grade curricular do Curso de Ciências Contábeis da Faculdade de Ciências e Letras de Mafra - SC".

A equipe nº 1 buscou no trabalho de Metodologia Científica II, verificar a opinião dos bacharelados de Ciências Contábeis, turma 85/2, sobre a Grade Curricular do Curso. Essa turma, que serviu de Universo e Amostra é a primeira a se formar na FUNORTE, nesse curso, por isso foi escolhida como informante, uma vez que, passando por todos os semestres letivos do curso, estará apta para julgar todo o processo curricular no seu aspecto de "grade".

Os alunos, para atingirem esse objetivo, elaboraram um questionário contendo questões que implicassem em avaliações do curso, por parte dos alunos amostrados. Implementada a pesquisa, chegaram à conclusão de que a grade é parcialmente aprovada pela turma. Os informantes julgaram a não necessidade de certas disciplinas e a excessividade da carga horária de outras em detrimento de disciplinas técnicas, para eles, mais necessárias. Por outro lado, o estágio supervisionado foi aprovado pelos alunos, porém com críticas à maneira como é desenvolvido pela Fundação.

Na avaliação do professor da disciplina, a equipe atingiu média final 7,0 com os seguintes desempenhos parciais: Relevância do tema 9,0; aspectos metodológicos 5,0; conteúdo 7,0; apresentação do trabalho 7,0.

Concorda-se aqui com o professor, na medida em que há determinados problemas metodológicos como a não-presença de referenciação, e mesmo, do item referências bibliográficas. Por outro lado, a apresentação do trabalho deixa muito a desejar. Contudo, como se verá adiante, em termos de texto, esses problemas não são tão relevantes.

O texto do relatório possui os seguintes componentes:

Quadro nº 19 - Relatório da Equipe nº 1

NR	Título	CCT	Título	Síntese
2.1	Problema	1.1.2	Definição	Qual a opinião dos bacharelados do 8º período, turma 85/2 de Ciências Contábeis da FUNORTE, sobre a grade curricular?
2.2	Objetivos	1.2.1	Obj. Geral	Avaliar a opinião...
2.3	Justificativa	1.4.1	Justificativa	Justifica a realização da pesquisa.
2.4	Hipóteses	1.4.3	Finalidade	Rever a grade curricular.
		1.3	Hipótese	Avaliação positiva. Avaliação negativa.
2.5	Dificuldades Alterações	2.2.5	Col./Passos	Alterações no decorrer do trabalho.
3.1	Universo Teórico	3.1.2	Revisão de Conceitos	Revê o conceito de "grade curricular".
4.1	Delineamento	2.2.1	Delineamento	Pesquisa de Campo. Projeto de Levantamento
4.2	Pop./Amostra	2.2.3	Desc. da Pop/Amostra	Descreve dados sobre a turma 85/2.
4.3	Métodos	2.2.5	Col./Passos	Técnicas usadas.
4.4	Instrumentos	2.2.4	Instrumentos	Descreve o questionário.
5.1	Tratamento dos Dados	2.2.1	Parâmetros	Descreve o tratamento dos dados coletados.
5.2	Evidenciação	2.3.3	Apresentação	Apresenta tabelas.
5.3	Interpretação	2.3.4	Interpretação	Interpreta os dados.
		2.3.2	Discussão	Argumentação subjacente.
6.1	Conclusões	3.1.1	Conc.Hipót.	Conclusões do trabalho.
6.2	Recomendações	3.1.3	Recomendações	Recomendação prática.
		3.1.4	Sugestões	Sugestão para novas pesquisas.

O trabalho da equipe ainda inclui: folha de rosto, sumário, resumo em 15-20 linhas e anexos. Não possui, entretanto, referências bibliográficas.

Feita essa introdução, passa-se agora à análise do resumo, sempre respeitando as subdivisões dos alunos:

a) Introdução (linhas 1-19)

Nessa primeira parte do resumo são elaborados 5 parágrafos. No primeiro a equipe transcreve o objetivo do trabalho, o que, por sua intercomplementariedade implícita o problema em pauta. Os três parágrafos subsequentes são a transcrição do item justificativa do projeto e do relatório. Observe que o 2º deles inclui a finalidade da pesquisa. Especial é a presença do 5º parágrafo, que dá um roteiro para a leitura do resumo, fazendo a vez dos objetivos específicos que não existem no relatório. Esse item revela que ao aprender a importância da presença dos objetivos específicos no texto de Bresser Pereira, recorda-se o Pós-teste, a equipe não dispensou a presença desse componente no seu resumo.

A nível de coesão textual, o resumo tem dados interessantes a serem destacados. Veja-se, por exemplo: "Esta avaliação" (l.7) onde a equipe retoma "avaliar" (verbo: l.e l.5) substituindo-o pelo substantivo correlato; "Assim" (l.13) faz a seqüenciação discursiva entre o 3º e 4º parágrafos; "Neste artigo" (l.7) é dêtico, na medida que sua recuperação se dá em termos enunciativos.



b) Grade Curricular: conceito (linhas 20-6)

Essa parte do resumo da equipe é melhor que a parte correlata do original. A equipe faz, na realidade, uma revisão do conceito de grade curricular e, mesmo no modelo de LUZ et alii (1987) deveria apresentá-la como revisão de Conceito, o que não acontece no relatório, uma vez que os dados atinentes são apresentados como revisão bibliográfica. O uso da palavra "Conceito" (l.20) corrige esse problema metodológico, além de recuperar o primeiro objetivo operacional "primeiro revisaremos o conceito de grade curricular" (l.17).

c) Metodologia 9linhas 27 a 43)

Os três parágrafos dessa divisão têm funções específicas. O primeiro apresenta o delineamento da pesquisa e descreve a amostra de pesquisa. O 2º descreve sucintamente o instrumento de pesquisa.

Finalmente, o 3º apresenta a descrição da coleta de dados. Um resumo perfeito.

d) Os Dados da Pesquisa: análise (linhas 44-71)

Com exceção do 1º parágrafo, onde são colocados os parâmetros de análise, os seguintes descrevem, interpretam e discutem os dados coletados durante a implementação da pesquisa. Todas as questões analisadas. Em poucas palavras, a equipe conseguiu fazer uma análise perfeita em função dos dados do relatório.

e) Conclusões e Recomendações (linhas 72-90)

Nessa subdivisão a equipe apresenta as suas conclusões e recomendações. Na realidade é uma transcrição dos itens análogos do relatório com algumas mudanças de construção textual, que aqui se julga ter melhorado a apresentação desses componentes.

"De acordo com os resultados obtidos" (l.73) reconstrói lexicalmente toda a análise anterior (l.44-71); "Objetivo exposto", igualmente faz a tecitura com as linhas 1 e 2, onde a equipe propõe seu objetivo geral; "Finalizando" (l.86) é extremamente significativo na medida em que ocorre uma aplicação real de uma expressão relativa a construções enumerativas (ver SOARES & CAMPOS, 1978). Tais elementos, ausentes do texto-base revelam uma real preocupação por parte dos alunos em manter a coesividade das conclusões em relação ao resto do resumo.

Veja-se então o Quadro Avaliativo do Desempenho da Equipe:

## Quadro nº 20 - Quadro Avaliativo Final - Equipe nº 1

## Desempenho frente aos Componentes

Texto: Avaliação da Opinião dos Formandos 1989/1 sobre a Grade Curricular do Curso de Ciências Contábeis da Faculdade de Ciências e Letras de Mafra-SC.

CCT	Componente	Relatório		Resumo	
		Q	N	Q	N
--.-	Assunto/Tema/Enfoque	sim	1,0	sim	1,0
1.1.1	Contextualização do Problema				
1.1.2	Definição do Problema	sim	1,0	imp	1,0
1.1.3	Delimitação do Problema				
1.2.1	Objetivo Geral	sim	1,0	sim	1,0
1.2.2	Objetivo Específico			sim	1,0
1.3	Hipótese	sim	1,0	imp	1,0
1.3	Tese				
1.4.1	Justificativa	sim	1,0	sim	1,0
1.4.2	Intenção				
1.4.3	Finalidade	sim	1,0	sim	1,0
2.1.1	Revisão Bibliográfica				
2.1.2	Revisão de Conceitos	sim	1,0	sim	1,0
2.2.1	Delineamento da Pesquisa	sim	1,0	sim	1,0
2.2.2	Variáveis				
2.2.3	População/Amostra	sim	1,0	sim	1,0
2.2.4	Instrumento(s)	sim	1,0	sim	1,0
2.2.5	Coleta/Passos	sim	1,0	sim	1,0
2.3.1	Parâmetros de Análise	sim	1,0	sim	1,0
2.3.2	Discussão	sim	1,0	sim	1,0
2.3.3	Apresentação de Dados	sim	1,0	sim	1,0
2.3.4	Interpretação de Dados	sim	1,0	sim	1,0
3.1.1	Conclusões frente a Obj.Hip.Pro.	sim	1,0	sim	1,0
3.1.2	Conclusões frente a limitações				
3.1.3	Recomendações para Prática	sim	1,0	sim	1,0
3.1.4	Sugestões para Novas Pesquisas	sim	1,0	sim	1,0
Nº Total de Componentes Apresentados-----			18,0	----	19,0
Percentual de Apresentação (Critério I)-----			100	----	105
Conceito Final do Desempenho (Critério I)-----			A	----	A+
Nº Total de Componentes Apresentados-----			18,0	----	19,0
Percentual de Apresentação (Critério II)-----			100	----	100
Conceito Final do Desempenho (Critério II)-----			A	----	A

A observação anterior de que a equipe é melhor em seu resumo do que fora no relatório de Metodologia se confirma pela simples verificação do quadro anterior. Provavelmente por influência do texto de Bresser Pereira, a equipe adiciona ao seu trabalho de pesquisa, os objetivos específicos, aumentando de 18,0 componentes para 19,0 (ver linhas 17-9). Todavia, essa adição não é apenas significativa a nível de Componentes Temáticos, mas sobretudo como fator de Coesão e Coerência Interna do texto-resumo. Ao se estabelecer quatro etapas de apresentação e, principalmente, ao se cumprir essas quatro etapas, a equipe não perde, em momento algum, os nexos semântico lingüístico do texto.

Além disso, a já excelente qualidade do relatório, onde 100% dos componentes são adequados, é mantida no resumo com o mesmo percentual. Portanto, trata-se, nesse nível de análise, de um resumo perfeito e, conseqüentemente satisfatório como texto para divulgação científica.

Veja-se o texto produzido pelos alunos:

**AVALIAÇÃO DA OPINIÃO DOS FORMANDOS 1989/1 SOBRE A GRADE CURRICULAR DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS DA FACULDADE DE CIÊNCIAS E LETRAS DE MAFRA - SC.**

01 O objetivo deste trabalho é avaliar a opinião dos alunos do 8º período,  
02 turma 85/2, do Curso de Ciências Contábeis sobre a Grade Curricular.

03 Em função do baixo nível escolar brasileiro, evidenciando o ensino de 3º  
04 grau, onde se tem atribuído mais importância ao diploma do que à aprendizagem em  
05 si, é que se buscou avaliar a Grade Curricular do Curso de Ciências Contábeis da  
06 FUNORTE.

07 Esta avaliação será de grande relevância para o aprimoramento do nível do  
08 referido curso, observando-se as lacunas e revalorizando os aspectos merecidos e  
09 aproveitáveis. Através do resultado obtido poder-se-á inclusive reformular a  
10 atual grade curricular levando-se em consideração o aproveitamento ou não das ma-  
11 térias em questão, das peculiaridades locais, principalmente em relação ao marca-  
12 do de trabalho.

13 Assim, necessário se faz o questionamento junto aos alunos do 8º período de  
14 Ciências Contábeis, os quais têm conhecimento direto de toda a grade, sendo mais  
15 coerentes com a realidade, visto que serão a primeira turma formada a enfrentar  
16 o mercado de trabalho.

17 Neste artigo, primeiro revisaremos o conceito de grade curricular, em segui-  
18 da apresentaremos a metodologia da nossa pesquisa, mais adiante os resultados do  
19 trabalho e, por fim, as conclusões e recomendações finais.

20 Grade Curricular: Conceito

21 A grade curricular é o núcleo de matérias fixadas pelo Conselho Federal de  
22 Educação, na forma do Art. 26 da Lei nº 5540 de 28.11.68, considerado o mínimo  
23 indispensável para a adequada formação profissional.

24 A grade curricular deve ser entendida como a possibilidade do primeiro con-  
25 tato com a profissão, de aprender teorias e técnicas pertinentes ao Curso e de  
26 aproveitar ao máximo as aquisições que a aprendizagem em serviço vai ensejar.

27 Metodologia

28 O trabalho, que é de levantamento de dados com busca de informações em cam-  
29 po, teve como universo e amostra o 8º período de Ciências Contábeis, turma 85/2.  
30 O número total de formandos é de 35, porém 30 alunos responderam o questionário.  
31 Dessa amostragem útil 66% está na faixa de 20-30 anos, o restante está na faixa  
32 de 30 e mais; 90% são do sexo masculino. Quase todos atuam profissionalmente na  
33 área administrativa em vários setores como: bancos, funcionalismo municipal, ini-  
34 ciativa privada, etc..

35 A pesquisa exigiu, além de consultas bibliográficas e na secretaria da Facul-  
36 dade, um questionário com 8 perguntas, sendo uma aberta para opiniões e 7 especí-  
37 ficas, das quais 5 objetivas e 2 discursivas, visando conhecer: a opinião pessoal  
38 sobre a grade (matérias dispensáveis e necessárias), atuação docente, regime  
39 ideal de curso, necessidade do estágio supervisionado, avaliação do processo de  
40 estágio na Fundação, e sugestões e comentários livres.

41 A coleta de dados correu tranqüilamente no dia 12.6.89, os questionários fo-  
42 ram entregues na 1ª aula, reservando-se 45min. para as respostas. Após isso foram  
43 recolhidos para a análise de dados.

44 Os Dados da Pesquisa: Análise

45 Os dados coletados pela equipe foram agrupados estatisticamente em forma de  
46 percentagem, gerando quadros em forma de tabelas. A análise se deu em função das  
47 tabelas elaboradas.

48 A 1ª questão buscou uma avaliação pessoal de cada aluno sobre a grade cur-  
49 ricular. 51% consideraram-na regular; 24% ruim e 20% boa, demonstrando que há  
50 detalhes que devem ser repensados.

51 Entre as disciplinas consideradas dispensáveis pelos alunos estão: EPB, Me-  
52 todologia Científica, Psicologia, Sociologia e Estatísticas. A maioria dos alunos  
53 julgou necessária uma diminuição da carga horária de matemática e direito. 20%  
54 não considerou matérias dispensáveis, porém fazem críticas à maneira como foram  
55 ministradas.

56 Entre as disciplinas que deveriam integrar o curso destacaram-se: Contabili-  
57 dade e Administração Financeira e Contabilidade Pública. Alguns alunos sugerem  
58 mudanças em cargas horárias, evidenciando uma preocupação em aumentar a carga  
59 horária de disciplinas técnicas.

60 Sobre a avaliação do amostre se a atuação dos professores correspondeu às  
61 expectativas: concordaram parcialmente que sim 63%, porém 27% discordaram total-  
62 mente disso.

63 Sobre o regime ideal para o curso: 70% aprovaram a semestralidade, 24% pre-  
64 ferem o regime anual, vendo-se que o regime atual do curso foi aprovado pela tur  
65 ma.

66 Com relação ao estágio supervisionado, este é aprovado totalmente por 50%  
67 dos alunos e parcialmente por 27%, demonstrando que há interesse dos alunos em  
68 fazê-lo.

69 Sobre a avaliação do estágio na Fundação, isto é, seu processo, 6% conside-  
70 raram excelente, 44% bom, 24% ruim e 6% péssimo. O que sugere uma aprovação par-  
71 cial da maneira como é conduzida essa fase do curso.

#### 72 Conclusões e Recomendações

73 De acordo com os resultados obtidos, a grade curricular do curso de Ciências  
74 Contábeis é parcialmente aprovada pelos alunos do 8º período. Os alunos dispen-  
75 sam matérias instrumentais como EPB, Metodologia, por exemplo, afirmam ser exces-  
76 siva a carga de Matemática e Direito e sentem a necessidade de inclusão de maté-  
77 rias com Administração e Contabilidade Financeira e Contabilidade Pública, ou pe-  
78 lo menos, o aumento da carga horária de disciplinas técnicas.

79 O estágio supervisionado é aprovado, mas o seu processo não está sendo in-  
80 tegralmente aprovado pelos alunos.

81 Para melhor constatação de resultados frente ao objetivo exposto, recomenda-  
82 se fazer uma análise detalhada do todo, ou seja, não somente da grade curricular,  
83 mas do "currículum". Para melhor evidenciar os resultados aconselhamos observar  
84 a opinião de todos os alunos do curso, tendo-se uma visão do que pensam e como  
85 pensam os cursantes.

86 Finalizando, não se deve ignorar por completo o resultado desse pesquisa,  
87 levando-se ao corpo administrativo da Instituição para um trabalho de revisão e  
88 análise da grade, que foi formulada há 4 anos, como experiência para um Curso No-  
89 vo, e que hoje, pode não mais atender às necessidades regionais e não contribuir  
90 para a plena realização do aluno.

#### 5.4 - Análise Conjunta dos Resumos de Relatórios

Esta seção tem o propósito de apresentar em conjunto os resultados da análise dos desempe-  
nhos das equipes de experimento na fase de pós-avaliação (ver 5.3 e Apêndice III) e compará-los ao desem-  
penho da equipe de controle (ver 5.2). Nessa fase os alunos tinham por tarefa resumir em forma de um artigo  
científico os relatórios da disciplina de Metodologia Científica II, de produção própria. Dessa forma, o resumo  
se daria em produção feita pelos próprios alunos.

Como pode ser perfeitamente confirmado nas seções 5.2, 5.3 e apêndice III deste documento,  
os resumos dos alunos foram analisados em quadros avaliativos finais de desempenho frente aos compo-  
nentes temáticos. Nesses quadros foram introduzidas duas avaliações denominadas de critérios "I" e "II".

O Critério "I" toma por base de análise os componentes apresentados pela equipe nos resumos  
e compara-os com o total de componentes apresentados no relatório de Metodologia. Dessa forma, avalia-se  
a fidelidade da equipe com o original resumido pois se apresenta a porcentagem de componentes do original  
usados no resumo.

O Critério "II" toma por base de análise, tanto no relatório, quanto no resumo, a relação entre o  
número de componentes coerentemente apresentados e o número de componentes apresentados indepen-  
dentemente da análise de coerência. Em outras palavras é o resultado da divisão do número de compo-  
nentes que apresentam nexos semântico-metodológico com a pesquisa efetuada, pelo número total de compo-  
nentes. Enquanto o Critério I se preocupa com a qualidade do resumo enquanto síntese do relatório, o  
"Critério II" se preocupa com a qualidade do resumo enquanto trabalho de divulgação científica.

Isso posto, pode-se agora analisar o quadro nº 21, que tem por objetivo apresentar conjuntamente os resultados finais dos quadros de desempenho "frente aos componentes temáticos", que avalia o desempenho das equipes de experimento na fase de pós-avaliação, com o conseqüente cálculo das médias e compará-los com a equipe de controle, que representa a fase de pré-avaliação.

O quadro é assim cosntituído: da esquerda para a direita a coluna (1) se reserva à apresentação das equipes de experimento, logo abaixo, reserva-se uma classe para a média dessas equipes e uma classe para a equipe de controle; na coluna (2) apresenta-se os trabalhos avaliados de forma que cada equipe, incluindo média e equipe de controle, seja dicotomizada em "relatório", trabalho feito na disciplina de Metodologia Científica II, e "resumo" trabalho feito para a disciplina de Língua Portuguesa II; mais à direita temos os dois critérios que são divididos em três partes: a) "número de componentes apresentados" (apenas os coerentemente apresentados no critério "II") (colunas 3 e 6); b) porcentagem obtida; c) "conceito obtido" (colunas 5 e 8).

No critério "I", o cálculo é feito tomando-se o número encontrado na linha do resumo e dividindo-o pelo número encontrado na linha do relatório. O resultado é transformado em variáveis percentuais e estas em conceitos: mais de 100% "A+"; de 90% a 100% 'A"; de 75 a 89% "B"; de 60 a 74% "C"; de 50 a 59% "D"; menos de 50% "E".

No critério "II", o cálculo é feito tomando-se o valor da coluna "número de componentes coerentes" e dividindo-o pelo valor encontrado na coluna "número de componentes apresentados", respeitando-se a relação relatório-relatório e resumo-resumo. O resultado é transformado em variáveis percentuais, a cujos valores são atribuídos os mesmos conceitos do parágrafo acima.

Confira-se o quadro, na página seguinte:

Quadro nº 21 - Apresentação conjunta dos resultados finais dos quadros de desempenho "frente aos componentes temáticos" das equipes de experimento e da equipe de controle nas fases de pré e pós-avaliação conforme os critérios "I" e "II".

(1) Equipes	(2) Trabalho Avaliado	Critério "I"			Critério "II"		
		(3) Número de Componentes Apresentados	(4) Porcentagem Obtida	(5) Conceito Obtido	(6) Número de Componentes Coerentes	(7) Porcentagem Obtida	(8) Conceito Obtido
Equipe nº 1	Relatório	18,0	100	A	18,0	100	A
	Resumo	19,0	105	A+	19,0	100	A
Equipe nº 2	Relatório	18,5	100	A	17,5	95	A
	Resumo	17,5	95	A	17,5	100	A
Equipe nº 3	Relatório	13,5	100	A	10,5	78	B
	Resumo	12,5	93	A	9,5	76	B
Equipe nº 4	Relatório	14,0	100	A	11,0	79	B
	Resumo	13,0	93	A	11,0	85	B
Equipe nº 5	Relatório	16,0	100	A	15,0	94	A
	Resumo	16,0	100	A	16,0	100	A
Equipe nº 6	Relatório	13,5	100	A	13,5	100	A
	Resumo	12,5	93	A	12,5	100	A
Equipe nº 7	Relatório	11,0	100	A	9,0	82	B
	Resumo	11,0	100	A	11,0	100	A
Equipe nº 8	Relatório	16,0	100	A	7,0	44	E
	Resumo	13,0	86	B	6,0	46	E
Média das 8 equipes de Exp.	Relatório	15,0	100	A	13,0	87	B
	Resumo	14,3	95	A	12,8	90	A
Equipe de Controle	Relatório	10,0	100	A	6,0	60	C
	Resumo	8,0	80	B	4,0	50	D

Reportando-se ao quadro:

A equipe nº 1 apresentou o relatório: "Avaliação da opinião dos formandos 1989/1 sobre a grade curricular do Curso de Ciências Contábeis da Faculdade de Ciências e Letras de Mafra". Conforme o "Critério II", dos 18 componentes apresentados, a equipe obteve 100% de coerência, pois os 18 componentes foram considerados coerentes pelo pesquisador. O resumo, por sua vez, acrescentou 1 componente a mais, perfazendo 19,0 o que, pelo critério "I" implicou em 105% e no conceito "A+". Pelo critério "II" a equipe obteve, também, 100% de coerência, conquistando o conceito "A". O mérito maior da equipe foi a apresentação dos objetivos específicos do trabalho, ausentes no relatório de Metodologia Científica, apresentação esta que foi papel fundamental na qualidade coesiva e de coerência do resumo.

A equipe nº 2 apresentou o relatório: "Qualidade do tratamento da água distribuída nas cidades de Mafra e Rio Negro." O referido relatório apresentou 18,5 componentes, dos quais 17,5 foram considerados coerentes, o que, pelo critério "II" implicou em 95% de coerência e na atribuição do conceito "A". O resumo, por sua vez, apresentou 17,5 componentes, o que pelo critério "I" significou 95% de fidelidade ao ori-

ginal, com a consequente atribuição do conceito "A". Contudo, em termos de coerência "critério II" a equipe obteve 100%, apresentando coerentemente todos os componentes do resumo. O grande mérito da equipe foi o de não apresentar a finalidade da pesquisa, que fora equivocadamente colocada no relatório de Metodologia.

A equipe nº 3 apresentou o relatório: "A influência da Propaganda na aquisição de produtos pelos consumidores". Esse relatório apresentou 13,5 componentes, dos quais 10,5 coerentemente. Conforme o critério "II", houve 78% de coerência e o conceito atribuído foi "B". No que tange ao resumo, a equipe apresentou 12,5 componentes, o que pelo critério "I" implicou em 93% de fidelidade ao texto-base (conceito "A"). Dos 12,5 componentes do resumo, apenas 9,5 são coerentes, perfazendo 76% de coerência e implicando na atribuição do conceito "B", conforme o critério "II". Tanto no relatório, quanto no resumo a equipe apresenta interpretações e conclusões inadequadas ao problema elaborado para a pesquisa. Nesse caso, o conceito "B" no critério "II" tem muito a ver com problemas da equipe na disciplina de Metodologia Científica II.

A equipe nº 4 com o trabalho, "Mercado de trabalho no ramo de Contabilidade Gerencial em Rio Negro e Mafra: uma avaliação". Apresentou 14 componentes temáticos, dos quais 11 coerentemente. Pelo critério "II" o relatório é 79% coerente e o conceito atribuído foi "B". O resumo da equipe, por seu turno, apresentou 13 componentes, portanto, pelo critério "I", 93% fiel ao original (Conceito "A"). Desses 13 componentes, igualmente 11 foram considerados coerentes pelo critério "II", perfazendo 85% (conceito "B"). O resumo da equipe remodela a finalidade da pesquisa, incoerente no relatório, deixando-a coerente no resumo. Porém, não faz menção a revisão bibliográfica e à revisão de conceitos e, como a equipe nº 3, faz interpretações e conclusões incoerentes com o problema elaborado.

A equipe nº 5 apresentou o relatório: "A assistência Médico-Hospitalar em Mafra: visão da população". Esse relatório apresentou 16,0 componentes, dos quais 15 coerentemente. Pelo critério "II" o desempenho do relatório é de 94% e o conceito é "A". No que diz respeito ao resumo, igualmente 16 componentes foram apresentados, o que implicou em 100% de fidelidade (conceito "A"). Dos 16 componentes do resumo, no entanto, todos foram apresentados coerentemente, perfazendo igualmente 100% de coerência pelo critério "II" e implicando na atribuição do conceito "A". A equipe, no resumo, não apresenta incoerentemente os objetivos específicos do trabalho, o que revelou melhoria do desempenho em termos de coerência.

A equipe nº 6 apresentou o relatório: "A vida após a morte".

Esse relatório possui 13,5 componentes, todos eles coerentes conforme o critério "II" (100% conceito "A"). O resumo apresentado, no entanto, apresentou 12,5 componentes, o que implicou em 93% de fidelidade ao texto-base. No que tange ao critério "II", dos 12,5 componentes, todos eles foram considerados coerentes, perfazendo 100% e sendo atribuído a equipe o conceito "A". A equipe omite, no resumo, a revisão de conceitos.

A equipe nº 7 com o relatório, "Opinião da comunidade frente a possibilidade da legalização do aborto". apresentou 11 componentes, dos quais 9 coerentemente. Essa performance implicou na atribuição do conceito "B" com 82% de coerência, pelo critério "II". O resumo da equipe, por seu turno, apresentou igualmente os 11 componentes, o que pelo critério "I" fez 100% de fidelidade. No critério "II", no entanto, a equipe evoluiu seu desempenho significativamente, passando a apresentar 11 componentes coerentemente, sendo atribuído o conceito "A" com 100% de coerência. O mérito da equipe foi a adequação do delineamento da pesquisa e da interpretação dos dados, que eram incoerentes no relatório.

A equipe nº 8 fez o trabalho: "A poluição no município de Mafra: avaliação da população", esse trabalho apresentou 16 componentes dos quais apenas 7 eram coerentes. Esse desempenho implicou em 44% de coerência (critério "II") e a equipe recebeu o conceito "E". O resumo desse trabalho, por seu turno, apresentou 13 componentes, 86% do texto-base, sendo que a equipe recebeu o conceito "B" no critério "I". Na análise de coerência, critério "II", o trabalho é sofrível, pois apenas 6 componentes são coerentes, implicando na atribuição do conceito "E" em função da porcentagem obtida, 46%.

O trabalho dessa equipe tem sérios problemas metodológicos e é muito desarticulado, possuindo hipóteses e objetivos específicos divorciados do problema e conclusões inadequadas, além de revisão bibliográfica sem nexos com o corpo de trabalho.

Feita a análise dos desempenhos das equipes de experimento, procur-se agora apresentar uma avaliação conjunta entre as médias obtidas por essas equipes e as equipes de controle.

Em termos de relatórios de Metodologia, as equipes de experimento apresentaram 5 componentes em média a mais do que a equipe de controle (50% a mais). Dos 15 componentes apresentados, em média, 13 foram apresentados coerentemente, perfazendo 87% no critério "II". A equipe de controle apresentou 6 de seus 10 componentes, perfazendo 60% em termos de critério "II". O desempenho dos relatórios das equipes de experimento são 27 pontos percentuais, em média, maiores do que a equipe de controle. Apenas a equipe nº 8 apresentou um desempenho inferior.

Nó que tange ao critério "I" aplicado aos resumos efetuados, as equipes de experimento obtiveram em média 95% de apresentação dos componentes dos relatórios, uma vez que de cada 15 componentes foram apresentados 14,3. A equipe de controle, por sua vez, apresentou 8 de seus 10 componentes, o que implicou em 80% de apresentação no seu resumo. Em síntese, os resumos das equipes de experimento são 15 pontos percentuais mais fiéis aos trabalhos originais do que a equipe de controle.

No que diz respeito ao critério "II", as equipes de experimento apresentaram com coerência de cada 14,3 componentes, 12,8. Fazendo-se os cálculos percentuais, isso implicou numa coerência de 90%. A equipe de controle apresentou, dos 8 componentes do resumo, 4 coerentemente, o que equivale a uma coerência da ordem de 50%. Conseqüentemente, os resumos das equipes de experimento são em média 40 pontos percentuais superiores, em termos de coerência. Das oito equipes, apenas a nº 8 tem um desempenho inferior ao da equipe de controle.

Ainda para uma avaliação final, os conceitos das equipes foram agrupados no quadro nº 22, a fim de poder ser atribuído, conforme escala de valores da seção 5.1, os desempenhos finais.

Relembrando, foram considerados "satisfatórios" os desempenhos que obtiveram conceitos "A+" e "A" nos dois critérios; "potencialmente satisfatórios" os desempenhos em que em um dos dois critérios obteve-se o conceito "B"; e, "insatisfatórios", os desempenhos em que em um dos critérios obteve-se conceito inferior a "B".

Confira o quadro:

Quadro nº 22 - Apresentação conjunta dos conceitos atribuídos nos quadros de desempenho "frente aos componentes temáticos" das equipes de experimento e da equipe de controle nas fases de pré e pós-avaliação conforme os critérios "I" e "II".

Critério Equipes	Critério "I" Conceito	Critério "II" Conceito	Desempenho final da equipe
Equipe nº 1	A+	A	Satisfatório
Equipe nº 2	A	A	Satisfatório
Equipe nº 3	A	B	Parcialmente Satisfat.
Equipe nº 4	A	B	Parcialmente Satisfat.
Equipe nº 5	A	A	Satisfatório
Equipe nº 6	A	A	Satisfatório
Equipe nº 7	A	A	Satisfatório
Equipe nº 8	B	E	Insatisfatório
Média das 8 equipes de experimento	A	A	Satisfatório
Equipe de Controle	B	D	Insatisfatório



Conforme o quadro acima, pode-se perceber com nitidez a melhoria do desempenho das equipes de experimento com a aplicação do modelo. Enquanto a equipe de controle obteve os conceitos "B" e "D", colocando o seu desempenho como insatisfatório, a média das 8 equipes de experimento obtiveram os conceitos "A" e "A", colocando em média os desempenhos como satisfatórios.

Das oito equipes de experimento, apenas as equipes nº 8 obteve resultados aquém dos resultados da equipe de controle. Em função dos expressivos resultados das sete equipes restantes, causou surpresa tal desempenho. Pesquisa posterior junto a Secretaria da Fundação evidenciou que o índice de presença dos alunos que compuseram a equipe foi muito baixo em todas as disciplinas e que as notas alcançadas por esses alunos foram em média igualmente baixas. Consulta ao professor de Metodologia confirmou esses resultados. Provavelmente esse índice baixo seria uma justificativa para o desempenho insatisfatório da equipe.

Apesar disso, é inegável que os resultados anteriormente apresentados foram significativos. Quer pela análise numérica, quer pela análise a-metódica, os trabalhos dos alunos da turma de experimento são notoriamente superiores e possuem um nível lingüístico-metodológico louvável. Os resultados obtidos fazem crer que a proposta de aplicação do modelo alcançou seus objetivos e foi capaz de melhorar o desempenho dos alunos.

Contudo, antes de tecer as conclusões finais deste trabalho, verificou-se o desempenho dos componentes temáticos nos artigos da revista de economia política e nos relatórios dos alunos.

## 6.0 - ANÁLISE DO MODELO DE COMPONENTES TEMÁTICOS COM BASE NA SUA APLICAÇÃO NESTA PESQUISA

Este capítulo está dividido em duas partes. Na primeira, procurou-se avaliar o Código de Componentes Temáticos, ou seja, o modelo de análise dos textos científicos em relação aos artigos da Revista de Economia Política Vol 8 nº 3 que serviram de texto-base para a fase de testes. Nesse caso, o enfoque é a verificação da pertinência do modelo em textos científicos produzidos fora do contexto da Fundação Educacional do Norte Catarinense. Na segunda parte, procurou-se avaliar o mesmo modelo em relação aos textos produzidos pelos próprios alunos, estes influenciados pelo modelo de LUZ et alii (1987), portanto, dentro do contexto da Fundação.

### 6.1 - O Modelo aplicado nos Artigos da Revista de Economia Política.

Para avaliarmos o modelo houve mister elaborar um quadro comparativo dos componentes destacados pelo pesquisador. Esse quadro nada mais fez do que transferir para um ponto comum os dados relativos aos quadros de desempenho "frente aos componentes temáticos". Da esquerda para a direita o quadro apresenta 3 partes principais: 1ª) duas colunas reservadas para a codificação do componente temático e a transcrição do mesmo; 2ª) oito colunas reservadas para os oito artigos da revista de Economia Política; 3ª) uma coluna para a totalização horizontal da frequência de uso de cada componente em particular. Horizontalmente, partindo-se de cima há um espaço para o cabeçalho. Logo abaixo, os componentes são agrupados em quatro classes sendo que a primeira se refere à titulação e as últimas às três partes lógicas da dissertação: introdução, desenvolvimento e conclusão. Além dessas divisões há um espaço na região inferior do quadro para a totalização das frequências verticais, ou seja, a soma de componentes de cada artigo. O canto inferior direito se destina à soma geral das duas áreas de totalização.

Veja-se o quadro:

Quadro nº 23 - Quadro Comparativo Final do Componentes destacados pelo pesquisador nos 8 artigos da Revista de Economia Política vol. 8 nº 3.

T	Componente Temático	Artigos da Rev. de Economia Polít.								Total
		Art1	Art2	Art3	Art4	Art5	Art6	Art7	Art8	
-.-	Assunto/Tema/Enfoque	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	8,0
1.1	Contextualização	-	-	1,0	-	1,0	-	-	-	2,0
1.2	Definição	0,5	1,0	0,5	-	-	-	0,5	-	2,5
1.3	Delimitação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.1	Obj. Geral	0,5	-	1,0	-	1,0	-	1,0	1,0	4,5
2.2	Obj. Específicos	1,0	-	0,5	-	1,0	-	1,0	1,0	4,5
3	Hipótese(s)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
3	Tese	1,0	-	-	-	-	-	-	-	1,0
4.1	Justificativa	1,0	1,0	-	1,0	-	-	-	-	3,0
4.2	Intenção	-	-	-	-	-	-	-	-	-
4.3	Finalidade	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.1	Rev. Bibliográfica	-	-	-	-	1,0	1,0	1,0	1,0	4,0
1.2	Rev. de Conceitos	-	-	1,0	-	-	-	-	-	1,0
2.1	Delineamento	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.2	Variáveis	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.3	População e Amostra	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.4	Instrumento(s)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.5	Coleta/passos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
3.1	Parâmetros	-	1,0	-	-	-	-	-	-	1,0
3.2	Discussão	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	8,0
3.3	Apresentação dos Dados	-	1,0	-	-	-	-	1,0	-	2,0
3.4	Interp. dos Dados	-	1,0	-	-	-	-	-	-	1,0
1.1	Conclusão	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	8,0
1.2	Conclusão (limites)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.3	Recomendações	-	1,0	-	-	-	-	-	-	1,0
1.4	Sugestões	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	totalização da Apresentação	7,0	9,0	7,0	4,0	7,0	4,0	7,5	6,0	51,5

Onde:

Art1 = Os limites da Política Econômica;

Art2 = A transformação da dívida externa em títulos de longo prazo;

Art3 = Os fundamentos do programa de integração Argentina-Brasil;

Art4 = Contexto e estratégia do programa de integração Argentina-Brasil;

Art5 = Salários, inflação e conflito distributivo: reflexões acerca da escala móvel;

Art6 = O processo de elaboração e execução orçamentária no Brasil: algumas de suas peculiaridades;

Art7 = O plano cruzado: teoria e prática;

Art8 = Análise crítica da interpretação neoclássica do processo de modernização da agricultura brasileira.

Reportando-se ao quadro, conclui-se que em todos os artigos da Revista de Economia Política a trilogia "assunto/tema/enfoque" pode ser inferida. Essa tricotomização pode ser confirmada nos próprios títulos transcritos abaixo do quadro.

Os componentes introdutórios estão presentes em sete dos oito artigos. O artigo nº 6 foge à regra uma vez que implícita na titulação "O processo de elaboração e execução orçamentárias no Brasil: algumas de suas peculiaridades" alguns dos componentes. Isso pode ser verificado na medida em que é perfeitamente inferível que o problema é: "Quais as peculiaridades do processo?", que o objetivo geral é "apresentar as peculiaridades" e assim por diante.

O problema é definido em apenas um dos artigos, o 2º. Nos artigos, 1, 3 e 7 há implicitude do problema. No primeiro caso, texto de Bresser Pereira, essa implicitude é inferida pelos objetivos específicos, aliás, o próprio objetivo geral é inferido dessa forma. Nos dois outros artigos, o 3º e o 7º, essa implicitude advém da explicitação do objetivo geral.

Em termos de objetivo geral, além dos mencionados, há explicitação em mais dois artigos, o número 8 e o número 5. Significativa é a presença de pares nítidos. Percebe-se que a opção por explicitar o objetivo geral ou o objetivo específico, faz surgir a obrigatória presença do outro. Em outros termos, percebe-se que se há um deles, há o outro. Nos artigos 5, 7 e 8 o par é explicitado. No primeiro houve implicitação do objetivo geral e no terceiro a implicitação dos específicos.

De todos os artigos, só o de Bresser Pereira apresenta tese explicitamente. A preocupação em justificar o trabalho só ficou patente nos artigos 1, 2 e 4.

De qualquer forma, é significativo que nenhum trabalho se preocupou em delimitar o assunto de análise, talvez por ser o título suficiente para tal tarefa. A não-presença de hipóteses deve-se em função de serem os artigos apresentação de discussões e de teorias, não havendo a preocupação em provar "X" ou "Y" caminho. Outro fato a se destacar é a não-presença, em nenhum trabalho, de dados reveladores de intenção e finalidade do artigo.

No campo do desenvolvimento do trabalho, o notório é a sistemática ausência de dados reveladores da metodologia empregada. Todos os autores apoiam as suas discussões em experiências e trabalhos bibliográficos anteriores, bem como em dados de órgãos governamentais, deixando implícita essa opção. De fato, explicitar esses passos é irrelevante para o de artigo desenvolvido nessa revista em particular.

Mas se a bibliografia é o campo principal de apoio metodológico, apenas 5 artigos tecem apoio bibliográfico em seções específicas. O artigo nº 3 apresenta alguns conceitos fundamentais e os artigos 5, 6, 7 e 8 reservam espaço para a revisão teórica.

A discussão é o componente principal de todos os artigos. Está presente em cada um deles e ocupa o maior número de itens nos quadros de Conteúdo Global. A título de exemplificação, o terceiro artigo, sobre os fundamentos do programa de integração Argentina-Brasil tem 70% dos itens arrolados como importantes nesse componente.

Dos oito artigos estudados, além do 7º, sobre o Plano Cruzado, que apresenta alguns dados, o artigo de Paulo Nogueira Jr., sobre a transformação da dívida em títulos de longo prazo é o mais completo em termos de análise e discussão, apresentado: parâmetros, discussão propriamente dita, além de espaços específicos para apresentação e interpretação de dados.

No que tange ao espaço de conclusão dos artigos, todos eles apresentam nitidamente espaço para tecer as conclusões finais do trabalho. Além das conclusões principais, apenas o artigo nº 2 faz recomendações explicitamente. Não houve registro de conclusões frente a possíveis limitações metodológicas, nem sugestões para novas pesquisas.

O que se pôde verificar com clara margem de acerto é a presença necessária dos três momentos lógicos da dissertação na elaboração de cada artigo em particular, combinada com a tendência de implicitação de componentes redundantes. O caso mais notório dessa implicitação é o artigo de Roberto Boccaccio Piscitelli, que omite todos os componentes introdutórios em função de um título mais extenso e delimitado (art. nº 6). A função do título em trabalhos de nível científico deve e pode ser muito melhor estudada a partir da simples verificação de que é possível implicitar toda a introdução em função de uma elaboração de título mais sofisticada. Apesar dos sete outros autores não prescindirem da introdução do trabalho é expressivo a opção por títulos que contenham a trilogia "Assunto/tema/enfoque", aqui considerada como perfeita.

Não se pode ignorar que somente três componentes foram unânimes nos trabalhos. A discussão como parte fundamental do desenvolvimento dos artigos. A conclusão como ponto de chegada de todo o esforço argumentativo. E, a titulação completa, como forma de dar contornos delimitados ao "corpus" de discussão.

O que fica patente aqui é que os três momentos lógicos da elaboração da dissertação são preservados e servem de norte para qualquer modelo sistemático de leitura de textos científicos.

Apesar da pouca presença de explicitação de componentes, quer parecer que o modelo foi perfeitamente capaz de abranger os artigos abordados, demonstrando-se eficaz para o trabalho de depressão das partes temáticas do texto científico.

## 6.2 - O Modelo Aplicado aos Relatórios de Metodologia Científica II

A possibilidade de inadequação de um outro componente no bojo dos trabalhos elaborados pelos alunos para a disciplina de Metodologia Científica II, dificultou sobremaneira a avaliação do modelo. Como pode ser comprovado pelas análises anteriores, os problemas das equipes se prenderam mais a circunstâncias metodológicas do que de expressão propriamente dita. Contudo, a estreita relação entre o modelo proposto por este documento e o modelo utilizado na FUNORTE de "LUZ et alii" (1987), foi significativa no aumento de componentes explicitados nessa fase do trabalho.

Para que se possa analisar esse aumento, também foi elaborado para essa seção um quadro comparativo final, onde foram agrupados os dados advindos dos quadros de desempenho "frente aos componentes temáticos" de cada relatório das equipes de experimento, numeradas de 1 a 8, e da equipe de controle, numerada com o dígito "0". O quadro é semelhante ao anterior. Da esquerda para a direita vê-se: 1) Código do Componente Temático; 2) Transcrição do Componentes; 3) Relatórios de Metodologia Científica (de 1 a 8 equipes de experimento, nº 0 = equipe de controle); 4) Totalização horizontal. De cima para baixo: 1) cabeçalho; 2) titulação; 3) componentes textuais (introdução, desenvolvimento e conclusão); 4) totalização vertical. No canto inferior direito, como no quadro anterior, há a totalização geral dos campos inferior e extremo direito.

Veja-se o quadro:

Quadro nº 24 - Quadro Comparativo Final dos Componentes destacados pelo pesquisador nos 8 relatórios de Metodologia Científica II das equipes de experimento e no Relatório da equipe de controle.

Componente Temático	Rel1	Rel2	Rel3	Rel4	Rel5	Rel6	Rel7	Rel8	Rel10	Total
Assunto/Tema/Enfoque	1,0	0,5	0,5	1,0	1,6	0,5	1,0	1,0	1,0	7,5
Contextualização	-	1,0	-	-	-	-	-	-	-	1,0
Definição	1,0	1,0	1,0	1,0	0,5	1,0	1,0	1,0	1,0	8,5
Delimitação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Obj.Geral	1,0	1,0	1,0	1,0	0,5	1,0	1,0	-	1,0	7,5
Obj. Específicos	-	1,0	-	-	*	1,0	-	*	*	5,0
Hipótese(s)	1,0	1,0	-	1,0	1,0	1,0	-	*	*	7,0
Tese	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Justificativa	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	*	9,0
Intenção	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Finalidade	1,0	*	-	*	-	-	-	*	-	4,0
Revis.Bibliográfica	-	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	-	*	-	6,0
Revis. de Conceitos	1,0	1,0	-	1,0	-	1,0	-	*	-	5,0
Delineamento	1,0	1,0	1,0	-	1,0	1,0	*	*	-	7,0
Variáveis	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
População/Amostra	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	-	8,0
Instrumento(s)	1,0	1,0	1,0	-	1,0	1,0	*	-	-	6,0
Coleta/passos	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	-	1,0	1,0	8,0
Parâmetros	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	-	1,0	1,0	-	7,0
Discussão	1,0	-	-	-	1,0	1,0	-	-	-	3,0
Apresentação de Dados	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	-	1,0	1,0	1,0	8,0
Interp. de Dados	1,0	-	*	*	1,0	-	*	*	1,0	7,0
Conclusões	1,0	1,0	*	*	1,0	1,0	1,0	*	*	9,0
Conclusões(limites)	-	1,0	-	-	-	-	-	-	-	1,0
Recomendações	1,0	-	*	-	-	-	-	*	-	3,0
Sugestões	1,0	1,0	-	-	1,0	-	-	-	-	3,0
Titulação de Apresentação	18,0	18,5	13,5	14,0	16,0	13,5	11,0	16,0	10,0	130,5

Onde:

\* = componente usado inadequadamente (vale 1,0);

Rel1 = Avaliação da opinião dos formandos 1989/1 sobre a grade curricular do Curso de Ciências Contábeis da Fundação Educacional do Norte Catarinense;

Rel2 = Qualidade do tratamento da água distribuída nas cidades de Mafra e Rio Negro;

Rel3 = A influência da propaganda na aquisição de produtos pelos consumidores;

Rel4 = Mercado de trabalho no ramo de Contabilidade Gerencial em Rio Negro e Mafra: uma avaliação;

Rel5 = A assistência médico-hospitalar em Mafra: visão da população;

Rel6 = A vida após a morte;

Rel7 = Opinião da comunidade frente a possibilidade da legalização do aborto;

Rel8 = A população no município de Mafra: avaliação da população;

Rel10 = (equipe de controle) Qual será a opinião dos jovens em relação ao casamento?

A titulação dos trabalhos de Metodologia Científica é perfeita em 6 dos nove trabalhos, inclusive a equipe de controle. As equipes 2, 3 e 6 omitem um dos elementos da titulação.

No campo introdutório percebe-se que nenhuma equipe delimita no relatório o campo de ação do problema em pauta, apesar de ser um dos componentes dos projetos elaborados segundo o modelo de "LUZ et alii". Apesar da equipe nº 2 fazer uso da Contextualização do problema por seu turno, esse componente também é omitido nos outros trabalhos. Todas as equipes fazem uso, no entanto da definição do problema e só a equipe nº 5, teve o defeito de no relatório deixá-lo parcialmente colocado, coisa que não se repete no resumo.

O objetivo geral é apenas omitido pela equipe nº 8, e parcialmente colocado pela equipe nº 5. Em geral é coerente com o trabalho, fato que não se repete com o componente "objetivos específicos", inadequado em três das 5 equipes que fizeram uso do mesmo (equipes 5, 8 e de controle).

Nenhuma das equipes fez uso da “tese”, sem dúvida por influência do modelo usado na Fundação. Com relação às hipóteses, dois relatórios as omitiram (3 e 7) e dois relatórios as fizeram inadequadamente (8 e de controle).

Dos componentes de nível 2, pertencentes à relevância da pesquisa, a justificativa foi perfeitamente colocada em todas as equipes de experimento. Como pode ser rapidamente conferido, esse item era inadequado na equipe de controle. No entanto, se por um lado a justificativa aparece em todos os trabalhos, a intenção não é mencionada em nenhum deles e a finalidade aparece em 4 relatórios (1, 2, 4 e 8) sendo contudo, inadequada nos três últimos.

No nível de desenvolvimento do trabalho, mais especificamente na área de revisão à literatura, as equipes 2, 4 e 6 dicotomizaram esse componente em revisão teórica e de conceitos. A equipe nº 8, sobre a poluição no município de Mafra, também usa dessa estratégia, porém faz isso inadequadamente. Esses componentes temáticos são omitidos na equipe de controle e na equipe 7 e a revisão bibliográfica omitida no trabalho da equipe nº 1, sobre a avaliação da grade curricular.

No âmbito da metodologia se percebe nitidamente a influência do modelo de “LUZ et alii”(1987), uma vez que as variáveis. (2.2.2) contribuição do modelo desta pesquisa, não foram usadas nenhuma vez. Cinco equipes seguem rigorosamente o modelo da Fundação, apresentando todos os elementos metodológicos, equipes 1, 2, 3, 5 e 6. A equipe nº 4, sobre o Mercado de trabalho em Contabilidade Gerencial, omite apenas os instrumentos de pesquisa. As demais equipes, como se pode confirmar pelo quadro, têm problemas de adequabilidade de componentes. A equipe de controle apenas apresentou a coleta de dados.

No nível de análise de dados há detalhes importantíssimos. Com exceção da equipe nº 6 “sobre a vida após a morte”, todas as equipes apresentam dados. Contudo, a interpretação dos mesmos, das 7 equipes que usaram essa estratégia, foi inadequada em 4 equipes (equipes 3, 4, 7 e 8). O relatório da equipe nº 6 dispensou tanto apresentação como interpretação de dados, preferindo ficar a nível da discussão propriamente dita. Aliás, o componente discussão foi usado somente por mais duas equipes: a nº 1, sobre a “grade curricular” e a nº 5, sobre “assistência hospitalar”.

Em termos de conclusões, as nove equipes apresentaram resultados conclusivos, dos quais 4 inadequados (equipes 3, 4, 8 e de controle). Apenas a equipe nº 2 sobre “a qualidade do tratamento da água” teceu conclusões frente a limitações do trabalho. 3 equipes apenas fizeram recomendações, as de nº 1, 3 e 8, sendo que apenas a primeira adequadamente. Também foram 3 as equipes que apresentaram sugestões para novas pesquisas, as de nº 1, 2 e 5; desta vez todas adequadas.

Pelo que se pode perceber acima, comprovou-se que a semelhança entre os modelos da Fundação e do presente trabalho influenciou sobremaneira a contabilização de maior número de presenças de componentes. Em caso limites, onde os modelos divergiam, houve preferência clara para o modelo da disciplina de Metodologia Científica (LUZ et alii, 1987), mesmo porque os trabalhos foram feitos em função daquela estruturação.

De qualquer forma, os trabalhos de resumo de relatórios possuem maior número de pistas ao leitor para atender todo o processo metodológico empregado pelas equipes, o que vem atestar, igualmente, os positivos resultados da aplicação do modelo ofertada no semestre letivo anterior.

## 7.0 - CONCLUSÕES

Este trabalho visou APRESENTAR e TESTAR uma proposta de de análise e produção de texto de divulgação na disciplina de Língua Portuguesa capaz de melhorar o desempenho na produção de textos de divulgação dos trabalhos de Iniciação à Pesquisa em Metodologia Científica dos alunos de Ciências Contábeis da Fundação Educacional do Norte Catarinense - FUNORTE.

Em função do objetivo traçado, este documento foi capaz de apresentar essa proposta de análise de forma a possibilitar uma análise temática em textos de cunho científico. A proposta se baseou no princípio da existência de três componentes mínimos do texto científico: o componente temático, a coerência e a coesão.

Desses três componentes, privilegiou-se os componentes temáticos, elaborando-se um modelo de análise temática, capaz de auxiliar a elaboração de resumos de textos científicos e de relatórios de pesquisa.

A coerência e a coesão tiveram papel fundamental no processo de ensino de composição escrita e nos fundamentos da análise de textos, uma vez que a proposta parte do pressuposto da intercomplementariedade da leitura e da produção escrita. (cf. INDURSKI & ZINN, 1985).

Com relação ao processo de teste o trabalho apresentado, foi capaz de demonstrar, por intermédio das análises dos testes e das avaliações que os alunos envolvidos no experimento foram capazes de evoluir significativamente em seus desempenhos. Os quadros anteriormente expostos, sobre o desempenho médio das equipes revelaram que houve melhoras consideráveis de apresentação tanto de componentes, quanto de itens importantes.

No que se refere à fase de testes, onde os alunos resumiram os 8 artigos do volume 8 nº 3 da Revista de Economia Política, em duas oportunidades (pré-teste e pós-teste), 4 equipes (entre as 8 de experimento existentes) conseguiram avaliação plenamente satisfatória, 3 equipes foram consideradas parcialmente satisfatórias e apenas 1 equipe foi considerada insatisfatória, isto é, não alcançando 75% de apresentação de itens, tanto no quadro frente aos Componentes Temáticos, quanto no quadro de Conteúdo Global.

No que se refere à fase de avaliações, onde as equipes de experimento, fazendo um resumo dos seus próprios trabalhos de Metodologia Científica II foram comparadas com a equipe de controle, 5 equipes, conforme os critérios estabelecidos, obtiveram o conceito satisfatório, 1 equipe obteve o conceito potencialmente satisfatório e 2 equipes não alcançaram os patamares mínimos.

Em ambos os momentos, as equipes, após aplicação do modelo melhoraram significativamente os seus desempenhos. Na fase de testes, sistematicamente, os trabalhos do pós-teste são melhores que os trabalhos do pré-teste. Na fase de avaliação os resultados são significativamente favoráveis ao implemento, haja vista os conceitos obtidos pelas equipes.

Contudo, necessário se faz, aqui, ressaltar algumas limitações dessa pesquisa. Em primeiro lugar, o trabalho em equipe não permite afirmar com certeza que os excelentes resultados obtidos equivalham ao desempenho real de todos os alunos envolvidos na proposta. A escolha pelo trabalho grupal se deu, em função da sistemática desse trabalho na Fundação envolvida. Mesmo porque não se poderia desenvolver um



trabalho, individualizado na fase de aplicação do modelo, mais especificamente durante os testes, se a pós-avaliação teria que forçosamente ser enquadrada na sistemática de grupo, conforme a organização da disciplina de Metodologia Científica II.

Outra limitação se detém na análise, principalmente no que tange à avaliação dos componentes mínimos de coerência e coesão. O trabalho primou pela vinculação desses elementos ao processo de utilização dos Componentes Temáticos, por serem esses componentes o núcleo da proposta. Qualquer análise mais profunda perderia o seu sentido dentro dessa escolha. O autor reconhece que um aprofundamento nesse sentido seria algo desejável e proveitoso. Vai-se aqui uma sugestão para novas pesquisas no campo.

Ainda, outra questão, espera-se ter deixado claro, que a proposta desenvolvida aqui não recebeu essa denominação por acaso. A ciência é um processo dinâmico e deve se pautar pela evolução e pela reforma. Nesse sentido, o trabalho se propôs a ser uma investigação séria no sentido de testar um modelo alternativo que visou superar a defasagem dos alunos de graduação no sentido da produção de textos científicos de divulgação. As peculiaridades do processo de ensino de metodologia na Fundação Educacional do Norte Catarinense, mais especificamente, o modelo de "LUZ et alli"(1987), teve papel fundamental no estabelecimento dos resultados. Em outras palavras, se os Componentes Temáticos são úteis na elaboração de textos de divulgação e se o instrumento elaborado foi capaz de sanar a defasagem dos alunos da FUNORTE, isso tem muito a ver com o modelo de produção lá estabelecido, como se viu, muito próximo do modelo introduzido por essa pesquisa.

Dessa forma, "proposta" deve ser entendida em seu sentido real e "modelo" deve ser entendido como a estruturação de uma proposta. Isso implica que os professores de Língua Portuguesa devem adaptar o "modelo" em função da sistemática de ensino de metodologia da unidade de ensino superior que trabalha, ou, se não houver, para o sistema que lhe aprovar.

O "modelo" de "proposta" sugerido por essa pesquisa teve, excelentes resultados porque aliou um procedimento lógico de leitura e produção de textos científicos à prática de ensino de metodologia vigente na Instituição amostrada.

Essa limitação é fundamental para que se possa entender os resultados expostos e se possa compreender que o modelo e mesmo a própria proposta devem ser maleáveis a cada clientela e/ou instituição envolvida.

Logo, não se trata de uma proposta fechada em si mesma. Espera-se que esse trabalho seja discutido, que seus resultados sejam realmente questionados, que o meio acadêmico de um modo geral a veja como uma proposta de superação dos problemas escritos dos graduandos, que necessita de correções e de estudos mais aprofundados.

Uma nação com um ensino superior de qualidade não pode negligenciar o estudo de sistemáticas que visem a introdução de seus universitários ao meio científico. Enquanto se coloca o aprendizado de produção e leitura de textos científicos em segundo plano, deixa-se também em segundo plano a própria formação integral dos educandos. Enquanto a única preocupação for reclamar do baixo nível de produção escrita e despejar conteúdo, a consequência sempre será a constatação de baixos níveis de aprendizagem na universidades.

A competência lingüística de proceder uma leitura de um texto científico adequada está diretamente relacionada com o nível do aprendizado e, sem dúvida com a formação de produtores de ciência no futuro. Esperar que o educando adquira essa competência com a sua experiência pessoal, como é constantemente feito, é esquecer o papel preponderante do ensino superior: TRANSMITIR E FORMAR CIÊNCIA.

A resposta das equipes de experimento, no bojo dessa pesquisa, é clara no sentido de confirmar as palavras de Vera Regina Araújo Pereira:

“(...)é errônea a noção geralmente aceita de que as habilidades de leitura necessárias para a vida devem ser ensinadas nas séries elementares, ao fim das quais estará completa a instrução nesse setor tão fundamental para o processo escolar” (1980, 56)

E como se advoga aqui a pressuposição da complementariedade entre a leitura e a produção, fica o desejo de que a disciplina de Língua Portuguesa, com embasamento lingüístico, converta-se num processo gerador de competência textual, para que o aluno possa ser integrado efetivamente, no mundo científico e não mais fique à margem do processo.

Se isso for feito, ficar-se-á eternamente culpando as série anteriores e pecando-se por omissão.

I - A ESTRUTURA DO PARÁGRAFO - Fase I

1 - A DELIMITAÇÃO DO ASSUNTO

Se pretendemos escrever sobre a cidade do Rio de Janeiro, muitas idéias poderão aparecer. Antes de começar a escrever, é preciso delimitar o assunto "Rio de Janeiro: cidade".

Observe como o autor do texto abaixo escreve:

"O Rio é simplesmente pródigo em parques, aqui se encontram os mais diversos, nos mais variados estilos e tamanhos. O Parque do Flamengo, por exemplo, é muito extenso. Começa no Aeroporto Santos Dumont e termina na praia de Botafogo. Tem uma área total de 1 milhão e 200 mil metros quadrados, grande parte dos quais conquistados ao mar, com terra do desmonte do morro de Santo Antônio. Como atrações, quatro lagos de água doce, com plantas aquáticas, uma vegetação tropicalizada, campo de provas de aeromodelos, vários campos para a prática de peladas, sem contar o Museu de Arte Moderna e o Monumento aos Mortos da II Grande Guerra. O Parque Lage, na Gávea; tem uma represa, jardins, florestas, um antigo calabouço onde eram presos os escravos, lagos, cavernas e um labirinto que lembra uma catacumba romana. Além de playground para crianças. Bastante concorrido também é a Quinta da Boa Vista, um monumental parque que fica no bairro de São Cristóvão, onde você pode visitar o antigo palácio de São Cristóvão (onde moravam os imperadores brasileiros) e onde hoje funciona o Museu Nacional, o Horto Botânico da Universidade Federal do Rio de Janeiro, o Jardim Zoológico e o Museu da Fauna. Faz parte da Quinta da Boa Vista e ocupa uma área de 90 mil metros quadrados. A coleção de animais é a mais variada possível, com cerca de 2 mil espécies de todas as procedências do globo. A coleção de pássaros (mais de 1 mil exemplares) é valiosíssima, pela raridade de alguns exemplares. Impressionante, mesmo, é o Parque

Nacional da Tijuca, localizado entre os bairros de Laranjeiras, Joazeiro Velho, Santa Teresa, Rio Comprido, Andaraí, Tijuca, São Jonrado, Gávea e Jardim Botânico. Compreende uma área de mais de 5 milhões de metros quadrados, dos quais a Floresta da Tijuca ocupa uma pequena parte e pode ser visitada de carro, em boas estradas asfaltadas. No Alto da Boa Vista, você verá a cascata Taunay, a gruta Paulo e Virgínia, o Lago das Fadas, a capela Meyrink, a Vista Chinesa, a Mesa do Imperador. E tem espaço de sobra, em meio a uma vegetação abundante, para agradáveis horas de ócio. Ou piqueniques. E nas Furnas da Tijuca - um intrincado labirinto de enormes pedras superpostas dá a impressão de ter sido esculpido em tempos imemoriais."

(Da publicação O seu roteiro e passeios, nº 5, Rio)

O autor escreve impondo uma ordem ao assunto. Esta ordem só é possível se é feita a delimitação do assunto:

A cidade do Rio de Janeiro

Parques do Rio de Janeiro

O Parque do Flamengo, o Parque Lage, o Parque da Quinta da Boa Vista, o Parque Nacional da Tijuca.

Um mesmo assunto pode ser delimitado de diferentes maneiras. Por exemplo, o assunto A cidade do Rio de Janeiro poderia também ser assim delimitado:

A cidade do Rio de Janeiro

A história da cidade

Monumentos históricos da cidade.

Ou ainda assim:

A cidade do Rio de Janeiro

A população da cidade

O carioca: características físicas e psicológicas.

Cabe a quem vai escrever optar por uma entre as várias possibilidades de delimitação do assunto. Essa opção deve ser

\*Essa apresentação é reprodução fiel da forma da apostila fornecida aos alunos alvos do processo.

feita com base nos conhecimentos, experiências e interesses de quem vai escrever: não se pode escrever bem sobre um tema que não se conhece bem, de que não se tem experiência ou pelo qual não se tem interesse.

Nem sempre, porém, é preciso delimitar o assunto: muitas vezes o assunto sobre o qual se deve escrever já é proposto de forma limitada e específica. Por exemplo, o tema O Futebol como mecanismo liberatório de tensões já determina o tratamento que se deve dar ao assunto; não é possível nem necessário delimitá-lo, pois já se apresenta delimitado. Observe o "funil":

Esportes

Futebol

Papel do futebol na sociedade

O futebol como mecanismo liberatório de tensões.

Se o tema proposto para uma redação já se apresenta delimitado, é preciso que quem vá escrever sobre ele, se não o conhece bem, busque informações, reflita sobre o assunto, relacione-o com outros assuntos já conhecidos, antes de iniciar a tarefa de escrever.

### Exercícios

1 - Em cada um dos itens abaixo - (a), (b), (c), (d), (e) - são apresentados cinco temas sobre o mesmo assunto. Numere-os de 1 a 5, ordenando-os do mais amplo para o mais delimitado.

- a)  A televisão  
 Influência da televisão no comportamento social  
 Influência da televisão sobre as crianças  
 Efeito da televisão  
 A violência na televisão e seus efeitos no comportamento das crianças.

- b)  A música popular brasileira  
 Tendências atuais da música popular brasileira  
 Evolução da música popular brasileira  
 A música como veículo de comunicação  
 A música popular brasileira como expressão da cultura brasileira.
- c)  Leitura  
 Causas do interesse pela história em quadrinhos  
 Importância da leitura  
 O livro de que mais gostei  
 Livro ou revista?
- d)  A eficácia da publicidade  
 A publicidade no mundo atual  
 Efeitos da publicidade sobre o comportamento social  
 Publicidade: exigência de uma sociedade de consumo  
 Influência da publicidade sobre o nível de aspiração dos indivíduos.
- e)  Papel do vestibular no sistema de ensino brasileiro  
 O acesso ao ensino superior no Brasil  
 Vantagens e desvantagens do vestibular como mecanismo de seleção ao curso superior  
 O ensino superior no Brasil  
 Solução para o desequilíbrio entre oferta e demanda de vagas no ensino superior.

2 - Suponha que você deva escrever um parágrafo sobre cada um dos cinco assuntos abaixo. Delimite-os, apresentando, para cada um, temas que se ordenem do mais amplo para o mais restrito.

- a) Poluição  
b) Petróleo  
c) Tóxicos  
d) Cinema  
e) Telenovela

3 - Abaixo são apresentados dez assuntos. Se fossem propostos como temas de redação, quais deveriam ser delimitados e quais já se apresentem delimitados? Justifique sua resposta em relação a cada assunto. Proponha uma delimitação para os assuntos que a exigem.

- a) Liberdade  
b) A época em que vivemos

- c) O homem e a máquina
- d) O poder da imprensa
- e) A mulher no mundo atual
- f) O papel do jornal na sociedade
- g) Industrialização, desenvolvimento, progresso
- h) As religiões dos homens
- i) A família
- j) As revistas em quadrinhos

## 2 - A FIXAÇÃO DO OBJETIVO

Delimitado o assunto, torna-se fácil fixar o objetivo que deve orientar o que será escrito. A fixação do objetivo facilita a seleção das idéias e sua ordenação. Determinar para que se vai escrever sobre determinado assunto, com que finalidade, para atingir quais objetivos, é uma etapa indispensável no planejamento do ato de escrever.

Por exemplo: o autor do texto sobre os parques do Rio de Janeiro, à pág. 47, orientou-se, ao escrever, por um objetivo, selecionado entre diversos. Poderia escrever orientado por qualquer um dos seguintes objetivos:

- contar a história da formação dos parques;
- mostrar a importância dos parques para a população do Rio de Janeiro atual;
- descrever o estado de conservação dos parques;
- caracterizar os parques quanto à sua dimensão e estilo.

Este último - caracterizar os parques quanto à sua dimensão e estilo - é o objetivo escolhido para dar direção ao assunto, é o objetivo que determina a seleção das idéias. Ao escrever sobre os parques do Rio de Janeiro, o autor caracteriza-os, apontando particularmente sua dimensão e estilo. Por exemplo, a caracterís-

tica dimensão: "O Parque do Flamengo, por exemplo, é muito extenso. Começa no Aeroporto Santos Dumont e termina na praia de Botafogo. Tem uma área total de 1 milhão e 200 mil metros quadrados..." "Bastante concorrido, também, é a Quinta da Boa Vista, um monumental parque... Faz parte da Quinta da Boa Vista e ocupa uma área de 90 mil metros quadrados." É a característica estilo: "Como atrações, quatro lagos de água doce, com plantas aquáticas, uma vegetação tropicalizada..." "A coleção de animais é a mais variada possível... A coleção de pássaros é valiosíssima..."

Enfim: todo o texto se desenvolve em função do objetivo escolhido. Se outro fosse o objetivo, outro seria, evidentemente, o texto.

Conclui-se que não basta delimitar o assunto: a delimitação, por si só, não garante uma direção para quem vai escrever. Quem escreve sobre um determinado assunto, ainda que bem delimitado, pode desenvolvê-lo seguindo diferentes linhas de pensamento. Fixar o objetivo para orientar o que se vai escrever sobre um assunto delimitado é selecionar a linha de pensamento que estará presente em todo o texto. Esta linha de pensamento é, no texto sobre os parques do Rio de Janeiro, a seguinte: caracterizar os parques quanto à sua dimensão e estilo. O objetivo passa a ser um critério para seleção e ordenação das idéias e um controle do pensamento, que deve manter-se dentro dos limites da linha escolhida. No texto sobre os parques, o autor se mantém fiel ao objetivo fixado: é coerente com o que o orienta, isto é, não foge da linha traçada. Fixar o objetivo que deve orientar o que se vai escrever é, pois, um recurso indispensável para se escrever com coerência.

## Exercícios

1 - Abaixo, são apresentados objetivos que poderiam orientar a redação de parágrafos. A cada objetivo seguem-se quatro períodos que poderiam aparecer num parágrafo escrito sob a orientação do objetivo. Um dos períodos, porém, não é coerente com o objetivo. Indique-o.

- a) Objetivo: apresentar argumentos contra a pena de morte
- ( ) Ninguém tem o direito de tirar a vida de um homem.
  - ( ) Não se deve castigar um crime com outro crime.
  - ( ) Só o temor da morte poderá afastar certos homens do crime.
  - ( ) A ameaça de castigo nunca evitou que erros fossem cometidos.
- b) Objetivo: apontar as vantagens da história em quadrinhos
- ( ) Os quadrinhos oferecem às crianças e aos semi-alfabetizados a possibilidade de leitura.
  - ( ) Os quadrinhos podem constituir um eficaz meio de aprendizagem.
  - ( ) As histórias em quadrinhos, partindo de situações concretas, reveladas pelo desenho, ajudam a estruturar o pensamento.
  - ( ) As histórias em quadrinhos têm como tema aventuras fantásticas que distanciam as pessoas da realidade.
- c) Objetivo: mostrar a influência da televisão sobre os homens
- ( ) Hoje, em toda parte, a família se prostra diante da televisão e o diálogo, a convivência desaparecem, pois os telespectadores exigem silêncio.
  - ( ) Embora esteja em grupo diante do vídeo, cada pessoa fica só, assistindo isolada e individualmente à televisão.
  - ( ) A comunicação escrita - o livro, o jornal, a revista - está superada pelos meios eletrônicos de comunicação, a televisão à frente.
  - ( ) A televisão dá do mundo uma visão distorcida, composta apenas dos fragmentos da realidade escolhidos pela emissora para transmissão ao público.

2 - Complete o quadro abaixo, sugerindo uma delimitação para cada assunto proposto e um objetivo que poderia orientar a redação de um parágrafo sobre cada assunto, tal como foi delimitado.

Assunto	Delimitação do Assunto	Objetivos
Progresso		
Jornal		
Vida Moderna		
Analfabetismo		

## 3 - A FORMULAÇÃO DA FRASE-NÚCLEO: INTRODUÇÃO

Depois que o assunto foi delimitado, depois que o objetivo que deverá orientar o parágrafo foi especificado, pode-se começar a escrever. É importante redigir, em primeiro lugar, uma ou mais frases que traduzam o objetivo escolhido. Essa ou essas frases iniciais do parágrafo são o que se pode chamar de frase-núcleo.

No parágrafo a respeito dos parques do Rio de Janeiro, o assunto foi assim delimitado:

A cidade do Rio de Janeiro

Parques do Rio de Janeiro

O Parque do Flamengo, o Parque Lage, o Parque da Quinta da Boa Vista, o Parque Nacional da Tijuca.

O objetivo do parágrafo foi assim especificado: caracte-

rizar os parques quanto à sua dimensão e estilo.

De que forma o autor traduziu seu objetivo numa frase-núcleo? Abrindo o parágrafo, ou introduzindo o assunto, o autor assim escreve:

"O Rio é simplesmente pródigo em parques, aqui se encontrando os mais diversos, nos mais variados estilos e tamanhos."

Outras frases poderiam servir para a tradução do mesmo objetivo:

- a) Diversos, em vários estilos e tamanhos são os parques que fazem a riqueza do Rio de Janeiro.
- b) A riqueza do Rio de Janeiro está em seus muitos parques, variados em estilo e dimensão.
- c) O que faz do Rio uma cidade rica? São os seus diversos parques diferentes em estilo e dimensão.
- d) O Rio é uma cidade rica: diversos são os seus parques, cada um com características próprias de estilo e dimensão.
- e) Rio, cidade rica. Rica em parques. Parques os mais diversos. Diversos em estilo e tamanho.

Como se explica a função ou o papel da frase-núcleo?

Como já foi observado, o objetivo de quem escreve impõe ou oferece uma direção ao assunto. A frase-núcleo mantém o parágrafo nos limites do objetivo fixado, isto é, serve de instrumento para garantir que, ao escrever, a pessoa não se afastará do objetivo fixado.

A frase-núcleo frequentemente abre o texto. Introduce o assunto no texto. É uma oração, ou um conjunto de orações, que apresenta um quadro geral daquilo que será desenvolvido.

A frase núcleo é, para quem escreve, um instrumento de con-

trole da fidelidade ao objetivo ou um meio para garantir a coerência do texto com o objetivo escolhido.

A frase-núcleo é também importante para orientar aquele que vai ler a redação: ela indica ao leitor como foi delimitado o assunto e que objetivo dirige seu desenvolvimento. Ela não só é um instrumento de controle para quem escreve mas também um instrumento para orientação de quem lê.

A frase-núcleo é ainda importante para captar o interesse daquele que lê a redação: quando bem construída, ela atrai o leitor, prende-lhe a atenção, desperta nele a vontade de ler todo o texto.

Concluindo: delimitado o assunto sobre o qual se deve escrever, fixado o objetivo que orientará o que se vai escrever, é necessário criar uma frase-núcleo que, ao mesmo tempo, expresse o objetivo e desperte o interesse do leitor pelo texto.

#### Exercícios

1 - Em cada um dos itens abaixo é apresentado um parágrafo a que falte a frase-núcleo. Após cada parágrafo, são apresentados:

- o assunto do parágrafo;
- a delimitação do assunto no parágrafo;
- o objetivo do parágrafo.

Redija uma frase-núcleo para cada parágrafo.

a) "O interesse por personagens de aventuras e super-heróis, entre os adolescentes do sexo masculino, diminui, à medida que suas idades cronológicas aumentam. Os adolescentes masculinos, de 14 a 17 anos, concentram mais suas preferências em personagens humorísticos."

(Zilda Augusto Anselmo, Histórias em quadrinhos)

Assuntos: Histórias em quadrinhos.

Delimitação do assunto: Personagens das histórias em qua-

drinhos.

Objetivo: Analisar as atitudes dos adolescentes em relação aos personagens das histórias em quadrinhos.

Frase-núcleo:

b) "As demais técnicas de comunicação de massa dirigem-se ao público em geral e, dentro dele, a cada indivíduo. A televisão, porém, introduz-se no seio da família. Integra-se nesta. Passa a fazer parte dos rituais familiares. Em outros termos, a informação do mundo exterior é recebida como surgindo no interior do grupo primário. Deí seu papel privilegiado, sua aceitação."

(Monique Augras, Opinião pública - teoria e pesquisa)

Assunto: A televisão.

Delimitação do assunto: Causas da preferência popular pela televisão.

Objetivo: Explicar o papel privilegiado da televisão entre os meios de comunicação de massa.

Frase-núcleo:

c) Com a televisão, os programas de rádio, no mundo todo, passaram a focalizar mais o noticiário. O rádio ainda permite seguir de perto o desenrolar de um acontecimento. A televisão também, mas pede recursos maiores e, por enquanto, restringe-se a acompanhar fatos realmente importantes e extraordinários; os primeiros passos do homem na Lua talvez marquem o início da era da informação direta, acompanhando todos os momentos de um processo. Por ora, ainda é excepcional.

Assunto: A transmissão de notícias pelos meios de comunicação de massa.

Delimitação do assunto: O rádio e a televisão como agentes de transmissão de notícias.

Objetivo: Comparar o papel do rádio com o papel da televisão na transmissão de notícias.

Frase-núcleo:

d) "Em função do receptor (leitor de classes sociais distintas e de diferentes graus de escolarização), a narrativa esportiva apresenta um vocabulário reduzido e o mais corrente possível, para garantir a legibilidade do texto."

(Maria do Carmo L. de Oliveira Fernández, Futebol - fenômeno lingüístico)

Assunto: O futebol e a imprensa.

Delimitação do Assunto: A narrativa esportiva nos jornais.

Objetivo: Descrever as características lingüísticas da narrativa esportiva nos jornais.

Frase-núcleo:

#### 4 - A FORMULAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO

Recordemos o estudo, até aqui feito, do parágrafo a respeito dos parques do Rio de Janeiro.

Delimitação do assunto: Parques do Rio de Janeiro - o Parque do Flamengo, o Parque Lage, o Parque da Quinta da Boa Vista, o Parque Nacional da Tijuca.

Objetivo do parágrafo: Caracterizar os parques quanto à sua dimensão e estilo.

Frase-núcleo: O Rio é simplesmente pródigo em parques, aqui se encontrando os mais diversos, nos mais variados estilos e tamanhos.

Delimitado o assunto, fixado o objetivo que orientará a



redação do parágrafo, formulada a frase-núcleo, o autor passa a desenvolver as idéias apenas indicadas na frase-núcleo. O elemento geral parques, da frase-núcleo, é desdobrado em: Parque do Flamengo, Parque Lage, Parque da Quinta da Boa Vista, Parque Nacional da Tijuca. O elemento parques é, pois, desenvolvido pela indicação de determinados parques. Cada um dos parques é descrito segundo os critérios estabelecidos pelo objetivo e indicados na frase-núcleo: o autor indica o estilo de cada parque (atrações, vegetação, monumentos, etc.) e a dimensão de cada parque. Ou seja, o autor seleciona aspectos ou detalhes particulares que desenvolvem a frase-núcleo. A seleção desses aspectos ou detalhes é determinada pelo objetivo: a inclusão de aspectos ou detalhes incoerentes com o objetivo ou a exclusão de aspectos ou detalhes exigidos pelo objetivo tornarão o parágrafo mal estruturado, confuso ou incoerente. Por exemplo: no parágrafo a respeito dos parques do Rio de Janeiro, o autor omite a dimensão do Parque Lage, o que torna o parágrafo de certa forma incompleto, em relação ao objetivo expresso na frase-núcleo.

O desenvolvimento das idéias indicadas na frase-núcleo implica não só em seleção de aspectos ou detalhes mas também em ordenação desses aspectos ou detalhes. No parágrafo sobre os parques, o autor optou pela seguinte ordenação:

- a) O Parque do Flamengo: dimensão e estilo.
- b) O Parque Lage: estilo.
- c) O Parque da Quinta da Boa Vista: dimensão e estilo.
- d) O Parque Nacional da Tijuca: dimensão e estilo.

Poderia ter optado por uma outra ordenação:

- a) Citação dos quatro parques.
- b) Dimensão de cada um dos quatro parques.
- c) Estilo de cada um dos quatro parques.

Em síntese: o desdobramento da frase-núcleo constitui o desenvolvimento do parágrafo. A frase-núcleo, por sua vez, constitui a introdução do parágrafo. O desenvolvimento pressupõe a seleção dos aspectos que explicarão a frase-núcleo e a ordenação desses aspectos num plano. Podemos resumir da seguinte maneira as etapas, até aqui estudadas, necessárias à redação de um parágrafo.

Ao escrever um parágrafo, devemos, pois, antes de desenvolver a frase-núcleo, selecionar os aspectos que serão apresentados e ordená-los: devemos construir um plano de desenvolvimento das idéias. O plano será um instrumento de controle do desenvolvimento: evitará a inclusão de aspectos ou detalhes desnecessários ou incoerentes com o objetivo e assegurará a presença de todos os aspectos ou detalhes exigidos pelo objetivo. Além disso, o plano, determinando a ordem em que serão apresentados os aspectos ou detalhes, garantirá uma boa estruturação do parágrafo.

- I - escolha do assunto
- II - delimitação do assunto
- III - determinação do objetivo
- IV - redação da frase-núcleo
- V - seleção dos aspectos que desenvolverão a frase-núcleo
- VI - ordenação dos aspectos selecionados
- VII - redação do desenvolvimento.

#### Exercícios

1 - Abaixo, propõe-se um assunto, uma delimitação para esse assunto, um objetivo para redação de um parágrafo sobre o assunto e um plano para o desenvolvimento desse parágrafo.

Assunto - Horas de lazer.

Delimitação do assunto - Diferentes maneiras de ocupar as horas de lazer.

Objetivo - Mostrar que a maneira de ocupar as horas de lazer depende da atividade profissional de pessoa.

Plano de desenvolvimento:

Primeira parte: horas de lazer segundo a natureza da atividade profissional - manual ou intelectual.

Segunda parte: horas de lazer segundo as exigências da atividade: esforço físico ou imobilidade.

Terceira parte: horas de lazer segundo o ambiente em que a atividade se realiza.

Entre as frases apresentadas abaixo, algumas são coerentes com o objetivo e o plano expostos acima e outras não:

I - As pessoas cujas atividades profissionais são de natureza intelectual preferem, em geral, ocupar suas horas de folga com trabalhos manuais.

II - Pessoas que trabalham em recintos fechados preferem ocupar suas horas de lazer com diversões ao ar livre, enquanto aquelas que trabalham no campo, ora sob sol, ora sob chuva, buscam distrair-se, em suas horas de lazer, no aconchego de ambientes fechados.

III - Aqueles cujo trabalho exige muito esforço físico utilizam as horas de lazer para descansar e recuperar as forças.

IV - Vem crescendo, ultimamente, a preocupação dos sociólogos e psicólogos com a necessidade de orientar o homem na utilização adequada de suas horas de lazer.

V - Há certos tipos de trabalhos que obrigam as pessoas a manter-se no mesmo lugar, sentadas ou de pé, por muitas horas: as pessoas sujeitas a esse tipo de trabalho procuram em suas horas de lazer, atividades que exijam movimentação e esforço físico.

VI - O desenvolvimento tecnológico, criando recursos que substituem o trabalho humano, vem trazendo, como consequência, o aumento do número de horas de lazer de que pode dispor o ser humano.

VII - Quando o trabalho é manual, as horas de lazer

são preferentemente ocupadas com atividades intelectuais: leitura, cinema, teatro.

VIII - Hoje em dia, quase todo mundo ocupa suas horas de lazer diante da televisão.

1.1 - Indique, entre as frases acima, quais são as coerentes com o objetivo e o plano propostos.

1.2 - Determine com que parte do plano (primeira, segunda ou terceira) se relaciona cada uma das frases indicadas como coerentes com o objetivo e o plano.

1.3 - Formule uma frase-núcleo para o parágrafo, de acordo com o objetivo proposto.

1.4 - Escreva o parágrafo: utilize a frase-núcleo formulada em 1.3 e as frases indicadas no item 1.1, na ordem fixada pelo plano proposto e indicada no item 1.2. Use, quando conveniente, expressões que estabeleçam a ligação entre uma frase e outra e, se for necessário, modifique as frases a fim de evitar repetição de palavras.

## 5 - A FORMULAÇÃO DA CONCLUSÃO

No texto sobre os parques do Rio de Janeiro, o autor poderia fechar a sua descrição com a seguinte frase: A riqueza do Rio está, pois, em seus magníficos parques, que oferecem as mais diversas atrações, para os mais diversos tipos de lazer. Mas não o faz. O que estaria realizando se assim o fizesse? Estaria retomando o objetivo expresso na frase-núcleo e recapitulando o conjunto de detalhes ou aspectos particulares que fazem parte da fase de desenvolvimento da frase-núcleo. Em outros termos, o autor reorganizaria resumidamente os diversos aspectos da fase de desenvolvimento em uma frase final, que fechasse o texto. Estaria, assim, formulando um período de conclusão: uma representação sucinta ou geral do objetivo proposto na fase de introdução (frase-núcleo) e

dos aspectos ou detalhes particulares explicitados na fase de desenvolvimento.

No texto abaixo, o autor escreve orientando-se pelas três fases:

"Como a imigração portuguesa era predominantemente masculina, prosseguiu a livre mestiçagem mameluca que a princípio foi, naturalmente, a única. Em 1548, por exemplo, a população de São Vicente compunha-se de 600 brancos e 3.000 escravos índios. Com o tempo, proibida a escravidão do índio e praticada a do negro, este passou a ter o mais importante papel dentro da grande miscigenação brasileira. Esses três grupos étnicos formaram a maioria das populações brasileiras."

(F. M. Salzano e N. Freire Maia, Populações Brasileiras)

A fase de introdução está indicada pela frase-núcleo:

"Como a imigração portuguesa era predominantemente masculina, prosseguiu a livre mestiçagem mameluca que a princípio foi, naturalmente, a única."

A fase de desenvolvimento inicia-se com: "Em 1548, por exemplo, a população de São Vicente..." e vai até "grande miscigenação brasileira." Nesta fase, que aspectos concretizam a frase-núcleo? O autor apresenta dados relativos à população brasileira de São Vicente, em 1548: número de brancos portugueses e escravos índios. Tais dados particularizam a introdução, mostrando um aspecto da mestiçagem: o número de brancos e índios em contato. Outro aspecto da mestiçagem indicado na introdução é o de que a livre mestiçagem mameluca foi, a princípio, naturalmente, a única. A expressão, a princípio, na introdução, sugere que o autor deva indicar algum outro componente na mestiçagem. E ele indica este componente, particularizando a expressão a princípio através de: "Com o tempo, proibida a escravidão do índio e praticada a do negro, este passou a ter o mais importante papel dentro da grande miscigenação brasileira."

A fase de conclusão está expressa na oração: "Esses três grupos étnicos formaram a maioria das populações brasileiras." Com esta frase o autor retoma sucintamente os componentes da miscigenação. Retoma-os, apresentando estes componentes com a expressão geral "esses três grupos étnicos". A conclusão do parágrafo, nesse exemplo, apresenta ainda observações que decorrem da fase de desenvolvimento. Ao afirmar que esses três grupos étnicos "formaram a maioria das populações brasileiras", acrescenta-se um resultado ou uma consequência não apresentada claramente nas fases de introdução e desenvolvimento. Assim, a fase de conclusão pode ser formada não só por orações que recapitulam e resumem o desenvolvimento, mas também por orações ou fragmentos de oração que apresentam de modo conciso, consequência, implicações, inferências.

É preciso lembrar que nem todos os parágrafos obedecem à estruturação em fases de introdução, desenvolvimento e conclusão. Há parágrafos que apresentam as duas primeiras fases; ou as duas últimas; ou apenas a segunda. Às vezes, cada frase individualmente apresenta matéria para parágrafos próprios. Contudo, é desejável que se organize o parágrafo, estruturando-o em introdução, desenvolvimento e conclusão, quando o assunto exige um desenvolvimento extenso; quando são intrincadas as relações entre as informações; quando a complexidade do assunto a ser desenvolvido torna a redação trabalhosa; quando se pretende controlar com mais cuidado a organização do assunto para facilitar a recepção do leitor; enfim, quando a pessoa que escreve impõe a si mesma o exercício lógico de estruturação do pensamento.

Em síntese: ao escrever sobre determinado assunto, escrevemos para atingir um objetivo, que deve estar presente em todo o texto: nas fases de introdução, desenvolvimento e conclusão, permitindo que se construa uma unidade de composição escrita -

uma unidade organizada de forma articulada, ou integrada. Esta unidade é organizada de forma que os seus elementos de introdução, desenvolvimento e conclusão comportem-se como se fossem elos de uma corrente: cada unidade ou cada peça depende das demais. A esta unidade de composição escrita a respeito de um assunto particular, produzida para atingir um objetivo, e estruturada por um conjunto de orações de introdução, desenvolvimento e conclusão, dá-se o nome de parágrafo.

## II - FORMAS DE ORDENAÇÃO NO DESENVOLVIMENTO DO PARÁGRAFO - FASE II

### 1 - ORDENAÇÃO POR TEMPO E ESPAÇO

#### Texto

"A dita Era da Televisão é, relativamente, nova. Embora os princípios técnicos de base sobre os quais repousa a transmissão televisiva já estivessem em experimentação entre 1908 e 1914 nos Estados Unidos, no decorrer de pesquisas sobre a amplificação eletrônica, somente na década de vinte chegou-se ao tubo catódico, principal peça do aparelho de tevê. Após várias experiências por sociedades eletrônicas, tiveram início, em 1939, as transmissões regulares entre Nova Iorque e Chicago - mas não havia aparelhos particulares. A guerra impôs um hiato às experiências. A ascensão vertiginosa do novo veículo deu-se após 1945. No Brasil, a despeito de algumas experiências pioneiras de laboratório (Roquete Pinto chegou a interessar-se pela transmissão da imagem), a tevê só foi mesmo implantada em setembro de 1950, com a inauguração do canal 3 (TV-Tupi), por Assis Chateaubriand. Nesse mesmo ano, nos Estados Unidos, já havia cerca de cem estações, servindo doze milhões de aparelhos. Existem hoje 44 canais em funcionamento, em todo território brasileiro, e perto de 4 milhões de aparelhos receptores." (Muniz Sodré, A Comunicação do Grotesco)

#### Tecnia

Sempre que escrevemos sobre fatos, idéias ou fenômenos, com objetivo de mostrar a sua evolução ao longo do tempo e em diferentes lugares, ordenamos as idéias por critérios de tempo e es-

paço. Se, por exemplo, escrevemos uma biografia, organizamos a redação orientados pelas datas e lugares em que ocorreram os fatos vividos pela pessoa biografada. Se escrevemos um relato sobre as sucessivas viagens espaciais, desde as primeiras experiências russas e americanas, a indicação explícita de tempo - seqüência das viagens ao longo do tempo - e espaço - países que promoveram as viagens - é necessária.

### Análise

Fato	Tempo	Espaço
1. Experimentação	§ entre 1908/1914	§ Nos Estados Unidos
2. Tubo Catódico	§ década de 20	§ Nos Estados Unidos
3. Transmissões Regulares	§ 1939	§ N. York para Chicago
4. Um hiato (nada)	§ época da guerra	§ em nenhum lugar
5. Ascensão vertiginosa	§ após 1945	§ não especificado
6. A TV foi implantada	§ setembro/1950	§ Brasil
7. 100 est. 12 milhões de aparelhos	§ em 1950	§ Nos Estados Unidos
8. 44 canis-4 milhões de aparelhos	§ hoje	§ Em todo o terr. bras.

Obs.: Há redações que podem ser ordenadas apenas por espaço ou apenas por tempo.

### Dicas:

Se você precisa escrever fatos no tempo e/ou lugar(es) use:

Tempo - Advérbios: sempre, antes, agora, então; Locuções adverbiais: naquele tempo, no passado, no futuro; Uso dos verbos no passado, presente e futuro (excelente recurso), etc..

Espaço - Advérbios: aqui, lá, perto, longe; Locuções: por perto, à direita, no centro, no lado; etc..

### Modos:

Tempo - Do passado para o presente, passado-presente-futuro, presente e passado, futuro e presente e vice-versa, etc..

Espaço - Ferto para longe, da direita para esquerda, do centro para o lado, da frente para trás, etc..

### Exercícios

1 - Escreva um parágrafo seguindo o modelo:

1.1 - Poluição - Ordenação por tempo - Indicar os fatores que, ao longo do tempo, causam aumento da poluição.

1.2 - Poluição - Ordenação por espaço - Comparar o ambiente ecológico das grandes cidades com o ambiente do campo.

1.3 - Poluição - Ordenação por tempo e espaço - Mostrar que a poluição, durante as últimas décadas, cresceu mais nas cidades que no campo.

2 - Abaixo são apresentados alguns assuntos. Redija um parágrafo cuja ordenação seja ou por tempo, ou por espaço, ou pelos dois:

- Fantasia de Carnaval;
- Festa de Carnaval;
- Comemoração de Natal;
- Importância do Rádio;
- Formas de Comunicação entre os homens.

## 2 - ORDENAÇÃO POR ENUMERAÇÃO

### Texto

"Recentes desenvolvimentos tecnológicos tornaram possível uma nova forma de comunicação humana: a comunicação de massa. Essa forma se diferencia das anteriores pelas seguintes e principais características: é dirigida a audiências relativamente grandes, heterogêneas e anônimas; as mensagens são transmitidas publicamente, na maioria das vezes programadas para atingir simultaneamente a maioria dos membros da audiência, e tem caráter transitório; o comunicador tende a operar dentro de uma organização complexa que pode envolver grandes despesas. Essas condições têm conseqüências importantes para as atividades tradicionais que são desempenhadas por comunicadores na sociedade."

(Charles Wright, Comunicação de Massa)

### Teoria

Enumeração é o tipo de ordenação que segue a fórmula:

$I: X_1, X_2, \dots, X_n;$

quando de acordo com a necessidade você possa: citar, indicar, apresentar fatos, objetos, características, funções, etc..

### Dicas:

Como a enumeração é uma seqüência de informações em numeração, você tem nas palavras que indicam ordem e numeração bons recursos: 1, 2, 2.2, primeiro, primeiramente, em primeiro lugar, começando, por outro lado, finalmente, por penúltimo, em último lugar, finalizando, etc..

### Modos:

A enumeração pode ser aleatória, isto é, sem critério pré-determinado, devemos, no entanto, seguir uma organização como por exemplo: ordem de importância, ordem de dificuldade, ordem de preferência, etc.. Outra forma de enumeração é aquela feita depois de uma pré-classificação. Veja o exemplo:

Assunto: Comunicação de massa

Delimitação: Meios de comunicação de massa

Objetivo: Citar os meios de comunicação de massa usualmente reconhecidos como tais na literatura especializada.

Desenvolvimento: Classificação - Meios impressos e não-impressos.

"São sete os meios de comunicação de massa usualmente reconhecidos como tais na literatura especializada. Eles são divididos em meios impressos e meios não-impressos (ou áudio-visuais), jornal, revistas em quadrinhos constituem o primeiro grupo; cinema, rádio e televisão, o segundo."

### Exercícios

1 - Redija um parágrafo obedecendo as seguintes instruções:

Assunto: Televisão

Delimitação: Programas de televisão

Objetivo: Citar os principais programas de televisão

Ordenação: Por enumeração

Elementos: Futebol, noticiário, novelas, documentário, filmes, publicidade, programas musicais, programas humorísticos.

Ordem: Critério de preferência pessoal dos mais aos menos apreciados.

Sugestão de Expressões: O mais apreciado, também muito apreciado, em seguida, por último, em 1º, 2º, 3º lugar, depois, finalmente.

2 - Idem:

Assunto: Crime

Delimitação: Ações criminosas

Objetivo: Citar as ações criminosas mais frequentes entre os homens.

Ordenação: Enumeração

Elementos: Assalto a mão armada, assassinato, desrespeito ao trânsito, roubo de objetos, agressão físicas.

Ordem: Gravidade do mais grave ao menos grave.

3 - Idem:

Assunto: Progresso

Delimitação: Efeitos negativos do progresso sobre a natureza.

Objetivo: Citar os principais efeitos negativos do progresso sobre a natureza.

Ordenação: Enumeração

Elementos: Poluição da atmosfera, devastação de áreas verdes, exaustão das reservas minerais, destruição de montanhas e grutas, morte de rios e de lagoas.

Ordem: Aleatória.

### 3 - ORDENAÇÃO POR CONTRASTE

#### Texto

"Não se pode imaginar contraste mais violento do que o existente entre as duas regiões. De um lado, a terra escura, pegajosa, úmida, cavada de sulcos ou embebida de água, com árvores frutíferas, mangueiras, laranjeiras, canaviais, rios limosos. De outro lado, um caos de pedras cinzentas cravadas em desordem no chão de argila seca, rachado pelo sol, e vastas extensões de areia ardente. No litoral, a riqueza da vegetação exuberante, de um verde quase negro, com raízes mergulhadas nos pântanos e o cimo muitas vezes coroado de brumas matinais - plantas que arrebatam de seiva, de mel, de perfume. No sertão, a caatinga, como lhe chamavam os índios, com uma vegetação de cactos, de moitas espinhosas, de ervas raquíticas, amarelas, calcinadas, de árvores esqueléticas com folhas raivosamente eriçadas, transformadas em espinhos e arestas, de árvores ventrudas que são como odres para reter sob a casca rugosa a maior quantidade da mesquinha água da chuva. A paisagem voluptuosa da cana-de-açúcar, em que tudo é

tentação de vadiar, de dormir, de sonhar, de amar, opõe-se esta paisagem dura, angulosa, trágica." (p.125)

#### Análise

Pato	Litoral	Sertão
Solo	a terra escura, (...) rios limosos.	um caos de pedras (...) de areia ardente.
Vegetação	a riqueza da vegetação exuberante, (...) de perfume.	a caatinga, (...) da mesquinha água da chuva.

#### Teoria

Toda vez que necessitamos comparar, contrastar, diferenciar algo em nossa redação, lançamos mão de uma ordenação por contraste. No exemplo acima, o parágrafo objetivou contrastar o litoral do Nordeste com o sertão. A ordenação por contraste está intimamente relacionada com o tempo (deferenciar o natal de ontem com o atual) e com o espaço (como é o caso acima). Além disso, ao contrastarmos características lançamos mão de enumerações. Veja abaixo como isso ocorre:

#### Modos

O texto acima apresenta duas características a serem contrastadas. Observando a análise concluímos que o autor apresenta a primeira e faz o contraste e apresenta a segunda e repete o processo (esquema A). Uma outra maneira seria primeiro falar do litoral, apresentando solo e vegetação e depois fazer o contraste com o sertão da mesma maneira (esquema B).

- | "A"             | "B"              |
|-----------------|------------------|
| 1. O solo       | 1. O litoral     |
| 1.1. No litoral | 1.1. O solo      |
| 1.2. No sertão  | 1.2. A vegetação |
| 2. A vegetação  | 2. O sertão      |
| 2.1. No litoral | 2.1. O solo      |
| 2.2. No sertão  | 2.2. A vegetação |

Dicas:

Adversativas: - mas, porém, todavia, contudo, entretanto, no entanto, ao contrário, não obstante, à proporção que, à medida que, ao passo que, quanto mais... tanto mais, quanto menos... tan- menos, etc..

Proporcionais:

Comparativas: - como, mais que, menos que, qual, tal, maior, menor, etc..

Exercícios

Redija um parágrafo, onde você destaque pelo menos três pontos de diferença entre os elementos pedidos. Observe o modelo:

Modelo: Elementos: Rio de Janeiro e Brasília

Pontos de Diferença: origem, história, localização, paisagem, arquitetura, tipos de vida, etc..

- a) Jornais e revistas
- b) Cinema e teatro
- c) O jovem e o velho
- d) A mulher atual e a mulher do passado
- e) País desenvolvido e país subdesenvolvido
- f) Comunicação interpessoal e de massa
- g) Artesanato e industrialização.

NÃO SE ESQUEÇA

Seu desenvolvimento por contraste está inserido num plano que possui:

FRASE-NÚCLEO

CONCLUSÃO

De nada adianta escrever um bom desenvolvimento sem que ele esteja bem introduzido e sem que ele tenha um ponto de conclusão.

4 - ORDENAÇÃO POR RAZÕES E CONSEQUÊNCIAS OU CAUSA E EFEITO

Texto

"Quando a imprensa se converte, efetivamente, num autêntico veículo de comunicação de massa nas áreas urbanas, surgem o rádio e a televisão, como consequência do progresso eletrônico, e rapidamente incorporam-se à estrutura da sociedade de consumo massivo. O rádio e a TV surgiram com maiores condições para levar mensagens às grandes massas, porque traziam uma característica intrínseca - a oralidade -, ampliando o acesso potencial a todos os indivíduos, independentemente dos níveis de alfabetização e educação. Grandes parcelas da massa populacional, no mundo inteiro, sobretudo nas áreas rurais, que se conservavam marginalizadas da cultura, em virtude de características elitizantes da imprensa, passaram a receber informações orais ou audiovisuais, respectivamente, através do rádio e da TV. Isso abalou, profundamente, as bases da própria cultura alfabética, linear, criando novos padrões culturais." (José Marques Neto, Comunicação, opinião, desenvolvimento, p.142)



## Análise

Causa	Fato	Consequência
a)	Progresso eletrônico	Surgimento do rádio e da TV
b) Oralidade	As melhores condições do rádio e da TV para levar mensagens	
c) Características elitizantes da imprensa	Grandes parcelas da população marginalizadas da cultura	
d)	Possibilidade de acesso às mensagens por todos.	Grandes parcelas da população marginalizadas passaram a receber informações
e)	Populações marginalizadas passam a receber informações	Profundo abalo das bases da cultura alfabetica, linear, novos padrões culturais.

## Teoria

Há uma discussão que apenas fenômenos naturais têm causa e efeito. A variável humana implica em razões e consequências. Sempre tenha em mente, Um fato possui razões e gera consequências.

## Dicas:

Conclusivas: logo, portanto, por conseguinte, por isso, assim, etc.;

Explicativas: pois, porquanto, por que, que, etc.;

Causais: porque, pois, porquanto, pois que, já que, uma vez que, visto que, visto como, etc.;

Consecutivas: que (tal...que, tanto...que, tão...que), de forma que, de maneira que, de modo que, de sorte que, etc..

## Exercícios

1 - É comum encontrar-se na imprensa brasileira elevado número de vocábulos ingleses, alemães, espanhóis, russos, latinos e franceses. As causas da frequência desses vocábulos nas diversas seções do jornal são as mais variadas possíveis. Dentre elas, Zdenek Hampjs cita a falta do termo vernáculo, o seu desconhecimento por parte do jornalista, a tendência ao esnobismo (vide coluna social) ou, ainda, a tentativa de imprimir cor local, ou seja, o ambiente típico do país a que a notícia se refere."

a) indique as quatro causas (razões) e o fato apresentado;

b) qual outra forma de ordenação está junto com a de causa/consequência?

2 - Escreva um parágrafo ordenado por razão/consequência com uma das possibilidades abaixo:

- Causas do Plano Verão;
- Consequências do Plano Verão;
- Causas e consequências da Dívida Externa do Brasil;
- Consequências de uma possível moratória unilateral do Brasil;
- Causas do insucesso do Plano Cruzado I

Frases-Núcleo - Desenvolvimento - Conclusão  
razões/consequências

## 5 - ORDENAÇÃO POR EXPLICITAÇÃO

Suponhamos que tivéssemos de escrever um parágrafo sobre poluição. Várias formas de ordenação seriam possíveis:

- Ordenação por tempo - aumento progressivo da poluição nas últimas décadas;
- Ordenação por espaço - regiões atingidas pela poluição;
- Ordenação por enumeração - tipos de poluição e poluentes;
- Ordenação por contraste - diferenças ambientais em regiões poluídas e não.
- Ordenação por razões (causas) - causas de poluição;
- Ordenação por conseqüências - conseqüências da poluição.

Outro tipo seria o de explicitação, esclarecimento ou concretização. Por exemplo:

"Poluição do ar é a alteração de composição ou das propriedades do ar atmosférico, produzida por descarga de poluentes ou de outras substâncias, de maneira a torná-lo impróprio ou nocivo à saúde, inconveniente ao bem-estar público, danoso aos materiais e à vida animal e vegetal, prejudicial à segurança, ao uso e gozo da propriedade e das atividades normais da comunidade." (da Revista Comércio & Mercados, dez de 1973).

Há três formas de ordenação por explicitação: Definição, Exemplificação e Analogia. Com o assunto processo simbólico que permite a comunicação entre os homens, vejamos um exemplo de cada forma:

"O processo mediante o qual os seres humanos podem arbitrariamente fazer com que certas coisas representem outras pode-se chamar de processo simbólico. Quando quer que dois ou mais seres humanos possam comunicar-se entre si, eles poderão, mediante

acordo, fazer qualquer coisa representar qualquer outra coisa, isto é, criar símbolos. Não é só isso, mais ainda, podemos ir mais longe, criando símbolos que representem outros símbolos. Essa liberdade para criar símbolos de qualquer valor determinado e criar símbolos que representem símbolos é essencial àquilo que denominamos processo simbólico."

"Para onde quer que nos voltemos, aí vemos o processo simbólico se processando. Plumões no chapéu ou divisas na manga podem representar liderança militar; conchas de mariscos, braceletes de bronze ou pedaços de papel podem representar riqueza; dois paus cruzados podem representar um grupo religioso; botões, dentes de alce, fitas e corte de cabelo ou estilo de tatuagem podem representar afiliações sociais. O processo simbólico permeia a vida humana desde o nível mais primitivo até o mais civilizado. Guerreiros pajés, policiais, porteiros, mensageiros de telégrafo, cardeais, reis - todos usam uma indumentária simbólica dos cargos que exercem. Os selvagens colecionam chaves de afiliação a sociedades honorárias para simbolizar suas vitórias nos campos respectivos. Poucas são as coisas que os homens fazem, ou querem possuir, que não tenham, além do seu valor mecânico ou biológico, o seu valor simbólico."

"O processo mediante o qual os seres humanos podem arbitrariamente fazer com que certas coisas representem outras pode-se chamar de processo simbólico. Tal como um mapa representa um território, assim o processo simbólico representa a realidade. E tal como um mapa deve estar em relação com o território que representa, assim o processo simbólico deve estar em relação com a realidade. Por mais belo que seja um mapa, de nada servirá ao viajante se não mostrar exatamente a relação dos lugares entre si e a estrutura do território. Da mesma forma, o processo simbólico de nada servirá ao homem se não for uma representação adequada da realidade que substitui."

### Dicas:

A definição é a mais abstrata e faz grande uso do verbo ser, chamar e outros que sirvam para fazer definições; a exemplificação usa os elementos da ENUMERAÇÃO; a analogia é a ordenação inversa da do CONTRASTE pois faz uma relação de semelhança: igual, tal como, semelhante ao..., etc..

## Exercícios

- Por analogia, exemplificação ou definição escreva um parágrafo:

Opções:

- a) A vida do estudante universitário que trabalha e estuda;
- b) Choques heterodoxos na economia brasileira;
- c) O que é capitalismo;
- d) O que é Contabilidade;
- e) O que é Sistema Financeiro;
- f) O que é \_\_\_\_\_.

## III - REDAÇÃO - PROCESSO - ESTRUTURA - FASE III

O que fazer para organizar a redação de mais de um parágrafo?

1º - Entender que a redação de mais de um parágrafo tem a mesma estruturação do que uma redação de apenas um parágrafo.

Consequência - As técnicas desenvolvidas anteriormente servem igualmente para redações mais extensas.

2º - Entender que estruturando a redação você terá uma redação coerente e coesa.

Quais os passos para organizar a redação?

1º - Delimitar o assunto escolhido;

2º - Formular um objetivo para a sua redação;

3º - Traduzir o tema e o objetivo numa FRASE-NÚCLEO - Introdução da escrita;

4º - Relacionar os itens que você vai escrever;

5º - Com a relação pronta, escolher uma forma de ordenação que seja a mais adequada, podendo usar um dos itens abaixo:

a) Tempo - os tópicos conforme se situam no tempo;

b) Espaço - os tópicos conforme se situam no espaço físico;

c) Tempo e espaço - os tópicos situados em tempos e lugares diversos;

- d) Enumeração - os tópicos enumerados, uns após os outros, com regras ou aleatórios;
- e) Contraste - os tópicos relacionados em suas diferenças, no tempo, no espaço, etc.;
- f) Razões (causas) - os tópicos que geraram o fato na redação;
- g) Conseqüências (efeitos) - os tópicos foram gerados pelo fato;
- h) Razões e Conseqüências - alguns tópicos geraram o fato; alguns tópicos foram gerados pelo fato;
- i) Explicitação Definitória - os tópicos são definições do fato;
- j) Explicitação Exemplificatória - os tópicos são exemplos que confirmem o fato apresentado;
- l) Exemplificação Analógica - os tópicos fazem analogia, comparação com o fato discutido.;
- 6ª - Conforme o plano, redigir a redação;
- 7ª - Reorganizar o desenvolvimento de forma que a frase de conclusão resuma-o ou complete-o.

**Alguns Conselhos:**

- 1 - Cada parágrafo deve ter uma idéia principal apenas;
- 2 - Na medida que os parágrafos são mais complexos, repetir a operação acima em cada um deles;
- 3 - Para pegar prática na escritura, você deve a partir dessa aula, ler qualquer texto buscando como ele foi construído. De tanto observar como são organizados os textos, começamos a escrever os nossos com melhor qualidade (é a leitura-escritura crítica).

**Fluxograma da Redação Organizada:**

	Assunto	Delimitá-lo
	Dar um objetivo	Tema
Fezer uma relação dos tópicos	Traduzir o objetivo em frase-núcleo	
	Escolher uma ordenação	
Adaptar os tópicos na ordenação	Redigir o desenvolvimento	
	Concluir ou terminar a redação de modo que fale sobre o texto inteiro	

**Trabalho Avaliativo:**

(entrega na próxima semana)

Fazer uma redação de no mínimo 6 parágrafos - (1 = frase-núcleo/introdução, 2 = conclusão, os demais = desenvolvimento) - explicitando cada passo dado, isto é, escrevendo assunto, tema, objetivo, frase-núcleo/introdução, relação de tópicos, ordenação escolhida, o desenvolvimento e a conclusão.

**Opções de escolha de ASSUNTOS:**

- a) Festas natalinas;
- b) Greves;
- c) Planos Econômicos;
- d) Inflação;
- e) FUNORTE;
- f) Curso de Ciências Contábeis;
- g) Eleições Presidenciais;
- h) Saúde Pública;
- i) Vícios;
- j) Segurança Pública;
- l) Poluição;
- m) Sentimentos.

## A DECOMPOSIÇÃO DA REDAÇÃO EM SUA ESTRUTURA DE FORMAÇÃO

"Aplicando a teoria da escritura da redação inversamente, teremos a capacidade de entender como um texto foi organizado. Tal tarefa é o primeiro requisito para a elaboração de RESUMO."

O exemplo que segue possui 11 parágrafos:

Assunto: Opiniões

Delimitação: A formação das opiniões individuais

Objetivo: Apresentar os fatores que atuam no processo de formação das opiniões individuais.

### Texto:

" No processo de formação das opiniões individuais, que depois se convertem no fenômeno de Opinião Pública, nós encontramos fatores básicos e fatores complementares.

(2) Entre os fatores básicos estão a educação, a vida familiar e a participação nos grupos primários.

(3) A educação é um fator fundamental, porque vai conformando a mentalidade dos indivíduos e abrindo-lhes horizontes específicos. Desde o momento em que nasce e se incorpora à sociedade, o cidadão participa de todo um processo educativo, que vai moldando o seu comportamento e delineando formas de conduta.

(4) Esse processo educativo envolve não apenas a educação informal - conjunto de experiências que as pessoas vão adquirindo pelo fato de viverem em sociedade - mas também a educação formal - aquela proporcionada pela escola, pela universidade.

(5) - Outro fator importante é a vida familiar, que se insere no próprio contexto da educação informal. Da família, o indivíduo recebe uma série de padrões de comportamento, aos quais vai se acostumando, em torno dos quais vai girar a sua atividade social. Toda a sua vida em sociedade estará orientada pelos meros de referência que advêm da vida familiar e condicionam a adoção de opiniões e atitudes.

(6) - A seguir, adquire importância a participação do in-

divíduo nos grupos primários: vizinhança, clubes, trabalho, associações, etc.. O indivíduo se integra nesses grupos, porque as suas normas estão de acordo com os seus próprios padrões de comportamento. Ele aprende a cumprir as normas do grupo e a receber sanções delas decorrente.

(7) Vejamos agora os fatores complementares na formação das opiniões individuais: os meios de comunicação de massa, os grupos de pressão e a propaganda.

(8) Os meios de comunicação difundem os fatos (não apenas informações jornalísticas, mas também mensagens de natureza artística e cultural) e a respeito dos quais os cidadãos vão formular juízos de valor.

(9) Os grupos de pressão procuram galvanizar a atenção das pessoas que compõem a sociedade e orientar a Opinião Pública num determinado sentido.

(10) A propaganda, por sua vez, busca persuadir os indivíduos para a mudança de atitudes ou a conservação dos padrões existentes.

(11) A formação da Opinião Pública constitui realmente um processo complexo, que está condicionado por diversos elementos, ademais dos problemas de personalidade que tem o indivíduo."

### Exercícios

- O 1º parágrafo é de introdução: Anuncia que a redação vai ter \_\_\_\_\_ partes: \_\_\_\_\_ da formação da Opinião. Portanto, a ordenação do desenvolvimento será por \_\_\_\_\_.

- O último parágrafo é o da \_\_\_\_\_, pois retoma o começo e dá um ponto final para a redação.

- O desenvolvimento das duas partes, 9 parágrafos, poderia ser simplificado da seguinte maneira:

A - _____	A <sub>1</sub> _____	Parágrafos _____ e _____
	A <sub>2</sub> _____	Parágrafo _____
	A <sub>3</sub> _____	Parágrafo _____
B - _____	B <sub>1</sub> _____	Parágrafo _____
	B <sub>2</sub> _____	Parágrafo _____
	B <sub>3</sub> _____	Parágrafo _____

- Os parágrafos 2 e 7 fazem o que na redação? R \_\_\_\_\_

- O que você fez nessa redação é algo fundamental para se fazer um resumo. No que se refere à estrutura você fez um \_\_\_\_\_.

#### 4) ELABORAÇÃO DO ESQUEMA - 1ª Fase para um Resumo bem feito

##### RESUMOS E ESQUEMAS: Questão de Hábito

Na medida em que nos encontramos na vida profissional, constatamos que o saber resumir é uma necessidade e um hábito que já deveria ter sido adquirido. Quer na forma de resumo, quer na forma de esquema, estas atividades têm uma característica em comum: "A çsa da Idéia Principal e dos detalhes importantes".

Porém, para que essa tarefa seja bem realizada surgem duas dificuldades. A primeira é inerente à personalidade do leitor; há três tipos de leitores: nivelador, que tem facilidade de encontrar as semelhanças, sistematizar e, conseqüentemente, resumir; aguçador, que tem facilidade em achar as diferenças, analisar, daí a dificuldade em resumir; e o inseguro, por ser a mescla dos dois, adota a técnica do "antes tudo do que nada". A solução desse problema estaria na aprendizagem de hábitos. A segunda dificuldade é aquela proveniente do próprio texto (estilo rebuscado, prolixo, obscuridade, eruditismo, etc.). Nesse caso a solução escapa das mãos do leitor.

Para encontrar a idéia principal temos sempre que ler com um propósito determinado. É preciso ter um objetivo inicial e ler em função dele. Temos ainda que considerar se o que se vai resumir é um parágrafo ou uma redação mais complexa como um capítulo, seção, livro, etc..

Um parágrafo deve conter uma só idéia principal e, em geral, começa com uma frase importante, que é explicada e ilustrada. O final do parágrafo é feito com uma frase que o resume. Nesse caso a construção é Dedutiva e a idéia principal está no início. Se, por outro lado, a construção é Indutiva, há a apresentação de fatos para depois serem feitas as conclusões. Nesse caso a idéia principal está no final. É importante observar que se um autor usa um dos sistemas, normalmente segue com esse sistema até o fim.

Contudo, se quisermos adquirir a habilidade de encontrar o principal num parágrafo, é preciso adquirir o hábito de querer encontrar sempre a idéia principal em todo parágrafo que lê. Conseguida a frase-resumo, confrontá-la com o parágrafo para se ter a certeza de que se agiu corretamente. Procurar, tanto quanto possível, expressá-la com as próprias palavras.

Quando o foco de análise é maior, devemos primeiro fazer um exame inicial, procurando captar o esboço ou plano seguido pelo autor. Devemos SEMPRE pressupor que ele exista. Em essência, o desenvolvimento é a fundamentação lógica do trabalho elaborado a partir de um plano. Só depois deve-se fazer o resumo e/ou esquema.

Fundamentalmente nesse processo é a técnica de sublinhar. Diz-se que ela caracteriza o bom leitor, mas há um engano grande aqui. Sublinhar tem seu valor, mas a partir de um propósito formulado, dentro de um plano prévio, no tempo oportuno. Na primeira leitura coloque à margem um sinal convencional: "x", "\*\*", etc., para as partes que você julgar mais importantes. Depois que você lê todo o texto é que deve captar as idéias principais e os detalhes importantes. Se ao reler o que foi sublinhado você consegue sintética e significativamente entender o texto todo, em menor número de palavras possível, fatalmente você teve sucesso na técnica de sublinhar.

Tudo o que foi dito tem sua aplicação no ESQUEMA, que difere do resumo por usar frases sintéticas (sinais, abreviaturas) conhecidas como tópicos. Por sua eficiência, facilita a aprendizagem da matéria. Pelo esquema conseguimos o inter-relacionamento dos fatos e das idéias.

Para que ele seja realmente útil deve ter as seguintes características: Fidelidade ao texto original; estrutura lógica do assunto; adequação do obtido ao assunto estudado e funcionalidade, não se pode entender o esquema como uma coisa acabada e perfeita, pois ele deve ser muito flexível a alterações que se façam necessárias; utilidade de seu emprego, ele deve servir para ajudar e não para atrapalhar; e cunho pessoal, pois cada um tem maneiras diferentes de ver a realidade. Concluindo, o esquema deve ter validade e flexibilidade.

A cunho prático, vai aqui algumas indicações práticas para a elaboração de esquemas: captar a estrutura da exposição do autor; colocar os títulos mais gerais numa margem e os subtítulos e divisões nas colunas subsequentes e assim sucessivamente caminhando da esquerda para a direita; adotar o sistema de chaves, colchetes, colunas para separar divisões sucessivas; utilizar o sistema de numeração progressiva (1, 1.1., 1.1.1.); criar alguns símbolos e abreviaturas convencionais.

Na próxima aula veremos o Resumo e faremos a análise crítica dos dois métodos, suas utilidades, diferenças e defeitos.

Exercício:

Fazer um esquema desse texto:

(como fazer uma Monografia - Délcio Vieira Salomon)

"Há ocasiões em que não basta, nem convém um simples esquema. Torne-se indicado o resumo, pois pretendemos um sêntese do que lemos. Neste texto apontaremos as indicações mais práticas para a elaboração do resumo com finalidade de estudo:

1º - Utilize as mesmas técnicas que foram apresentadas quando nos ocupamos de captação da idéia principal, dos detalhes importantes, das técnicas de sublinhar e de elaborar esquemas.

2º - A técnica mais importante na elaboração do resumo é apontar as idéias mais importantes, enquanto se lê. Depois, através desses destaques, é que faremos o esboço e, em seguida, o resumo.

3º - Não resume antes que tenha tirado notas do conteúdo. Reveja estas notas que funcionarão como guias quando, então, passará a escrever uma série de parágrafos, resumindo o capítulo. Não é uma maneira correta nem produtiva ir resumindo à medida que lê.

4º - Ao redigir o resumo, use frases curtas e diretas. Redija sempre com o propósito de ser conciso e claro.

5º - É interessante e bastante útil que o estudante se acostume a ler os resumos de livros. Estes servem de modelo para se fazer resumos."

(como se faz um trabalho escolar - Maria Tereza Serafini)

"Damos agora algumas regras para realizar um resumo simples, que seja aplicável para um texto não-extenso e não-complexo. Estas regras podem ser usadas como primeiras armas para se exercitarem no resumo. Essas regras são de tipo analítico, para um texto mais extenso, perdem sua força de efetividade. Exemplifiquemos: (o livro é uma tradução portuguesa de original italiano).

"Mário e Luísa à noite foram jantar ontem ao restaurante da esquina. Sentaram-se à mesa perto da entrada. Mário comeu uma pizza com cogumelos, um calzone recheado e uma fatia de bolo margarida; Luísa comeu pudim de espinafres, alcachofras à romana com salada de erica. Depois, quando saíram, caminharam velozes contra o vento frio da noite, atravessaram a rua e voltaram para casa. Procuraram a chave, abriram a porta da entrada, viram se havia correio e chamaram o elevador; finalmente, sentaram-se no sofá de casa, mesmo a tempo de se deliciarem no "quentinho" com um filme de

Gary Grant em que entos estavam muito interesssdos." 105 pala-  
vras.

Veamos quatro regras para resumir esse texto:

Supressão - é possível suprimir as palavras e as proposi-  
ções que se referem a pormenores secundários. No texto resumamos  
"sentaram à mesa perto da entrada", pois não tem qualquer impor-  
tância no desenrolar dos fatos;

Generalização - é possível substituir alguns elementos,  
palavras ou até proposições, por outros elementos mais gerais  
que os incluem. No texto acima podemos substituir os pratos que  
Mário comeu por farináceos e os pratos de Luísa por vegetais. De-  
vemos, entretanto ter cuidado para não generalizar errado.

Seleção - é possível suprimir todos os elementos que ex-  
primam pormenores óbvios e normais no contexto. Retiremos "quan-  
do saíram", pois é óbvio que após uma refeição em restaurante,  
voltando para casa, devemos sair do restaurante.

construção - é possível substituir um conjunto de proposi-  
ções por uma nova proposição que as inclua, quando estas apresen-  
tam coisas óbvias. No resumo adiante "voltaram para casa a pé"  
substitui "caminharam velozes... atravessaram a rua e voltaram  
para casa".

Observação - Enquanto com supressões e generalizações uma  
parte da informação já não é recuperável, com a seleção e a cons-  
trução, a informação é parcialmente recuperável na base de nossos  
conhecimentos.

Veamos o nosso resumo agora:

"Ontem à noite, apesar do frio, Mário e Luísa foram comer  
fora. Mário comeu um jantar a base de farináceos, Luísa a base de  
vegetais. Depois voltaram para casa a pé a tempo de verem o filme  
de Gary Grant." 40 palavras

A título de exemplo, vejamos um possível resumo do resumo:

"Depois de jantar fora, no quentinho a ver o Gary Grant:  
o serão de ontem de Mário e Luísa." 19 palavras

"Os dois métodos, resumo e esquema, têm vantagens e defei-  
tos. Os esquemas são mais sintéticos e vantajosos na sala quando  
necessitamos de velocidade e/ou quando o professor é rápido de-  
mais. Os resumos são mais elaborados e no decorrer do tempo se  
revelam mais eficientes, pois às vezes nos esquecemos dos códigos  
do esquema."

## 5) OS COMPONENTES TEMÁTICOS DO TEXTO CIENTÍFICO

O texto científico, além de ser coeso e coerente, possui  
características próprias que devem ser consideradas tanto na sua  
elaboração, quanto na sua análise, esquematização e resumo. Um  
texto de excelente qualidade deve explicitar, deixar escrito, de-  
terminados componentes que o estruturam. Não se concebe um texto  
sem um objetivo ou sem uma conclusão. Para se fazer um bom resu-  
mo, devemos tentar procurando com cuidado retirar todos os compo-  
nentes possíveis do texto-base.

### A Divisão Primária de um Texto Científico - Nível 0

		Introdução
Título	Texto	Desenvolvimento
		Conclusão

Como qualquer texto, o científico deve ter as três partes  
lógicas de uma redação. Cada uma das partes, entretanto, possui  
características especiais, como veremos adiante. Mas antes, veja-  
mos a titulação:

### Os Componentes da Titulação:

O título ideal é aquele que possui três informações temá-  
ticas em sua estrutura:

Assunto - Matéria ou ser de que se trata, idéia geral que  
abarca todo o texto, sujeito ou realidade sob o qual se deseja  
saber algo. Universo de referência - Assunto na fase I.



Tema - Objeto, conteúdo que se focaliza no texto. Conteúdo em torno do qual gera-se toda a discussão do texto - equivale ao assunto delimitado na fase I.

Enfoque - Ponto de vista ou prisma sobre o qual o assunto é focalizado. Um assunto pode ser olhado por diversos pontos de vista. Em literatura, por exemplo, a mulher é vista de maneira diferente dependendo da escola literária (no romantismo era sonhada, no realismo era vista de maneira mais factual, etc.).

### Exercício

Siga o modelo:

"Choques heterodoxos no Brasil sob o ponto de vista keynesiano."

Assunto - Choques heterodoxos

Temas - Choques heterodoxos no Brasil

Enfoque - Teoria de Keynes (ponto de vista keynesiano).

1 - Análise dos fracassos da Política Econômica do Governo Sarney.

2 - A cidade do Rio de Janeiro sob os seus aspectos humanos.

3 - O ponto de vista da população de Mafra sobre a implementação da pena de morte.

4 - Abalos sísmicos no Brasil: consequências econômicas.

Os Componentes Temáticos da Introdução

Uma introdução IDEAL deve ter os seguintes componentes:

Problema - Aquilo que é difícil de explicar ou responder. Aquilo que gera toda a discussão. Aquilo que de certa maneira incomoda a comunidade e/ou o autor da pesquisa. Normalmente vem sob

a forma de pergunta. Mas isso não é regra fixa.

Objetivo - Meta ou alvo a ser alcançado dentro da pesquisa. A conclusão normalmente deve ser capaz de ter alcançado essa meta.

Hipótese e/ou Tese - Suposição científica passível de ser provada ou negada. Tentativa de solução prévia do problema levantado. Será tese quando a hipótese defendida é considerada a mais provável de dar certo.

Relevância - Todo o esforço argumentativo no sentido de dar importância à pesquisa. Explicação dos porquês da pesquisa.

Eventualmente cada um desses componentes pode ser subdividido.

O problema pode possuir uma contextualização, onde se procura contextualizar a sua pertinência; uma definição, onde é explicitado o conteúdo da questão em pauta; e uma delimitação, onde se estabelecem parâmetros delimitativos como local, época, amostra, etc.;

O objetivo pode ser dividido em geral, ou seja, a meta maior da pesquisa, e específicos, submetas necessárias para se chegar à maior;

A relevância pode ser dividida em justificativa, onde se explica os porquês do trabalho; intenção, onde se estabelece alvos alcançados com a mudança de atitude do leitor do trabalho; e finalidade, alvo prático dos resultados da pesquisa.

Os Componentes Temáticos do Desenvolvimento

São três:

Revisão Teórica - nenhum trabalho surge do nada. Nesse componente coloca-se todo o trabalho do autor no sentido de fazer revisões teóricas em materiais bibliográficos já existentes;

Metodologia - Mesmo numa pesquisa bibliográfica, subjaz um método de análise. Se formos fazer um texto de divulgação das pesquisas de Metodologia, neste componente encontramos todos os passos que garantem a cientificidade do trabalho.

Argumentação - (ou análise, ou discussão) todo o esforço empregado no sentido de apresentar, discutir, analisar os dados coletados na pesquisa. Sem essa parte não se pode chegar às conclusões.

Cada um desses componentes pode ser subdividido em componentes menores, conforme a pesquisa e o texto:

A revisão teórica pode ser constituída de uma revisão bibliográfica propriamente dita e de uma revisão de conceitos;

A metodologia pode ser dividida em: delineamento da pesquisa; tipo de pesquisa; tratamento de variáveis, maneiras como as variáveis são tratadas no trabalho; descrição da população e amostra, o universo de pessoas envolvidas e a amostragem feita; descrição dos instrumentos de pesquisa; descrição da coleta de dados ou dos passos metodológicos usados;

A argumentação pode ter um componente de explicitação de parâmetros de análise; um componente de discussão dos dados, apresentação estatística desses dados; e, por final, a interpretação dos dados apresentados.

Os Componentes Temáticos da Conclusão

No nível I - as conclusões têm um componente: Conclusões

e Recomendações. Esse componente pode ser dividido em: Conclusão frente a objetivos e/ou hipóteses e/ou problema - ou seja, a resposta do trabalho frente ao que fora projetado; Conclusão frente a problemas residuais e limitações - resultado frente a problemas que não foram planejados e que limitaram as conclusões não permitindo integral resultado da pesquisa; Recomendações - propostas do autor para aplicação prática do trabalho; Sugestões para novas pesquisas-propostas do autor para que novas pesquisas sejam feitas na área de estudo.

Os componentes podem ser visualizados no seguinte quadro:

Componentes Trazidos do Texto Científico		
Índice	-1 Assunto -2 Tema -3 Enfoque	
1. Introdução	1.1 Problema	1.1.1 Contextualização
		1.1.2 Definição
	1.2 Objetivo	1.1.3 Delimitação
		1.2.1 Geral 1.2.2 Específico
1.3 Hipótese e/ou tese defendida		
1.4 Relevância	1.4.1 Justificativa	
	1.4.2 Intenção 1.4.3 Finalidade	
2. Desenvolvimento	2.1 Revisão ou Contexto Teórico	2.1.1 Revisão bibliográfica
		2.1.2 Revisão de conceitos
	2.2 Metodologia	2.2.1 Delineamento da pesquisa
		2.2.2 Tratamento de variáveis
		2.2.3 Descrição da população e/ou da amostra pesquisada
		2.2.4 Descrição dos instrumentos
		2.2.5 Descrição da coleta de dados e/ou dos passos dados
	2.3 Análise, Argumentação e/ou discussão	2.3.1 Parâmetros de discussão e/ou argumentação ou, tratamento dos dados coletados
		2.3.2 Apresentação da discussão ou de argumentação
		2.3.3 Apresentação de dados
2.3.4 Interpretação de dados		
3. Conclusão	3.1 Conclusões e/ou Recomendações	3.1.1 Conclusão frente a objetivos, hipótese e/ou problema
		3.1.2 Conclusão frente a problemas residuais e/ou limitações
		3.1.3 Recomendações para aplicação prática
		3.1.4 Sugestões para novas pesquisas na área de estudo
Resumo		
Referências Bibliográficas		
Nível 0 = elementos genéricos		
Nível 1 = elementos fundamentais		
Nível 2 = elementos decorrentes do detalhamento do nível 1		

## 1 - Introdução

Em trabalhos anteriores já foi salientado que a rede urbana nacional no estado do Paraná possui centros diretamente vinculados à grande economia urbano-industrial do país, é o caso da Região Metropolitana de Curitiba, e outros cuja vinculação imediata ocorre com atividades regionais ligadas à Agropecuária, como é o caso de Londrina e Maringá. Foi dito também que Foz do Iguaçu não se enquadrava nessas categorias e merecia um estudo especial. Procurar-se-á, agora, iniciar uma série de estudos para cobrir essa lacuna.

A cidade de Foz do Iguaçu apresentou um crescimento acelerado nos últimos 10/13 anos. O que era pouco mais que um vilarejo, hoje parece com um centro dinâmico com cerca de 150.000 habitantes e com uma infra-estrutura que poucas cidades do Brasil possuem. A explicação para isso é bastante simples: ali foi palco da construção de uma das maiores obras de engenharia do mundo - a hidrelétrica de Itaipu. No entanto, essa explicação é insuficiente para responder a seguinte questão: por que razão a cidade continuou crescendo mesmo após o quase término da obra?

Este texto vai procurar alinhar algumas idéias para a formulação de uma tentativa de resposta a essa questão, as quais são frutos de trabalhos anteriores e de reflexões sobre o tema. Nenhuma delas foi testada empiricamente e conseqüentemente deverão ser entendidas como um primeiro esforço de construção de uma hipótese de trabalho. A hipótese básica é a seguinte: a expansão inicial da cidade foi decorrência da obra, quando esse impulso começava a diminuir, outro acontecimento impulsionava a economia local, eram as exportações em cruzados para o Paraguai; paralelamente o crescimento da infra-estrutura hoteleira permitiu uma expansão do turismo a níveis inimagináveis.

## 2 - A Construção de Itaipu

A história do impacto regional das grandes obras de engenharia no Brasil é mais ou menos semelhante, uma grande expansão até o auge da construção e depois um refluxo que acaba por tornar as economias regionais mais fracas do que no período anterior à obra, na medida em que as desorganiza. A imagem é uma onda que após a passagem praticamente não deixa resíduo. Isso aconteceu na construção de Ilha Solteira, na Transamazônica e em várias outras obras espalhadas pelo Brasil. Esperava-se que algo semelhante acontecesse com a construção de Itaipu, no entanto o que se verificou é algo bem diferente desse quadro.

Por volta de 1973/1974, Foz do Iguaçu era pouco mais que uma pequena cidade com crônicos problemas de infra-estrutura urbana, poucas ruas asfaltadas e uma pequena infra-estrutura turística baseada em hotéis de categoria média (embora já existissem alguns para turismo de luxo). As comunicações eram difíceis, mas mesmo nessa época já existiam vôos regulares em aviões a jato e a base econômica da cidade já era o turismo. Era claro a todo mundo que a cidade não teria condições de abrigar todos aqueles que direta ou indiretamente estariam envolvidos com a obra; dessa forma foram realizados grandes investimentos em infra-estrutura que acabariam por promover uma transformação radical na cidade. Em 1978/1979 quem visitasse novamente a cidade, pensaria estar em outro local. Foram feitas novas avenidas asfaltadas, surgiram novos bairros, foram melhoradas as telecomunicações, ampliado o aeroporto, enfim, em curto espaço de tempo a cidade recebeu uma quantidade de equipamentos que somente conseguiria ter com recursos próprios, nas próximas décadas de existência. Essas obras foram realizadas basicamente com recursos provenientes do Governo Federal, por intermédio do PRODCPAR (Programa do Oeste Paranaense).

Paralelamente a esses investimentos públicos, também foram realizados muitos investimentos privados em especial na construção de hotéis, supermercados, lojas, lanchonetes, restaurantes, etc. O grande volume de gastos públicos estava gerando efeitos multiplicadores de tal magnitude que era praticamente impossível, por parte da iniciativa privada, investir sem ter garantido o retorno desses investimentos. Assim a massa de salários da população diretamente empregada na obra e correspondente ao volume de obras de infra-estrutura urbana, estabeleceram as bases para a constituição de um mercado consumidor com proporções jamais sonhadas pelos moradores mais antigos da cidade. Toda essa nova população, que crescia rapidamente, precisava ser abrigada e alimentada, comprar roupas, divertir-se, estudar, etc., possibilitando portanto o sucesso dos investimentos de pequenos e médios empresários privados e, mais importante ainda, dotando a cidade de uma rede hoteleira e turística que ela nunca teria condições de possuir se dependesse apenas do incremento turístico.

Todo esse impulso diminui com o cumprimento do programa da obra, mas não chega à total estagnação devido a fatores que serão vistos adiante.

### 3.0 - O Comércio com o Paraguai

#### 3.1 - O Comércio de Abastecimento: As Exportações Brasileiras

O comércio com o Paraguai será um elemento muito importante para a explicação do fenômeno de Foz do Iguaçu. Iniciou ainda antes da construção da ponte sobre o rio Paraná, com uma ou duas "ti-

endas", que vendiam produtos do mercado internacional, sobretudo artigos eletrônicos, bebidas, etc.. Nessa época a cidade paraguaia de Presidente Stroessner, era pouco mais que um amontoado de casas. A região entre Stroessner e Assunción era um grande vazio, uma vez que a orientação do desenvolvimento paraguaio se fazia seguindo a ferrovia, em direção à Argentina, maior parceiro comercial do país.

Com a ponte o comércio foi intensificado, ele serviu como elemento adicional para intensificar o turismo, que por sua vez foi um incentivo adicional para a instalação de novas "tiendas" e o conseqüente desenvolvimento de Presidente Stroessner. Porém o grande impulso para esse comércio também foi Itaipu. A movimentação da obra, o afluxo de pessoas, a massa de salários pagos, tudo isso acelerou aquele comércio de produtos internacionais multiplicando várias vezes a dimensão dos negócios.

Paralelamente iniciava-se um outro tipo de atividade comercial, representado pelas exportadoras brasileiras, que atendia as necessidades de abastecimento da população paraguaia instalada em Stroessner. Esse comércio estava destinado a ter um grande papel no total das relações comerciais entre os dois países. Itaipu foi apenas uma grande obra para a economia brasileira e o seu impacto macroeconômico foi obscurecido por outras obras como os metrô, as usinas nucleares, Carajás, etc.. No entanto, para a economia paraguaia o impacto macroeconômico foi fantástico, implicando num fabuloso aumento no nível de renda. Esse aumento de renda propiciou uma ampliação do mercado paraguaio, que beneficiou aquelas exportadoras em Foz, agora dimensionadas para atender o país e não apenas uma cidade.

Por outro lado, Stroessner passou por um crescimento tão vertiginoso quanto Foz, não apenas devido aos investimentos públicos, mas principalmente devido aos investimentos privados. Ocorreu o mesmo ritmo febril de construções, ampliação e diversificação de atividades comerciais, melhorias na infra-estrutura urbana, etc.. Rapidamente ela tornou-se uma das cidades mais importantes do Paraguai ocasionando inclusive uma alteração espacial na economia paraguaia, pois agora, o dinamismo está no entorno da rodovia Assunción-Stroessner. Além disso o Brasil torna-se o melhor parceiro comercial do Paraguai. Essa parceria é importante principalmente no que se refere ao abastecimento do país como um todo no entanto também há o comércio turístico, particularmente ativo em Foz do Iguaçu.

#### 3.2 - O Comércio Turístico: as Importações Brasileiras

O comércio em áreas fronteiriças está sempre relacionado com o encanto da disponibilidade de produtos estrangeiros a preços baixos e com algum grau de contrabando. Nesse particular Foz não é nenhuma exceção. Como já foi mencionado, esse comércio foi crescendo

com as obras e com a melhoria da infra-estrutura turística que permitiu o recebimento de um número muito mais elevado de visitantes. O crescimento foi tão rápido que, obviamente, a maneira de comerciar também teve que sofrer transformações.

Em primeiro lugar a estrutura de comercialização passou por transformações profundas. Inicialmente eram pequenos comerciantes, cada um com sua loja e que em alguns casos eram os próprios responsáveis pelas importações. No entanto, com a expansão, o volume de mercadorias importadas era tal que acabou passando para o controle de grandes atacadistas, os quais, por sua vez, redistribuíam as mercadorias aos pequenos lojistas, agora em número bastante elevado. Esses pequenos lojistas, em grande parte eram e ainda são, descendentes de árabes e orientais. Por outro lado parte dessa comercialização também é feita nas ruas e na frente das lojas por vendedores ambulantes, na sua esmagadora maioria, paraguaios. Paralelamente, surgiram grandes lojas, que conseguem fazer importações diretas e que praticamente são as únicas a terem alguma independência frente aos atacadistas.

Sintetizando, pode-se dizer que a estrutura atual de comercialização está baseada nos grandes importadores, que redistribuem as mercadorias aos pequenos lojistas e aos vendedores ambulantes e nas grandes lojas, que executam diretamente a maioria das importações.

Uma outra característica desse comércio é a sua dependência às cotações do dólar no mercado paralelo nas praças financeiras do Brasil. Por outro lado, as próprias cotações da moeda paraguaia, o guarany, em relação ao cruzado estão vinculadas ao dólar paralelo, criando uma complexa trama de circulação monetária que será vista a seguir.

As mercadorias têm seus preços cotados em dólar. Os turistas brasileiros fazem suas compras em cruzados com o câmbio paralelo do dia, pagando em papel moeda ou com cheques de bancos brasileiros. Esses cheques tem que ser liquidados no menor tempo possível em Foz do Iguaçu, para evitar perdas com eventuais alterações no câmbio. Esses cruzados tem que ser rapidamente convertidos em dólar para a reposição das mercadorias vendidas. Tanto faz comprar esses dólares no mercado paralelo brasileiro ou no mercado paraguaio, porque a taxa de câmbio é determinada pelo mercado paralelo brasileiro. Por outro lado, esse mercado de moedas é afetado pelo comércio regular, pois as exportações brasileiras para o Paraguai são feitas em cruzados e, dessa forma, também vai existir uma demanda por cruzados de parte dos paraguaios. No entanto muitas vezes esses pagamentos são feitos em guaranys. Dessa forma pode ocorrer que no final do dia um comerciante brasileiro esteja repleto de guaranys e um comerciante paraguaio repleto de cruzados. Ambos irão zerar suas

posições e uma taxa de câmbio que dependerá da taxa do mercado paralelo brasileiro e do volume diário das transações entre os dois países.

Esse mecanismo financeiro tem certas implicações para a economia da região. Em primeiro lugar, evidencia o altíssimo grau de risco com que trabalham os comerciantes do lado paraguaio. A margem de lucro com que operam baseia-se no volume de vendas e/ou uma elevação na taxa de câmbio para que surja a possibilidade concreta de operarem com prejuízos. Por outro lado, implica na existência de um volume imenso de circulação monetária em Foz e de uma rede de agências financeiras à altura desse movimento. Finalmente, e mais importante, realça o grau de complexidade que atingiram as relações de interdependência econômica na área.

Outro aspecto a ser considerado é a possibilidade de existir um tipo de interdependência que embora não deixe de ser econômica é ilegal. Constantemente aparecem acusações de falsificação de produtos vendidos. No Paraguai, geralmente aparelhos eletrônicos de pequeno porte, como rádios, de perfumes, jeans, algumas marcas de uísque, etc.. Se isso for verdadeiro, apenas é factível se a produção dessas mercadorias for feita no Brasil, na medida em que a capacidade produtiva para elaborar a maior parte dessas mercadorias e de suas embalagens está aqui. Além disso é muito provável que, devido às circunstâncias especiais uma parcela dessa produção seja realizada em Foz do Iguaçu.

Quando se considera o tipo de qualidade dos produtos adquiridos pelos turistas, fica-se com a sensação de que na realidade o que os leva à cidade é um sonho: o sonho de adquirir produtos do mercado internacional com altos rendimentos do consumidor brasileiro. Não interessa se esse produto é de pior qualidade que os produtos brasileiros ou até mesmo se ele é falso, o importante é ter a ilusão de consumo. Essa é a grande atração do lugar, as cataratas tem uma importância menor nessa história.

#### 4.0 - Comércio com a Argentina

Aparentemente a Argentina foi quem menos aproveitou toda essa movimentação. No início da obra, a cidade fronteiriça de Puerto Iguazu era talvez a mais bem equipada da área, o comércio turístico era movimentado e de excelente qualidade, não obstante as dificuldades de acesso, pois naquela época ainda não existia a ponte entre o Brasil e a Argentina. Atualmente a cidade parece que está menor do que naquela época. Muitas lojas fechadas, construções abandonadas, um clima, enfim, bem diferente do predominante no resto da região.

Não se tem claro as razões desse quadro. As hipóteses apontam para as dificuldades pelas quais a nação argentina passou,

pelo fato de que as concentrações populacionais não vão existir depois de 300 a 400 quilômetros de distância, a existência de outras regiões em melhores condições de receber investimentos, etc.. Esse é um tema que merece um estudo especial.

Por enquanto fica a idéia de que também há uma interdependência econômica de caráter essencialmente turístico, com uma parcela de responsabilidade pelo complexo turístico-comercial que se desenvolveu na região das três fronteiras.

## 5.0 - Conclusões

Hoje em dia Foz do Iguaçu encontra-se em uma situação completamente diferente daquela existente na primeira metade dos anos setenta. Ela é o centro de uma complexa economia turístico-comercial que se desenvolveu na região das três fronteiras em decorrência da construção de Itaipu. Essa economia possui como elementos estruturantes: o turismo, o comércio exportador para o Paraguai, a Itaipu Binacional. O comércio argentino ainda é apenas potencial.

A inter-relação entre esses elementos já foi esboçada acima, no entanto, apenas para resumir, os seguintes aspectos podem ser salientados.

No que se refere ao turismo, a cidade tem condições de receber uma quantidade excepcionalmente grande de visitantes, por outro lado esse fluxo dependerá da renda dessas pessoas e da manutenção dos seus sonhos. Não obstante a cidade tenha poucas condições de influir nesses dois últimos aspectos, está sendo consolidada uma intensa rede de interesses envolvendo agências de turismo, empresas de transporte, hotéis, agências governamentais, etc., que podem manter o fluxo pelo menos razoavelmente estável.

As exportações para o Paraguai estão diretamente vinculadas ao crescimento econômico daquele país e a uma política especial de comércio exterior como a que permite a comercialização em cruzados.

A presença da Itaipu Binacional deverá continuar sendo importante para a economia regional porque mesmo com o término total das obras, a operação da usina ainda irá exigir um volume razoável de trabalhadores e conseqüentemente um volume relativamente elevado de renda será periodicamente introduzido na região.

Seria um exercício de futurologia prever o que será essa região nas próximas décadas, no entanto alguns dados são pelo menos inquietantes. A economia da região das três fronteiras está de tal forma aparelhada em termos de infra-estrutura física, comunicações, rede bancária, serviços especializados, etc., que possui um grau de flexibilidade muito grande para transformar-se e receber

uma gama intensa de novas atividades econômicas. Essas condições são raras no interior de um continente sul-americano e a colocam, em termos funcionais, muito mais próxima do centro da economia brasileira. Por outro lado, está perto de terras agrícolas de excepcional qualidade, e pelo lado brasileiro, com possibilidade de vir a integrar-se à uma região que pratica uma agricultura moderna, cujo centro é Cascavel. Além disso, tem junto a si uma grande fonte de energia que, uma vez encontradas novas fontes de abastecimento energético para o núcleo industrial do Brasil, poderá ficar disponível. Tudo isso coloca como possibilidade bastante concreta o fortalecimento da integração econômica dos três países e o surgimento de uma grande concentração populacional no interior de um continente cuja ocupação histórica foi litorânea.

## APÊNDICE II

### ANÁLISE DOS RESUMOS DOS TESTES

#### 1) Equipe nº 2

##### a) Texto no Pré-teste:

#### TRANSFORMAÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA EM TÍTULOS A LONGO PRAZO

01 Com a crise dos anos 80 que o mundo passa não foi mais possível para o  
02 Brasil cumprir os acordos internacionais com os bancos credores. Em face da de-  
03 cretação da moratória unilateral, isto em fevereiro de 1987, o governo bra-  
04 seiro manifestou sua intenção em buscar uma solução. Voltou a sentar na mesa  
05 de negociações para chegarem a uma solução mais viável e menos sacrificada pa-  
06 ra o país.

07 Pelo esquema convencional as maciças transferências dos recursos para o  
08 exterior acarretaram enormes crises nos países devedores marcadas por recessão,  
09 redução da taxa de investimento. Com isso o quadro da dívida continuou crescen-  
10 do comparada com o valor das exportações, isto significaria que, por mais que  
11 o país exportar, mandar para fora, o valor dos bens não cobririam uma parte dos  
12 juros da dívida e não de seu montante. Assim com a proposta do Brasil em trans-  
13 formar sua dívida em títulos a longo prazo, deve ele arcar com uma porcentagem  
14 do deságio. Assim deve o Brasil fixar metas para reestruturar sua dívida. Mesmo  
15 assim a situação está longe de ser confortável devido a situação dos bancos cre-  
16 dores que sofrem uma acentuada desvalorização de suas ações e posteriormente,  
17 das suas carteiras de empréstimos.

18 Instrumentos de Negociações:  
19 a) Suspensão dos pagamentos de juros;  
20 b) Flexibilização das regras;  
21 c) Capital de risco.

22 São essas as três linhas mestras que vão sustentar as estruturas para a  
23 negociação da dívida. Se o Brasil viesse anunciar a possibilidade de uma morató-  
24 ria autorizaria com esse ato a flexibilização das regras na qual consiste em  
25 transformar sua dívida em capital de risco. Tais medidas ficam condicionadas à  
26 transformação da atual dívida (dívida velha) em títulos (dívida nova). Com isso  
27 o Brasil ficaria com parte do deságio praticado no mercado secundário. Os ban-  
28 cos dispostos a aderir a iniciativa brasileira, ganhariam vantagens adicionais  
29 com a conversão da dívida nova em investimentos diretos no Brasil. Os bancos  
30 intransigentes que não aceitassem tal proposta continuariam na situação atual  
31 sem receber juros e sem poder receber créditos. Para que tais medidas dessem  
32 resultado, o Brasil não poderia retornar prematuramente o pagamento de juros.

33 Linhas Gerais do Novo Esquema de Reestruturação

34 Com a reestruturação da dívida o governo oferece aos credores várias op-  
35 ções envolvendo sempre a transformação do deságio e redução da taxa de juros da  
36 dívida velha. Com isto a dívida nova apresenta três vantagens com relação à dí-  
37 vida velha:

38 1. Rende juros;  
39 2. Pode ser objeto de transferência a terceiros para fins de conversão;  
40 3. Tem seu pagamento garantido pela formalização de um fundo de amortiza-  
41 ção que o Brasil se compromete a constituir com recursos próprios.

42 Com isso o Brasil garantiria o pagamento dos juros da dívida nova sem uma  
43 grande transferência excessiva de recursos reais assim não ameaçando o nível de  
44 reservas cambiais.

45 Uma Proposta de Transformação da Dívida em Títulos

46 No caso da dívida brasileira, o deságio praticado no mercado secundário  
47 alcançou 60% do valor até face em meados de setembro de 1987. O processo de re-  
48 estruturação da dívida começa pela iniciativa do Brasil. Para converter seus  
49 créditos em títulos a longo prazo, existem três soluções em que os bancos se de-  
50 frontam:

51 1. Continuar retendo créditos;  
52 2. Vender seus créditos;

- 53 3. Aderir a iniciativa brasileira.
- 54 Para que os bancos se decidam, existem três variáveis:
- 55 1. Extensão do apoio político interno;
- 56 2. Condições financeiras;
- 57 3. Efeito da iniciativa brasileira sobre o valor do mercado da dívida
- 58 velha;
- 59 4. Tamanho da carteira de empréstimo do banco;
- 60 5. O tratamento que venha a ser dado a transformação em títulos.
- 61 É preciso resistir às pressões para que o governo não abra mão de seus
- 62 instrumentos de negociações. Recomenda-se disso uma nova proposta dos bancos
- 63 credores permitindo o chamado comitê de assessoramento bancário. A nova propos-
- 64 te precisa garantir a indispensável redução da transferência de recursos reais
- 65 para o exterior ao longo dos próximos anos. É preciso reduzir o grau de endivi-
- 66 damento externo da economia brasileira. Deve conduzir a uma diminuição da exces-
- 67 siva vulnerabilidade da economia brasileira a aumento das taxas de juros inter-
- 68 nacionais.
- 69 Simulações para o Período de 1988-1992
- 70 Foram realizadas simulações para as contas externas e os principais agre-
- 71 gados macroeconômicos que resultarem na formulação de proposta específica de
- 72 transformação da dívida em títulos a longo prazo. A dívida afetada pela propos-
- 73 ta equivale a quase 70% da dívida externa. - Projeção dos pagamentos associados
- 74 a gradual transformação da dívida em títulos. - Pagamento de juros sobre a divi-
- 75 da nova aumentam de 1 bilhão em 1988 para 3,4 bilhões por ano a partir de 1990.
- 76 - Deduzidas as receitas de juros, obtém-se uma conta líquida de juros de 7,3
- 77 bilhões em média no período de 1988-1992. - As remessas líquidas de lucros al-
- 78 cançarem em média 2,1 bilhões por ano nesse período. - A transferência bruta de
- 79 recursos financeiros sob a forma de juros a 9,4 bilhões por ano em média.
- 80 Condições Básicas da Projeção de Juros Capitalizados
- 81 - Deságio de 20%; taxa de juros fixa a 5% a.a.; fundo de amortização-de-
- 82 pósito inicial de 250 milhões e depósitos semestrais equivalente a 0,5% da divi-
- 83 da nova em 5 anos; período de juros - semestral; capitalização integral dos ju-
- 84 ros até a conversão em dívida nova; parcela da dívida nova convertida em inves-
- 85 timento direto; LIBOR de 8,5% a.a. No período de 1988-1992, a transformação re-
- 86 querida de recursos reais situa-se em 9,0 bilhões por ano que reflete a trans-
- 87 ferência financeira de 7,7 bilhões e uma despesa anual de 1,3 bilhões relacio-
- 88 nada a formação de reservas e do fundo de amortização. Admitindo-se um deficit
- 89 da ordem de 1,3 bilhões com serviços não fatores, o superavit comercial reque-
- 90 rido chega a 10,3 bilhões em média. O esforço de investimento projetado implica
- 91 uma elevação de 4 pontos percentuais na taxa de investimento entre 1987 e 1991.
- 92 O esforço interno de poupança deve ser suficiente para financiar uma taxa média
- 93 no período de 1988-1992. A dívida externa bruta diminuiu para 9,7 bilhões em
- 94 1992.
- 95 A proposta de transformação da dívida em títulos a longo prazo atende
- 96 alguns objetivos:
- 97 - Reduz a transferência de recursos ao exterior;
- 98 - Reduz o grau de endividamento externo do país;
- 99 - Diminui a vulnerabilidade financeira externa da economia.

## b) Texto no Pós-teste:

### TRANSFORMAÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA EM TÍTULOS DE LONGO PRAZO

- 01 Após a moratória decretada em fevereiro de 1987, o governo brasileiro ma-
- 02 nifestou, em várias ocasiões, a intenção de buscar uma solução de longo prazo
- 03 para o problema da dívida, que passaria pela transformação da dívida em títulos,
- 04 com apropriação parcial do deságio praticado no mercado secundário de créditos.
- 05 Em 1982 ficou claro que a maneira tradicional de resolver o problema da
- 06 dívida é ineficiente, pois os resultados foram negativos: 1) os países devedores
- 07 arcaram com os custos da crise do endividamento; 2) os credores viram que a ca-
- 08 pacidade de importar, principalmente da América Latina, prejudica o nível de ex-
- 09 portações e o emprego nos países industrializados. Os únicos beneficiados, tel-
- 10 vez tenham sido os bancos comerciais, mas a situação está longe de ser confortá-
- 11 vel para eles.
- 12 A moratória brasileira consolidou que a dívida externa de um grande núme-
- 13 ro de países em desenvolvimento é incobrável. É nesse contexto que se situa a
- 14 transformação da dívida externa em títulos de longo prazo.
- 15 Instrumentos de Negociação:
- 16 O principal é sem dúvida a suspensão do pagamento dos juros; o segundo,
- 17 uma eventual flexibilização das regras referentes à conversão da dívida em capi-
- 18 tal de risco. Na passagem da dívida velha para a dívida nova, o Brasil se apro-
- 19 pria de parte do deságio do mercado secundário, por meio de: 1) um desconto em
- 20 relação ao valor de face e/ou 2) taxas de juros inferiores às de mercado para a
- 21 dívida nova.



22 Os bancos que aderirem têm o benefício de passar a receber em divisas ju-  
23 ros sobre a dívida nova e a vantagem adicional de ser permitida a conversão da  
24 dívida nova em investimentos diretos. Os outros continuam sem receber juros e  
25 sem poder ceder créditos para conversão de capitais de risco.

26 Linhas Gerais do Novo Esquema de Reestruturação

27 O governo oferece um leque de opções, envolvendo sempre a transformação,  
28 com deságio e/ou redução da taxa de juros, da dívida em títulos e no mesmo in-  
29 tante inicia a formação de um fundo de amortização para garantir o pagamento.

30 A dívida nova apresenta, portanto, 3 vantagens: 1) rende juros; 2) pode  
31 ser objeto de transferência a terceiros para fins de conversão em capital de ris-  
32 co; 3) tem um pagamento garantido pela formação de um fundo de amortização.

33 A maneira de operacionalizar admite um sem-número de opções, mas a melhor  
34 alternativa talvez seja fazer a novação da dívida de forma gradual, porque o  
35 Brasil teria de garantir o pagamento integral dos juros da dívida nova sem ser  
36 forçado a uma transferência excessiva de recursos e sem ameaçar as reservas.

37 Uma Proposta de Transformação da Dívida em Títulos

38 O ponto de partida é a percepção de que a dívida não vale cem centavos  
39 por dólar. No caso do Brasil em meados de setembro ela valia 60%. O processo de  
40 reestruturação começa com iniciativa do Brasil. Cada banco passa a se defrontar  
41 com 3 possibilidades de atuação: 1) continuar retendo os créditos corresponden-  
42 tes à dívida velha; 2) vender os seus créditos no mercado secundário; 3) aderir  
43 à iniciativa brasileira.

44 A decisão dependerá: 1) da extensão do apoio político dos negociadores;  
45 das condições financeiras da proposta; 3) do efeito da iniciativa sobre o valor  
46 de mercado da dívida velha; 4) da exposição relativa do banco vis a vis do Bra-  
47 zil; 5) do tamanho da carteira de empréstimos do banco em comparação com a di-  
48 mensão do mercado secundário; 6) do tratamento que venha a ser dado à transfor-  
49 mação pelas autoridades do país do banco.

50 Neste contexto, os negociadores terão de: resistir às pressões; afastar  
51 propostas de acordos provisórios e convencionais; dirigir-se diretamente a pro-  
52 posta aos bancos; e, mobilizar apoio político. Mas a proposta brasileira depen-  
53 de evidentemente das condições financeiras. Ela precisa: garantir a indispensá-  
54 vel redução da transferência de recursos reais para o exterior; reduzir o grau  
55 de endividamento; conduzir a uma diminuição da vulnerabilidade da economia bra-  
56 sileira e aumento das taxas de juros internacionais.

57 Simulações para o Período 1988-1992

58 Condições: 1) dívida externa afetada: Bancos Comerciais US\$ 64,7 bilhões,  
59 Clube de Paris US\$ 13,3 bilhões; 2) juros: 5% a.a. (pagamentos semestrais); 3)  
60 deságio: 20%; 4) prazo: 20 anos (bullet); 5) conversão de títulos em investimen-  
61 tos; 6) fundo de amortização: depósito inicial US\$ 250 milhões, depósitos semes-  
62 trais equivalentes a 0,5% da dívida nova nos 5 primeiros anos, 1,5% nos dez anos  
63 seguintes e 2,5 nos últimos 5 anos; 7) novação da dívida em 5 etapas semestrais.

64 O ponto de partida é a projeção dos pagamentos associados à gradual trans-  
65 formação da dívida em títulos. Os pagamentos de juros sobre a dívida nova aumen-  
66 tam de pouco mais de 1 bilhão em 1988 para cerca de 3,4 bilhões por ano a par-  
67 tir de 1990. Acrescentando os depósitos no fundo de amortização chega-se a um  
68 total de 4 bilhões por ano de 1990 em diante. Tudo isso mais a capitalização de  
69 juros sobre a dívida velha não afetada pela proposta, deduzidas as receitas de  
70 juros, obtém-se uma conta líquida de juros de US\$ 7,3 bilhões. As remessas de  
71 lucros e demais rendimentos de capital estrangeiro somem em média 2,1 bilhões.  
72 A transferência bruta de recursos chega, portanto a US\$ 9,4 bilhões em média.

73 No período 1988-1992, a transferência requerida de recursos reais situa-  
74 se em 9 bilhões por ano (transferências financeiras de 7,7 bilhões e uma despesa  
75 anual de 1,3 bilhões. Admitindo-se um déficit da ordem de 1,3 bilhões, o super-  
76 ávit comercial requerido chega a 10,3 bilhões em média.

77 Combinando as metas de crescimento (de 6 a 7% a.a.) e investimento (de  
78 22,3%) com a transferência requerida de recursos reais (2,3%), chega-se à taxa  
79 de poupança interna requerida da economia (cerca de 33%). Não obstante o consu-  
80 mo per capita cresce 3,9% a.a. em média, em termos reais.

81 Ao contrário dos esquemas de reestruturação centrados na capitalização ou  
82 no financiamento, parcial dos juros, a proposta reduz não apenas a transferên-  
83 cia de recursos ao exterior, mas também o endividamento. A dívida externa líqui-  
84 da passa de 106 bilhões para 83 bilhões de 1986 a 1992.

85 Em suma, a proposta oferece uma perspectiva de solução duradoura para o  
86 problema da dívida porque reduz a transferência de recursos ao exterior; o grau  
87 de endividamento; a vulnerabilidade financeira externa do país. Para isso o go-  
88 verno deve implantar um rigoroso ajustamento interno para elevar a taxa de in-  
89 vestimento e de poupança. Além disso deve ter uma política cambial e de comér-  
90 cio exterior compatível com o crescimento de importações e exportações.

c) Quadros Avaliativos:

Quadro nº 25 - Quadro Avaliativo Final - Equipe nº 2  
 Conteúdo Global  
 Texto: Transformação da Dívida Externa em Títulos  
 de Longo Prazo

NS	CCT	Informação do Texto	Pré	Pós	
1	1.1	Após moratório - Negociação	ina	sim	
	1.3	Sol. = transf. da dívida em títulos Iniciativa do Brasil	não	sim	
	1.4	Após 1982, fracasso das neg.s conv.s	não	ina	
		Elas foram ruins para dev.s e cred.s	par	sim	
		Beneficiados? Talvez bancos	par	sim	
		A moratória? Dívida é incobrável	não	sim	
2	2.3.1.A	Instru- Susp. do pagto. de juros (a)	sim	sim	
		mentos Flexibilização da conversão (b)	ina	sim	
		Passagem da dív. velha para a dív. nova	par	sim	
		Bancos - Os que aderem ... x	par	sim	
		Os que não aderem ... não-x	sim	sim	
		Implicações - (a) e (b)	par	não	
3	2.3.1.b	O governo oferece opções	sim	sim	
		Cria-se um fundo de amortização	não	sim	
		Há três vantagens na dívida nova	sim	sim	
		Novação deve ser gradual, pois,	não	sim	
		Deve-se pagar e garantir res.s cambiais	ina	sim	
4	2.3.2	A dívida não vale 100% e sim 60%	sim	sim	
		A iniciativa deve ser do Brasil	sim	sim	
		Opções para os bancos - (a), (b) e (c)	sim	sim	
		Condicionantes - (1), (2), (3), (4), (5)e(6)	par	sim	
		Os negociadores terão de - (a),(b),(c),(d)	par	sim	
		As condições financeiras	não	sim	
		A proposta deve: (1), (2) e (3)	sim	sim	
5	2.3.3	Dívida afetada	par	sim	
		Taxa de juros	sim	sim	
		Deságio	sim	sim	
		Prazo	não	sim	
		Conversão	sim	sim	
			Fundo de amortização	sim	sim
			Novação da dívida	não	sim
	2.3.4	Juros e amortizações - dívida nova	par	sim	
		Transferência Bruta	sim	sim	
		Recursos e capitalização	não	não	
		Transferência líquida	não	não	
		Transferência real e superavit	sim	sim	
			Taxa de crescimento e investimento	par	par
			Esforço de poupança	par	sim
	3.1.1	Vantagens da proposta	não	sim	
		Dívida externa líquida 1986-1992	ina	sim	
		A proposta reduz: (a), (b) e (c)	sim	sim	
Governo = ajuste interno		não	sim		
Poupança/investimento/pol.de com. ext.		não	sim		
		Deve-se aproveitar a oportunidade	não	não	
Total de itens - 45			16	38	
Porcentagem - 100			36	85	
Conceito - A			E	B	

Quadro nº 26 - Quadro Avaliativo Final - Equipe nº 2  
Desempenho frente aos Componentes Temáticos  
Texto: A transformação da dívida externa em títulos de longo prazo.

CCT	Componente	Texto		Pré-T.		Pós-T.	
		Q	N	Q	N	Q	N
-.-.-	Assunto/Tema/Enfoque	3	1,0	3	1,0	3	1,0
1.1.1	Contextualização do Problema						
1.1.2	Definição do Problema	1	1,0	1	0,0	1	1,0
1.1.3	Delimitação do Problema						
1.2.1	Objetivo Geral						
1.2.2	Objetivo Específico						
1.3	Hipótese						
1.3	Tese						
1.4.1	Justificativa	4	1,0			3	0,8
1.4.2	Intenção						
1.4.3	Finalidade						
2.1.1	Revisão Bibliográfica						
2.1.2	Revisão de Conceitos						
2.2.1	Delineamento da Pesquisa						
2.2.2	Variáveis						
2.2.3	População/Amostra						
2.2.4	Instrumento(s)						
2.2.5	Coleta/passes						
2.3.1	Parâmetros de Análise	11	1,0	4	0,4	10	0,9
2.3.2	Discussão	7	1,0	4	0,6	7	1,0
2.3.3	Apresentação de Dados	7	1,0	4	0,6	7	1,0
2.3.4	Interpretação de Dados	7	1,0	2	0,3	4	0,6
3.1.1	Conclusões frente a Obj.Hip.Pro	3	1,0	1	0,3	3	1,0
3.1.2	Conclusões frente a limitações						
3.1.3	Recomendações para Prática	3	1,0			2	0,7
3.1.4	Sugestões p/novas pesquisas						
Nº total de Componentes Apresentados		9,0		3,2		8,3	
Percentual de Apresentação		100		36		92	
Conceito Final do Desempenho		A		E		A	

## 2) Equipe nº 3

### a) Texto no Pré-teste

#### FUNDAMENTOS ECONÔMICOS DO PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO ARGENTINA - BRASIL

01 Em julho e dezembro de 1986 os Presidentes Sarney e Alfonsín, definem um  
02 programa de trabalho (17 protocolos) que visam a formação de empresas binacio-  
03 nais com a cooperação de áreas de fronteiras, bem como projetos setoriais inte-  
04 grados, procurando melhorar o abastecimento alimentar.

05 A heterogeneidade dos protocolos reflete o pragmatismo que marca o pro-  
06 grama de integração, e que resulta do acordo existente entre os dois governos  
07 quanto à (magnitude) grandeza das dificuldades a serem enfrentadas.

08 Além dessas tarefas pelo menos mais dois problemas terão que ser resol-  
09 vidos em futuro próximo: ajustar os alicerces de produtividade de ambas estru-  
10 ras industriais e o de harmonizar as políticas econômicas nacionais.

11 Quanto ao âmbito de ALADI (Associação Latino Americana de Integração),  
12 Brasil e Argentina, tanto no papel de compradores ou vendedores estão presentes  
13 em mais de 70% das transações internas aí realizadas.

14 Separadamente, tanto Argentina como Brasil teriam condições de formular  
15 políticas externas de ponta na economia regional. Contudo, na prática tais polí-  
16 ticas não iriam além de explicitar e racionalizar o papel como fonte de susten-  
17 tação dos níveis de comércio intra-regional, que as duas economias já desempe-  
18 nham de forma não planejada. Por outro lado, há um aspecto constrangedor quanto  
19 à implementação de políticas dessa natureza; o de alimentar expectativas quanto  
20 a sua transformação em projetos de hegemonia regional. Este dilema o próprio  
21 programa permite resolver.

22 Com o objetivo de identificar as possibilidades de negociação entre os  
23 países membros da ALADI, a Secretaria Geral da Associação realizou um levanta-  
24 mento no período de 1980-1984, de todas as importações provenientes de fora da  
25 região feitas pela Argentina e Brasil.

26 Tais importações foram cruzadas com as respectivas exportações do outro  
27 país destinadas a terceiros países. Esse cruzamento permite estimar as oportuni-  
28 dades de promover o crescimento do comércio bilateral através do desvio de com-  
29 pras realizadas junto a terceiros fornecedores. (hipótese A).

30 É óbvio que interessa a ambos os países a exploração de suas complemen-  
31 tariedades intersetoriais. Todavia, o padrão de comércio que o programa preten-  
32 de estabelecer não resultará apenas da substituição de terceiros fornecedores,  
33 mas da criação de novas correntes comerciais.

34 No protocolo nº 2 estão consideradas questões como fretes, condições de  
35 transporte e armazenagem, prazos de pagamentos concedidos por terceiros fornece-  
36 dores, etc., que visa estabelecer "um projeto integrado de produção, armazena-  
37 gem, transporte e abastecimento de trigo". Nos protocolos nº 14 e 15 tratam dos  
38 problemas relativos a transporte marítimo e terrestre entre os dois países,

39 As oportunidades de criação do comércio estão vinculadas aos futuros  
40 desdobramentos dos parques industriais, não sendo possível quantificar, os mon-  
41 tantes de intercâmbio potencial originados do desvio de comércio. Poderíamos  
42 tentar medi-los, baseando-nos em suposições arbitrárias quanto ao ritmo de cres-  
43 cimento da economia dos dois países, progresso técnico, planos de investimento,  
44 etc..

45 Apesar da dificuldade na quantificação foi muito discutido o papel da  
46 criação do comércio no programa de integração.

47 Instrumentos analíticos da teoria de mercados contestáveis, são úteis  
48 para o estudo das articulações possíveis entre duas estruturas industriais. A  
49 estrutura industrial é determinada simultaneamente com os vetores de produção  
50 e preços da indústria.

51 Um mercado é perfeitamente contestável quando existe liberdade absoluta  
52 de entrada e saída. Os concorrentes devem ter acesso às tecnologias atuais da  
53 indústria e que, se resolverem encerrar suas atividades, possam recuperar seus  
54 gastos iniciais.

55 A teoria sugere que oligopólio e monopólio sejam mais frequentes e mais  
56 desejáveis no capitalismo contemporâneo.

57 Contudo, é preciso que as estruturas industriais sejam factíveis e sus-  
58 tentáveis no sentido de que as técnicas de produção oferecidas pela indústria  
59 atendam à demanda aos preços vigentes sem que haja prejuízo por parte de nenhu-  
60 ma firma da indústria.

61 Essas técnicas de produção determinam os aspectos: - tamanho e composição  
62 das pautas de produção, através de dois mecanismos redutores de custos que são  
63 as economias de escala e de escape, ou seja, (definir o que quer dizer ambas as  
64 economias).

65 Esse tipo de exercício técnico permite conhecer apenas qual a estrutura  
66 mais eficiente para um satisfatório nível de desenvolvimento de produção e de  
67 mercado. No entanto, é indispensável obter uma estrutura padrão de concorrência.

68 Releva-se então os principais benefícios que este programa de integração  
69 oferece a ambos os países: ampliar os mercados locais, renovando e estabelecen-  
70 do novas estratégias de crescimento do mercado, revisando investimentos, crien-  
71 do filiais no país vizinho, buscando sócios para criar empresas binacionais,  
72 analisando os tipos de economia e linhas de produção, bem como aquelas operadas  
73 de forma complementar.

74 Tudo isto, corresponde à criação de um comércio intrasetorial fornecendo  
75 aos dois países melhorias quanto ao investimento, competitividade internacional  
76 e melhor aproveitamento das duas vantagens comparativas.

## b) Texto no Pós-teste:

### OS FUNDAMENTOS ECONÔMICOS DO PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO ARGENTINA-BRASIL

01 Os dezessete protocolos assinados pelos presidentes Alfonsín e Sarney em  
02 julho e dezembro de 1986 definem um programa de trabalho que visa estabelecer a  
03 médio prazo um mercado comum entre as economias argentina e brasileira. O prográ-  
04 ma compreende um conjunto variado de providências. A heterogeneidade dos protoco-  
05 los reflete o pragmatismo que marca o programa de integração, e que resulta do  
06 consenso dos dois governos quanto à magnitude das dificuldades a serem enfrenta-  
07 das.

08 O fôlego disponível para se oferecer respostas adequadas está diretamente  
09 relacionado à dimensão dos benefícios a serem gerados pela integração. As próxi-  
10 mas seções deste artigo procuram avaliar tais benefícios a partir de três planos  
11 interdependentes: o das consequências de integração sobre os demais países de  
12 América Latina, o da ampliação do intercâmbio bilateral através dos mecanismos  
13 de criação e desvio de comércio, e o do aproveitamento das vantagens comparativas  
14 detidas pelas duas economias.

15 O Suporte ao Comércio na América Latina: Argentina e Brasil estão presen-  
 16 tes em mais de 70% das transações realizadas no interior da ALADI. No caso do  
 17 Brasil as trocas oscilaram durante o período 1970-1985, entre 8,4% e 15,4% de seu  
 18 comércio exterior; para a Argentina, essas transações corresponderam entre 18,94%  
 19 e 25,73% do comércio global do país. Uma das características centrais do programa  
 20 não constitui um movimento em direção ao bilateralismo, mas um esforço de fortale-  
 21 cer globalmente a economia latino-americana. Isoladamente, tanto Argentina como  
 22 Brasil teriam condições de formular políticas externas voltadas para o exercício  
 23 de uma liderança de rumos da economia regional. Na prática, tais políticas não  
 24 iriam além de explicitar e racionalizar um papel que ambas as economias já desem-  
 25 penham de forma não planejada. Há, contudo, um constrangimento sério à implemen-  
 26 tação de políticas dessa natureza, o de alimenter expectativas quanto a suas trans-  
 27 formação em projetos de hegemonia regional. Este dilema o programa de integração  
 28 permite resolver.

29 Entretanto, para que o programa se torne um instrumento multilateral re-  
 30 levante na promoção do desenvolvimento latino-americano, é preciso que, prelimi-  
 31 nariamente, seus objetivos bilaterais sejam factíveis. Este é o tema das duas pró-  
 32 ximas seções.

33 Desvio de Comércio e Complementaridade Intersetorial: com o objetivo de  
 34 indentificar as possibilidades de negociação entre os países membros da ALADI, a  
 35 Secretaria Geral da Associação realizou minuciosos levantamentos das pautas de  
 36 comércio da região no período 1980-1984. Um desses estudos sugere uma estimativa  
 37 realista do intercâmbio entre os dois países. (hipótese B).

38 Foram computados apenas os itens que um dos países exportou ao outro em  
 39 valores médios superiores a US\$1 milhão a.a. entre 1980 e 1984, sendo que, além  
 40 disso, o país importador adquiriu o mesmo item em quantidades médias superiores  
 41 a US\$ 1 milhão de países fora da América Latina. Os resultados foram animadores,  
 42 entretanto, cabe notar que o intercâmbio resultante contém uma característica que  
 43 o programa de integração visa impedir: a troca de manufaturas por produtos agrí-  
 44 colas. É óbvio que interessa a ambos os países a exploração de suas complementa-  
 45 ridades setoriais. Todavia o padrão de comércio que o programa pretende estabele-  
 46 cer não resultará de substituição de terceiros fornecedores, mas sobretudo, da  
 47 criação de novas correntes comerciais, sustentadas pela exploração de vantagens  
 48 competitivas intra-setoriais.

49 Na literatura sobre uniões aduaneiras o tema "desvio de comércio" costu-  
 50 ma ser tratado sob o estigma de dimensão perversa dos projetos de integração,  
 51 posto que representa a troca de um fornecedor mais eficiente por outro menos efi-  
 52 ciente e, por conseguinte, corresponde a uma redução de bem-estar do país impor-  
 53 tador. O escopo deste artigo não comporta o debate sobre a relevância da teoria  
 54 sobre uniões aduaneiras. Merece destaque, porém, o fato de que, mesmo sob a óti-  
 55 ca restrita desta teoria, o desvio de comércio no caso Brasil-Argentina poderia  
 56 ser avaliado positivamente, como no caso do trigo: nos últimos quinze anos os  
 57 preços do trigo argentino tem sido sistematicamente inferiores à média de preços  
 58 pagos pelo Brasil a terceiros fornecedores; além disso, haveria uma economia de  
 59 US\$ 2 bilhões, por parte do Brasil, em subsídios à produção interna do produto.

60 Criação de Comércio e Complementaridade Intra-Setorial: a despeito da  
 61 precariedade dos métodos é sempre possível quantificar os montantes do intercâm-  
 62 bio potencial que seriam oriundos do desvio de comércio. Porém, o mesmo não ocor-  
 63 re com o intercâmbio resultante da criação do comércio, que constitui justamente  
 64 a dimensão mais relevante do programa de integração. Entretanto, para o estudo  
 65 das articulações possíveis entre duas estruturas industriais marcadas pela pre-  
 66 sença de firmas com tamanhos e pautas de produção os mais variados, bem como por  
 67 ritmos heterogêneos de progresso técnico, são particularmente úteis os instrumen-  
 68 tos analíticos oferecidos pela teoria de mercados contestáveis.

69 O conceito de mercado contestável é o núcleo de uma teoria segundo a qual  
 70 a estrutura industrial é determinada endógena e simultaneamente com os vetores  
 71 de produção e preços da indústria. Esta teoria elege como tema fundamental o es-  
 72 tudo das conexões entre três ordens de fatores: as características das técnicas  
 73 de produção disponíveis, a dimensão de mercado e a concorrência potencial.

74 Um mercado é perfeitamente contestável quando os concorrentes potenciais  
 75 estão aptos a impugnar efetivamente as práticas das firmas já estabelecidas no  
 76 ramo. Em outras palavras, um mercado é perfeitamente contestável quando existe  
 77 liberdade absoluta de entrada e de saída.

78 Para que uma estrutura industrial seja eficiente é preciso que sua confi-  
 79 guração seja factível e sustentável. A noção de factibilidade é trivial; signi-  
 80 fica que existem técnicas de produção com as quais é possível atender à demanda  
 81 aos preços vigentes e de forma que nenhuma firma de indústria tenha prejuízo. A  
 82 noção de sustentabilidade é mais restritiva; impõe que os preços vigentes sejam  
 83 tais que, se forem mantidos, nenhum competidor potencial poderá entrar no merca-  
 84 do e sofrer lucros. É evidente que um mercado é contestável está em equilíbrio  
 85 e e sua configuração é sustentável.

86 A natureza das técnicas produtivas influi na determinação do tamanho das  
 87 firmas e na composição de suas pautas de produção através da geração de dois ti-  
 88 pos de mecanismos redutores de custos: economias de escala e de escopo. Econo-  
 89 mias de escala ocorrem, quando a elevação proporcional no uso de insumos produ-  
 90 tivos provoca um aumento mais do que proporcional no produto final. Economias de  
 91 escopo ocorrem quando é mais barato combinar duas ou mais linhas de produção em  
 92 uma única firma do que produzi-las separadamente.

93 Os conceitos apresentados põem em relevo o principal benefício que o pro-  
 94 grama de integração pode oferecer às firmas argentinas e brasileiras: a amplia-  
 95 ção de seus respectivos mercados locais. Porém, os principais objetivos do pro-  
 96 grama só serão alcançados na medida em que as firmas de ambos os países explorem  
 97 esse benefício.

98 Para as firmas, isso significa redefinir suas pautas de produção de acor-  
99 do com as novas dimensões do mercado, e estabelecer novas estratégias de crescí-  
100 mento que compreendem: a revisão de prioridades de investimentos; a eventual  
101 abertura de filiais no país vizinho, ou a busca de sócios para formar empresas  
102 binacionais; a seleção, com base nas economias de escala e/ou de escopo a serem  
103 exploradas, das linhas de produção a serem mantidas simultaneamente em ambos os  
104 países, bem como daquelas a serem operadas de forma complementar, etc..

105 Do ponto de vista das articulações entre as duas estruturas industriais,  
106 os mecanismos acima descritos correspondem à criação de comércio intra-setorial.  
107 De fato, são três dimensões de um mesmo fenômeno, o processo de investimento,  
108 que para a firma significa a busca de maior lucratividade, para a indústria, a  
109 a transformação de suas condições de competitividade internacional, e para os  
110 países, o aproveitamento de suas vantagens comparativas.

111 Conclusão: As diferenças de tamanho entre as duas economias podem conferir  
112 sensatez aparente ao comentário de que o programa de integração é indispensável  
113 à Argentina e relativo ao Brasil. O presente artigo mostrou que essa avaliação  
114 é errada. Na verdade a integração é crucial para o desempenho de ambas econo-  
115 mias, porque: permite-lhes ampliar e exercer plenamente suas atribuições como  
116 fontes dinamizadoras do crescimento latino-americano, sem que isso lhes crie di-  
117 ficuldades de natureza política dentro da região; conduz à realização das poten-  
118 cialidades de intercâmbio bilateral, cujos benefícios forem apontados anterior-  
119 mente; são asseguradas melhores condições para lidar com o desafio da modernida-  
120 de.

### c) Quadros Avaliativos:

Quadro nº 27 - Quadro Avaliativo Final - Equipe nº 3  
Conteúdo Global  
Texto: "Fundamentos econômicos do programa de inte-  
gração Argentina-Brasil"

NS	CCT	Informações do Texto	Pré	Pós
1	1.1.1	Os 17 protocolos	sim	sim
		Heterogeneidade do programa	sim	sim
		Dimensão dos benefícios	não	sim
	1.2.1	Objetivo Geral	não	sim
2	2.3.2	Transações da ALADI	sim	sim
		Envolvimento relativo com a ALADI	não	sim
		Programa: esforço de fortalecimento global	não	sim
		Políticas de liderança	sim	sim
		Constrangimento sério à implementação	sim	sim
		Programa: instrumento de desenvolvimento	não	sim
3	2.3.2	Estudos da ALADI	sim	sim
		Hipótese "A"K	par	não
		Hipótese "B"	não	sim
		Consequência da hipótese "B"	não	sim
		Abrangência maior do projeto	sim	sim
		A questão do "desvio de comércio"	não	sim
		O trigo: economia na compra	não	sim
		O trigo: economia de subsídios	não	sim
4	2.3.2	O "desvio de comércio" é quantificável	ina	sim
		A intra-complementaridade não é quantificável	ina	sim
		Utilidade da teoria dos Mercados Contestáveis	sim	sim
	2.1.2	Mercado Contestável	par	sim
		Mercado Plenamente Contestável	sim	sim
		Factibilidade e Sustentabilidade	sim	sim
		Economias de Escopo e de Escala	ina	sim
	2.3.2	Ampliação de mercado local	sim	sim
		Objetivo do programa: questão das firmas	não	sim
		Adaptação das firmas	sim	sim
		Dimensões intra-complementares	sim	sim
5	3.1.1	Conclusões finais do trabalho	não	sim
Total de itens - 30			13	29
Porcentagem - 100			43	97
Conceito - A			E	A

Quadro nº 28 - Quadro Avaliativo Final - Equipe nº 3  
 Desempenho frente aos Componentes Temáticos  
 Texto: Fundamentos econômicos do programa de integração Argentina-Brasil.

CCT	Componente	Texto		Pré-T.		Pós-T.	
		Q	N	Q	N	Q	N
--	Assunto/Tema/Enfoque	3	1,0	3	1,0	3	1,0
1.1.1	Contextualização do Problema	3	1,0	1	0,3	3	1,0
1.1.2	Definição do Problema	imp	0,5			imp	0,5
1.1.3	Delimitação do Problema						
1.2.1	Objetivo Geral	1	1,0			1	1,0
1.2.2	Objetivo Específico	imp	0,5			imp	0,5
1.3	Hipótese						
1.3	Tese						
1.4.1	Justificativa						
1.4.2	Intenção						
1.4.3	Finalidade						
2.1.1	Revisão Bibliográfica						
2.1.2	Revisão de Conceitos	4	1,0	2	0,5	4	1,0
2.2.1	Delineamento da Pesquisa						
2.2.2	Variáveis						
2.2.3	População/Amostra						
2.2.4	Instrumento(s)						
2.2.5	Coleta/passos						
2.3.1	Parâmetros de Análise						
2.3.2	Discussão	21	1,0	9	0,4	20	1,0
2.3.3	Apresentação de Dados						
2.3.4	Interpretação de Dados						
3.1.1	Conclusões frente Obj.Hip.Pro.	1	1,0			1	1,0
3.1.2	Conclusões frente a limitações						
3.1.3	Recomendações para Prática						
3.1.4	Sugestões p/novas pesquisas						
Nº total de Componentes Apresentados			7,0		2,2		7,0
Percentual de Apresentação			100		32		100
Conceito Final do Desempenho			A		B		A

### 3) Equipe nº 4

#### a) Texto no Pré-teste:

#### CONTEXTO E ESTRATÉGIA DO PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO ARGENTINA - BRASIL

01 As relações Brasil-Argentina, constituem o principal eixo bilateral do  
 02 equilíbrio de forças econômicas, políticas, militar, estratégicas e culturais,  
 03 entre os estados latino-americanos, com compromisso explícito de democratização,  
 04 com uma preocupação de caráter estratégico-global, relativa a inserção de ambos  
 05 os países e da própria região latino-americana, no sistema internacional.

06 Periodicidade:

07 1º Período - (1979-1983)

08 Cabe salientar o acordo Itsipu-Corpus, entre Brasil-Argentina-Paraguai,  
 09 além de um conjunto de protocolos bilaterais relativos ao intercâmbio comercial,  
 10 à cooperação econômica, tecnológica e militar, onde este último predominou poli-  
 11 ticamente no relacionamento entre os dois países, reforçado que foi em 1982, com  
 12 a deflagração da guerra das Malvinas.

13 Um último elemento a ser destacado, refere-se às diferenças políticas,  
 14 apesar de subordinados a regimes militares.

15 2º Período - (1983-1985)

16 Iniciou-se com a assunção do governo Alfonsín em 1983, onde os objetivos  
 17 do nosso governo eram intensificação das relações com o Brasil.

18 O campo político mostrava defasagem em função do atraso brasileiro em sua  
 19 transição democrática.

20 Nas relações Econômicas, iniciativas foram tomadas, o nível de intercâm-  
 21 bio era baixo. Houveram iniciativas para criação de um novo acordo na ALADI para  
 22 tentar reverter o quadro, o que permitiu novo capítulo nas relações.

23 3º Período - (1985 até hoje)

24 A intervenção política reforçada pelos presidentes foi um treço fundamen-  
 25 tal da nossa fase. Seu marco inicial foi o encontro "Alfonsín-Sarney" em Foz do  
 26 Iguaçu em 1985.

27 Por meio de contatos permanentes, diplomáticos e econômicos, foram ence-  
 28 tados 12 protocolos por ocasião de novo encontro em Buenos Aires em julho de 1986.  
 29 Isso culminou num 3º encontro no Brasil, em dezembro do mesmo ano, onde assina-  
 30 ram-se mais cinco protocolos.

31 A esta altura eram notórios os resultados positivos entre os dois países.  
 32 No campo Político houveram muitos interesses comuns entre ambos os países.

33 No plano internacional, maior peso para defesa de interesses nacionais e  
 34 opção democrática na América Latina.

35 Abrangência do Projeto

36 O programa procurou reproduzir abrangência ao nível de sua realidade.

37 Foram buscados dois objetivos: Contemplar cooperação onde já havia rela-  
 38 ções mesmo que atrofiadas ou conflituosas; Criar novos espaços, como contemplação  
 39 industrial.

40 As relações Brasil-Argentina integram três variáveis: militar-estratégi-  
 41 ca, política, econômica. A dissipação do conflito em torno da exploração dos re-  
 42 cursos do rio Paraná, atenuou antigas rivalidades.

43 A guerra das Malvinas trouxe uma revisão dos compromissos inter-america-  
 44 nos. Houve maior aproximação política, que só poderia viabilizar-se com um bom  
 45 suporte econômico.

46 O componente militar-estratégico tem-se reforçado em cooperação, contendo  
 47 com a distribuição de quatro fatores:

48 1 - Inexistência de conflitos territoriais;

49 2 - Já não existe estreita ligação entre militares brasileiros e norte-  
 50 americanos.

51 3 - Abandono dos argentinos de identificação com a doutrina norte-america-  
 52 na.

53 4 - Consciência da incapacidade de ambos em produzirem iniciativas estraté-  
 54 gicas em função da hegemonia norte-americana.

55 Poderia ainda citar um quinto fator que é a sobrevivência de uma visão de  
 56 existência de ameaça comum. Os governos atuais procuram, maior aproximação en-  
 57 tre as forças armadas dos dois países, com a cooperação na indústria militar e  
 58 na energia nuclear, e ainda debates entre as duas doutrinas militares. No tocant-  
 59 te dos campos nuclear e indústria militar, percebe-se um avanço com contatos pa-  
 60 ra elaboração de projetos de cooperação, mesmo com a existência de algumas des-  
 61 confianças recíprocas.

62 No tocante à segurança do Atlântico Sul existe maior sintonia, a única di-  
 63 ficuldade gira em torno de uma possível desmilitarização.

64 No plano político, a maior ligação está nos processos de transição democrá-  
 65 tica dos dois países. A simetria foi reforçada pelas políticas econômicas - Aus-  
 66 tral-Cruzado - que criaram um espaço de diálogo entre os setores das duas admi-  
 67 nistrações.

68 Um interesse político de caráter complementar, relaciona-se à política eco-  
 69 nômica onde se buscam fórmulas adequadas de complementação bilateral, com compa-  
 70 tibilização entre os planos de cada país. Os interesses convergentes se expres-  
 71 sam no campo político, no caso brasileiro, a redemocratização deu menor impor-  
 72 tância à política externa.

73 Na Argentina o processo traz transformações profundas no relacionamento in-  
 74 ternacional. Atualmente a política externa Argentina traduz maior "políticação"  
 75 que a brasileira, que mantém-se mais retraída cebe salientar ainda uma relação  
 76 surgida entre Brasil-Argentina-Uruguai, onde a redemocratização tornou-se tecla  
 77 comum entre os três países.

78 A Variável Econômica

79 É o impulso principal do projeto. Dos 17 protocolos assinados, 09 são do  
 80 tema econômico. Inicialmente pretende-se impor essa integração no plano interna-  
 81 cional. É interessante constatar duas interpretações sobre essa questão: a pri-  
 82 meira enfatiza a transnacionalização das duas economias, portanto são enfoques  
 83 políticos e em defesa do projeto, respectivamente.

84 Para alguns autores, as empresas transnacionais serão beneficiadas em fun-  
 85 ção de vantagens como: mão de obra barata; redução de custos; eliminação de com-  
 86 petidores; etc..

87 Essas empresas aumentariam sua hegemonia na região tendo em vista suas ope-  
 88 rações em escala mundial. Citando um exemplo: as norte-americanas têm maior con-  
 89 trole em vários setores da indústria, comércio, o que possibilita maior domínio  
 90 político e militar dos EUA sobre a região.

91 Em contra posição, sustenta-se uma visão positiva do projeto que ressalta  
 92 sua contribuição ao desenvolvimento da América Latina. Neste caso, os países em  
 93 desenvolvimento enfrentam restrições que lhes impõe como única saída recorrer a  
 94 economia internacional.

95 O principal objetivo é romper a dependência para que a América Latina tor-  
 96 ne-se sujeito ativo no sistema econômico internacional.



97 No contexto Regional, a preocupação é avaliar melhor a experiência da  
98 ALALC - ALADI, para dinamizar e atualizar o intercâmbio.

99 Apesar das boas intenções, além dos entraves burocráticos, surgiu um obs-  
100 táculo mais presente que é o crescimento das desigualdades econômicas intra-re-  
101 gionais. Tornou-se claro que uma Integração Regional só poderia se dinamizar  
102 com economias que tenham certa autonomia.

103 Ao mesmo tempo, iniciar essa integração apoiado no setor de insumos básí-  
104 cos não teria sentido já que a atividade industrial deslocou-se para o setor de  
105 bens de capital.

106 Deitas constatações, Brasil e Argentina optaram pelo setor de bens de capi-  
107 tal.

108 A expectativa para 1987 é que o intercâmbio comercial alcance 300 milhões  
109 de dólares, devendo aumentar até 1990 para 750 milhões.

110 Não resta dúvida que o êxito a médio e longo prazos, repercutirá sobre to-  
111 da economia latino-americana;

112 Por razões políticas, culturais, econômicas e tecnológicas, um relaciona-  
113 mento mais intenso, com a América Latina integrada, poderá apresentar vantagens  
114 ante os países centrais.

115 Perspectivas

116 1987 é o ano de prova para o programa de integração.

117 Por um lado, deve testar as operações do protocolo de bens de capital; por  
118 outro, consolidar o positivismo observado em 1986 no intercâmbio comercial. Os  
119 maiores obstáculos estarão no terreno político com ambos em transição democráti-  
120 ca.

121 No Brasil, a queda das reservas em moeda forte em 1986, levou à doação de  
122 um controle sobre as importações. Isso em princípio afetou o intercâmbio com a  
123 Argentina o que resultou em intervenção política para garantir às importações  
124 argentinas.

125 O problema comercial vincula-se a dificuldades enfrentadas pela economia  
126 brasileira, das quais se destacam: negociação da dívida externa, aumento da in-  
127 flação doméstica e retraimento dos investimentos estrangeiros. Diante da crise  
128 surgem prioridades como algumas articulações empresariais entre os dois países,  
129 onde vale mencionar contatos entre governos estaduais e setores privados dos  
130 dois países.

131 Em resumo, o êxito do programa, bem como sua ampliação, dependem de estabi-  
132 lidade econômica e política para que se consilide uma dinâmica bilateral que su-  
133 pere as iniciativas intergovernamentais.

## b) Texto no Pós-teste:

### CONTEXTO E ESTRATÉGIA DO PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO ARGENTINA-BRASIL

01 As relações Brasil-Argentina constituem o principal eixo bilateral do  
02 equilíbrio de forças econômicas e políticas entre os estados latino-americanos. A  
03 notável intensificação desse relacionamento nos últimos tempos vem adquirindo es-  
04 pecial importância no contexto regional. A implementação gradual, porém sistemá-  
05 tica, do projeto de integração Brasil-Argentina corresponde, em sua totalidade, a  
06 um esforço conjunto dos governos Sarney e Alfonsín. A existência de condições fa-  
07 voráveis ao seu desenvolvimento, entretanto, antecede a inauguração das duas ad-  
08 ministrações. Esse projeto, apesar de estar no momento fortemente concentrado nas  
09 possibilidades econômicas, expressa dos dois lados, uma preocupação de caráter  
10 estratégico global relativa à inserção de ambos os países, e da própria região  
11 latino-americana, no sistema internacional.

12 Periodização: a evolução das relações pode ser mostrada em 3 períodos:

13 1º período: 1979-1983 (marco fundamental - acordo Itaipu-Corpus). Há um  
14 aumento da balança comercial dos dois países, mas com permanente déficit argenti-  
15 no. Em termos políticos, o componente militar predominou, reforçado com a Guerra  
16 das Malvinas e o não alinhamento automático do Brasil com os Estados Unidos. Ape-  
17 ser de subordinados a regimes militares há diferenças: no Brasil há uma distensão  
18 política e na Argentina, um fechamento do sistema.

19 2º período: 1983-1985 (início do governo Alfonsín). Entre os objetivos do  
20 novo governo está a intensificação das relações com o Brasil. No campo político  
21 há ainda uma defasagem pelo atraso da transição democrática no Brasil. Na área  
22 das relações econômicas algumas iniciativas foram tomadas, mas a possibilidade de  
23 avançar mais foi prejudicada por problemas políticos domésticos.

24 3º período: 1985 até hoje (encontro bilateral em Foz do Iguaçu): Desde en-  
25 tão 3 encontros foram feitos entre Alfonsín e Sarney com a assinatura de 17 pro-  
26 tocolos de cooperação. No campo político explicitou-se um conjunto de interesses  
27 comuns relacionados aos contextos internos e externos de ambos os países.

## 28 A Abrangência do Projeto

29 Os conteúdos dos protocolos inserem esse projeto num contexto amplo e di-  
30 versificado. Dois objetivos foram buscados: contemplar formas de cooperação em  
31 áreas onde já havia relações, criar novos espaços de cooperação. Concretamente,  
32 há três variáveis fundamentais: uma militar-estratégica, outra política e outra  
33 econômica todas de caráter interdependente.

34 Com respeito ao componente militar-estratégico, as iniciativas bilaterais  
35 recentes vêm reforçando a possibilidade de uma cooperação de bases sólidas. Qua-  
36 tro são os fatores que contribuem: 1) inexistência de conflitos territoriais ou  
37 disputas por recursos naturais; 2) não vigoração da estreita associação entre mi-  
38 litares brasileiros e norte-americanos; 3) abandono, por parte dos militares ar-  
39 gentinos da visão de que sua identificação com a doutrina estratégica norte-ame-  
40 ricana implicaria num respaldo total às suas iniciativas militar-estratégicas; 4)  
41 a consciência da incapacidade de ambos os países produzirem iniciativas estraté-  
42 gicas em função de sua inclusão numa zona de hegemonia norte-americanos. Poderia  
43 ser acrescentado um quinto fator: a visão compartilhada da existência de uma ame-  
44 aça comum.

45 No que diz respeito à hipótese de conflito bilateral, alguns avanços vêm  
46 sendo logrados desde o final dos anos 70. Porém, há três pontos sensíveis: a coo-  
47 peração nos campos nuclear e da indústria militar; a temática multilateral: a da  
48 segurança do Atlântico Sul; as diferenças de índole doméstica.

49 No plano político, o fator mais importante do projeto de integração é sua  
50 inserção nos processos de transição democrática em curso nos dois países. Em ter-  
51 mos gerais, existiriam dois tipos de interesses políticos envolvidos: o primeiro  
51 de caráter complementar e o segundo de caráter convergente. No primeiro caso en-  
52 contram-se os interesses relacionados ao terreno da política econômica, onde se  
53 procura manter total independência quanto à implementação de políticas e condu-  
54 ção das negociações externas, buscando-se ao mesmo tempo desenvolver fórmulas  
55 adequadas de complementação bilateral. No plano doméstico procurou-se, desde as  
56 primeiras iniciativas integracionistas, uma compatibilização entre as iniciati-  
57 vas e as políticas específicas de cada país, de maneira a se fortalecerem reci-  
58 procamente.

59 No plano externo existem dois objetivos de natureza complementar: um vincu-  
60 lado à estratégia mais global de relacionamento econômico externo dos dois paí-  
61 ses, e outro, ao cotidiano das negociações financeiras e comerciais internacio-  
62 nais.

63 Os interesses convergentes se expressam essencialmente no campo político em  
64 níveis externo e interno. O projeto de integração com o Brasil representa para o  
65 atual governo argentino a possibilidade de acesso a circuitos ativos e moderni-  
66 zantes do sistema internacional; no caso do Brasil a integração está diretamente  
67 relacionada com o comprometimento da política externa do país com a consolidação  
68 do desenvolvimento econômico de longo prazo do país. A nível doméstico, a conver-  
69 gência mais importante entre os dois países é a de que a atual aproximação bila-  
70 teral poderá se constituir num instrumento de fortalecimento recíproco dos res-  
71 pectivos processos de transição democrática.

72 Apesar de se constituir nesse momento num esforço bilateral, é clara a di-  
73 mensão regional do Programa: veja-se o caso do Uruguai.

## 74 A variável Econômica:

75 O impulso principal do Projeto vem sendo dado por sua variável econômica.  
76 Dos 17 protocolos assinados no ano de 1986, nove se referem a temas econômicos.  
77 A primeira questão suscitada com respeito à integração refere-se a sua inserção  
78 internacional. Há duas interpretações: a primeira de enfoque crítico, enfatizan-  
79 do o aspecto negativo da transnacionalização; e a segunda em defesa do projeto,  
80 valorizando o empenho de internacionalização das economias brasileira e argenti-  
81 na.

82 Dentro do contexto regional, uma das preocupações vem sendo a de avaliar  
83 com realismo a experiência da ALALC-ALADI, pois seu funcionamento não resultou  
84 num processo estrutural de integração e nem tampouco, especializações intra-se-  
85 toriais. Concluiu-se que a possibilidade de uma integração regional apenas pode-  
86 ria ser dinamizada por economias com autonomia e capacidade de especialização  
87 industrial. Por outro lado, viu-se que o centro de gravitação da atividade in-  
88 dustrial se deslocou para o setor de bens de capital.

89 A partir dessas constatações, as autoridades brasileiras e argentinas esco-  
90 lheram o setor de bens de capital como o nódulo dinâmico do projeto de integra-  
91 ção bilateral. Foi traçada uma estratégia específica para sua implementação que  
92 pressupõe gradualismo, flexibilidade, equilíbrio e simetria.

93 A expectativa para 1987 é que o intercâmbio global dos bens de capital al-  
94 cance 300 milhões de dólares, devendo haver um aumento paulatino até 1990, quan-  
95 do se pretende alcançar a cifra de 750 milhões de dólares.

## 96 Perspectivas

97 1987 vem se convertendo num ano de prova do atual programa de integração  
98 Brasil-Argentina. Por um lado se deverá testar a viabilidade operacional do pro-  
99 tocolo de bens de capital, por outro se tentará consolidar as tendências positi-  
100 vas já verificadas em 1986 no intercâmbio comercial entre os dois países. Atual-  
101 mente os melhores obstáculos à materialização desse projeto se localizam no ter-  
102 reno político. No Brasil, a vertiginosa queda das reservas do país em moeda for-

103 forte durante o segundo semestre de 1986 levou à adoção de um rígido controle de  
 104 importações que exigiu tratamento diferenciado para a Argentina. A isso vincula-  
 105 se um conjunto de dificuldades como o recrudescimento da inflação, negociações  
 106 da dívida externa e retraimento de investimentos estrangeiros, cuja solução de-  
 107 pende fundamentalmente de manejo político.

108 Em resumo, o êxito do programa de integração Brasil-Argentina, bem como sua  
 109 ampliação no contexto latino-americano, estão subordinados às condições gerais  
 110 de estabilidade econômica e política nos dois países, assim como à consolidação  
 111 de uma dinâmica bilateral que supere as iniciativas intergovernamentais.

### c) Quadros Avaliativos:

Quadro nº 29 - Quadro Avaliativo Final - Equipe nº 4  
 Conteúdo Global  
 Texto: "Contexto e Estratégia do Programa de Inte-  
 gração Brasil-Argentina"

NS	CCT	Informações do Texto	Pré	Pós
1	1.4.1	Relações Brasil-Argentina - Importância	ina	sim
		Abrangência e vinculação do projeto	ina	não
		Governos envolvidos	não	sim
		Caráter estratégico-global	ina	sim
2	2.3.2	As relações passaram por 3 períodos	não	sim
		Período 1979-1983 - Itaipu-Corpus	par	sim
		Componente militar predominante	ina	sim
		Distensão brasileira x fechamento argentino	par	sim
		Período 1983-1985 - Posse de Alfonsín	par	par
		Defasagem na abertura política no Brasil	sim	sim
		Ampliação econômica com avanço prejudicado	par	sim
		Período 1985 - até hoje	sim	sim
		Campo político-estratégico	sim	par
3	2.3.2	Objetivos: 1, 2	sim	sim
		Variáveis: 1, 2, 3	sim	sim
		Fatores que auxiliam cooperação militar	sim	sim
		Possível conflito bilateral	não	sim
		Itens sensíveis: 1, 2, 3	ina	sim
		Inserção no processo democrático	sim	sim
		Interesses políticos complementares	par	sim
		Interesses políticos convergentes	não	sim
		Dimensão regional do projeto (Uruguai)	par	sim
4	2.3.2	Impulso principal é a variável econômica	sim	sim
		Interpretações sobre transnacionalização	sim	sim
		Avaliação da ALALC:ALADI	sim	sim
		A possibilidade de integração	sim	sim
		Bens de capital	sim	sim
		Expectativas para 1987 e 1990	sim	sim
		Repercussões do projeto	sim	não
5	3.1.1	1987 como ano de teste	sim	sim
		Um dos maiores obstáculos: o político	sim	sim
		Problemas econômicos	sim	sim
		A colocação do projeto em 2º plano	não	não
		Condições de êxito do programa	sim	sim
Total de itens - 34-----			18	29
Porcentagem - 100-----			53	85
Conceito - A-----			D	B

Quadro nº 30 - Quadro Avaliativo Final - Equipe nº 4  
 Desempenho frente aos Componentes Temáticos  
 Texto: Contexto e estratégia do programa de integração Argentina-Brasil.

CCT	Componente	Texto		Pré-T.		Pós-T.	
		3	1,0	3	1,0	3	1,0
--.--	Assunto/Tema/Enfoque	3	1,0	3	1,0	3	1,0
1.1.1	Contextualização do Problema						
1.1.2	Definição do Problema						
1.1.3	Delimitação do Problema						
1.2.1	Objetivo Geral						
1.2.2	Objetivo Específico						
1.3	Hipótese						
1.3	Tese						
1.4.1	Justificativa	4	1,0			3	0,8
1.4.2	Intenção						
1.4.3	Finalidade						
2.1.1	Revisão Bibliográfica						
2.1.2	Revisão de Conceitos						
2.2.1	Delineamento da Pesquisa						
2.2.2	Variáveis						
2.2.3	População/Amostra						
2.2.4	Instrumento(s)						
2.2.5	Coleta/passos						
2.3.1	Parâmetros de Análise						
2.3.2	Discussão	25	1,0	14	0,6	22	0,9
2.3.3	Apresentação de Dados						
2.3.4	Interpretação de Dados						
3.1.1	Conclusões frente Obj.Hip.Pro						
3.1.2	Conclusões frente a limitações						
3.1.3	Recomendações para Prática	5	1,0	4	0,8	4	0,8
3.1.4	Sugestões p/novas pesquisas						
Nº total de Componentes Apresentados		4,0		2,4		3,5	
Percentual de Apresentação		100		60		88	
Conceito Final do Desempenho		A		C		B	

#### 4) Equipe nº 5

##### a) Texto no Pré-teste:

#### SALÁRIOS, INFLAÇÃO E CONFLITO DISTRIBUTIVO: REFLEXÕES ACERCA DA ESCALA MÓVEL

01 A adoção do mecanismo de reajuste automático dos salários conhecido como  
 02 "escala móvel", no bojo do Decreto-Lei nº 2.284, aplicado junto com o Plano Cru-  
 03 zado, em fevereiro de 1986, estabelecendo como ponto de disparo do "gatilho sala-  
 04 rial" a taxa acumulada de inflação de 20%, tinha como objetivo criar um sistema  
 05 de proteção do salário contra a alta dos preços, para impedir que a inflação con-  
 06 tinuasse provocando transferência de renda do trabalho para o capital.

07 O artigo procura abordar o tema - eminentemente concreto - desde uma pers-  
 08 pectiva teórica baseada na concepção da inflação como expressão de tensões dis-  
 09 tributivas entre os trabalhadores e empresários.

10 Dentro desse contexto, é muito oportuna a interpretação dada por Arida, a-  
 11 cerca da perpetuação das altas taxas de inflação, atribuída a divergência de in-  
 12 teresses dos trabalhadores e empresários, onde os primeiros exigem a correção  
 13 plena dos salários nominais e os empresários aumentam os preços por ocasião dos  
 14 reajustes, de modo a neutralizar os efeitos da indexação plena dos salários.

15 Assim, de acordo com a teoria do conflito distributivo a inflação seria a  
 16 resultante da acomodação dos interesses dos agentes econômicos - empresários e  
 17 trabalhadores - supondo-se que os trabalhadores ditam os termos da negociação,  
 18 determinando os níveis de salários nominais. Entretanto, se os empresários, devi-  
 19 do ao seu poder de fixar os preços, obtiverem os níveis reais de lucratividade  
 20 que desejam, independentemente dos valores nominais atribuídos os salários então  
 21 a inflação seria aquela que for "necessária" para acomodar tais tensões, de modo  
 22 a fazer prevalecer a intenção empresarial.

23 Outra colocação é a de que mesmo sendo uma conquista ilusória, a intenção  
 24 dos trabalhadores é obter um salário real pelo "pico" vigente imediatamente após  
 25 o reajuste e não o salário real médio da inflação passada, mesmo que com esse  
 26 comportamento tendam a perpetuar a inflação.

27 Vinculando estes argumentos teóricos à legislação salarial implantada junto  
28 com o Plano Cruzado I, que instituiu a "escala móvel", acreditava-se que o salá-  
29 rio real médio seria preservado no caso de uma alta da inflação.

30 Em termos de conflito distributivo, isso pode vir a não ocorrer, por duas  
31 razões:

- 32 1) mesmo que os trabalhadores renunciem ao salário de "pico" reconhecendo  
33 que esse é um nível ilusório, o que eles pretendem mesmo é ter um nível de remunera-  
34 ção maior do que a média do período prévio à reforma;
- 35 2) ainda que os trabalhadores se conformassem com essa média real, outros  
36 fatores que representem transferência de rendas, como aumentos de preços agríco-  
37 les, das matérias primas e insumos básicos do setor público, etc., podem restabe-  
38 lecer o conflito, na medida em que para que o salário real médio se mantenha se-  
39 ria necessário que os empresários absorvessem integralmente tais perdas.

40 As hipóteses levantadas pelo articulista, sobre os fenômenos econômicos e  
41 suas consequências para o crescimento, distribuição de renda e inflação, analisadas  
42 sob a luz do sistema de indexação tradicional de salários - aumentos em fun-  
43 ção da inflação passada e no sistema baseado na escala móvel, são totalmente di-  
44 ferentes em termos de impacto sobre a inflação, e que embora, do ponto de vista  
45 teórico, a escala móvel seja um mecanismo superior de proteção do salário real  
46 em relação ao sistema tradicional, a existência de certos limites práticos impe-  
47 dem que a indexação seja perfeita, fazendo com que o salário real continue vulne-  
48 rável diante da inflação, como ficou demonstrado o caso de Argentina em 1984/85  
49 e confirmado na economia brasileira em 1987 - no início os salários reais expe-  
50 rimentam um alta que depois será corroída pela disparada da inflação.

51 Tendo de optar por uma política que conservasse a rota do crescimento da  
52 economia brasileira em 1987, foi uma série de fenômenos que provocaram uma queda  
53 drástica do salário real. Por um lado, a recomposição das margens de lucros veri-  
54 ficada pelo chamado "realinhamento de preços" que sucedeu ao congelamento tendia  
55 a forçar uma redistribuição de renda em favor do capital. Por outro lado, a con-  
56 jugação da desvalorização das tarifas públicas e o choque tributário representa-  
57 do pelo Cruzado II, com a capacidade destes aumentos serem repassados pelas em-  
58 presas, fizeram com que todo o custo desse ajustamento recaísse sobre os salá-  
59 rios.

60 Os argumentos do artigo, levam a que se tirem duas conclusões muito impor-  
61 tantes na prática:

- 62 1. ao contrário do que às vezes se pensa, a escala móvel não é uma garantia  
63 completa contra a queda do salário real médio da economia;
- 64 2. a aceleração da inflação associada a um eventual movimento de queda do  
65 salário médio de um certo nível é muito melhor do que a que corresponde a um sis-  
66 tema tradicional de indexação salarial, no qual os salários são reajustados pe-  
67 riodicamente de acordo com a inflação passada.

68 Por último, o artigo procurou mostrar que a idéia implícita na adoção de  
69 proposta de "inflação zero" pretendida pelo governo logo após a decretação do  
70 Plano Cruzado - e de que os trabalhadores e empresários se conformariam com a si-  
71 tuação distributiva então vigente - não parece ter sido confirmada pelos fatos.

72 O tema abordado é de evidente atualidade no caso da economia brasileira de-  
73 das as distorções observadas nos primeiros meses de execução do Plano Cruzado e  
74 as tensões desencadeadas após os reajustes de preços decretados no final de 1986.

75 Isso torna importante discutir com urgência a adoção de algum tipo de polí-  
76 tica de rendas que permita distribuir a incidência do ajustamento de uma forma  
77 economicamente consistente e politicamente aceitável. As precondições para isso  
78 são: contar com um empresariado disposto a fazer determinadas concessões sociais,  
79 ao mesmo tempo que, da parte dos sindicatos, se reconheçam certas limitações que  
80 a realidade econômica impõe e que condicionam a evolução do salário real. Final-  
81 mente, da parte do governo caberia discutir com a sociedade uma política econômi-  
82 ca baseada não apenas na questão técnica mas também na questão política, referen-  
83 te ao relacionamento Estado/Sociedade.

## b) Texto no Pós-teste:

### SALÁRIOS, INFLAÇÃO E CONFLITO DISTRIBUTIVO: REFLEXÕES ACERCA DA ESCALA MÓVEL

01 A adoção do mecanismo de reajuste automático dos salários conhecido como  
02 "escala móvel", no bojo do Decreto Lei nº 2.284, criou uma situação nova a pro-  
03 pósito da relação existente entre preços e salários. Depois de terem sido os sa-  
04 lários reais, de acordo com a prática então vigente, uma função inversa da infla-  
05 ção, o governo apresentou o novo mecanismo como um sistema de proteção garantida  
06 contra possíveis perdas futuras.

07 O artigo procura abordar o tema, desde uma perspectiva teórica baseada na  
08 concepção da inflação como expressão de tensões distributivas. Além deste breve  
09 introdução, ele se compõe de outras quatro seções. Na seção seguinte é feita uma  
10 apresentação sintética das teorias sobre conflito distributivo. A seção três  
11 aborda o assunto à luz da vigência da escala móvel. A quarta seção tenta expli-  
12 car a aceleração inflacionária experimentada pela economia brasileira em 1987. A  
13 última seção, por sua vez, expõe as principais conclusões passíveis de serem ex-  
14 traídas da análise, no que diz respeito ao tema salários e preços.

15 O MARCO TEÓRICO

16 O tema do conflito distributivo tem aparecido em forma recorrente na lite-  
17 ratura econômica, geralmente vinculado com o velho tema da relação entre cresci-  
18 mento, distribuição e inflação.

19 A idéia do conflito, entretanto, vai além da simples contradição lucros-se-  
20 lários e aparece no debate econômico nas mais variadas formas.

21 A interpretação conforme a qual a perpetuação de altas taxas de inflação  
22 originadas no passado obedece a um conflito recorrente de interesses pode ser  
23 sintetizada nos termos de Arida: "Por um lado os trabalhadores exigem - e conse-  
24 guem - a indexação plena dos salários nominais (...). Por outro lado, aumentam  
25 os empresários os preços no período entre os momentos de reajuste, de modo a so-  
26 lpar os efeitos da indexação plena dos salários. Em outras palavras, os traba-  
27 lhadores não têm poder para impor aos empresários o controle dos preços, e os em-  
28 presários não têm poder para impor aos trabalhadores uma indexação parcial dos  
29 salários."

30 CONFLITO DISTRIBUTIVO E LEGISLAÇÃO SALARIAL

31 De acordo com a teoria de conflito distributivo, como vimos, a inflação é a  
32 resultante que equaciona as demandas dos agentes econômicos, compatibilizando es-  
33 tas em função da disponibilidade efetiva de bens.

34 Em particular no que tange ao conflito entre empresários e trabalhadores,  
35 podemos supor que estes ditam os termos da negociação, determinando os níveis de  
36 salário nominal. Entretanto se os empresários - devido ao seu poder de fixar os  
37 preços - forem capazes de obter os níveis reais de lucratividade por eles dese-  
38 jados, independentemente dos valores nominais atribuídos aos salários, então a  
39 inflação será aquela que for "necessária" para acomodar tais tensões de modo a  
40 fazer prevalecer a intenção empresarial.

41 Cabe neste ponto fazer algumas reflexões vinculando os argumentos teóricos  
42 até agora expostos com a determinação da inflação à luz da vigência concreta de  
43 uma legislação salarial que serve como parâmetro de referência aos agentes em  
44 conflito. Em particular os comentários que se seguem, inspiram-se na situação  
45 observada na economia brasileira a partir da decretação do Plano Cruzado I. Na  
46 ocasião, foi instituída a escala móvel, tendo como ponto de disparo a taxa acumu-  
47 lada de aumento do custo de vida de 20%.

48 Embora do ponto de vista teórico a escala móvel seja um mecanismo superior  
49 de proteção do salário real em relação ao sistema tradicional de indexação, a  
50 existência de limites práticos que impedem que a indexação seja perfeita faz com  
51 que o salário real continue vulnerável diante da inflação. Nessas condições, en-  
52 tretanto, os conflitos que normalmente seriam "equacionados" através de aumentos  
53 relativamente pequenos da inflação podem dar origem a aumentos significativos  
54 desta, com riscos de lançar a economia na rota da hiperinflação.

55 O CASO DA ACELERAÇÃO INFLACIONÁRIA NO BRASIL EM 1987

56 Tendo como referência a discussão precedente, é preciso abordar algumas  
57 questões relacionadas com o caso da aceleração inflacionária experimentada pela  
58 economia brasileira no primeiro semestre de 1987.

59 A partir da decretação do Plano Cruzado, o País experimentou um processo de  
60 elevação expressiva da remuneração do trabalho.

61 No final de 1986, entretanto esse processo dava sinais de esgotamento.

62 A peculiaridade da situação resultante da vigência da escala móvel é que põe  
63 sérios obstáculos à concretização da forma tradicional de transferir renda dos  
64 trabalhadores para os capitalistas, representada pela inflação, na medida em que  
65 num longo intervalo de tempo esta é parcialmente estéril no sentido de reduzir o  
66 salário real.

67 O que parece ter ocorrido na economia brasileira em 1987 é uma convergência  
68 de fenômenos que provocaram uma drástica queda do salário real. Por um lado, a  
69 recomposição das margens de lucro verificada por ocasião do chamado realinhemen-  
70 to de preços que sucedeu ao congelamento de preços tendia "per se" a forçar uma  
71 redistribuição de renda em favor dos lucros. Por outro lado, a conjugação da de-  
72 valorização real do cruzado, o aumento das tarifas públicas e o choque tributá-  
73 rio representado pelo Cruzado II com a capacidade de repassar aumentos das em-  
74 presas fizeram com que todo o custo desse ajustamento incidisse sobre os sala-  
75 rios.

76 CONCLUSÕES

77 Os argumentos do artigo permitem extrair duas conclusões muito importantes  
78 na prática:

79 1) ao contrário do que às vezes se pensa, a escala móvel não é uma garantia  
80 completa contra a queda - relativa ou absoluta - do salário real médio da econo-  
81 mia;

82 2) a aceleração da inflação associada a um eventual movimento de queda do sa-  
83 lário médio abaixo de um certo nível é muito maior do que a que corresponde a um  
84 sistema tradicional de indexação, no qual os salários são reajustados periodicamente  
85 de acordo com a inflação passada.

86 O artigo tentou mostrar que, desde o início, a idéia implícita na adoção da  
87 proposta de inflação zero perseguida pelo governo logo depois da deflagração do  
88 Plano Cruzado - e de que os agentes se conformariam com o "status quo" distribu-  
89 tivo então vigente - não parece ter sido confirmada pelos fatos.

90 Isto torna importante discutir com urgência e adoção de algum tipo de políti-  
 91 ca de rendas que permita distribuir a incidência do ajustamento de uma forma eco-  
 92 nomicamente consistente e politicamente palatável. As precondições para tal são  
 93 conter com um empresariado disposto a fazer determinadas concessões sociais, ao  
 94 mesmo tempo que da parte dos sindicatos, se reconhecem certas limitações que a  
 95 realidade econômica impõe e que condicionam a evolução do salário real.

96 Quanto ao papel do governo nesse caso, caberia discutir a escolha de uma po-  
 97 lítica econômica não apenas como questão técnica, mas também como uma questão  
 98 política, referente ao relacionamento Estado-Sociedade.

### c) Quadros Avaliativos:

Quadro nº 31 - Quadro Avaliativo Final - Equipe nº 5  
 Conteúdo Global

Texto: Salários, inflação e conflito distributivo:  
 reflexões acerca da escala móvel.

NS	COT	Informação do Texto	Pré	Pos
1	1.1.1	Alocação de escala móvel	sim	sim
		Mecanismo contra possíveis perdas	par	sim
	1.2.1	Abordar tema numa concepção de conf.distrib.	sim	sim
	1.2.2	Apresentar teorias do conflito distributivo	não	sim
		Abordar o assunto a luz da escala móvel	não	sim
		Explicar a aceleração inflacionária em 1987	não	sim
		Expor as principais conclusões	não	sim
2	2.1.1	Conflito x crescimento x inflação	não	sim
		Dois tipos de tratamento.	não	não
		O tema do conflito é mais amplo	não	imp
		O conflito permeia o debate da inercialidade	não	imp
		Reflexões de Arida	par	sim
3	2.3.2	Inflação (definição)	sim	sim
		Conflito empresários e trabalhadores	sim	sim
		Posição do empresário	sim	sim
		Os trabalhadores sabem que: a, b, c	não	não
		Paradoxo da racionalidade	não	não
		Criação da escala móvel	sim	sim
		A escala não protege o salário médio real	sim	sim
		A escala pode gerar a hiper-inflação	não	sim
4	2.3.2	Elevação da remuneração do trabalho	não	sim
		Aumento da taxa de poupança/investimento	não	não
		A necessidade de financiamento	não	não
		Crescimento sem distribuição regressiva	não	não
		Fenômenos: a) realinhamento/lucros	sim	sim
		b) Cruzado II	sim	sim
		c) Espectro inflacionário	não	não
5	3.1.1	Conclusões "A" e "B"	sim	sim
		Conflitos resultantes da inflação zero	par	par
		Política de rendas	sim	sim
		Empresários e sindicatos	sim	sim
		Governo	sim	sim
Total de itens - 32			13	24
Porcentagem - 100			41	75
Conceito - A			E	D

Quadro nº 32 - Quadro Avaliativo Final - Equipe nº 5  
Desempenho frente aos Componentes Temáticos  
Texto: Salários, inflação e conflito distributivo:  
reflexões acerca da escala móvel.

CCT	Componente	Texto		Pré-T.		Pós-T.	
		Q	N	Q	N	Q	N
--	Assunto/Tema/Enfoque	3	1,0	3	1,0	3	1,0
1.1.1	Contextualização do Problema	2	1,0	1	0,5	2	1,0
1.1.2	Definição do Problema						
1.1.3	Delimitação do Problema						
1.2.1	Objetivo Geral	1	1,0	1	1,0	1	1,0
1.2.2	Objetivo Específico	4	1,0			4	1,0
1.3	Hipótese						
1.3	Tese						
1.4.1	Justificativa						
1.4.2	Intenção						
1.4.3	Finalidade						
2.1.1	Revisão Bibliográfica	5	1,0			4	0,8
2.1.2	Revisão de Conceitos						
2.2.1	Delineamento da Pesquisa						
2.2.2	Variáveis						
2.2.3	População/Amostra						
2.2.4	Instrumento(s)						
2.2.5	Coleta/passos						
2.3.1	Parâmetros de Análise						
2.3.2	Discussão	15	1,0	7	0,5	9	0,6
2.3.3	Apresentação de Dados						
2.3.4	Interpretação de Dados						
3.1.1	Conclusões frente Obj.Hip.Pro.	5	1,0	4	0,8	4	0,8
3.1.2	Conclusões frente a limitações						
3.1.3	Recomendações para Prática						
3.1.4	Sugestões p/novas pesquisas						
Nº total de Componentes Apresentados		---	7,0	---	3,8	---	6,2
Percentual de Apresentação		---	100	---	54	---	89
Conceito Final do Desempenho		---	A	---	D	---	H

## 5) Equipe nº 6

### a) Texto no Pré-teste:

#### O PROCESSO DE ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIAS NO BRASIL: ALGUMAS DE SUAS PECULIARIDADES.

01 A ação planejada do Estado, quer na manutenção de suas atividades, quer na  
02 redução de seus objetivos, se materializa através do orçamento público. Orçamen-  
03 to público é o instrumento de que dispõe o Poder Público para expressar, em de-  
04 terminado período de tempo, o seu programa de atuação, discriminando a origem e o  
05 montante dos recursos a serem gastos, bem como os dispêndios a serem efetuados.  
06 Orçamento-programa é aquele que discrimina, englobada e isoladamente, as despesas  
07 segundo a sua natureza, dando ênfase aos fins (e não aos meios), de modo a de-  
08 monstrar em que e para que o governo gastará, e também quem será responsável pela  
09 execução de seus programas. Assim, se por um lado o planejamento se traduz num  
10 programa pluri-anual, o orçamento-programa é o detalhamento de cada uma de suas  
11 etapas, aqui entendidas como o ano civil. O orçamento deve ser: uno, universal e  
12 periódico.

#### 13 Orçamento das Estatais:

14 O orçamento está a cargo da Secretaria de Controle das Empresas Estatais -  
15 SEST, a qual todas as entidades e autarquias se submetem, executando-se os órgãos  
16 autônomos.

#### 17 Orçamento Monetário:

18 Constitui-se essencialmente na programação financeira do governo. Sua exis-  
19 tência, já desde 1964, decorre principalmente da não-adoção do princípio da uni-  
20 versalidade na elaboração do orçamento (fiscal) de União. O orçamento monetário é  
21 o que permite a fixação de tetos para as contas da chamada autoridade monetária  
22 - Banco Central - e dos bancos comerciais (além de outras instituições financeiri-  
23 ras), inclusive o Banco do Brasil. Tem, enfim, por finalidade o controle dos  
24 meios de pagamento, da oferta monetária.



25 Com a edição do último Cruzado, decretou-se mais uma vez a total inserção  
26 das "contas monetárias" no orçamento fiscal. Mesmo assim: o orçamento das esta-  
27 tais (inclusive previdenciário), continuará não sendo encaminhado para discussão  
28 e aprovação do Legislativo; as operações da dívida pública interna e os recursos  
29 captados através da dívida externa para o plano orçamentário, ainda não são re-  
30 gistrados.

31 Da Elaboração à Aprovação do Orçamento: Competência e Prazos:

32 O processo de elaboração e discussão da proposta orçamentária se desenvolve  
33 praticamente durante todo o ano. A iniciativa é da competência exclusiva do Pre-  
34 sidente da República. O Legislativo só tem, a curto prazo, duas alternativas:  
35 aprovar ou rejeitar o "pacote", em bloco. O envio do projeto de Lei pelo presi-  
36 dente ao Congresso deverá ser feito até quatro meses antes do início do exercício  
37 financeiro seguinte. Não recebida a proposta no prazo constitucional, será consi-  
38 derada como proposta, a Lei Orçamentária vigente (Lei nº 4320, art.32). Se, en-  
39 tretanto, o Legislativo não devolver o projeto para sanção até 30 dias antes do  
40 encerramento do exercício, será promulgado como Lei.

41 A Concepção Sistêmica da Reforma Administrativa de 1967:

42 Desde 1967 há dois sistemas basilares de apoio às ações ministeriais, in-  
43 terdependentes e complementares: um, o de planejamento e orçamento, configurado  
44 na estrutura das secretarias gerais; outro, de acompanhamento e controle, a que  
45 corresponderiam hoje as secretarias de controle interno. Sua equidistância da au-  
46 toridade superior constituiria verdadeiro fator de equilíbrio. Porém, ao longo do  
47 tempo, fortaleceram-se os órgãos de planejamento e enfraqueceram-se os órgãos de  
48 controle. O modelo se smoldou perfeitamente ao processo irreversível de centrali-  
49 zação de decisões e concentração de poderes. Um dos aspectos que parecem ter le-  
50 vado ao desvirtuamento da função orçamentária é a perda de percepção, pelos pró-  
51 prios responsáveis dos órgãos setoriais de planejamento e orçamento, do papel  
52 que deveriam exercer e o paralelo esvaziamento da função de controle, cujos  
53 agentes assumiram uma feição eminentemente repressora. É possível que a recente  
54 criação da Secretaria do Tesouro Nacional estabeleça uma nova tentativa de coor-  
55 denação ainda inexistente.

56 Orçamento como Instrumento de Planejamento:

57 O planejamento no Brasil tem seu instrumento como um documento retórico e  
58 não como concepção de um programa específico com metas rigorosas e, às vezes,  
59 não passa de mera declaração de intenções, o que acarreta descrédito quase que  
60 total. Chega-se a conclusão que a utilidade, compreensibilidade para operaciona-  
61 lizar, materializar e instrumentalizar o programa, não passa de uma utopia no  
62 Brasil.

63 Das Práticas Adotadas na Elaboração, Discussão e Execução Orçamentárias:

64 Os setores responsáveis pela função orçamentária estão submetidos a concep-  
65 ções políticas, declinando para a falta de critérios na alocação de recursos que  
66 se adequa a falta de planejamento. O que mostra que a execução orçamentária se-  
67 gue ainda (...) procedimentos antigos utilizados na execução de orçamento orto-  
68 doxo. Além disso sofre seguidas reformulações durante todo o exercício. Já as  
69 discussões são efetuadas com técnicos de escolões intermediários e inferiores  
70 que se transformam em verdadeiros malabaristas ao levantarem as demandas de seus  
71 segmentos, mas o que pesa realmente é o peso político dos seus dirigentes. A in-  
72 certeza e a imprecisão dos dados e informações constituem uma espécie de pacto  
73 não declarado entre órgãos setoriais e a central de planejamento, não há, enfim,  
74 nenhum compromisso entre o que se solicita e o que se concede.

75 Critérios Adotados pelas Autoridades da Área Orçamentária:

76 A administração adota como critério o princípio da linearidade, tanto na  
77 expansão, como nas restrições, contenções e cortes, visando a manutenção do que  
78 já se obteve, isto é, adota uma concepção continuísta, despesa que existe conti-  
79 nua.

80 Estimativa da Receita e da Despesa:

81 O quadro das estimativas é constituído por uma receita subestimada, decor-  
82 rente de exagerado otimismo em relação ao comportamento de preços e que resulta  
83 no efeito psicológico refrador de perspectivas inflexionárias. Surge também um  
84 efeito prático que confere maior elasticidade e poder à administração na execu-  
85 ção do orçamento das despesas, emendando, utilizando os excessos segundo as suas  
86 conveniências, portanto, comprometendo ainda mais a concepção de planejamento.  
87 Estes considerações se estendem também pelo campo das despesas, onde as bases  
88 consideradas são as do último orçamento aprovado, sem levar em conta créditos  
89 adicionais e sua natureza. Aliem-se, portanto, formalismo e ficção, numa peça  
90 cuja elaboração não é participante pelo Congresso, cujo prazo (três meses) para  
91 exame e discussão é insuficiente, e que não comporte alterações, senão aprovação  
92 ou rejeição total.

93 Perspectivas de Revitalização do Orçamento:

94 A reversão desse quadro só é possível com um consenso político e planejamem-  
95 to estratégico. O aperfeiçoamento das concepções sobre planejamento depende não  
96 do continuísmo e automatismo, mas de coerência, hierarquizando nossas necessida-  
97 des, acabando com a demagogia de que tudo é prioritário e, portanto, nada o é.  
98 Ao se revitalizar o orçamento público no Brasil, devemos levar em conta sua di-  
99 mensão como a pura expressão de objetivos e metas, está no programa de trabalho  
100 e não no elemento de despesa, do mesmo modo que a dimensão do deficit está para  
101 a sua origem e cobertura do que para seu montante; e que este conjunto deve ser

102 compatível com o nível e a qualidade dos serviços exigidos pela coletividade e  
 103 dos sacrifícios que ela esteja disposta a suportar. O detalhamento do orçamento  
 104 é questão secundária, devendo ser o realismo indispensável. Sabe-se hoje, que  
 105 muitas obras e serviços são iniciadas sem preocupação com sua conclusão. E para  
 106 não se perder nada do orçamento vigente, é comum que os saldos de crédito se  
 107 inscrevam em "restos a pagar". Em suma, seria indispensável a participação con-  
 108 junta do Executivo e do Legislativo na fase de elaboração da proposta orçamentá-  
 109 ria e o acompanhamento de sua execução. Esta tem de ser coerente com a Lei, dis-  
 110 cutida e aprovada, evitando que se transforme em uma colcha de retalhos, devendo  
 111 ser parte de uma proposta plurianual.

## b) Texto no Pós-teste:

### O PROCESSO DE ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO BRASIL: ALGUMAS DE SUAS PARTICULARIDADES

01 O planejamento do Estado se dá através do Orçamento Público, o qual ex-  
 02 pressa a origem e o montante dos recursos, bem como seus dispêndios.

03 Quanto à sua periodicidade, deverá ser anual ou plurianual. Este dispõe  
 04 do orçamento-programa que o detalha por etapas, demonstrando em que e para que o  
 05 governo gastará e o responsável pela execução dos programas.

06 O orçamento deveria ser uno, no entanto, a Constituição exclui do orça-  
 07 mento anual as entidades que não recebem subvenções, como por exemplo o Banco do  
 08 Brasil, exceto se houver integralização de capital.

09 Preconizar a inclusão do orçamento de todas as receitas e despesas está  
 10 contida na Lei nº 4.320 de 17/03/1964 e sua aplicação possibilita o conhecimento  
 11 dessas receitas e despesas, possibilitando também sua concessão, arrecadação e  
 12 realização, seu volume e autorização na cobrança de tributos.

13 Quanto ao orçamento das estatais, deverão submetê-lo à SEST - Secretaria  
 14 de Controle das Empresas Estatais.

15 À programação financeira do governo denominamos Orçamento Monetário, o  
 16 qual permite a fixação de tetos para as contas do Banco Central e dos bancos co-  
 17 merciais e o controle dos meios de pagamento, da oferta monetária, além de con-  
 18 templar subsídios diretos e indiretos ligados aos setores prioritários.

19 Todo orçamento passa por etapas que se prolongam durante o decorrer de  
 20 um exercício para ser executado no exercício seguinte, passando pela sanção e  
 21 aprovação do Presidente da República, que envia ao Congresso, o qual aprova ou  
 22 rejeita em bloco, quando finalmente é promulgado.

23 A partir da reforma administrativa de 1967, Instituíram-se dois sistemas  
 24 basilares de apoio às ações ministeriais, um de planejamento e orçamento (estru-  
 25 tura secretarias gerais), outro, de acompanhamento e controle (secretaria contro-  
 26 le interno); esse sistema constituiria num verdadeiro equilíbrio se não fosse o  
 27 condicionamento do mesmo pelo sistema político emergente que fortaleceu os órgãos  
 28 de planejamento confinados a experts e enfraqueceu os órgãos de controle, rele-  
 29 gando-os a um segundo plano secundário na administração pública, o que exigiu um  
 30 esforço maior na renovação e modernização no sistema em si e que não aconteceu,  
 31 muito pelo contrário, originou-se um processo irreversível de centralização de  
 32 decisões e o de concentração de poderes, deixando para trás o propósito de gerir  
 33 com racionalidade um estoque de recursos escassos para garantir maior eficácia,  
 34 passando o orçamento a ser menos um meio para atingir objetivos e mais um fim em  
 35 si próprio; sem dar maior ênfase às questões "em que" e "como" foi gasto.

36 Recentemente foi criada a Secretaria do Tesouro Nacional, a qual tentará  
 37 estabelecer a coordenação até hoje inexistente.

38 É importante que essa criação não se faça - como de hábito no Brasil -  
 39 em função de pessoas ou circunstâncias, como também reconhecer que a ação políti-  
 40 ca não pode estar dissociada das práticas administrativas.

41 Em boa parte, o descrédito do planejamento vem decorrendo do processo de  
 42 como o mesmo é concebido e implementado, sem a participação dos envolvidos na  
 43 execução, além de apresentar descontinuidade em provisão e imediatismo, tornando-  
 44 o pouco útil e até incompreensível para efeito operacional, material e instrumen-  
 45 tal da ação do governo. Apesar de ser instituído no Brasil, tornou-se fictício e  
 46 não programável, pois não há critérios programáticos seguros e consistentes e sim  
 47 habilidade pessoal e peso político dos dirigentes.

48 Nas chamadas áreas técnicas, as discussões sobre orçamento giram sobre  
 49 "qual é o teto?" e "de quanto é o percentual de reajuste linear dos valores apro-  
 50 vados para o exercício corrente?"

51 E, em circunstâncias atuais, como atingir objetivos, cumprir orçamentos,  
 52 fazer do orçamento um mecanismo de planejamento, se a estrutura burocrática é  
 53 fraca e as pessoas flutuam acima dessa estrutura?

54 A prática demonstra que os orçamentários, de um lado ou de outro, são ge-  
 55 ralmente os que não sabem para que estão pedindo e os que não sabem do que podem  
 56 dizer.

57 A administração tem adotado o critério de linearidade, tanto na expansão  
58 como nas restrições, contenções e cortes, e foi erigida como um princípio orça-  
59 mentário em nosso país. Porém, essa prática puna o eficiente e estereliza o cres-  
60 cimento, transformando-se num mecanismo inadequado do Estado.

61 Ao quadro de distorções se acresce o das estimativas.

62 Podemos afirmar que as receitas, como também as despesas, são subestimadas.  
63 O problema já começa com a fixação de bases consideradas que são as do último or-  
64 çamento aprovado sem levar em conta os créditos adicionais. E a elaboração da  
65 proposta e sua consolidação, ou, seu formalismo e ficção, se aliam, condicionan-  
66 do as pessoas a trabalhar, mesmo às vezes sabendo que o orçamento é inviável.

67 A reversão desse quadro só será possível na medida em que a obtenção e alo-  
68 cação de recursos resultem de um consenso político em planejamento estratégico.

69 O aperfeiçoamento e a melhoria dos padrões à sua implementação dependerão  
70 do processo de participação e dos mecanismos de decisão, sendo necessário hierar-  
71 quizar nossas necessidades, o que tornaria os administradores mais responsáveis  
72 e o controle exequível.

73 Gastando-se o que não é necessário, arruína-se o presente, ou, então, com-  
74 promete-se o futuro, alocando recursos passíveis de utilização, com obras e ser-  
75 viços a serem ainda, talvez, realizados no exercício subsequente. É muito comum  
76 que, para não perder um centavo do orçamento vigente, se inscrevam todos os sal-  
77 dos de créditos do orçamento vigente em "restos a pagar".

78 Somente evitando o desperdício, preocupando-se com a continuidade e a con-  
79 clusão de uma determinada atividade e contando com a indispensável participação  
80 conjunta de órgãos técnicos na fase da elaboração orçamentária é que se dará a  
81 revitalização do processo.

### c) Quadros Avaliativos:

Quadro nº 33 - Quadro Avaliativo Final - Equipe nº 6  
Desempenho frente aos Componentes Temáticos  
Texto: O processo de elaboração e execução orçamen-  
tárias no Brasil: algumas de suas peculiaridades.

CCT	Componente	Texto		Pré-T.		Pós-T.	
		Q	N	Q	N	Q	N
--.--	Assunto/Tema/Enfoque	3	1,0	3	1,0	3	1,0
1.1.1	Contextualização do Problema						
1.1.2	Definição do Problema						
1.1.3	Delimitação do Problema						
1.2.1	Objetivo Geral						
1.2.2	Objetivo Específico						
1.3	Hipótese						
1.3	Tese						
1.4.1	Justificativa						
1.4.2	Intenção						
1.4.3	Finalidade						
2.1.1	Revisão Bibliográfica						
2.1.2	Revisão de Conceitos	4	1,0	3	0,8	3	0,8
2.2.1	Delineamento da Pesquisa						
2.2.2	Variáveis						
2.2.3	População/Amostra						
2.2.4	Instrumento(s)						
2.2.5	Coleta/passos						
2.3.1	Parâmetros de Análise						
2.3.2	Discussão	40	1,0	15	0,4	30	0,8
2.3.3	Apresentação de Dados						
2.3.4	Interpretação de Dados						
3.1.1	Conclusões frente Obj.Hip.Pro.	7	1,0	2	0,3	6	0,9
3.1.2	Conclusões frente a limitações						
3.1.3	Recomendações para Prática						
3.1.4	Sugestões p/novas pesquisas						
Nº total de Componentes Apresentados		---	4,0	---	2,5	---	3,5
Percentual de Apresentação		---	100	---	63	---	88
Conceito Final do Desempenho		---	A	---	C	---	B

## Quadro nº 34 - Quadro Avaliativo Final - Equipe nº 6

Conteúdo Global

Texto: "O processo de elaboração e execução orçamentária no Brasil: algumas de suas peculiaridades"

NS	COT	Informação do Texto	Pré	Pós
1	2.1.2	Def. Orçamento Público Dif. Prog. Plurianual e Orç.-Prog. Def. Orçamento-programa Unidade/Universalidade/Periodicidade	sim	sim
2	2.3.2.a	Estatais (- órgãos autônomos) SEST	par	sim
3	2.3.2.b	Def. Orçamento Monetário Desde 1964 não-universidade Abrangência do orç. monet. Finalidade do orç. monetário Situação desde o último cruzado Exceções dessa situação	sim	sim
4	2.3.2.c	Discussão = ano todo Iniciativa do Pres. da República Legislativo - aprova ou rejeita Prazos Específicos	sim	sim
5	2.3.2.d	Secretarias de controle e gerais Equidistância do poder central Fort. das gerais e enfraq. do Controle Modelo se ajustou no regime Conseqüências Perda de percepção da função de planej. Esvaziamento da função de controle Solução? Criação da Sec. do Tes. Nacional	sim	sim
6	2.3.2.e	Planejamento = Instr. de retórica O planejamento é inadequado Há sérias perdas de noções	não	sim
7	2.3.2.f	A Nova República não modificou situação Falta de critério/planejamento O orçamento é fictício/ortodoxo O orç. é constantemente alterado Discussões giram no teto e nos reajustes Funcionário = malabarista Habilidade + prestígio político Pessoas mais fortes que a estrutura Quem pede e quem dá - características Fede-se mais do que se precisa Inexequibilidade da função de controle	não	não
8	2.3.2.g	Critério = linearidade Conseqüências do critério	sim	sim
9	2.3.2.h	A receita é subestimada A despesa é subestimada Período de elaboração Característica do orçamento Conseqüências dessa característica	ina	sim
10	3.1	Consenso + planejamento estratégico Continuidade = coerência x continuismo Orçamento = programa de trabalho Qualidade x sacrifícios Detalhamento secundário e realismo Gostando mais do que se tem... Discussão ampla	sim	sim
Total de itens - 51-----			20	39
Porcentagem - 100-----			40	76
Conceito - A-----			E	B

## 6) Equipe nº 7

a) Texto no Pré-teste:

## O PLANO CRUZADO: TEORIA E PRÁTICA

01 Este trabalho tem por objetivo uma retrospectiva de experiência de estabe-  
 02 lização no Brasil a partir de março de 1986 no chamado Plano Cruzado. A primeira  
 03 seção discute os aspectos de combate à inflação na segunda metade de 1984. A se-  
 04 ção seguinte comenta os pontos mais importantes a respeito de sua execução. A úl-  
 05 tima seção analisa a implantação do Plano Cruzado, e medidas de ajuste. Em meados  
 06 de 1984 o combate à inflação começaram a ser discutidos no meio acadêmico e na  
 07 imprensa brasileira. Havia um ambiente propício à discussão de políticas anti-in-  
 08 flacionárias. O debate sobre desindexação intensificou-se nesta ocasião. Entre as  
 09 propostas heterodoxas de combate à inflação, duas receberam destaque: a de Lopes  
 10 e a de Lara Rezende. A primeira, batizada de choque heterodoxo, o processo infla-  
 11 cionário seria formado por dois componentes: os choques, na ausência de choques,  
 12 a taxa de inflação seria igual à tendência inflacionária. Lopes observa que a  
 13 ocorrência de inflação inercial independe da existência de mecanismos formais de  
 14 indexação. A proposta de choque heterodoxo baseia-se em uma política anti-infla-  
 15 cionária eficaz, deve agir diretamente sobre a tendência inflacionária. A renda  
 16 real média de um agente econômico depende de três parâmetros do pico de renda  
 17 real, do intervalo entre ajustes e da taxa de inflação. A versão inicial do cho-  
 18 que heterodoxo tinha como pontos fundamentais, um congelamento de preços e salá-  
 19 rios. Com relação à política salarial previa-se a concessão de "abonos" diferen-  
 20 ciados para os trabalhadores em suas datas bases no mês do congelamento e nos 2  
 21 meses seguintes. Previa-se a concessão de aumentos de 0,5% a.m. durante os seis  
 22 primeiros meses de "recomposição salarial". Após a livre negociação de salários.  
 23 A mudança da unidade de conta, de cruzeiro para cruzado, facilitaria a tarefa de  
 24 conversão dos valores e uma aposta na estabilidade de preços na nova moeda. Du-  
 25 rante um período de transição em que as duas moedas circulariam os contratos de  
 26 salários, alugueis, etc. poderiam ser livremente recontratados na nova moeda.  
 27 Após este período seriam convertidos em cruzados com base no valor real médio em  
 28 cruzeiros nos últimos doze meses. Os preços seriam rigidamente controlados, de  
 29 modo a impedir a aceleração da inflação. A idéia, no caso brasileiro, seria anu-  
 30 lar a memória inflacionária do sistema, isto seria feito pela introdução de uma  
 31 moeda indexada com a variação pro/rata - dia da ORTN. no mês. A taxa de conversão  
 32 entre o cruzeiro e o novo cruzeiro (NC) seria estipulada com base no repasse diá-  
 33 rio ao NC da taxa de variação mensal da ORTN, a troca de cruzeiros por NC seria  
 34 garantida pelo Banco Central, e a taxa de desvalorização mensal do cruzeiro em  
 35 relação ao NC seria fixada pelo Banco Central. Um requisito essencial para o suc-  
 36 cesso do programa é o da estabilidade da taxa de inflação em cruzeiros, que cor-  
 37 responderia a preços estáveis em NC. de acordo com Simonsen, para evitar tais  
 38 riscos seria necessário inverter as etapas da proposta de Lara Rezende e sugeriu  
 39 que em um período prévio de transição de seis meses, todos os salários, alugueis  
 40 e preços administrados fossem convertidos em ORTN pela média real dos últimos  
 41 seis meses. Passada a fase de transição, em que a inflação teria encontrado seu  
 42 novo patamar de equilíbrio, seria realizada a reforma monetária, tomando-se a  
 43 precaução de proibir cláusulas de indexação em contratos de prazo inferior a cin-  
 44 co anos, a excessão das cadernetas de poupança, FGTS, PIS e PASEP. A principal  
 45 dificuldade da proposta de Simonsen parece ser a resistência política que haveria  
 46 à conversão dos salários pelas médias. Um último aspecto a mencionar refere-se ao  
 47 papel das políticas monetárias e fiscal no âmbito da reforma monetária. De acordo  
 48 com as premissas do programa estas políticas estariam sob controle. A política  
 49 monetária pós-reforma deveria ser batizada pela condicionante de que uma vez a  
 50 taxa de inflação caísse para níveis próximos de zero, haveria forte aumento da  
 51 demanda de moeda. Os pontos comuns aos dois planos anti-inflacionários são o dia-  
 52 gnóstico de que a inflação brasileira é predominantemente inercial, o objetivo de  
 53 reduzir a inflação sem recessão, a realização de reforma monetária, e necessidade  
 54 de converter salários e preços para a nova moeda pelas médias reais e não pelos  
 55 picos e a aposta em taxas de inflação da nova moeda próximas de zero. Bastaria  
 56 romper o mecanismo de realimentação inflacionária para que os preços rapidamen-  
 57 te se estabilizassem. Com a descompressão dos preços a taxa de inflação voltou  
 58 a aumentar em julho. Em fins de agosto, a apuração de novas taxas recorde de  
 59 inflação. A fórmula de correção monetária foi alterada mais uma vez. Os preços  
 60 administrados mais importantes passaram a ser reajustados mensalmente. A partir  
 61 de setembro começou ocorrendo forte aumento da demanda. Em fins de outubro os  
 62 preços agrícolas voltaram a crescer aceleradamente refletindo-se na inflação do  
 63 IGP-DI para o IPCA. Entretanto, os preços agrícolas continuaram aumentando, de-  
 64 vido ao choque de oferta causado pela estiagem que prejudicou fortemente as co-  
 65 lheitas. Em dezembro e janeiro o IPCA cresceu 15,1% e 14,4%.

## 66 As Medidas do Plano Cruzado

67 Em 28-02-86 o presidente Sarney anunciou à nação o Plano Cruzado em clima  
 68 de grande euforia e mobilização popular. As principais medidas estabelecidas no  
 69 decreto-lei nº 2.283 foram:

- 70 1) Mudanças na unidade de Cruzeiro para Cruzado, com paridade de mil cru-  
 71 zeiros por cruzado;
- 72 2) Conversão para cruzados dos depósitos à vista e de poupança, das contas  
 73 de FGTS, do PIS/PASEP e todas obrigações vencidas e exigíveis.
- 74 3) Apuração da taxa de inflação em cruzados pelo (IPC) calculado pelo IBGE.
- 75 4) Conversão em cruzados dos salários e demais remunerações pela média real  
 76 dos últimos seis meses, acrescida de abono de 8% (16,1% no cálculo de salário  
 77 mínimo).
- 78 5) Reajuste automático dos salários, sempre que a taxa de inflação acumula-  
 79 da ultrapassar 20% a partir da data de vigência do decreto-lei, ou da primeira  
 80 negociação salarial;

81 6) Proibição das cláusulas de correção monetária para contratos de prazo  
82 inferior a um ano (exceto para cadernetas de poupança, que voltaram a ser rea-  
83 justadas trimestralmente, saldos do FGTS, PIS e PASEP). Os contratos de prazo  
84 superior a um ano podem ter cláusulas de reajustes vinculados à OTN (antiga ORTN  
85 que teve seu valor fixado em Cz\$ 106,40 até 01.03.1987).

86 7) Conversão em cruzados dos contratos com taxas de juros pré-fixadas, na  
87 data do vencimento, com base em tabela que passou a desvalorizar o cruzado à  
88 taxa de 0,45% (correspondente à "expectativa inflacionária" de 14,4% a.m.).

89 8) Conversão dos aluguéis e prestações do Sistema Financeiro de Habitação  
90 pelo valor real médio dos últimos 12 meses.

91 9) Preços congelados nos níveis vigentes em 27-02-1986.

92 O Plano Cruzado iniciava-se, assim, com algumas dúvidas e indegações, a  
93 primeira relacionava-se à preços e salários. Muitos preços foram convertidos em  
94 cruzados acima e outros abaixo do seu valor real médio. As tarifas públicas e os  
95 preços administrados não foram corrigidos, apesar de defasagem acumulada em anos  
96 anteriores. Outra questão era como proceder ao descongelamento dos preços. Fi-  
97 nalmente, outros dois aspectos importantes diziam respeito à condução das polí-  
98 ticas monetárias e fiscal.

99 Os Resultados do Plano de Estabilização

100 O comportamento das taxas de inflação durante os primeiros cinco meses de  
101 Plano Cruzado foi favorável. Embora os índices não tenham registrado variação  
102 zero, o índice oficial, o IPC calculado de acordo com a metodologia do IPCA, re-  
103 gistrou pequena deflação em março e julho o saldo da base monetária cresceu cer-  
104 ca de 144%, enquanto o saldo dos meios de pagamento aumentou 181%. As taxas de  
105 variação em 12 meses passaram para o patamar de 470% e 600% respectivamente. Es-  
106 pereva-se forte aumento da demanda de moeda. Entretanto, existem indicações de  
107 que a velocidade do processo de remotização era excessiva. A situação de liqui-  
108 dez folgada refletiu-se nas taxas de juros, que reduziram-se acentuadamente en-  
109 tre abril e junho. Os índices de que a demanda continuava muito aquecida pelo au-  
110 mento do consumo, estavam cada vez mais nítidos. As vendas no varejo aumentavam  
111 23,6%, o ágio no mercado paralelo de dólares cresceu de 26,4% em março para  
112 59,4% em julho, as ações e imóveis valorizaram de modo acentuado, assim como au-  
113 mentaram os preços de mercadorias nos mercados futuros. A situação parecia, pois  
114 propícia ao surgimento de uma inflação "ortodoxa", provocada por pressões de de-  
115 manda. No final do mês de abril foi tomada a primeira medida de restrição ao  
116 consumo, que constituiu na redução do crédito direto ao consumidor. Finalmente,  
117 no dia 24 de julho o presidente Sarney anunciou providências para corrigir os  
118 rumos de estabilização, o governo optou por adotar um empréstimo compulsório so-  
119 bre a compra de combustíveis e de automóveis, elevando seus preços. A arrecada-  
120 ção de atas dois empréstimos seria destinada ao recém criado Fundo Nacional de  
121 Desenvolvimento (FND) para financiar empresas estatais e privadas, o qual seria  
122 restituído aos consumidores após três anos, sob a forma de cotas do FND. A in-  
123 dústria, embora continuasse crescendo aceleradamente, no início de julho era de  
124 82% em alguns setores específicos estava próxima de 100%, a escassez de insumos  
125 industriais, componentes entre a capacidade de oferta e o nível de demanda,  
126 acarretou insuficiência de estoques de produtos finais em diversos segmentos in-  
127 dustriais. O saldo de balança comercial acumulado em doze meses no período de  
128 janeiro-julho, cerca de US\$ 7 bilhões, renunciava a obtenção de saldo comercial  
129 recorde em 1986. A partir de junho, no entanto, as reservas internacionais come-  
130 çaram a declinar, refletindo a redução nos saldos comerciais, logo após as elei-  
131 ções, no dia 21 de novembro, as autoridades econômicas apresentavam um programa  
132 de ajuste ao Plano Cruzado, denominado Cruzado II. Em dezembro, além do registro  
133 de aumento de preços, a taxa de inflação sofreu forte impacto decorrente das  
134 elevações decretadas pelo Cruzado II o que determinou o primeiro "disparo" do  
135 gatilho da escala móvel, o ponto mais polêmico do Cruzado II, que girou fortes  
136 reações de toda a sociedade, foi a tentativa do governo alterar o índice oficial  
137 de inflação, foi decretado que o índice de inflação passaria a ser o IPC restri-  
138 to a uma cesta básica de consumo de famílias com rendimento de 1 a 5 salários  
139 mínimos. Enquanto o IBGE não procedesse ao cálculo do novo índice, seria utili-  
140 zado o INPC limitado aos itens de consumo básico dos trabalhadores: alimentação,  
141 transporte e moradia. A metodologia de cálculo do índice oficial de preços foi  
142 tão negativa que este foi obrigado a voltar atrás em sua decisão e reintroduzir  
143 o INPC pleno como indexador salarial.

## b) Texto no Pós-teste:

### PLANO CRUZADO: TEORIA E PRÁTICA

01 Este trabalho tem por objetivo uma retrospectiva da experiência de estabe-  
02 lização realizada no Brasil a partir de março de 1986, com base no Plano Cruzado.

03 A primeira seção discute os aspectos principais das propostas heterodoxas  
04 de combate à inflação, que contém os fundamentos teóricos do Plano Cruzado. A se-  
05 ção seguinte apresenta um breve retrospecto da economia brasileira no período an-  
06 terior ao anúncio do Plano, comenta os pontos mais importantes e as primeiras in-  
07 quietudes a respeito de suas premissas. A última seção analisa a implementação do  
08 Plano, o comportamento da economia no ano de 1986 e nos primeiros meses de 1987,  
09 assim como as principais medidas de ajuste do Plano Cruzado.

10 Aspectos Técnicos:

11 Em meados de 1984, programas heterodoxos começam a ser discutidos. Duas  
12 propostas merecem destaque: a de Lopes e a de Lara Resende.

13 De acordo com Lopes a inflação possui 2 componentes: choques, que alteram  
14 a trajetória e a tendência inflacionária. Sem choques a inflação corresponde a  
15 sua tendência, independentemente de mecanismos formais de indexação. Uma política  
16 de combate eficaz deve agir sobre a tendência inflacionária.

17 A versão inicial do choque possuía: um congelamento de preços e salários  
18 conjugados a uma política monetária e fiscal passivas em 2 anos divididos em duas  
19 fases: na primeira (6 meses) haveria congelamento, na fase seguinte seriam contro-  
20 lados dentro de uma faixa de reajuste mensal de 1,5%. Com relação à política sala-  
21 rial, previa-se abonos diferenciados com posterior aumento de 0,5% a.m. na primei-  
22 ra fase. Após essa fase seria instituída a livre negociação. As idéias de sincro-  
23 nização de reajustes e reforma monetária foram incorporadas depois.

24 O programa proposto por Lara Resende visava anular a memória inflacionária,  
25 reproduzindo o comportamento próprio das hiperinflações, pela introdução de uma  
26 moeda indexada diariamente de acordo com a variação pró-rata da ORTN. Esse plano  
27 estava apoiado em três pressupostos: os fatores primários da inflação estavam sob  
28 controle, sem pressões de demanda, não existiam pressões pelo lado da oferta, a  
29 inflação brasileira era predominantemente inercial. A taxa de conversão seria es-  
30 tipulada com base no repasse diário à nova moeda de variação mensal da ORTN. A  
31 utilização da nova moeda seria facultativa e a troca garantida pelo Banco Central.  
32 Um requisito é o da estabilidade de inflação em cruzeiros, caso contrário se rein-  
33 troduziria a pressão inflacionária (contaminação da nova moeda)

34 Os pontos comuns dos dois planos: o diagnóstico que a inflação é inercial,  
35 o objetivo de reduzir a inflação sem recessão, a realização de reforma tributária,  
36 a necessidade de converter salários e preços pelas suas médias (e não picos), a  
37 aposta em taxas de inflação próximas de zero. Os controle de preços, fundamentais  
38 na proposta de choque heterodoxo, não são endossados por Arida e Lara Resende. Ou-  
39 tro elemento comum é negligenciar a importância das condições de demanda, além de  
40 não recomendar austeridade monetária e fiscal.

41 As Medidas do Plano Cruzado:

42 Antes de discutir o programa de estabilização, seria útil fazer um retros-  
43 pecto da situação da economia no período antecedente. A inflação em março de 1985,  
44 estabilizada a uma taxa anual de 200%, vinha apresentando sinais de elevação. O  
45 governo optou por controlar preços, e em abril a inflação caiu. Esse controle, no  
46 entanto, era rígido e se tornava insustentável. Com a descompressão, ainda que  
47 parcial, a taxa de inflação voltou a aumentar em julho. A fórmula da correção mo-  
48 netária foi alterada mais uma vez. A partir de outubro a variação da ORTN equiva-  
49 leria à taxa de variação do IGP-DI. O objetivo era estabilizar a inflação em 9 e  
50 10%. A partir de setembro ficou claro um aumento da demanda. Em fins de outubro  
51 os preços agrícolas voltaram a crescer. O governo altera novamente o índice ofi-  
52 cial.

53 No início de 1986 a expectativa era de aumento por cause da indexação e do  
54 fato dos trabalhadores conseguirem reajustes trimestrais. Era hora de um choque,  
55 No dia 28 de fevereiro, o presidente Sarney anunciou o Plano Cruzado num clima  
56 de euforia e mobilização popular. As principais medidas nós apresentamos em anê-  
57 xo.

58 O plano corresponde às premissas de Arida e Lara Resende. Não se preocupou  
59 com políticas monetárias e fiscais. Não foram realizados ajustes de preços re-  
60 lativos. Todos achavam que a inflação era puramente inercial.

61 A concessão de abonos teve o propósito de amenizar perdas e garantir o  
62 apoio dos trabalhadores. As tarifas que estavam defasadas, continuaram assim. A  
63 desindexação não foi plena, pois continuaram indexadas: poupança, PIS/PASEP e  
64 FGTS. A modificação mais importante refere-se à política salarial. Voltam os re-  
65 ajustes anuais e cria-se o gatilho (escala móvel). Antes a indexação salarial  
66 era de periodicidade fixa e agora era endógena (quanto maior a inflação, menor  
67 o intervalo de reajustes). Logo, se ocorresse choques de oferta desfavoráveis,  
68 o sistema poderia causar a hiperinflação.

69 O Plano Cruzado iniciava-se, assim, com algumas dúvidas: estrutura de pre-  
70 ços e salários estabelecida, como proceder o descongelamento, como conduzir as  
71 políticas monetárias e fiscal.

72 Os Resultados do Plano de Estabilização:

73 Março-Julho - O comportamento da inflação foi favorável apesar de não haver  
74 índice zero. Pelo que se previa a taxa acumulada seria de 13% em 12 meses a par-  
75 tir de 28 de fevereiro de 1986.

76 A oferta de moeda expandiu-se em ritmo acelerado e o saldo dos meios de pa-  
77 gamento aumentou 181%, pois era esperado um aumento de demanda de moeda que era  
78 excessivo. Com relação às contas públicas o déficit operacional em 1985 era  
79 maior do que o de 1984. Adicionalmente a política fiscal voltava-se a manter o  
80 congelamento, fazendo muitas distorções. A demanda continuava aquecida e o go-  
81 verno, em abril já estava preocupado com isso, prevendo medidas para conter es-  
82 sa demanda. O governo optou por adotar o empréstimo compulsório sobre a compra  
83 de combustíveis e de automóveis. Essa medida não controlou o consumo e sim, au-  
84 mentou a arrecadação do governo. No comportamento de oferta a situação não era  
85 tranquila. O setor agrícola esperava uma quebra de safra e a pecuária se apre-  
86 sentava em crise. A indústria apresentava do ponto de plena carga. A evolução do  
87 setor externo parecia ser favorável: foi acertado um esquema para rolagem da dí-  
88 vida, renunciava-se um saldo recorde, as reservas de caixa situavam-se em cerca  
89 de US\$ 7,4 bilhões.

90 Agosto-Dezembro - Durante esse período foram tomadas medidas paliativas até  
91 a realização das eleições. Logo após, no dia 21 de novembro, as autoridades eco-  
92 nômicas apresentaram um programa de ajuste, denominado Cruzado II.

93 As taxas de inflação perderam seu significado devido a cobrança generaliza-  
94 da de ágios e outros expedientes. A política monetária foi menos extencionista,  
95 mas a política fiscal continuou a meta de viabilizar o congelamento de preços.  
96 A defasagem das tarifas públicas pressionou o governo a assumir o prejuízo das  
97 estatais. O processo de aquecimento da economia continuou com forte crescimento  
98 da demanda agravado pelo esgotamento da capacidade da indústria ocasionando pro-  
99 blemas de desabastecimento. As dificuldades na área interna somaram-se os pro-  
100 blemas das contas externas, que se deterioraram rapidamente.

101 O Cruzado II constituiu-se num conjunto de medidas tardias - aumento de um  
102 nº reduzido de produtos, reajustes das tarifas de energia, telefone e correios  
103 cujo objetivo ainda era incrementar a carga tributária e cujo efeito sobre o con-  
104 sumo, era incerto.

105 O ponto mais polêmico foi a tentativa de mais uma vez alterar o índice ofi-  
106 cial do IFCA para o IPC (restrito a uma cesta básica de consumo de famílias com  
107 rendimentos de 1 a 5 salários mínimos). A reação foi tão negativa que o governo  
108 foi obrigado a voltar atrás. No setor externo, entre outras medidas de incentivo  
109 às exportações, foram restabelecidas minidevalorizações do cruzado.

#### 110 Situação Atual e Perspectivas:

111 Após o Cruzado II a situação modificou-se. O ágio passou a vigorar aberta-  
112 mente. A indecisão do governo em dar início à flexibilização dos preços, fez  
113 com que o descongelamento se impusesse. No início de 1987 a expectativa é de que  
114 a economia entraria numa rota hiperinflacionária. A substancial redução dos sa-  
115 lários reais além de deflagrar movimentos grevistas teve forte e imediato impac-  
116 to sobre o consumo. O desaquecimento também pode ser notado na área industrial.  
117 As dificuldades na área externa levaram o país para a Moratória.

118 Quando foi decretado, a restrição mais premente da economia era de origem  
119 interna. O plano, que foi apenas baseado em política de rendas, esquecendo do  
120 lado fiscal, monetário e da dívida externa. Por serem indissociáveis, o plano  
121 gerou restrições internas e externas. Um plano de estabilização tem de ver esses  
122 fatores para ter sucesso.

#### 123 Anexo - Medidas do Plano Cruzado

124 1) Mudança na unidade de conta de cruzeiro para cruzado, com paridade de  
125 mil cruzeiros por cruzado; 2) conversão para cruzados dos depósitos à vista e  
126 de poupança, das contas do FGTS, do PIS/PASEP e de outras obrigações vencidas e  
127 exigíveis; 3) apuração da taxa de inflação em cruzados pelo IPC calculado pelo  
128 IBGE; 4) conversão em cruzados dos salários e demais remunerações pela média  
129 real dos últimos seis meses, acrescida de abono de 8% (16,1% no caso do salário  
130 mínimo). Restabelecimento dos reajustes anuais com data-base de cada categoria  
131 sendo o reajuste do salário mínimo antecipado para 1.3.1987; 5) reajuste automá-  
132 tico dos salários, sempre que a taxa de inflação ultrapassar 20% a partir da da-  
133 ta de vigência do decreto-lei, ou da primeira negociação salarial; 6) proibição  
134 das cláusulas de correção monetária para contratos de prazo inferior a um ano  
135 (exceto cadernetas de poupança, que voltam a ser reajustadas trimestralmente,  
136 saldos do FGTS, PIS e PASEP). Os contratos de prazo superior a um ano podem ter  
137 cláusulas de reajustes vinculadas à OTN (antiga ORTN, que teve seu valor fixado  
138 em Cz\$ 106,40 até 1.3.1987); 7) conversão em cruzados dos contratos com taxas  
139 de juros pré-fixadas, na data do vencimento, com base em tabela que passou a  
140 desvalorizar o cruzeiro à taxa diária de 0,45%; 8) conversão dos aluguéis e  
141 prestações do Sistema Financeiro de Habitação pelo valor médio dos últimos 12  
142 meses; 9) preços congelados nos níveis vigentes em 27.2.1986.

#### c) Quadros Avaliativos:



NS	CCT	Informação do Texto	Pré	Pós
1	1.2.1	Fazer retrospectiva do Plano de Estabilização	sim	sim
	1.2.2	Discutir proposta heterodoxas de 1984	sim	sim
		Fazer um retrospecto da Economia e Plano	sim	sim
		Analisar a implementação do Plano	sim	sim
2	2.1.1	Discussão dos Plano: Lopes e Lara Rezende	sim	sim
		Lopes - choques e tendência inflacionária	sim	sim
		Existência de inflação e Política eficaz	sim	sim
		Versão inicial do choque	sim	sim
		Idéias posteriores adotadas	não	sim
		Lara Rezende - anulação da memória inflacionária	ina	sim
		Pressupostos	não	sim
		Taxa de conversão e garantia	ina	sim
		Requisito essencial	ina	sim
		Consistência	não	não
		Pontos em comum	ina	sim
		Pontos de destaque	não	sim
3	2.3.2	Retrospectiva - Chamada	não	sim
		Março-outubro de 1985	ina	sim
		Outubro de 1985 a fevereiro de 1986	ina	sim
	2.3.3	Medidas do Plano	sim	sim
	2.3.2	Premissas e características	não	sim
		Política salarial	não	sim
		Indexação e tarifas públicas	não	sim
		Dúvidas: 1, 2, 3	sim	sim
4	2.3.2	Introdução	não	não
		Março-julho - Inflação/pol.fiscal e monetária	sim	sim
		Empréstimo compulsório	sim	sim
		Oferta agro-industrial	par	sim
		Setor externo	sim	sim
		Agosto-dezembro - fator político	não	sim
		Inflação/pol. fiscal e monetária	não	sim
		Defasagem das estatais	não	sim
		Área externa	par	par
		Cruzado II	sim	sim
		Mudança do cálculo das taxas de inflação	sim	sim
5	2.3.2	Ágio	não	sim
		Governo como coordenador do processo	não	par
		Expectativa hiperinflacionária	não	sim
		Redução do salário real e efeitos	não	sim
		Moratória	não	sim
	3.1.1	Conclusão do artigo	não	sim
Total de itens - 41-----			15	37
Porcentagem - 100-----			37	90
Conceito - A-----			E	A

Quadro nº 36 - Quadro Avaliativo Final - Equipe nº 7  
 Desempenho frente aos Componentes Temáticos  
 Texto: O plano Cruzado: teoria e prática.

CCT	Componente	Texto		Pré-T.		Pós-T.	
		Q	N	Q	N	Q	N
---	Assunto/Tema/Enfoque	3	1,0	3	1,0	3	1,0
1.1.1	Contextualização do Problema						
1.1.2	Definição do Problema	imp	0,5	imp	0,5	imp	0,5
1.1.3	Delimitação do Problema						
1.2.1	Objetivo Geral	1	1,0	1	1,0	1	1,0
1.2.2	Objetivo Específico	3	1,0	3	1,0	3	1,0
1.3	Hipótese						
1.3	Tese						
1.4.1	Justificativa						
1.4.2	Intenção						
1.4.3	Finalidade						
2.1.1	Revisão Bibliográfica	12	1,0	4	0,3	11	0,9
2.1.2	Revisão de Conceitos						
2.2.1	Delimitação da Pesquisa						
2.2.2	Variáveis						
2.2.3	População/Amostra						
2.2.4	Instrumento(s)						
2.2.5	Coleta/passos						
2.3.1	Parâmetros de Análise						
2.3.2	Discussão	23	1,0	6	0,3	20	0,9
2.3.3	Apresentação de Dados	1	1,0	1	1,0	1	1,0
2.3.4	Interpretação de Dados						
3.1.1	Conclusões frente Cbj.Hip.Pro	1	1,0			1	1,0
3.1.2	Conclusões frente a limitações						
3.1.3	Recomendações para Prática						
3.1.4	Sugestões p/novas pesquisas						
Nº total de Componentes Apresentados-----		7,5		5,1		7,3	
Percentual de Apresentação-----		100		69		97	
Conceito Final do Desempenho-----		A		C		A	

## a) Texto no Pré-teste:

## ANÁLISE CRÍTICA DA INTERPRETAÇÃO NEOCLÁSSICA DO PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA BRASILEIRA

01 No Brasil, os autores de modernização da agricultura deram grande destaque  
02 à controvérsia com autores estruturalistas no que se refere a inelasticidade ou  
03 não da oferta agrícola. Dos resultados de alguns estudos saíram proposições de  
04 incentivos à modernização da agricultura sem alteração da estrutura agrária. Já  
05 defensores da teoria da modernização admitem a abundância de terras e mão de  
06 obra que sinalizou a não necessidade de inovações tecnológicas na sua agricultu-  
07 ra.

08 Discussões ocorridas na década de 50 e 60 torna-se importante em qualquer  
09 análise do processo de modernização percorrido pela agricultura brasileira. Um  
10 tema surge então como divisor dos grupos em discussão: a estrutura agrária brasi-  
11 leira como óbice a modernização da agricultura. De um lado, defendendo em melhor  
12 ou menor grau, a extrema concentração da posse da terra no Brasil. De outro re-  
13 conhecendo que existem obstáculos que impedem o pleno desempenho da agricultura.

14 Explicações Neoclássicas para os Índices Baixos de Produtividade da Agricul-  
15 tura Brasileira:

16 Para Pastore e Schultz os agricultores respondem a preços, atribuindo a fel-  
17 ta de investimentos na agricultura tradicional a baixa taxa de retorno dos inves-  
18 timentos em fatores tradicionais. A indução a poupar nas agriculturas tradicio-  
19 nais, seria baixa devido as baixas taxas de retorno existentes.

20 Os argumentos estruturalistas procurando mostrar a modernização da agricul-  
21 tura passa necessariamente pela reforma estrutural do setor agrícola destacados  
22 por Cline, aponta duas diferenças que considera primárias, entre políticas que  
23 partem de redistribuição de terras e políticas que ele chama de convencionais.  
24 A distribuição de terras pode aumentar a produção melhorando a eficiência da es-  
25 trutura agrícola, enquanto as políticas convencionais aumentam a produção melho-  
26 rando a eficiência da estrutura agrícola, enquanto as políticas convencionais  
27 aumentam a produção induzindo a utilização de mais insumos numa ineficiente base  
28 estrutural. E a redistribuição de terras opera simultaneamente na procura de  
29 atingimento de duas metas, equidade na distribuição de renda e aumento do nível  
30 de produção, enquanto as políticas tem por meta o aumento da produção, só inci-  
31 dentalmente atendendo equidade na distribuição de renda.

32 Políticas Econômicas Aplicadas no Brasil

33 As políticas discriminatórias contra a agricultura, sendo destacada a sobre-  
34 valorização da taxa cambial, a imposição de quotas de exportações, geralmente  
35 utilizadas sob o pretexto de controle de inflação interna, o artifício de infla-  
36 ção como meio de criar poupanças forçadas.

37 Um dos motivos importantes que explica a ênfase de política agrícola no Bra-  
38 sil, nas décadas de 50 e 60 é segundo Schmidt, o desejo de se alcançar resulta-  
39 dos rápidos, principalmente porque a agricultura só era lembrada em épocas de  
40 crise de curto prazo.

41 As grandes perdas na comercialização são a razão principal para as crises  
42 na oferta de alimentos.

43 Entre os defensores da modernização da agricultura via utilização de insumos  
44 modernos, sem necessidade de reformas estruturais, Nicholls se destaca por  
45 procurar buscar na história brasileira os fundamentos dos seus argumentos. Ele  
46 reconhece que a atitude predatória dos colonizadores do Brasil é um fator impor-  
47 tante para explicar o subdesenvolvimento. Mostra que nos EUA ocorreu exploração  
48 dos recursos foram aplicados para poupança e formação de capital privado nacio-  
49 nal. No setor agrícola eles foram utilizados financiando investimentos em infra  
50 estrutura social, como transportes, educação e serviços públicos rurais.

51 Já no Brasil com alguma exceção para São Paulo os lucros foram utilizados  
52 no consumo conspícuo. A estagnação no nível de produtividade da terra é expli-  
53 cado no Brasil pela abundância de terra.

54 Schuh, Nicholls destaca a importância do fortalecimento das áreas rurais e  
55 do fortalecimento da infra estrutura de pesquisa agrícola no processo de moderni-  
56 zação da agricultura.

57 Schuh prefere mostrar a maior eficiência política que visam modernizar a  
58 agricultura via uso de insumos industriais.

59 A posição de Nicholls não são as distorções e a falta de espírito inovador.  
60 Os produtores respondem a preços e buscam lucros máximos, cabe ao governo tornar  
61 disponíveis as técnicas modernas, oferecer orientação técnica e tornar as rela-  
62 ções de preços de insumos e produtos favoráveis aos produtores.

63 Abundância de Mão de Obra e Terra.

64 A ocupação de terras do Brasil se deu pelas grandes empresas agromercentis,  
65 concentrando grandes áreas nas mãos de poucas pessoas, incentivando uma agricul-  
66 tura itinerante.

67 A escravidão contribuiu para abastecer tanto o Nordeste como o Sul do Brasil  
68 com a mão de obra de que se precisava com a proibição do tráfico de escravos no  
69 Sul do país, pode-se contar com a política de imigração foi do governo provincial  
70 A política de imigração foi conduzida de modo a importar trabalhadores em grande  
71 quantidade.

72 O Processo de Modernização da Agricultura Brasileira a Partir de Meados dos  
73 Anos 60.

74 A partir dos anos 60 parece claro que a produtividade precisava ser aumenta-  
75 da. Também fica claro que a pesquisa agrícola era específica ao local.

76 Nicholls afirmava que o Brasil defrontava-se com uma escolha difícil entre  
77 equidade e produtividade.

78 Schuh procura mostrar que a modernização da agricultura é o caminho a ser  
79 seguido. Reconhece que o processo de modernização implicará maior liberação de  
80 mão de obra do setor agrícola, mas que medidas devem ser tomadas nesse setor para  
81 maior absorção da mão-de-obra.

82 A política resumida por Alves e Pastori se baseia nos seguintes pontos:

83 1) A promoção da produção é o objetivo central;

84 2) O incremento da produção, não se pode fazer em função da área agricultá-  
85 vel;

86 3) A modernização da agricultura ensejara o melhoramento do padrão de vida  
87 da população rural;

88 4) O aumento da produtividade pode ser obtido através de instrumentos como,  
89 preços mínimos, crédito rural, etc.;

90 5) Nas regiões em que a estrutura agrária é impeditiva à modernização, será  
91 implantada reforma agrária de caráter limitado.

92 Sendo o objetivo central o aumento da produção a curto prazo, é natural con-  
93 centrarem-se esforços nos grupos de agricultores que tem capacidade de absorver  
94 a tecnologia existente e de dar resposta rápida aos incentivos do governo. Estes  
95 grupos de agricultores, inegavelmente, pertencem aos estratos dos médios e gran-  
96 des proprietários.

## b) Texto no Pós-teste:

### ANÁLISE CRÍTICA DA INTERPRETAÇÃO NEOCLÁSSICA DO PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA BRASILEIRA

1 No Brasil, no fim da década de 50 e meados de 60 surgiram grupos que estuda-  
2 vam o porquê do baixo índice de desenvolvimento da agricultura brasileira.

3 De um lado tínhamos os defensores da teoria estruturalista que julgavam ser  
4 a extrema concentração de terras na mão de uma minoria a causa que impedia o ple-  
5 no desenvolvimento da agricultura brasileira.

6 Por outro lado existia os defensores da teoria da modernização os quais re-  
7 conheciam que existia obstáculos que impediam o pleno desenvolvimento da agricul-  
8 tura, porém defendiam que tais obstáculos seriam superados sem a necessidade de  
9 reformas agrárias.

0 Surgiu então um ponto que separa estes dois grupos: a extrema concentração  
1 de terra em mãos de poucos era ou não o grande empecilho para o pleno desenvolvi-  
2 mento da agricultura brasileira?

3 A partir da década de 60 o Brasil passou a ter a vigorar as idéias dos auto-  
4 res defensores da "Teoria de modernização", os quais defendiam não só o aumento  
5 da área agricultável mas também o aumento da produtividade, visto que somente o  
6 aumento da área agricultável não seria suficiente para suprir a demanda. Apesar  
7 dos defensores da teoria da modernização não darem muita importância a estrutura  
8 agrária como fator relevante nos baixos índices de produtividade, reconheciam vá-  
9 rias causas as quais são agrupadas em dois grupos:

0 1ª Políticas econômicas aplicadas no Brasil, destacando a política de preços  
1 para o mercado interno e externo.

2 2ª A abundância de terra e mão de obra explicando a não modernização da agri-  
3 cultura brasileira.

4 Alguns autores mostram a importância do fortalecimento das indústrias de bens  
5 agrícolas, da melhoria de ensino nas áreas rurais e do fortalecimento da infra-  
6 estrutura de pesquisa agrícola no processo de modernização da agricultura brasi-  
7 leira.

8 Schuh (1975) acredita que a modernização da agricultura, reduzirá os preços  
9 reais dos produtos em favor das classes de renda mais baixas, outros fatores de-  
0 fendem uma posição bastante semelhante a esta.

1 Abundância de Terra e Mão de Obra.

2 Para Schuh as terras do Brasil, foram postas em cultivo, mais ou menos no  
3 mesmo ritmo em que se expandia a demanda efetiva do produto agrícola. Ele consi-  
4 dera o modelo de inovação induzida de Hayam Ruttan. Diversos autores neoclássicos  
5 defensores da modernização agrícola considerem racionais as políticas econômicas  
6 agrícolas, estes e diversos fatores que cumulativamente, foram tornando a terra e  
7 a mão de obra abundante no país.

8 A abordagem pode ser constatada com Furtado, que destacou três causas do pro-  
9 gresso agrícola do país, a abundância de terras de que dispõem a empresa mercan-  
0 til, a existência de uma fronteira móvel e o crescimento da população trabalhado-  
1 ra rural. As terras eram abundantes no Brasil, mas com o acesso a sua proprieda-  
2 de era limitado à grande empresa agromercantil, tornava-se escasso ao livre tra-  
3 balhador, e quem restava apenas a opção de se integrar a essa empresa ou se tor-  
4 nar roceiro itinerante.

45 Para Furtado a estrutura agrária existente explica a não modernização da  
46 agricultura. Schuh e outros acima procuram buscar coerência a não modernização da  
47 agricultura. Na verdade, no tempo se faz detectar que fatores de abundância não  
48 modernizaram a agricultura do Brasil. E a pressão de conquista de novas fronteiri-  
49 ras agrícolas, não se traduziu num apelo para o desenvolvimento de tecnologias  
50 poupadoras de terras.

51 A concessão de grandes quantidades de terra a pessoas financeiramente bem  
52 dotadas explica muito do sistema de produção utilizado. Inicialmente a agricul-  
53 tura prosperou no Nordeste, com a cana-de-açúcar, e conquistou novas fronteiras  
54 no litroal até chegar ao Sudeste. A escravidão e a política de importação de  
55 mão de obra explicam a abundância de mão de obra agrícola aliados as migrações  
56 internas.

57 O que predominou no Brasil devido a concentração de terras, foram os méto-  
58 dos tradicionais de cultivo e criação. Os quais forem sempre conduzidos com a  
59 mão de obra abundante, quer pela escravidão ou pela política de imigração. Polí-  
60 tica esta que procurava trazer os mais pobres, quase sem recursos, que passavam  
61 a ser empregados dos proprietários. Pois não podiam estabelecer negócios pró-  
62 prios nas cidades, e nem tampouco adquirir terras para desenvolver a atividade  
63 agrícola diversificada.

64 Processo de Modernização da Agricultura Brasileira a Partir de Meados dos  
65 Anos 60.

66 Ficou claro que a partir de meados de 60, a agricultura brasileira precisa-  
67 va ser aumentada, e era falacioso acreditar que isto poderia ocorrer mediante a  
68 utilização de supostos conhecimentos que existiriam nas instituições públicas  
69 relacionados a agricultura ou nas mãos de agricultores "mais progressistas".  
70 Era claro também, que a pesquisa agrícola era específica ao local, onde implica-  
71 va em enormes investimentos a serem feitos na geração de tecnologias importadas  
72 de outros países.

73 É destacada a importância do fortalecimento das indústrias, da melhoria dos  
74 níveis educacionais, e o fortalecimento da infra estrutura de pesquisa agrícola  
75 no processo de modernização do setor.

76 Reconhece-se que esse processo de modernização implicará numa maior libera-  
77 ção de mão de obra do setor agrícola para outros setores não agrícolas, mas me-  
78 didas devem ser tomadas, visando o aproveitamento dessa mão de obra que estará  
79 disponível.

80 Delfin Netto defendia maior atenção a agricultura principalmente ao nível  
81 técnico de mão de obra, nível de mecanização, nível de utilização de insumos e  
82 a existência de variedades adequadamente selecionadas. Alves e Pastore baseados  
83 nas três argumentações acima, esclarecem o seguinte:

84 Sendo o objetivo central o aumento de produção a curto prazo, é natural con-  
85 centrarem-se os esforços nos grupos de agricultores que tem maior capacidade de  
86 absorção de tecnologia e das respostas mais rápidas aos incentivos do governo,  
87 irrevogavelmente estes agricultores pertencem aos estratos dos médios e grandes  
88 proprietários.

89 O que procurou fazer-se no Brasil, foi tentar moldar o processo de moderni-  
90 zação a estrutura agrária existente, buscando a aceleração de utilização de  
91 técnicas modernas na agricultura via fortes subsídios.

92 A disponibilidade de tecnologia no exterior, conduz a produção de itens  
93 agrícolas como, trigo, soja, que usam a colheita mecânica, imensa poupadora de  
94 mão de obra. Inclui-se também utilização de vastas áreas que propiciam o uso de  
95 herbicidas.

96 Outro fato que também não é explicitado é o que ocorria na economia nacio-  
97 nal, por volta dos anos 60, onde passa-se de um modelo de substituição de impor-  
98 tação para a promoção de exportação sem com isso retirar a proteção à indústria  
99 doméstica.

100 Ficou com a agricultura a função mais ativa do processo, devido ao imenso  
101 consumo de insumos e bens industriais.

### c) Quadros Avaliativos:

Quadro nº 37 - Quadro Avaliativo Final - Equipe nº 8  
 Conteúdo Global  
 Texto: "Análise crítica da interpretação neoclássica do processo de modernização da agricultura brasileira"

NS	CCT	Informação do Texto	Pré	Pós
1	2.1.1	Há controvérsias entre: a) Estruturalistas (causa/solução) b) Modernização (causa/solução) Rungel (causa/solução) Ponto divisor - estrutura = óbice Política adotada a partir de 1960	sim	sim
	1.2.1	Objetivo - Análise crítica	não	não
	1.2.2	Específicos a) argumentos b) sugestões	não	não
2	2.3.2	Neoclássicos = estrutura irrelevante As causas são de 2 tipos Políticas econômicas: a, b, c Abundância de terra e mão-de-obra	não	sim
			não	sim
			não	par
			não	sim
3		Políticas discriminatórias: a, b, c, d Políticas de subsídios Falácia da existência de projetos	par	não
			não	não
			não	não
4		Schuh - razão = abundância Aumento de fronteira = demanda Políticas adequadas ao modelo Furtado - fatores: 1, 2, 3 Neoc. - causa endógena Estrut. - causa exógena A política preserva a fronteira A política provê mão-de-obra Essas políticas são mais baratas que pesq. Causa = fronteiras internas	não	par
			não	sim
			não	sim
			não	sim
			não	sim
			não	imp
			não	não
			sim	sim
			sim	não
			sim	sim
			não	sim
			não	sim
			não	não
			não	sim
5		Necessidade de produtividade Medidas políticas: 1, 2, 3, 4, 5 Apenas os grandes são beneficiados Adaptação à estrutura agrária Políticas poupadoras de trabalho Poupança da fronteira interna Substituição do modelo econômico	sim	sim
			sim	não
			sim	sim
			não	sim
			não	sim
			não	não
			não	sim
6	3.1.1	Estrutura, escravidão/imigração explicam X Fatores exógenos explicam modernização	não	não
			não	não
Total de itens - 35			6	20
Porcentagem - 100			17	57
Conceito - A			E	D

Quadro nº 38 - Quadro Avaliativo Final - Equipe nº 8  
 Desempenho frente aos Componentes Temáticos  
 Texto: Análise crítica da interpretação neoclássica do processo de modernização da agricultura brasileira.

CCT	Componente	Texto		Pré-T.		Pós-T.	
		Q	N	Q	N	Q	N
-.-.-	Assunto/Tema/Enfoque	3	1,0	3	1,0	3	1,0
1.1.1	Contextualização do Problema						
1.1.2	Definição do Problema						
1.1.3	Delimitação do Problema						
1.2.1	Objetivo Geral	1	1,0				
1.2.2	Objetivo Específico	2	1,0				
1.3	Hipótese						
1.3	Tese						
1.4.1	Justificativa						
1.4.2	Intenção						
1.4.3	Finalidade						
2.1.1	Revisão Bibliográfica	6	1,0	2	0,3	5	0,8
2.1.2	Revisão de Conceitos						
2.2.1	Delimitação da Pesquisa						
2.2.2	Variáveis						
2.2.3	População/Amostra						
2.2.4	Instrumento(s)						
2.2.5	Coleta/passos						
2.3.1	Parâmetros de Análise						
2.3.2	Discussão	24	1,0	2	0,2	16	0,6
2.3.3	Apresentação de Dados						
2.3.4	Interpretação de Dados						
3.1.1	Conclusões frente Obj.Hip.Pro	2	1,0				
3.1.2	Conclusões frente a limitações						
3.1.3	Recomendações para Prática						
3.1.4	Sugestões p/novas pesquisas						
Nº total de Componentes Apresentados		6,0		1,5		2,4	
Percentual de Apresentação		100		25		40	
Conceito Final do Desempenho		A		E		E	

APÊNDICE III  
ANÁLISE DOS RESUMOS DA PÓS-AVALIAÇÃO

1) Equipe nº 2

a) Texto-Resumo do Relatório:

QUALIDADE DO TRATAMENTO DA ÁGUA DISTRIBUÍDA NAS CIDADES DE MAFRA E RIO NEGRO

01 Introdução

02 A água é vital ao homem, como veículo de limpeza e, principalmente, para o  
03 seu consumo (água essepeia e água para beber). Sabidamente a água quimicamente  
04 pura só é obtida por destilações sucessivas. Todavia, para consumo humano, tal  
05 grau de pureza é desnecessário e até inconveniente.

06 A água potável é fonte de cálcio, flúor, entre outras substâncias necessá-  
07 rias à saúde. A pureza necessária à saúde restringe-se ao aspecto biológico  
08 (quanto a microorganismos patogênicos) e ao aspecto químico (quanto aos limites  
09 de tolerância de substâncias tóxicas e quanto à aparência). Tais fatores já são  
10 estudados e estabelecidos pelos órgãos de saúde pública.

11 Este trabalho visa buscar resposta à seguinte questão: "A água distribuída  
12 em Mafra e Rio Negro obedece os padrões estabelecidos pela saúde pública?"

13 Para isso necessário se faz: analisar a qualidade da água distribuída nas  
14 duas cidades e comparar os resultados com os padrões estabelecidos pelas autori-  
15 dades do setor, de forma a validar ou negar a seguinte hipótese:

16 A água fornecida pelas entidades de abastecimento, CASAN em Mafra-SC e SA-  
17 NEPAR em Rio Negro, estão dentro dos padrões exigidos pela saúde pública.

18 Universo Teórico-Prático

19 Métodos de tratamento de água.

20 Verificamos que os métodos de tratamento da água nas duas entidades, SANE-  
21 PAR e CASAN, são praticamente iguais; isto é, seguem os seguintes passos:

22 - Captação, que equivale a coleta da água in-natura até a entidade;  
23 - Precipitação, primeiro estágio de eliminação das impurezas nos decantadores;  
24 - Floculação, mistura de Sulfato de Alumínio ( $Al_2SO_4$ ) que reagindo com a al-  
25 calinidade natural da água forma o Hidróxido de Alumínio ( $Al(OH)_3$ ) que vai se de-  
26 positando no fundo do recipiente;

27 - Filtração, SANEPAR - a água é filtrada através de filtros de carvão (a  
28 água mantém contato com o ar); CASAN - a filtração é feita através de camadas de  
29 pedregulhos, sendo cada camada de 30cm;

30 - Cloração Convencional e Fluoração, processo final onde existem dois tubos  
31 sendo um de flúor e outro de cloro;

32 - Correção de Acidez, é feito na base de cal-clorado passando para os reser-  
33 vatórios e depois para os distribuidores;

34 - Distribuição, na distribuição a água está praticamente pronta para ser  
35 consumida, mas ainda é feito o controle de qualidade em diferentes pontos de am-  
36 bas as cidades.

37 Conceitos necessários para a interpretação dos dados:

38 e) pH: valor negativo de potência de 10 que indica a concentração de íons  
39 de Hidrogênio por molécula grama de água destilada;

40 b) Turbidez: matéria orgânica existente na água natural;

41 c) Alcalinidade: caráter das substâncias que tem propriedades alcalinas;

42 d) Cor: refere-se a coloração da água, ou seja, a aparência de água. Pode  
43 ser turva ou limpa e é determinada por um aparelho chamado "Água teste";

44 e) mo: Metil orange (alaranjado de metila), forma uma reação selecionada.

45 Os indicadores de pH são substâncias orgânicas fracamente ácidas (indicadores  
46 básicos) ou fortemente ácidos (indicadores ácidos), que mudam gradualmente a co-  
47 loração dentro de uma faixa de pH relativamente estreita, chamada zona de tran-  
48 sição. A solução no caso de metil-oranger fica vermelha em solução ácida e ama-  
49 rela em solução alcalina, tendo como zona de transição 3,12 a 4,4, sendo o seu  
50 solvente  $H_2O$  usado numa concentração de 0,1 g/100ml;

51 f) FF: Fenol Ftalina. É um indicador de pH, em solução ácida, vermelho em so  
52 lução alcalina, tendo como solvente o etanol, 70% usado a 0,1g. Sua zona de  
53 transição varia de 8 a 10.

#### 54 Metodologia

55 Durante a execução da pesquisa houve a necessidade de coleta de dados, carac  
56 terizando a pesquisa como de levantamento. O projeto elaborado programa, portan  
57 to, uma pesquisa de levantamento de gênero prático.

58 Nossa pesquisa foi realizada nas cidades de Mafra e Rio Negro tendo como al-  
59 vo as empresas de distribuição de água, CASAN e SANEPAR respectivamente. A co-  
60 leta se deu no mês de junho de 1989.

61 O trabalho ensejou os seguintes passos metodológicos: pesquisa bibliográfica  
62 e visitação "in loco" para fundamentação teórica; obtenção diária de dados, du-  
63 rante o mês de pesquisa dos seguintes fatores: pH, turbidez, cor, alcalinidade,  
64 matéria orgânica, teor de cloro e flúor; análise dos dados coletados com a con-  
65 sequente comparação com os limites determinados pelos órgãos responsáveis pela  
66 saúde pública, tanto na água in natura, quanto na água distribuída à comunidade.

67 O instrumento de coleta de dados corresponde aos quadros de controle dos 2  
68 estabelecimentos de tratamento de água.

#### 69 Apresentação dos dados resultantes da Pesquisa

70 Em virtude de serem vários os dados apresentados, procura-se demonstrá-los  
71 com clareza e objetividade através de descrições de resultados, onde se apresen-  
72 ta os dados mais importantes da pesquisa. Os dados apresentados abaixo corres-  
73 pondem a média obtida nos 30 dias de coleta de informações:

74 Em primeiro lugar vamos apresentar os dados da água "In Nature":

75 pH: SANEPAR - 6,85 pH; CASAN - 6,8 pH (com pequena variação);  
76 Turbidez: SANEPAR - 16,7uT; CASAN - 5,5uT (grande variação);\*  
77 Cor: SANEPAR - 49,3uH; CASAN - 30,0uH (acentuada variação);\*\*  
78 Alcalinidade: SANEPAR - 18,4mg/l; CASAN - 16,0mg/l (pouca variação);  
79 Com releção a água tratada temos os seguintes resultados:  
80 pH: SANEPAR - 8,3; CASAN - 9,0 (limite de tolerância 8,1 a 8,5 pH);  
81 Turbidez: SANEPAR - 0,6uT; CASAN - 1,0uT (limites: 1 a 5uT);\*  
82 Cloro: SANEPAR - 1,5pp.m; CASAN - 0,8pp.m (desejável 1,5pp.m)\*\*\*;  
83 Flúor: SANEPAR - 0,7pp.m; CASAN - 0,2pp.m (desejável 0,6pp.m)\*\*\*;  
84 Cor: SANEPAR - 2,5uH; CASAN - 2,5uH (limites: 5 a 20uH)\*\*;  
85 Alcalinidade: SANEPAR - 19,1; CASAN - 28,1.

86 Observações: \* - uT unidade de turbidez, escala Jackson ou Nefelométrico;

87 \*\* - uH unidade de cor na escala Hazen;

88 \*\*\* - pp.m partes por milhão, equivale a mg/l.

#### 89 Conclusões e Recomendações

90 Em primeiro lugar, observando as regras da ABNT (Associação Brasileira de  
91 Normas Técnicas) para o tratamento de água, ambas as Estações de tratamento de  
92 água são perfeitamente aceitáveis seja no tratamento físico (floculação, decan-  
93 tação e filtração), bem como no químico (cloração, correção de pH e fluoreta-  
94 ção). O volume e a cadência de ensaios para controle de água, tanto bruta, como  
95 filtrada e tratada, por sua vez, obedecem os critérios fixados pela ABNT.

96 Dito isso, comparando-se a análise dos dados obtidos na água distribuída pe-  
97 la SANEPAR e CASAN conclui-se que ambas apresentam variações de período a perí-  
98 odo. Esta variação é em alguns dos critérios de análise mais acentuada do que  
99 em outros. A cor, por sua vez permaneceu constante.

100 Pela análise de várias planilhas de controle verificamos que ambas as con-  
101 cessionárias apresentam variações de qualidade na água, ficando alguns parâme-  
102 tros dentro dos limites de tolerância e outros levemente abaixo ou acima desses  
103 limites.

104 Assim sendo, além das variações acima citadas pode-se deduzir que é a água  
105 distribuída em Rio Negro e Mafra, apesar de sofrer as técnicas normais de trata-  
106 mento, poderia apresentar melhor qualidade, embora possa ser consumida tranqui-  
107 lamente pela população, uma vez que os resultados gerais mantêm-se dentro dos  
108 desvios admitidos.

109 Dessa forma, válida-se a hipótese apresentada, isto é, de que a água distri-  
110 buída está dentro dos limites permitidos pelas autoridades de saúde.

111 Apesar do espaço amostral ter sido significativo para o que se propôs neste  
112 trabalho, torna-se prematuro estender à todas as pessoas as conclusões aqui al-  
113 cançadas, pelo que se sugere que outros pesquisadores retomem a idéia expressa  
114 neste trabalho a fim de que corrijam possíveis distorções e para que se amplie o  
115 espaço amostral com vistas a efetiva validação do tratamento e da qualidade da  
116 água distribuída em Rio Negro e Mafra.

## b) Quadros Avaliativos:

NR	Título	CCT	Título	Síntese
2.1	Problema	1.1.2	Definição	A água distribuída em Mafra e Rio Negro obedece os padrões estabelecidos pela Saúde Pública?
2.2	Objetivos	1.2.1	Geral	Determinar se a água (...).
		1.2.2	Específicos	Analisar qualidade da água distribuída; Comparar a análise com os limites de tolerância da Saúde Pública.
		1.4.3	Finalidade	Informar aos consumidores sobre os resultados.
2.3	Justificativa	1.4.1	Justificativa	Aponta a validade da pesquisa do tema.
2.4	Hipóteses	1.3	Hipóteses	A água fornecida está dentro dos padrões/ A água fornecida não está dentro dos padrões.
2.5	Dificuldades/Alterações	2.2.5	Coleta/Passos	Apresenta as dificuldades encontradas para a realização da pesquisa.
3.1	Universo Teórico	3.1.1	Revisão Bibliográfica	(ver resumo) transcrição integral da seção.
3.2	Conceituário Básico	3.1.2	Revisão de Conceitos	(ver resumo) transcrição integral da seção.
4.1	Delimitamento	2.2.1	Delimitamento	Classifica a pesquisa.
4.2	Pop./Amostra	2.2.3	Desc.da pop. e da amostra	Descrive a amostra - CASAN e SANEPAR - junho de 1989.
4.3	Métodos e Técnicas	2.2.5	Col./Passos	Passos da pesquisa (planejamento efetuado)
4.4	Instrum.	2.2.4	Instrumentos	Cita os testes efetuados.
4.5	Coleta de dados	2.2.5	Col./Passos	Descrive a coleta de dados.
5.1	Tratamento dos Dados	2.3.1	Parâmetros	Descrive os parâmetros do tratamento de dados.
5.2	Evidenciação	2.3.3	Apresentação	Apresenta os dados na forma de gráficos de barras.
5.3	Interpretação	2.3.3	Apresentação	Descrição dos gráficos de barras.
6.1	Conclusão	3.1.1	Conclusão	Conclui frente a hipóteses validando a primeira.
6.2	Recomendações	3.1.2	Conclusões limitações	Apresenta possíveis limitações do resultado devido a amostragem.
		3.1.4	Sugestões	Sugere novas pesquisas.

Quadro nº 40 - Quadro Avaliativo Final - Equipe nº 2  
 Avaliação frente aos Componentes Temáticos  
 Texto: Qualidade do tratamento da água distribuída nas cidades de Mafra e Rio Negro.

CCT	Componente	Relatório		Resumo	
		S	N	S	N
--	Assunto/Tema/Enfoque	2	0,5	2	0,5
1.1.1	Contextualização do Problema	sim	1,0	sim	1,0
1.1.2	Definição do Problema	sim	1,0	sim	1,0
1.1.3	Delimitação do Problema				
1.2.1	Objetivo Geral	sim	1,0	sim	1,0
1.2.2	Objetivo Específico	sim	1,0	sim	1,0
1.3	Hipótese	sim	1,0	sim	1,0
1.3	Tese				
1.4.1	Justificativa	sim	1,0	sim	1,0
1.4.2	Intenção				
1.4.3	Finalidade	ina	0,0		
2.1.1	Revisão Bibliográfica	sim	1,0	sim	1,0
2.1.2	Revisão de Conceitos	sim	1,0	sim	1,0
2.2.1	Delimitamento da Pesquisa	sim	1,0	sim	1,0
2.2.2	Variáveis				
2.2.3	População/Amostra	sim	1,0	sim	1,0
2.2.4	Instrumento(s)	sim	1,0	sim	1,0
2.2.5	Coleta/Passos	sim	1,0	sim	1,0
2.3.1	Parâmetros de Análise	sim	1,0	sim	1,0
2.3.2	Discussão				
2.3.3	Apresentação de Dados	sim	1,0	sim	1,0
2.3.4	Interpretação de Dados				
3.1.1	Conclusões frente a Obj.Hip.Pro.	sim	1,0	sim	1,0
3.1.2	Conclusões frente a limitações	sim	1,0	sim	1,0
3.1.3	Recomendações para Prática				
3.1.4	Sugestões para Novas Pesquisas	sim	1,0	sim	1,0
Nº Total de Componentes Apresentados		18,5		17,5	
Percentual de Apresentação (Critério I)		100		95	
Conceito Final do Desempenho (Critério I)		A		A	
Nº Total de Componentes Apresentados		17,5		17,5	
Percentual de Apresentação (Critério II)		95		100	
Conceito Final do Desempenho (Critério II)		A		A	



## a) Texto-Resumo do Relatório:

## A INFLUÊNCIA DA PROPAGANDA NA AQUISIÇÃO DE PRODUTOS PELOS CONSUMIDORES

01 Muitos aspectos levam os consumidores a trocar a marca de um produto, por  
02 isso questiona-se:  
03 - Qual a influência da propoganda na aquisição dos produtos pelos consumido  
04 res?

05 O objetivo geral dessa pesquisa foi, então, REVELAR a influência da propa-  
06 ganda na aquisição dos produtos.

07 Neste resumo vamos em primeiro lugar fazer uma complementação teórica, de-  
08 pois mostrar a metodologia do nosso trabalho, apresentar a análise dos resulta-  
09 dos e, por fim colocar as nossas conclusões finais.

10 Complementação Teórica

11 Todo o produto que for lançado no mercado deve ser feito de maneira a que  
12 todos saibam. A maneira mais eficaz para esse lançamento é a propaganda nos  
13 meios de comunicação social. Porém, antes dessa fase, o lançamento deve ser pes-  
14 sado por uma fase de pesquisa. Essa pesquisa é denominada de sistema Bases e per  
15 mite um acompanhamento em todas as etapas de desenvolvimento de um produto, ou  
16 seja, desde a sua concepção até a sua colocação na prateleira das lojas.

17 No mundo do comércio, essas duas estratégias são fundamentais porque a guer  
18 ra entre diferentes marcas é constante. Contudo, há certos cuidados que devem  
19 ser tomados para que essas estratégias cumpram as suas funções. O lançamento pu-  
20 blicitário deve ser muito bem pensado para que a época não interfira negativemen  
21 te na promoção do produto.

22 No dia a dia são feitos novos lançamentos em todas as áreas comercializadas,  
23 cujos produtos lançados com uma boa campanha publicitária, com uma boa divulga-  
24 ção e promoções especiais no início de suas vendas, conseguem ingressar no  
25 grande mercado de comercialização, muitas vezes superando outros produtos ou mes-  
26 mo desbancando o tradicionalismo de outras marcas assentadas.

27 Se isso é teoricamente correto, deve ser assim na prática.

28 Metodologia

29 O trabalho foi desenvolvido na cidade de Mafra, abrangendo a população ur-  
30 bana, mediante projeto de levantamento, do gênero empírico.

31 Mafra é uma cidade do norte do Estado de Santa Catarina. Conta atualmente  
32 com 44 mil habitantes, sendo a sua população urbana estimada em 30 mil habitan-  
33 tes. Entrevistamos aleatoriamente 200 consumidores, levando em conta os seguin-  
34 tes critérios: fama, preço, qualidade e marca.

35 O questionário da pesquisa possui 9 questões que serão desenvolvidas na aná  
36 lise de dados. Quanto à coleta de dados, a pesquisa foi realizada em diferentes  
37 estabelecimentos comerciais da seguinte maneira: entregamos os questionários pa-  
38 ra resolução para consumidores nos estabelecimentos e coletamos os dados "in lo-  
39 co".

40 Apresentação dos resultados da pesquisa

41 Pergunta	Sim	Não
42 - Você é o responsável pelas compras na sua		
43 família?	80%	20%
44 - Você valoriza os comerciais de Tv ou de		
45 rádio no que diz respeito às ofertas?	77,5%	22,5%
46 - Tem o costume de testar o mesmo produto		
47 entre uma marca e outra?	70%	30%
48 - Tem alguma relação na diferença de marca		
49 com o preço do produto?	97%	3%
50 - Onde você compra há todos os produtos que		
51 deseja?	62%	38%
52 - Você acha que produtos mais caros são os de		
53 melhor qualidade?	26,5%	73,5%
54 - Quando há produtos novos em promoção, você		
55 costuma experimentar esses produtos?	71%	29%
56 - Se não encontra o produto de marca desejada,		
57 leva outro no lugar	36%	64%
58 - Na hora da compra você adquire preferencialmente o produto pela:		
59 Qualidade 62%; preço 34%; fama 4%.		

60 Análise e Conclusão

61 Constatou-se através de análise dos dados obtidos nas entrevistas que re-  
62 sultante a propaganda tem grande influência (95%) na aquisição dos produtos e,  
63 que principalmente, quando são feitas promoções, elas se tornam vantajosas, de-  
64 vido ao fato de que o consumidor, quando vai ao estabelecimento à procura de  
65 ofertas, normalmente adquire outros produtos de que necessita.

66 Evidenciou-se que o consumidor está bem conscientizado em não adquirir o  
67 produto somente pela fama em si, levando em conta, principalmente, a qualidade  
68 do mesmo.

69 Observou-se também que apesar do consumidor testar sempre novas marcas,  
70 existem ainda, certos produtos de boa qualidade quase que desconhecidos, muitas  
71 vezes devido ao fato de que a promoção de lançamento não alcançou seus objetivos

72 A propaganda realmente é o maior veículo de informação que o consumidor  
73 tem de todos os produtos lançados no mercado. Portanto, direta ou indiretamente  
74 ela influencia na aquisição dos mesmos, pois raras são as vezes em que compramos  
75 um produto e não lembramos de seu lançamento ou de uma propaganda realizada so-  
76 bre o mesmo.

77 Recomenda-se nesse trabalho, aos consumidores, um cuidado maior na aquisi-  
78 ção dos produtos, observando sua real qualidade, não se deixando influenciar pe-  
79 las propagandas e promoções que às vezes são realizadas apenas para liquidar um  
80 saldo de produtos que não tiveram a saída desejada.

## b) Quadros Avaliativos:

Quadro nº 41 - Relatório da Equipe nº 3

NR	Título	CCT	Título	Síntese
2.1	Problema	1.1.2	Definição	Qual a influência da propaganda na aquisição de produtos pelos consumidores?
2.2	Objetivos	1.2.1	Obj.Geral	Revelar a influência da propaganda na aquisição de produtos.
2.3	Justificativa	1.4.1	Justificativa	Relevância da Pesquisa.
3.1	Complementação Teórica	3.1.1	Revisão Bibliográfica	(ver resumo)
4.1	Delineamento	2.2.1	Delineamento	Pesquisa de campo. Projeto de Levantamento (ver resumo).
4.2	Pop./Amostra	2.2.3	Desc. da pop. e amostra	(ver resumo)
4.3	Métodos e Técnicas	2.2.5	Col./Passos	Descreve o planejamento metodológico da pesquisa.
4.4	Instrumentos	2.2.4	Instrumentos	Cita o questionário.
4.5	Descrição da Coleta	2.2.5	Col./Passos	Descreve a coleta de dados.
5.1	Tratamento	2.3.1	Parâmetros	1 tabela geral (ver resumo)
5.2	Evidenciação	2.3.3	Apresentação	(descreve a apresentação)
5.3	Interpretação	2.3.3	Apresentação	(descreve a apresentação)
6.1	Conclusão	3.1.1	Conclusão	A propaganda tem grande influência na aquisição de produtos.
6.2	Recomendação	3.1.3	Recomendação	Os consumidores devem ter maior cuidado na aquisição de produtos.

Quadro nº 42 - Quadro Avaliativo Final - Equipe nº 3  
Desempenho frente aos Componentes Temáticos:  
Texto: A influência da propaganda na aquisição de produtos pelos consumidores.

CCT	Componente	Relatório		Resumo	
		Q	N	Q	N
--	Assunto/Tema/Enfoque	par	0,5	par	0,5
1.1.1	Contextualização do Problema				
1.1.2	Definição do Problema	sim	1,0	sim	1,0
1.1.3	Delimitação do Problema				
1.2.1	Objetivo Geral	sim	1,0	sim	1,0
1.2.2	Objetivo Específico			sim	1,0
1.3	Hipótese				
1.3	Tese				
1.4.1	Justificativa	sim	1,0		
1.4.2	Intenção				
1.4.3	Finalidade				
2.1.1	Revisão Bibliográfica	sim	1,0	sim	1,0
2.1.2	Revisão de Conceitos				
2.2.1	Delineamento da Pesquisa	sim	1,0	sim	1,0
2.2.2	Variáveis				
2.2.3	População/Amostra	sim	1,0	sim	1,0
2.2.4	Instrumento(s)	sim	1,0	sim	1,0
2.2.5	Coleta/Passos	sim	1,0	sim	1,0
2.3.1	Parâmetros de Análise	sim	1,0		
2.3.2	Discussão				
2.3.3	Apresentação de Dados	sim	1,0	sim	1,0
2.3.4	Interpretação de Dados	ina	0,0	ina	0,0
3.1.1	Conclusões frente a Obj.Hip.Pro.	ina	0,0	ina	0,0
3.1.2	Conclusões frente a limitações				
3.1.3	Recomendações para Prática	ina	0,0	ina	0,0
3.1.4	Sugestões para Novas Pesquisas				
Nº Total de Componentes Apresentados			13,5		12,5
Percentual de Apresentação (Critério I)			100		93
Conceito Final do Desempenho (Critério I)			A		A
Nº Total de Componentes Apresentados			10,5		9,5
Percentual de Apresentação (Critério II)			78		76
Conceito Final do Desempenho (Critério II)			B		B

## a) Texto-Resumo do Relatório:

MERCADO DE TRABALHO NO RAMO DE CONTABILIDADE GERENCIAL EM RIO NEGRO E MAFRA: Uma Avaliação

01 Introdução

02 Com a implantação do Curso de Ciências Contábeis na Faculdade de Ciências e  
03 Letras de Mafra, abriu-se na região novas perspectivas com relação ao mercado de  
04 trabalho para os contadores de nível superior. O objetivo deste trabalho é efe-  
05 tuar um levantamento visando mensurar a oferta de trabalho no ramo de Contabili-  
06 dade Gerencial nas cidades de Rio Negro e Mafra e o futuro aproveitamento dos  
07 formandos de Ciências Contábeis no mercado de trabalho local.

08 A implantação do Curso de Contábeis com vestibulares periódicos faz com que  
09 seja necessário investigar o mercado de trabalho existente nas cidades de Rio Ne-  
10 gro e Mafra. É necessário verificar se existe oferta de trabalho no ramo de Con-  
11 tabilidade Gerencial, ramo de atuação dos bacharéis de Contabilidade.

12 A finalidade é que esse documento sirva de base para uma avaliação de todos  
13 os jovens na escolha do curso desejado, do mercado de trabalho disponível e do  
14 nível oferecido pela Fundação na formação profissional de acordo com os responsá-  
15 veis pela absorção dos formandos.

16 Metodologia

17 Foram selecionadas aleatoriamente 28 empresas de um universo de 215 empre-  
18 sas de Rio Negro e Mafra, sendo que foram seguidos arbitrios (sic), visando maior  
19 grau de confiabilidade dos resultados.

- 20 - Exclusão das firmas individuais;
- 21 - Exclusão das micro-empresas;
- 22 - Exclusão dos estabelecimentos bancários;
- 23 - Exclusão dos escritórios autônomos de contabilidade.

24 Foram utilizados questionários auto-explicativos, que foram entregues às em-  
25 presas pelos entrevistadores. O questionário foi elaborado de forma que a lingua-  
26 gem fosse facilmente compreendida pelos entrevistados.

27 A pesquisa seguiu os seguintes passos:

- 28 a) entrevista com os dirigentes ou contadores das empresas;
- 29 b) coleta dos questionários;
- 30 c) tabulação e análise estatística dos questionários;
- 31 d) análise e conclusão, frente às hipóteses levantadas;
- 32 e) redação do relatório da pesquisa;

33 Análise dos Dados

34 Os dados obtidos através da pesquisa de campo foram tabulados e analisados  
35 estatisticamente. Em seguida, os resultados foram evidenciados através de gráfi-  
36 cos.

37 Das 28 empresas pesquisadas, 22 executam contabilidade própria e 6 não exe-  
38 cutam, 78,6% e 21,4% respectivamente. As empresas que executam contabilidade pró-  
39 pria possuem 61 funcionários no setor, perfazendo uma média de 2,8 funcionários  
40 por empresa.

41 3 empresas não responderam qual a formação de quem administra o serviço con-  
42 tável; 15 utilizam funcionários com grau de instrução de 2º grau (inclusive aque-  
43 las que se servem de serviços externos); e 10 utilizam funcionários com instrução  
44 superior.

45 Com relação a seus dirigentes; uma empresa não respondeu a questão; duas tem  
46 administradores formados em cursos diferentes da área de administração/economia/  
47 contabilidade; 15 delas são administradas por funcionários de nível superior nas  
48 áreas acima (53,6%).

49 Das empresas pesquisadas, 21 não tem interesse em contratar formandos em Ci-  
50 ências Contábeis; 6 possuem esse interesse e 1 não respondeu essa questão.

51 Conclusão

52 Embora pequeno o número de empresas entrevistadas, correspondente a 15% de  
53 um universo de 215, sentimos que a reação do empresário de nossa região foi boa,  
54 visto que o curso implantado por esta Fundação é um segmento de uma área já exis-  
55 tente na graduação de Técnico em 2º grau. Sentimos também que é necessário mudar  
56 a mentalidade de nosso empresário e conscientizá-lo de importância do Curso de  
57 Ciências Contábeis a nível superior transformando o atual sistema num sistema  
58 adequado à realidade de hoje.

59 Verificamos que um dos problemas cruciais desta classe é a baixa remuneração  
60 Um Técnico em Contabilidade em nossa região percebe uma média de 3 salários míni-  
61 mos. Aí note-se a forma de pensar do nosso empresário que faz da contabilidade  
62 apenas um setor para fins fiscais e não para fins gerenciais. Então, fica aqui um  
63 alerta para que se comece hoje um trabalho, um esforço de todos os que vão atuar  
64 nesta área para que mudemos a mentalidade de nossos empresários e façamos da Con-  
65 tabilidade um instrumento de Controle, de análise e de gerência, para a tomada de  
66 decisões eficazes a fim de que nossas empresas possam evoluir para um futuro me-  
67 lhor.

## b) Quadros Avaliativos:

NR	Título	CCT	Título	Síntese
1.1	Problema	1.1.2	Definição	Qual é a oferta de trabalho no setor de Contabilidade Gerencial em Rio Negro e Mafra?
1.2	Objetivos	1.2.1	Obj.Geral	Efetuar um levantamento visando mensurar a oferta de trabalho no ramo de Contabilidade Gerencial em Rio Negro e Mafra.
1.3	Justificativa	1.4.3	Finalidade	Servir de base para uma avaliação de todos os jovens sobre o mercado de Contabilidade.
		1.4.1	Justificativa	Explica os porquês da pesquisa.
1.4	Hipóteses	1.3	Hipóteses	Existe/Não existe mercado de trabalho para o contabilista de nível superior.
2.1	Revisão Teórica	2.1.1	Revisão Bibliográfica	Descreve os cursos de Contabilidade de 2º e 3º graus.
2.2	Revisão de Conceitos	2.1.2	Revisão de Conceitos	Conceitua palavras ligadas a área contábil.
3.1	Pop/Amostra	2.2.3	Desc.da Pop. e Amostra	28 empresas (foram excluídas: firmas individuais, micro-empresas, bancos e escritórios autônomos de Contabilidade).
3.2	Coleta	2.2.5	Col./Passos	Descreve a coleta de dados da pesquisa.
3.3	Desc. da Pesq. Campo	2.2.5	Col./Passos	Descreve a coleta de dados da pesquisa.
4.1	Tratamento	2.3.1	Parâmetros	Análise estatística e elaboração de gráficos.
4.2	Evidenciação	2.3.3	Apresentação	Apresenta gráficos.
4.3	Interpretação	2.3.3	Apresentação	Apresenta descritivamente os dados dos gráficos
5.0	Conclusão	3.1.1	Conclusão	A reação do empresário foi boa. O empresário deve mudar de mentalidade. O problema da classe é a baixa remuneração. Deve-se passar a contabilidade de uma função fiscal p/uma função gerencial.

Quadro nº 44 - Quadro Avaliativo Final - Equipe nº 4  
 Desempenho frente aos Componentes Temáticos  
 Texto: Mercado de trabalho no ramos de Contabilidade Gerencial em Rio Negro e Mafra: uma avaliação.

CCT	Componente	Relatório		Resumo	
		Q	N	Q	N
-.-.-	Assunto/Tema/Enfoque	sim	1,0	sim	1,0
1.1.1	Contextualização do Problema				
1.1.2	Definição do Problema	sim	1,0	imp	1,0
1.1.3	Delimitação do Problema				
1.2.1	Objetivo Geral	sim	1,0	sim	1,0
1.2.2	Objetivo Específico				
1.3	Hipótese	sim	1,0	imp	1,0
1.3	Tese				
1.4.1	Justificativa	sim	1,0	sim	1,0
1.4.2	Intenção				
1.4.3	Finalidade	ina	0,0	sim	1,0
2.1.1	Revisão Bibliográfica	sim	1,0		
2.1.2	Revisão de Conceitos	sim	1,0		
2.2.1	Delineamento da Pesquisa				
2.2.2	Variáveis				
2.2.3	População/Amostra	sim	1,0	sim	1,0
2.2.4	Instrumento(s)			sim	1,0
2.2.5	Coleta/Passos	sim	1,0	sim	1,0
2.3.1	Parâmetros de Análise	sim	1,0	sim	1,0
2.3.2	Discussão				
2.3.3	Apresentação de Dados	sim	1,0	sim	1,0
2.3.4	Interpretação de Dados	ina	0,0	ina	0,0
3.1.1	Conclusões frente a Obj.Hip.Pro.	ina	0,0	ina	0,0
3.1.2	Conclusões frente a limitações				
3.1.3	Recomendações para Prática				
3.1.4	Sugestões para Novas Pesquisas				
NR	Total de Componentes Apresentados		14,0		13,0
	Percentual de Apresentação (Critério I)		100		93
	Conceito Final do Desempenho (Critério I)		A		A
NR	Total de Componentes Apresentados		11,0		11,0
	Percentual de Apresentação (Critério II)		79		85
	Conceito Final do Desempenho (Critério II)		B		B

## a) Texto-Resumo do Relatório:

## ASSISTÊNCIA MÉDICO-HOSPITALAR EM MAFRA: Visão da População

01 A assistência à saúde é um dos assuntos mais polêmicos da atualidade e a  
02 solução de seus problemas é de interesse geral: de médicos, hospitais, do gover-  
03 no e principalmente da população que necessita dos cuidados de saúde.

04 Assim é que, dentro dos princípios da nova Constituição promulgada no dia  
05 5.10.88, foi criado o Sistema Unificado e Descentralizado de Saúde - SUDS, visan-  
06 do unificar os serviços prestados a nível federal, estadual e municipal e descen-  
07 tralizar, dando autonomia administrativa e financeira aos municípios para defini-  
08 rem as suas prioridades em relação à assistência e à saúde de sua população, den-  
09 do à comunidade o direito de participar na definição de suas necessidades, atra-  
10 vés do encaminhamento de sugestões e recomendações ao representante do SUDS no  
11 município (Secretário Municipal de Saúde).

12 Tem assim a Comunidade, a oportunidade de participar diretamente das deci-  
13 sões tomadas, a nível municipal, na questão relacionada com a assistência médico-  
14 hospitalar. O presente trabalho tem a finalidade de contribuir nesse sentido, vi-  
15 sendo responder as seguintes questões: "Os serviços de assistência médico-hospita-  
16 lar em Mafra satisfazem as necessidades da população?"; "Quais as necessidades  
17 mais prementes para a melhoria de assistência médico-hospitalar?".

18 Paralelamente, procurou-se identificar os locais mais procurados pela po-  
19 pulação em caso da necessidade de assistência; estabelecer o grau e as causas das  
20 dificuldades encontradas para conseguir assistência; e, determinar a incidência  
21 de pessoas que procuram outras cidades quando necessitam de atendimento e os mo-  
22 tivos relacionados com isso.

23 Fundamentação Teórica

24 O Brasil na época de seu descobrimento era um país saudável: "A terra é  
25 muito salubre e os habitantes cheios de saúde" (Carta de Pero Vez de Caminha). Ho-  
26 je convivemos com inúmeros problemas.

27 As várias medidas tomadas pelos órgãos competentes não têm resultado em  
28 progressos por deixarem de lado a valorização do homem. Na área de assistência  
29 médica tivemos a excessiva centralização que acompanhou a criação do Instituto  
30 Nacional de Assistência Médica e Previdência Social - INAMPS, em 1978. Esse sis-  
31 tema tem sido alvo de muitas críticas por não agradar a ninguém.

32 Dentro desse quadro a Assembléia Nacional Constituinte inseriu na nova  
33 carta, promulgada em 5.10.88, no capítulo dedicado à saúde, entre outras coisas:  
34 "A saúde é direito de todos e dever do Estado. (art.196); "As ações e serviços  
35 públicos de saúde integram (...) organizado com as seguintes diretrizes: I - Des-  
36 centralização; III - Participação da Comunidade" (art.198). Isso está consubstan-  
37 ciado no reconhecimento unânime dos países do mundo todo de que a saúde é um di-  
38 reito inalienável do cidadão e cabe ao Estado assegurá-lo. Essa afirmação foi re-  
39 tificada em Assembléia Mundial de Saúde - OMS. Já a Conferência Internacional de  
40 Saúde de Alma-Ata (URSS) em 1978, declarou entre outras coisas: "o povo tem o di-  
41 reito e o dever de participar (...) na planificação e aplicação do atendimento à  
42 sua saúde". O Ministério da Saúde conceitua assistência médico-hospitalar aquela  
43 que tem por base a ação de um Serviço Médico-hospitalar e/ou Hospital e Assistên-  
44 cia Hospital Geral, aquela prestada pelos hospitais gerais especializados.

45 A assistência de Mafra é prestada da seguinte forma: na área ambulatorial:  
46 posto do INAMPS; com 20 médicos, Sindicato dos Trabalhadores Rurais com 4 médi-  
47 cos, postos avançados de Saúde da Prefeitura (3) com 3 médicos, SESI com 1 médi-  
48 co, Hospital de Indústrias, Hospital São Vicente de Paulo, clínicas particulares,  
49 na área hospitalar (internação): Maternidade Dona Catarina Kuss com 33 leitos,  
50 Hospital São Vicente de Paulo com 98 leitos.

51 Metodologia

52 O projeto de levantamento enseja uma pesquisa de campo com amostras do  
53 tipo aleatória simples. Do universo da população mafrense com mais de 18 anos,  
54 foram pesquisados 234 pessoas sendo: 73% da região urbana; 57,7% entre 18 e 30  
55 anos; 65,3% homens.

56 Evitando envolver pessoas ligadas à área médico-hospitalar, preparamos os  
57 recursos materiais a serem utilizados, elaboramos o questionário, aplicamos tes-  
58 tagem-piloto com 20 pessoas, coletamos os dados com a amostra da pesquisa, ana-  
59 lisamos os dados para posterior elaboração das conclusões e do relatório de pes-  
60 quisa.

61 O instrumento de pesquisa, além de conter dados da amostra procurou: 1º)  
62 verificar se houve necessidade de atendimento do entrevistado, local, forma, di-  
63 ficuldade e classificação desse atendimento; 2º) ver a quem a população atribui  
64 a responsabilidade pela assistência e o que se deveria fazer para melhorá-la;  
65 3º) saber se o entrevistado procuraria novamente os serviços locais ou se diri-  
66 giria a outras cidades; e 4º) determinar qual o período e local que a população  
67 considera mais difícil para conseguir assistência médica, se busca soluções ou  
68 alternativas fora da medicina legal.

69 Análise dos Dados

70 Apresentamos aqui os dados principais da pesquisa:

71 Com relação ao conceito do atendimento, 36% acharam razoável, 31% acharam  
72 bom, 24%, ruim e 9% ótimo. Com isso verificamos que a maioria conceituou o aten-  
73 dimento de razoável para bom e isso é explicado por outro dado da pesquisa onde  
74 51% não tiveram dificuldades de atendimento contra 49% que tiveram dificuldade.

75 Aprofundando mais a nossa análise constatamos que dos 49% que responderam  
76 ter dificuldades, apontou-se: demora no atendimento (35%), falta de médicos e  
77 pessoal (9%), falta de vagas (4%), fila (6%), burocracia (10%), pagamento de  
78 consulta (13%), o que nos levou a concluir que a maior dificuldade tem sido em  
79 relação ao INAMPS durante o dia e hospitais durante a noite.

80 Das 223 pessoas que já necessitaram atendimento médico (95,3%), 73% foram  
81 atendidas no INAMPS e Hospital, sendo das últimas 60% conveniadas. Com relação  
82 ao período 15% apontaram o período diurno e 80% o noturno, os sábados, domingos  
83 e feriados (quando não há assistência no INAMPS). Quanto ao local 32% disseram  
84 que foi no INAMPS e 39% no Hospital, esse atendimento.

85 Isso tem explicação: o beneficiário do INAMPS procura o posto, durante o  
86 dia e, pelas dificuldades acima mencionadas, não consegue ficha para a consul-  
87 ta, o que leva a procurar o plantão hospitalar que funciona no período noturno,  
88 sábados, domingos e feriados. Como esse serviço se destina exclusivamente para  
89 atendimento de casos de emergência, esse procure resulta em: 1ª) sobrecarga no  
90 serviço e demora de atendimento; 2ª) cobrança, por parte do médico que não  
91 atende ao INAMPS, da consulta sob a alegação que esse serviço tem outras fina-  
92 lidades.

93 Com relação às opiniões da comunidade para a melhora do atendimento consta-  
94 temos que apenas 8% vêem a necessidade de mais hospitais, 10% de mais postos.  
95 Consideraram os entrevistados mais premente: equipamentos hospitalares (27%),  
96 pronto socorro municipal (26%), maior número de médicos especialistas. Esses  
97 dados se justificam pois 54% dos entrevistados procurariam primeiro um hospi-  
98 tal (rápido atendimento 57%, maiores recursos 40%), isso revela a necessidade  
99 de melhorar a estrutura de assistência.

100 Outra necessidade é a existência do Pronto Socorro Municipal, que é justi-  
101 ficado na medida que as maiores dificuldades para se conseguir assistência é  
102 no período noturno, feriados e final de semana (80% afirmaram isso).

103 Sobre quem compete a responsabilidade? 33% disseram ser do INAMPS, 24% do  
104 Ministério, 16% do Estado, 16% da Prefeitura, 10% do Hospital.

#### 105 Conclusões e Recomendações

106 Em síntese, a amostra revelou-nos que a população considera a assistência  
107 médico-hospitalar de razoável para boa, portanto, satisfaz parcialmente as suas  
108 necessidades. Para melhorá-la considera necessário: mais equipamentos, médicos  
109 especialistas e a criação de um Pronto Socorro Municipal que funcione 24 horas  
110 por dia. Com relação a atribuição de responsabilidades pelo serviço, há uma pul-  
111 verização entre órgãos federais, estaduais e municipais.

112 Recomendamos àqueles que se interessem em complementar o trabalho, que o fa-  
113 çam com número maior de pessoas e incluam na amostra informantes que atuam na  
114 área médico-hospitalar, que por conviverem com os problemas da área, podem am-  
115 pliar o horizonte de pesquisa.

## b) Quadros Avaliativos:

NR	Título	CCT	Título	Síntese
2.1	Problema	1.1.2	Definição	Os serviços de assistência médico-hospitalar em Mafra satisfazem as necessidades da população?
2.2	Objetivos	1.2.1	Obj. Geral	Verificar se os serviços de assistência médico-hospitalar existentes em Mafra, atendem às necessidades da população.
		1.2.2	Obj. Específicos	Identificar locais mais procurados; estabelecer grau e causas de dificuldades; revelar o conceito dos serviços; relacionar sugestões de melhoria; determinar a incidência de pessoas que se tratam em outras cidades. (ver resumo).
2.3	Justificativa	1.4.1	Justificativa	
2.4	Hipóteses	1.3	Hipóteses	1. Os serviços não satisfazem as necessidades; 2. Os serviços satisfazem plenamente as necessidades; 3. Os serviços satisfazem parcialmente.
2.5	Dificuldades Alterações	2.3.5	Col./Passos	Os problemas da equipe na implementação da pesquisa.
3.0	Fundamentação Teórica	2.1.1	Revisão Bibliográfica	Revisa o assunto em livros (ver resumo).
4.1	Delineamento	2.2.1	Delineamento	Pesquisa de campo/levant.
4.2	Pop./Amostra	2.2.3	Desc. da pop. e amostra	Descreve, inclusive com tabelas a amostra de pesq.
4.3	Métodos	2.2.5	Col./passos	Descreve as técnicas para a implementação da pesquisa
4.4	Instrumentos	2.2.4	Instrumentos	Descreve o questionário.
4.5	Coleta	2.2.5	Col./Passos	Descreve a coleta de dados da pesquisa.
5.1	Tratamento dos dados	2.3.1	Parâmetros de Análise	Descreve a maneira como os dados serão tabulados.
5.2	Evidenciação	2.3.4	Apresentação	Apresenta-se os dados.
5.3	Interpretação	2.3.5	Interpretação	Interpreta os dados.
		2.3.2	Discussão	Análise dos dados.
6.1	Conclusão	3.1.1	Conclusão	A assistência é parcialmente aprovada pela população de Mafra.
6.2	Recomendação	3.1.4	Sugestões	Sugestões p/realização de novas pesquisas.

Quadro nº 46 - Quadro Avaliativo Final - Equipe nº 5  
 Desempenho frente aos Componentes Temáticos  
 Texto: Assistência médico-hospitalar em Mafra: visão da população

CCT	Componente	Relatório		Resumo	
		S	N	S	N
-.-	Assunto/Tema/Enfoque	sim	1,0	sim	1,0
1.1.1	Contextualização do Problema				
1.1.2	Definição do Problema	par	0,5	sim	1,0
1.1.3	Delimitação do Problema	par	0,5		
1.2.1	Objetivo Geral	par	0,5	sim	1,0
1.2.2	Objetivo Específico	ina	0,0		
1.3	Hipótese	sim	1,0		
1.3	Tese				
1.4.1	Justificativa	sim	1,0	sim	1,0
1.4.2	Intenção				
1.4.3	Finalidade			sim	1,0
2.1.1	Revisão Bibliográfica	sim	1,0	sim	1,0
2.1.2	Revisão de Conceitos				
2.2.1	Delineamento da Pesquisa	sim	1,0	sim	1,0
2.2.2	Variáveis				
2.2.3	População/Amostra	sim	1,0	sim	1,0
2.2.4	Instrumento(s)	sim	1,0	sim	1,0
2.2.5	Coleta/Passos	sim	1,0	sim	1,0
2.3.1	Parâmetros de Análise	sim	1,0	imp	1,0
2.3.2	Discussão	sim	1,0	sim	1,0
2.3.3	Apresentação de Dados	sim	1,0	sim	1,0
2.3.4	Interpretação de Dados	sim	1,0	sim	1,0
3.1.1	Conclusões frente a Obj.Hip.Pro.	sim	1,0	sim	1,0
3.1.2	Conclusões frente a limitações				
3.1.3	Recomendações para Prática				
3.1.4	Sugestões para Novas Pesquisas	sim	1,0	sim	1,0
Nº Total de Componentes Apresentados		16,0		16,0	
Percentual de Apresentação (Critério I)		100		100	
Conceito Final do Desempenho (Critério I)		A		A	
Nº Total de Componentes Apresentados		15,0		16,0	
Percentual de Apresentação (Critério II)		94		100	
Conceito Final do Desempenho (Critério II)		A		A	

## a) Texto-Resumo do Relatório:

## VIDA APÓS A MORTE

01 Desde sua pré-história, o ser humano já se preocupava com o destino que o  
02 aguardava após a morte. Milhares de credídes surgiram e muitas delas estão pre-  
03 sentes em nosso meio. Todas levam a crer que, de uma forma ou de outra, há um  
04 estágio depois deste terrestre. Das mais diversificadas formas possíveis são ima-  
05 ginados céus, paraísos, infernos e demais graus, geralmente superiores ao vivido  
06 por nós.

07 Séculos e mais séculos passaram, quase tudo pode ser explicado científica-  
08 mente, porém, esse mistério continua indecifrável, apenas é explicado pela opi-  
09 nião de cada ser, o que gera polêmica e inspira curiosidade. Levando em conta es-  
10 ta insatisfação, nos propusemos a realizar um trabalho de pesquisa para verificar  
11 a existência de diferença de opinião em relação ao tema "A Vida após a Morte" en-  
12 tre pastores (luteranos e evangélicos) e padres (de ordens diferentes).

## 13 Fundamentação Teórica

14 A vida após a morte e os estágios a ela inerentes são conceituados de di-  
15 versos modos, podendo variar de pessoa para pessoa, de religião para religião,  
16 etc.. Vamos mostrar algumas concepções existentes:

17 Quando por volta de 1940 foram encontrados os rolos contendo as Escrituras  
18 dos Essênios, veio a tona sua crença na chamada árvore da vida, onde as raízes  
19 fincadas na terra representam o reino terrestre e os galhos, o reino celestial,  
20 e para quem "só aquele que estivesse firmemente enraizado no reino da terra pode-  
21 ria galgar o reino dos céus". (MARKET, Christopher. 1983. 20. 138-41)

22 Os seguidores do Islamismo, além de crença num Deus único, acreditam em 4  
23 enjos que lutam contra os demônios chefiados por Iblis. Após a morte a alma é in-  
24 terrogada por dois enjos sobre sua fé, se suas respostas forem satisfatórias é  
25 levada ao "Al-Berzakh" (passagem) onde espera pela ressurreição final. Só os már-  
26 tires vão direto para o paraíso. O corão menciona sete estágios de felicidade e  
27 sete círculos infernais. (Almeida Abril. 1988. 4(1))

28 A Doutrina Espírita se diferencia por acreditar na reencarnação, isto é,  
29 na possibilidade de alma reencarnar em diversos corpos para, em cada vida, evo-  
30 luir.

31 O karma, que prega que as ações da pessoa nesta vida determinam suas condi-  
32 ções em reencarnações futuras, é aceito tanto por hindus como para budistas. Pa-  
33 ra os segundos o objetivo é chegar ao nirvana, estágio de "iluminados". (Almeida-  
34 que Abril, 1988. 476-8)

35 A fé cristã nasceu a partir da narração das primeiras epístolas sobre a  
36 ressurreição de Cristo. Voltando no passado, a civilização egípcia foi centraliza-  
37 da sobre a crença de morte e da imortalidade. No pensamento judeu a morte se apre-  
38 senta como a eliminação de todos os males. No novo testamento as referências mais  
39 aproximadas a respeito da morte e o que virá após estão nas Cartas de São Paulo  
40 aos Coríntios 15,35-38 e 15,51-53 onde se diz: "Eis que vos digo um mistério: não  
41 morremos todos, mas todos seremos mudados. Num momento, num abrir e fechar de  
42 olhos, ao som da última trombeta, os mortos ressuscitarão incorruptíveis e nós  
43 seremos mudados. O que importa é que nosso ser se revista de imortalidade".

44 Essa crença pode ser medida por uma pesquisa de opinião pública recentemen-  
45 te efetuada no município de Papanduva - SC, sobre a vida após a morte, foram  
46 constatados os seguintes dados: 86% dos entrevistados acreditam na vida após a  
47 morte; 77% acreditam na existência de céu e inferno.

## 48 Metodologia

49 Para realizarmos a nossa pesquisa enfrentamos uma série de dificuldades,  
50 como a falta de colaboração de alguns celebrantes, o que prejudicou o número de  
51 nossa amostra. No final do trabalho conseguimos entrevistar 7 celebrantes sendo:  
52 2 pastores da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, 1 pastor de  
53 Igreja Adventista do 7º Dia, 4 padres católicos das ordens diocesana, diocesana  
54 secular, congregação Sagrado Coração de Jesus e São Basílio Magno, assentados em  
55 Mafra, Papanduva e Rio Negrinho-SC e Rio Negro - Pr.

56 Após montarmos um questionário de entrevista, apresentamos aos dirigentes  
57 das igrejas nossos objetivos, aplicamos o questionário gravando a entrevista e  
58 analisamos, registramos e concluímos sobre os dados obtidos.

## 59 Análise e Conclusão

60 Em meio a tentas colocações pudemos constatar os seguintes pontos comuns en-  
61 tre as igrejas, cujos representantes entrevistamos:

62 Com relação à visão da igreja sobre o tema da vida após a morte, elas se-  
63 guem as orientações existentes nos testemunhos bíblicos, que levam a crer numa  
64 existência após a morte, onde a alma ressuscita e passa por um juízo final que  
65 finalmente determina seu destino para o céu ou para o inferno.

66 Como crentes e seguidores das igrejas que dirigem, os celebrantes dizem que  
67 os seguidores devem fazer o bem e viver o evangelho para cumprir a sua função de  
68 tentar transformar o mundo, no espaço de tempo que aqui estamos presentes, para  
69 que mereçam a graça de Deus que é a vida eterna.

70 Perguntados sobre o que pensavam sobre a "recompensa" e "castigo" eternos,  
71 responderam:



72 - A misericórdia divina é imensa, o que jamais deixará condenar alguém por  
73 um erro que fez, sem levar em conta suas boas ações.

74 - A recompensa é estarmos face a face com Deus, presença permanente com Ele  
75 num lugar onde não há males e nem injustiças, onde reine paz, amor e harmonia.

76 - O castigo seria a ausência de Deus, o abandono, morte total da alma.

77 Perguntados sobre o que achem de outras crenças ou doutrinas, como o espiri-  
78 tismo, por exemplo, os dirigentes demonstraram muito respeito, mas acentuando  
79 descrédito por aquelas que usem ensinamentos como coação, fugindo dos objetivos  
80 pregados pelo Evangelho. Eles também descartem a idéia de reencarnação afirmando  
81 que não há contacto entre as pessoas deste mundo com quem já passou para a outra  
82 vida.

83 Passando para o lado pessoal da pesquisa, o fator idade ou tempo de exercí-  
84 cio da profissão não implicou em diferenças de opiniões, referentes aos ensinamen-  
85 tos da igreja, apenas nas colocações pessoais que tratavam da vida pessoal de ca-  
86 da um, como na questão em que se pede para dizer o que faria se soubesse que iria  
87 morrer amanhã. Porém, mesmo nessa pergunta, eles enfatizaram a certeza de que um  
88 dia irão morrer e que o preparo deve ser feito dia-a-dia;

89 Em suma, após profunda análise dos posicionamentos frente ao assunto dos re-  
90 ligiosos de diferentes confissões cristãs, constatamos que a hipótese nula, isto  
91 é, que não há diferenças de opiniões sobre o tema a vida após a morte é verdadei-  
92 ra.

93 De modo geral todos tem a concepção de que existe vida após esta e suas opi-  
94 niões são até complementares, o que revela um consenso entre as confissões pes-  
95 quisadas.

96 Frente a este trabalho podemos acrescentar que falar da morte levou cada um  
97 a pensar na sua própria finitude. Chega-se dessa forma à realidade de que a vida  
98 é um desafio que se pode projetar buscando conciliar a vida terrena buscando os  
99 limites da eternidade.

## b) Quadros Avaliativos:

Quadro nº 47 - Relatório da Equipe nº 6

NR	Título	CCT	Título	Síntese
2.1	Problema	1.1.2	Definição Problema	Existe diferença de opi- nião entre pastores e padres sobre o tema "A Vida após a Morte"?
2.2	Objetivos	1.2.1	Obj.Geral	Verificar se existe dife- rença de opinião entre pastores e padres sobre o tema "A Vida após a Morte".
2.3	Justificativa	1.4.1	Justificativa	Justifica a relevância do tema pesquisado.
2.4	Hipóteses	1.3	Hipóteses	H1. Há diferença; H0. Não há diferença.
2.5	Dificuldades Alterações	2.2.5	Col./Passos	Apresenta dificuldades da equipe na pesquisa.
3.0	Fundamentação Teórica	2.1.1	Revisão Bi- bliográfica	Várias visões sobre o tema encontradas em li- vros.
3.7	Conceituário Básico	2.1.2	Revisão de Conceitos	Conceitos pertinentes à pesquisa.
4.1	Delineamento da Pesquisa	2.2.1	Delineamento da Pesquisa	Pesquisa de campo; Projeto de levantamento.
4.2	Pop./Amostra	2.2.3	Desc.da Pop. e da Amostra	Descreve os 7 dirigentes pesquisados.
4.3	Técnicas	2.2.5	Coleta/Passos	Cada passo projetado pa- ra a realização da pesq.
4.4	Instrumento	2.2.4	Instrumentos	Descrição superficial do questionário.
4.5	Descrição da Coleta	2.2.5	Col./Passos	Passos efetivamente da- dos.
5.0	Análise e Conclusão	2.3.2	Apres.Discus.	Análise dos dados coleta- dos.
		3.1.1	Conc.Hipót.	Conclui frente às hipó- teses: H0 = verdade

Quadro nº 48 - Quadro Avaliativo Final - Equipe nº 6  
Desempenho frente aos Componentes Temáticos  
Texto: A Vida após a Morte

CCT	Componente	Relatório		Resumo	
		Q	N	Q	N
--	Assunto/Tema/Enfoque	par	0,5	par	0,5
1.1.1	Contextualização do Problema				
1.1.2	Definição do Problema	sim	1,0	imp	1,0
1.1.3	Delimitação do Problema				
1.2.1	Objetivo Geral	sim	1,0	sim	1,0
1.2.2	Objetivo Específico	sim	1,0	sim	1,0
1.3	Hipótese	sim	1,0	sim	1,0
1.3	Tese				
1.4.1	Justificativa	sim	1,0	sim	1,0
1.4.2	Intenção				
1.4.3	Finalidade				
2.1.1	Revisão Bibliográfica	sim	1,0	sim	1,0
2.1.2	Revisão de Conceitos	sim	1,0		
2.2.1	Delimitação da Pesquisa	sim	1,0	imp	1,0
2.2.2	Variáveis				
2.2.3	População/Amostra	sim	1,0	sim	1,0
2.2.4	Instrumento(s)	sim	1,0	sim	1,0
2.2.5	Coleta/Passos	sim	1,0	sim	1,0
2.3.1	Parâmetros de Análise				
2.3.2	Discussão	sim	1,0	sim	1,0
2.3.3	Apresentação de Dados				
2.3.4	Interpretação de Dados				
3.1.1	Conclusões frente a Cbj.Hip.Pro.	sim	1,0	sim	1,0
3.1.2	Conclusões frente a limitações				
3.1.3	Recomendações para Prática				
3.1.4	Sugestões para Novas Pesquisas				
Nº Total de Componentes Apresentados			13,5		12,5
Percentual de Apresentação (Critério I)			100		93
Conceito Final do Desempenho (Critério I)			A		A
Nº Total de Componentes Apresentados			13,5		12,5
Percentual de Apresentação (Critério II)			100		100
Conceito Final do Desempenho (Critério II)			A		A

## 6) Equipe nº 7

### a) Texto-Resumo do Relatório:

#### OPINIÃO DA COMUNIDADE FRENTE A POSSIBILIDADE DE LEGALIZAÇÃO DO ABORTO

##### 01 Apresentação

02 Tendo em vista a possibilidade de legalização do aborto questionou-se:  
03 Qual a postura da população mafrense perante esta possível legalização, com o  
04 objetivo de possibilitar um levantamento estatístico sobre essa postura, buscan-  
05 do possíveis divergências de opinião, levando-se em conta: sexo, faixa etária,  
06 estado civil e escolaridade.

07 Desde os mais remotos tempos temos notícia da prática do aborto, comporta-  
08 mento conhecido e utilizado pela maioria das culturas. As funções demográficas e  
09 sociais, psicológicas e médicas variam, entretanto, de modo considerável, no de-  
10 correr da história. Por outro lado, difere muito o seu grau de incriminação ou  
11 aprovação social nas diversas culturas.

12 "Até 1974, o aborto era plenamente perseguido na França. Uma lei posta em  
13 vigor no fim desse ano, legalizou o aborto naquele país. Atualmente o aborto nos  
14 Estados Unidos é permitido em qualquer fase da gravidez." (França, p.460). No Bra-  
15 sil, o aborto pode ser praticado legalmente em 2 casos previstos no Código Penal  
16 Brasileiro em seu Decreto-Lei nº 2848 de 7.12.1940, art.128 Itens 1 e 2 referen-  
17 tes ao aborto terapêutico e em caso de estupro. (Código Penal Brasileiro, p.128).

18 Tendo em vista que este Decreto-Lei já está vigente há 49 anos, e que não  
19 ocorreram mudanças significativas em seu conteúdo, deseja-se saber qual a postu-  
20 ra da população mafrense sobre a possível legalização do aborto.

##### 21 Metodologia

22 Este trabalho trata-se de uma pesquisa de levantamento, fazendo uso de  
23 amostragem aleatória de 200 pessoas, observando-se sexo, faixa etária, estado ci-  
24 vil e escolaridade, portanto, trata-se de uma pesquisa de campo.

25 O questionário distribuído, além de perguntas destinadas a desviar a aten-  
26 ção dos questionados, possui a seguinte pergunta-chave:

27 "Você é a favor da aprovação da Lei do Aborto?" ( ) Sim ( ) Não

##### 28 Análise dos Dados

29 Os dados foram agrupados em tabelas e, depois, analisados conforme os cri-  
30 térios de sexo, faixa etária, estado civil e escolaridade:

31 Das 200 pessoas pesquisadas, 180 (90%) são contra a legalização do aborto  
32 e 20 (10%), a favor.

33 Dos 80 homens pesquisados (40%), 64 são contra e 16 a favor. Entre as mu-  
34 lheres 116 são contra e apenas 4 são a favor da legalização. Dessa forma, os ho-  
35 mens são mais favoráveis (20%), enquanto que as mulheres, são menos (3,3%).

36 O critério idade teve a seguinte divisão 75 pessoas na faixa etária de 12  
37 a 20 anos, 82 pessoas entre 20 e 40 anos, e 43 com mais de 40 anos. Das 20 pes-  
38 soas que apoiaram a legalização do aborto, 10 são da primeira faixa, 8 da segun-  
39 da faixa e 2 da terceira. Isso parece indicar que o índice de favorecimento di-  
40 minui quando a idade aumenta: 13,3 na faixa nº 1; 9,7 na faixa nº 2; e 4,6% na  
41 faixa mais alta.

42 O critério estado civil deu a seguinte divisão: 93 casados, 98 solteiros  
43 e 9 outros (viúvos, desquitados, etc.). 8 dentre os solteiros (8,1%), 7 dentre  
44 os casados (7,5%) e 5 entre os de outras situações (55,5%) são favoráveis à le-  
45 galização. O que é mais surpreendente é o alto índice de favorecimento entre  
46 viúvos e divorciados.

47 Por último, o critério escolaridade foi assim dividido: 72 pessoas de ní-  
48 vel primário, 78 do nível secundário e 50 pessoas de nível superior. Dessas 10  
49 pessoas de nível superior são favoráveis à legalização (20%), 6 são favoráveis  
50 no nível médio (7,4%) e 4 são favoráveis e estudaram no 1º grau (5,5%). Isso re-  
51 vela que quanto maior a escolaridade, maior a aprovação da legalização.

## 52 Conclusões

53 Pelo que revelou a amostra de pesquisa, a população é contra a aprovação da  
54 legalização do aborto, pois 90% das pessoas se evidenciaram contrárias. Pelo que  
55 se observou nos critérios, os homens são mais favoráveis à legalização do que as  
56 mulheres; quanto maior a idade, menor o índice de aprovação a essa legalização;  
57 não há diferença significativa de aprovação entre casados e solteiros, mas há  
58 grande índice de aprovação entre pessoas que estão em situação civil viúvas, di-  
59 vorciadas, etc.; quanto maior a escolaridade, maior o índice de aprovação. Logo,  
60 todos esses critérios, de certa forma causam divergências de opiniões.

## b) Quadros Avaliativos:

Quadro nº 49 - Relatório da Equipe nº 7

NR	Título	CCT	Título	Síntese
2.1	Problema	1.1.2	Definição	Qual a postura da popula- ção mafrense sobre a pos- sível legalização do abor- to?
2.2	Objetivos	1.2.1	Obj. Geral	Possibilitar um levanta- mento estatístico sobre a postura da comunidade so- bre a legalização do abor- to e as possíveis diver- gências nas opiniões, le- vando-se em conta: sexo, faixa etária, estado ci- vil e escolaridade.
2.3	Justificativa	1.4.1	Justificativa	(ver resumo).
3.1	Delineamento	2.2.1	Delineamento	Cidade de Mafra (sic)
3.2	Pop./Amostra	2.2.3	Desc. da Pop. e Amostra	160 pessoas aleatoriamente escolhidas.
3.3	Instrumentos	2.2.4	Instrumentos	Questionário (ver resumo).
4.1	Tratamento	2.3.1	Parâmetros	Tabelas em função dos critérios estabelecidos.
4.2	Evidenciação	2.3.3	Apresentação	Apresenta os dados.
4.3	Interpretação	2.3.3	Apresentação	Descreve a apresentação.
5.0	Conclusão	3.1.1	Conclusão	A população é contrária a legalização e a influên- cia dos critérios nos ín- dices.

Quadro nº 50 - Quadro Avaliativo Final - Equipe nº 7  
Desempenho frente aos Componentes Temáticos  
Texto: Opinião da comunidade frente a possibilidade  
de legalização de aborto.

CCT	Componente	Relatório		Resumo	
		Q	N	Q	N
-.-.-	Assunto/Tema/Enfoque	sim	1,0	sim	1,0
1.1.1	Contextualização do Problema				
1.1.2	Definição do Problema	sim	1,0	sim	1,0
1.1.3	Delimitação do Problema				
1.2.1	Objetivo Geral	sim	1,0	sim	1,0
1.2.2	Objetivo Específico				
1.3	Hipótese				
1.3	Tese				
1.4.1	Justificativa	sim	1,0	sim	1,0
1.4.2	Intenção				
1.4.3	Finalidade				
2.1.1	Revisão Bibliográfica				
2.1.2	Revisão de Conceitos				
2.2.1	Delineamento da Pesquisa	ina	0,0	sim	1,0
2.2.2	Variáveis				
2.2.3	População/Amostra	sim	1,0	sim	1,0
2.2.4	Instrumento(s)	sim	1,0	sim	1,0
2.2.5	Coleta/Passos				
2.3.1	Parâmetros de Análise	sim	1,0	sim	1,0
2.3.2	Discussão				
2.3.3	Apresentação de Dados	sim	1,0	sim	1,0
2.3.4	Interpretação de Dados	ina	0,0	sim	1,0
3.1.1	Conclusões frente a Obj.Hip.Pro.	sim	1,0	sim	1,0
3.1.2	Conclusões frente a limitações				
3.1.3	Recomendações para Prática				
3.1.4	Sugestões para Novas Pesquisas				
Nº Total de Componentes Apresentados			11,0		11,0
Percentual de Apresentação (Critério I)			100		100
Conceito Final do Desempenho (Critério I)			A		A
Nº Total de Componentes Apresentados			9,0		11,0
Percentual de Apresentação (Critério II)			82		100
Conceito Final do Desempenho (Critério II)			B		A

## 7) Equipe nº 8

### a) Texto-Resumo do Relatório:

A POLUIÇÃO NO MUNICÍPIO DE MAFRA: Grau de Conhecimento da População

#### 01 Introdução

02 O presente trabalho procura responder a seguinte questão: "Qual é o nível  
03 de conhecimento da população mafrense em relação à poluição no nosso município?"  
04 Ficaram estabelecidos os seguintes objetivos:

05 - Conscientizar as autoridades e a comunidade local sobre os problemas am-  
06 bientais;

07 - Conhecer o programa e atividades desenvolvidas pelas autoridades para  
08 sanar problemas já diagnosticados;

09 - Determinar estatisticamente o índice de conhecimento da população sobre  
10 a poluição existente em nosso município;

11 - Localizar as principais fontes poluidoras em nosso município;

12 - Arrolar conteúdos, textos de maior aproveitamento sobre ecologia para  
13 conscientização dos interessados.

#### 14 Universo Teórico

15 Poluição é qualquer alteração no meio ambiente que traga direta ou indire-  
16 tamente prejuízos ao homem e a outros seres vivos. A poluição é o preço do pro-  
17 gresso humano.

18 O importante é conseguir um meio termo onde a poluição seja mínima, com a  
19 colocação de antipoluentes nas indústrias. Podemos agir com mais inteligência,  
20 protegendo a natureza e ao mesmo tempo bloqueando totalmente o desenvolvimento.

21 Não é possível determinar o quanto o homem polui as águas pois os poluen-  
22 tes aquáticos são misturas complexas de muitas substâncias, algumas das quais  
23 pouco conhecidas. Não se conhece também os efeitos de todos esses poluentes na  
24 saúde humana, pois muitos agem a longo prazo.

25 As principais fontes de poluição dos rios decorrem da ação do homem atre-  
26 vés de esgotos, resíduos industriais, lavagem de reatores, adubos arrastados pe-  
27 las chuvas, etc..

28 A seqüência de poluição causada é a seguinte: o esgoto escurece a água, a  
 29 luz tem dificuldade em penetrar na água, dificultando a fotossíntese das plantas  
 30 e diminuindo a quantidade de oxigênio, o que acaba por matar os animais e há  
 31 grande desenvolvimento de microorganismos.

32 Há poluição do ar quando há presença de uma substância estranha ou uma va-  
 33 riação importante de seus constituintes e suscetível de provocar um efeito per-  
 34 turbador.

#### 35 Metodologia Empregada

36 A pesquisa teve como local o município de Mafra. O universo de pesquisa  
 37 corresponde ao total da população mafrense com amostragem de 160 pessoas esco-  
 38 lhadas aleatoriamente. Trata-se de uma pesquisa de campo baseada em projeto de  
 39 levantamento.

40 A pesquisa ensejou os seguintes passos: levantamento bibliográfico, elabo-  
 41 ração de questionário, distribuição e coleta de dados, análise dos resultados,  
 42 elaboração definitiva do relatório.

#### 43 Interpretação dos Resultados

44 Analisando o total de respostas obtidas e através de tabelas percentuais  
 45 fizemos a interpretação conclusiva de cada pergunta:

46 90% dos questionários continha resposta positiva em relação às fontes po-  
 47 luidoras de nosso município;

48 30% sabem que atualmente não existe nenhum órgão controlador da poluição  
 49 em nosso município;

50 30% somente está ciente de que o trabalho da FATMA é fiscalizar os agen-  
 51 tes poluidores e que está instalada em Cancinhas - SC.;

52 80% da amostra sabe quais indústrias que mais contribuem para a poluição  
 53 do meio, sendo a CARBOMAFRA a mais citada;

54 90% sabe o destino dado ao lixo caseiro, usufruindo de coleta de lixo da  
 55 Prefeitura Municipal de Mafra;

56 80% demonstrou algum conhecimento a respeito;

57 Somente 60% souberam de alguma forma definir poluição.

#### 58 Conclusão e Recomendações

59 O problema de poluição é um dos aspectos que hoje afligem a população ma-  
 60 frense, pois mesmo está se tornando cada dia mais intenso.

61 Após a visitação dos lugares mais citados nos questionários, verificamos  
 62 que já existem empresas conscientes e com métodos para amenizar o problema.

63 Apesar disso, notamos que as autoridades competentes estão menos conscien-  
 64 tes do problema do que a classe empresarial.

65 Falta ainda a colaboração da população que continua desacordada para o pro-  
 66 blema que cresce diariamente. Ainda são utilizados como depósitos de lixo o Rio  
 67 Negro, os fundos de quintais e os terrenos baldios.

68 Recomenda-se com essa pesquisa entre outras coisas:

69 - A conscientização da comunidade e das autoridades quanto ao problema da  
 70 poluição e as conseqüências da mesma;

71 - A canalização do sistema municipal de esgoto;

72 - O aperfeiçoamento da coleta de lixo, que é insuficiente para abranger  
 73 todo o município;

74 - Uma maior conscientização da classe empresarial para que tomem providên-  
 75 cias para amenizar o problema da poluição em nosso município.

## b) Quadros Avaliativos:

NR	Título	CCT	Título	Síntese
2.1	Problema	1.1.2	Definição	Qual é o nível de conhecimento da população mafrense em relação à poluição no nosso município?
2.2	Objetivos	1.2.1	Obj. Geral	Determinar estatisticamente o índice de conhecimento da população sobre a poluição em Mafra.
		1.4.3	Finalidade	Conscientizar as autoridades e a comunidade local sobre os problemas ambientais; Arrolar conteúdos, textos de maior aproveitamento sobre ecologia para conscientização.
2.3	Justificativa	1.4.1	Justificativa	Apresenta os porquês do trabalho realizado.
3.1	Universo Teórico	3.1.1	Revisão Bibliográfica	Exemplos de poluição. O texto da seção não possui coesividade.
		3.1.2	Revisão de Conceitos	Inerente à apresentação da teoria, definem-se alguns conceitos-chave.
4.1	Delimitamento	2.2.1	Delimitamento	Delimitação da pesquisa
4.2	Pop./Amostra	2.2.3	Desc. da Pop. e Amostra	Descreve a quantidade de indivíduos amostrados.
4.3	Métodos	2.2.5	Col./Passos	Descreve planejamento metodológico.
4.4	Instrumentos	2.2.4	Instrumentos	Cita-se o instrumento.
4.5	Coleta de Dados	2.2.5	Col./Passos	Descreve a maneira como os dados foram coletados.
5.1	Tratamento	2.3.1	Parâmetros	Os dados foram tabelados.
5.2	Evidenciação	2.3.3	Apresentação	Apresenta-se a tabela.
5.3	Interpretação	2.3.4	Interpretação	Interpreta os dados.
6.1	Conclusão	3.1.1	Conclusão	Existem empresas conscientes; as autoridades são menos conscientes; Falta a colaboração da população (sic).
6.2	Recomendação	3.1.3	Recomendações	Sugestões de aplicabilidade da pesquisa que não correspondem ao escopo do trabalho feito.

Quadro nº 52 - Quadro Avaliativo Final - Equipe nº 8  
Desempenho frente aos Componentes Temáticos  
Texto: A poluição no município de Mafra: avaliação da população.

CCT	Componente	Relatório		Resumo	
		Q	N	Q	N
---	Assunto/Tema/Enfoque	sim	1,0	sim	1,0
1.1.1	Contextualização do Problema				
1.1.2	Definição do Problema	sim	1,0	sim	1,0
1.1.3	Delimitação do Problema				
1.2.1	Objetivo Geral	ina	0,0	ina	0,0
1.2.2	Objetivo Específico	ina	0,0	ina	0,0
1.3	Hipótese				
1.3	Tese				
1.4.1	Justificativa	sim	1,0		
1.4.2	Intenção				
1.4.3	Finalidade	ina	0,0	ina	0,0
2.1.1	Revisão Bibliográfica	ina	0,0	ina	0,0
2.1.2	Revisão de Conceitos	ina	0,0	ina	0,0
2.2.1	Delimitamento da Pesquisa	ina	0,0	sim	1,0
2.2.2	Variáveis				
2.2.3	População/Amostra	sim	1,0	sim	1,0
2.2.4	Instrumento(s)				
2.2.5	Coleta/Passos	sim	1,0	sim	1,0
2.3.1	Parâmetros do Análise	sim	1,0		
2.3.2	Discussão				
2.3.3	Apresentação de Dados	sim	1,0	sim	1,0
2.3.4	Interpretação de Dados	ina	0,0		
3.1.1	Conclusões frente a Obj.Hip.Pro.	ina	0,0	ina	0,0
3.1.2	Conclusões frente a limitações				
3.1.3	Recomendações para Prática	ina	0,0	ina	0,0
3.1.4	Sugestões para Novas Pesquisas				
NR	Total de Componentes Apresentados	---	16,0	---	13,0
	Percentual de Apresentação (Critério I)	---	100	---	86
	Conceito Final do Desempenho (Critério I)	---	A	---	B
NR	Total de Componentes Apresentados	---	7,0	---	6,0
	Percentual de Apresentação (Critério II)	---	44	---	46
	Conceito Final do Desempenho (Critério II)	---	E	---	E

## ANEXO I

### REDAÇÕES SELECIONADAS NA FASE DE INSTRUMENTALIZAÇÃO

Assunto: Inflação

Delimitação: Causas da inflação e os motivos que impedem que ela seja eliminada, nos países do terceiro mundo.

Objetivos: Expor sucintamente as causas da inflação e discorrer sobre os motivos de sua aparente irredutibilidade.

Frases-Núcleo: O dragão da inflação é realmente o monstro horrível que nos é apresentado?

Itens: - Introdução.

- Causas da inflação.

- Inflação no terceiro mundo.

- Brasil, aspectos particulares da inflação.

- A quem interessa uma inflação elevada.

- Por que não se controla a inflação.

- Conclusão.

#### "Inflação"

O dragão da inflação é realmente o monstro horrível que nos é apresentado?. Esta imagem vendida pelos meios de comunicação, sempre associada à inflação, esconde a realidade de sua origem, quer nos fazer crer que, tal qual o monstro da lenda, que apavora o infeliz povo, não há uma explicação razoável para o seu surtimento.

Em linhas simplistas podemos afirmar que, a causa principal da inflação reside na má administração pública, nos fortes déficits dos orçamentos dos governos e na emissão da moeda sem contrapartida e lastro, quer na forma de bens ou aumento de produção.

No terceiro número o quadro se agrava com a adição ao binômio déficit + emissão de moeda de mais um componente: a dívida externa.

De uma maneira não muito diferenciada, o Brasil padece dos mesmos males, destacando-se que, em nosso país existe uma injustificada discrepância entre o montante de matérias primas exportadas e o montante de manufaturados exportados. Um país com as condições do Brasil precisa fomentar a indústria de transformação e diminuir a quantidade de matérias primas exportadas, ou seja, devemos industrializar mais antes de exportar.

Num quadro inflacionário, a vez é dos especuladores. Ao assalariado pouco resta para se defender da inflação. Já aos especuladores o quadro inflacionário é muito favorável, não havendo necessidade de investir o capital em empreendimentos, basta apenas acompanhar o mercado de aplicações para saber onde ganhar mais sem fazer força.

Mas a inflação pode ser mantida em níveis toleráveis. Cabe aos governos de países inflacionados tomar medidas de controle efetivo dos gastos públicos e uma política de defesa do valor da moeda. De nada adianta, de tempos em tempos, atacarem de planos como famoso "Plano dos braços cruzados".

Talvez, o maior obstáculo ao fim da longa inflação nos países com este problema, esteja no fato de, justamente as pessoas que podem fazer algo para diminuir o problema sejam os maiores especuladores e conseqüentemente, grandes beneficiados com a situação.

Concluindo, vivemos em tempos difíceis, onde a inflação trás graves conseqüências sociais e impede o desenvolvimento do povo. E justamente aí que reside o maior entrave: um povo que não se desenvolve, não consegue distinguir entre os homens públicos, qual o que pensa promete e qual pode oferecer algo de real para amenizar a situação. Infelizmente é necessário passar por tudo isso para talvez, legarmos a ver alguma mudança relevante.

Assunto: Vícios

Tema: Motivos de vícios (drogas)

Objetivo: Quais motivos levam jovens que estão começando a vida a cair num vício.

Frase-Núcleo/Introdução: 1º parágrafo

Tópicos: - Uso por experiência - Autoafirmação  
- Causas sociais - Causas familiares

Ordenação: Enumeração

Desenvolvimento: 2º ao 5º parágrafo

Conclusão: 6º parágrafo

### "Vícios"

Desde os primórdios, o ser humano já utilizava as drogas, porém aí ele usava como fármaco para suavizar dores físicas, ou ainda como excitantes para encorajar nas guerras. Hoje ainda existe a droga utilizada com a finalidade de cessar dores, porém há uma boa escala de uso, principalmente por jovens, usada para obter momentos de prazer, de satisfação de alguma forma.

Muitas são as causas que fazem com que um jovem ingresse em vícios usando entorpecentes. Entre os males diversos começaremos pelo que parece não ser um problema, mas acaba sendo grave. É o fato de se começar por experiência, porque todos de sua turma já experimentarão e julgam ser bom.

Outros acham que o fato de "puxar uma ervinha" lhe fará sobressair entre os demais, surgindo assim uma autoridade, um respeito que antes não possuía, autotransfirmando-se assim para seus colegas.

Esquecer-se dos problemas que o cercam, das dificuldades e batalhas perdidas que se tornam constantes na vida de um jovem, é um fator que leva muitos a usarem drogas dos mais diversos possíveis, não encontrando o fim de seus problemas, mas fugindo um pouco deles.

Ter pais que trabalham fora, ou que simplesmente não se acertam tornando o lar insuportável para eles e seus filhos. Estes filhos têm na droga uma maneira de superar, esquecer estes problemas, ou para suprir a falta de paz que curte sua vida.

Enfim, muitos e os mais diversos motivos podem levar um jovem a começar a drogar-se. Geralmente são atitudes precipitadas e impensadas que geram uma dependência física. Nós também temos uma parcela de culpa nisto tudo. Por fim, se pensarmos um pouco, certamente acharemos muitas maneiras que ajudarão a contornar tal situação.

Assunto: Vícios

Delimitação do Assunto: O Alcoolismo

Objetivo: Apontar os problemas causados pelo alcoolismo.

Frase núcleo: O alcoolismo como doença.

Desenvolvimento: - Alcoolismo - definição  
- Conseqüências  
- O alcoolatra como ser humano.

Ordenação: - Por conseqüência

- Por enumeração.

Conclusão.

### "O Alcoolismo"

Sabemos que o alcoolismo é um vício, ou, uma doença como a medicina prefere caracterizar, e que atinge pessoas que bebem em excesso e com freqüência, sendo considerado progressivo porque quanto mais uma pessoa bebe mais ela quer beber.

Essa doença não se instala de um dia para o outro e abrange todas as classes, sem distinção de cor, nível econômico, social ou cultural.

E as conseqüências são inúmeras. Primeiramente, a alteração na maioria dos órgãos, como o fígado, provocando cirrose; os rins; intestinos; sistema nervoso, etc.. Em segundo lugar, a alteração mental, pois a personalidade sofre sérias alterações, e, finalmente, o desajuste familiar e social.

Todo alcoolatra é um ponto de interrogação porque geralmente ele é incompreendido na sociedade em que vive, sendo alvo de críticas destrutivas, de tristeza e de desarmonia em seu lar, sofrendo, na maioria das vezes, da falta de ajuda de amigos e familiares.

Concluimos, portanto, que atrás de cada bêbado existe um homem que ama, que é responsável, que tem um potencial a desenvolver e que precisa da ajuda e força para sua recuperação. No entanto, o que é que nós fazemos por ele? Cruzamos os braços? Ele é apenas uma vítima do álcool!



Assunto: Poluição

Tema: Poluição nos dias de hoje.

Objetivo: Mostrar os tipos de poluição e as suas causas.

Frases Núcleo: Um dos grandes problemas que afligem a nossa sociedade nos tempos de hoje é a poluição, nos seus mais variados sentidos.

Ordensação Escollhida: Enumeração (tipos de poluição)

Desenvolvimento: 2, 3, 4, 5, 6

Conclusão: 7

### "Poluição"

Um dos grandes problemas que afligem a nossa sociedade nos tempos de hoje é a poluição, nos seus mais variados sentidos.

Existem vários tipos de poluição, que de uma forma ou de outra acabam acarretando grandes males ao nosso organismo.

A poluição ambiental, talvez seja o problema de maior gravidade. Nossos rios, hoje, servem de esgoto para as grandes fábricas que despejam toneladas de detritos, causando a morte de peixes e todo tipo de vida aquática que dele dependa. A depredação de árvores, acabando com a mata nativa, também contribui em grande escala para a poluição.

Temos também nas chaminés das grandes fábricas de produção, um poluente altamente nocivo que vem afetando a camada de ozônio da Terra, nos expondo a grandes riscos.

A poluição sonora, nos grandes centros urbanos tem alcançado índices de elevado valor, que aos ouvidos dos habitantes desses lugares chega a ser insuportável e os resultados estão nas pesquisas recentemente feitas e que indicam que as pessoas estão ficando com problemas de surdez.

Ainda tratando-se de poluição, podemos destacar ainda a poluição visual, que chega a ser alarmante em alguns lugares, visto que o número de faixas e cartazes ocupando espaços vazios é consideravelmente grande. Para onde quer que olhemos, há um tipo de propaganda a nos envolver.

Concluindo, podemos dizer que a poluição é e será por muito tempo ainda, uma constante em nosso meio, até que os maiores interessados e os principais responsáveis tomem iniciativas cabíveis para se reduzir estes índices e tornar o nosso meio ambiente mais puro para se viver tranquilamente.

### "Saúde Pública"

- O que muda na área de saúde com a nova Constituição?

A nova Constituição promulgada no dia 05 de outubro de 1988, pela Assembleia Nacional Constituinte trouxe em seu bojo muitas novidades acerca da questão: Saúde Pública.

A mais importante diz respeito ao sistema único de saúde, no âmbito público onde se afirma que: "A saúde é um direito de todos e dever do Estado".

Outro tópico que vale ressaltar, é o concernente à unificação de todos os serviços existentes em âmbito federal, estadual e municipal que funcionaram de forma independente e que agora passam a ser gerenciados em uma única esfera de governo. Junto com a unificação está prevista a descentralização das ações de saúde que antes eram centralizadas no governo federal e que agora passam a ser responsabilidade dos estados e municípios que terão autonomia administrativa e financeira. Importante, também, é a colocação da participação da comunidade, através dos Conselhos Comunitários, como ponto de referência para as ações a serem desenvolvidas na área de saúde.

A esperança de todos é que esse plano tenha na sua execução o mesmo êxito que se almeja na sua teoria. Isso só será possível se realmente houver uma vontade política que priorize, efetivamente, a saúde como um bem inalienável do indivíduo. Para isso é importante não só a alocação de recursos para investir na área de saúde, como também um trabalho voltado ao esclarecimento e orientação a população de como prevenir a doença. E não é só isso; o que precisa é que todos tenham acesso à única existência digna: com alimentação adequada, habitação, saneamento básico, educação e lazer pois saúde é o bem estar físico, mental e social e não somente a ausência de enfermidades.

Como vemos o problema é mais profundo e complexo do que se possa imaginar e surge a participação de toda a sociedade para que se alcance a meta estabelecida na Conferência Internacional da Saúde em Alma-Ata (URSS) em 1978: "Saúde para todos no ano 2.000".

Os constituintes inspiraram-se nas decisões e no propósito ali firmado entre as nações do mundo todo e esperamos que o dia 05 de outubro de 1988, seja o marco da nossa caminhada rumo a solução de um dos problemas mais agudos e de maior importância para desenvolvimento de uma nação, que é a saúde de seu povo.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BARBOSA, Severino A. M. & AMARAL, Emilia. Escrever é desvendar o mundo: a linguagem criadora e o pensamento lógico. Campinas, Papiros, 1986.
2. BARRAS, Roberto. Os cientistas precisam escrever: guia de redação para cientistas, engenheiros e estudantes. Trad. de Leila Novaes e Leônidas Hegemberg. 2ed. São Paulo, T.A. Queirós, 1986.
3. BARROS, Anna R.M. Paes de & ROJO, Rosane Helena R. Convergência e divergência em leitura: reflexões sobre uma análise de resumo in: Trabalhos de Lingüística Aplicada nº 4, 1984 - 47-63.
4. BASTOS, Eliana et alii. Qual será a opinião dos jovens em relação ao casamento? Mafra, Jun. 1988. Relatório de Pesquisa, Trabalho de Metodologia Científica II, FUNORTE.
5. BECKER, Marcia C. et alii. Qualidade do tratamento da água distribuída nas cidades de Mafra e Rio Negro. Mafra, Ago. 1989. Relatório de Pesquisa, Trabalho de Metodologia Científica II, FUNORTE.
6. CISLINSKI, Valmir et alii. Avaliação da opinião dos formandos 1989/1 do Curso de Ciências Contábeis sobre a grade curricular de Ciências Contábeis. Mafra, Ago 1989. Relatório de Pesquisa, Trabalho de Metodologia Científica II, FUNORTE.
7. FERREIRA, A.B. de Il. Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa. 10ed. São Paulo, Nacional, 1972.
8. FINOTTI, Aldo et alii. A opinião da comunidade frente a possibilidade da legalização do aborto. Mafra, Ago 1989. Relatório de Pesquisa, Trabalho de Metodologia II, FUNORTE.
9. GARCIA, Othon. Comunicação em prosa moderna. 11ed. Rio de Janeiro, FGV, 1983.
10. GARRAFA, Lilian C. A coerência textual in: A semântica do discurso. São Paulo, EDUC, 1986.
11. GERALDI, João W. (org). O texto na sala de aula: leitura e produção. 2ed. Cascavel, Assoeste, 1984.
12. GRANGER, Gilles G. Discutir ou Convencer. Uma abordagem a um estudo pragmático das linguagens da Ciência in: Cadernos de Estudos Lingüísticos. nº 11, 1986 (105-16).
13. IKEDA, Sumiko.N. A relação entre produção e compreensão in: D.E.L.T.A., vol.4, nº 2, 1988 (193-223).
14. INDURSKI, Freda & ZINN, Maria A. K. Leitura como suporte para a produção textual in: Trabalhos de Lingüística Aplicada, nº 5-6, 1985 (77-96).
15. JUNKES, Terezinha K. Redação no vestibular: um estudo da coesão textual. Dissertação (M) CPG em Letras, Lingüística, UFSC, Florianópolis 1987.
16. KATO, Mary. O aprendizado da leitura. São Paulo, Martins Fontes, 1985.
17. LAKATOS, Eva M. & MARCONI, Maria de A. Metodologia Científica. São Paulo, Atlas, 1986.
18. LEVIN, Jack. Estatística aplicada às Ciências Humanas. 2ed. São Paulo, HARBRA, 1987.
19. LUZ, Araci A. da et alii. Manual de Metodologia Científica: uma introdução à pesquisa científica. Curitiba, 1987. Apostila.
20. MATEUS, M.H. et alii. Gramática da Língua Portuguesa. Coimbra, <sup>Alma d'ina</sup> ~~Armentina~~, 1983.
21. MURBACH, Acyr et alii. A poluição no município de Mafra: avaliação da população. Mafra Ago 1989. Relatório de Pesquisa, Trabalho de Metodologia Científica II, FUNORTE.

22. OEDMANN, Maria E. et alii. A influência da propaganda na aquisição de produtos pelos consumidores. Mafra Set 1989. Relatório de Pesquisa, Trabalho de Metodologia Científica II, FUNORTE.
23. PEREIRA, Vera R.A. A lingüística e a leitura in: Letras de Hoje, ano 13, nº 42: (48-59), Dez 1980.
24. PETTRES, Clélia et alii. A vida após a morte. Mafra, Set 1989. Relatório de Pesquisa, Trabalho de Metodologia Científica II, FUNORTE.
25. REVISTA DE ECONOMIA POLÍTICA. São Paulo, Brasiliense, vol. 8, nº 3, Jul/Set/1988.
26. ROLIM, Cássio F. C. Foz do Iguaçu: idéias iniciais sobre a formação de um complexo turístico exportador in: Revista de Economia, Curitiba, 14(12): 51-60, 1987.
27. RUIZ, João A. Metodologia Científica: guia para a eficiência nos estudos. São Paulo, Atlas, 1982.
28. SALOMON, Délcio V. Como fazer uma monografia: elemento de metodologia do trabalho científico. 5ed. Belo Horizonte, Interlivros, 1977.
30. SCHELBAUER, Elimar et alii. Assistência médico-hospitalar em Mafra: visão da população. Mafra, Ago 1989. Relatório de Pesquisa, Trabalho de Metodologia Científica II, FUNORTE.
31. SERAFINI, Maria T. Como se faz um trabalho escolar: da escolha de um tema à composição do texto. Lisboa, Presença, 1986.
32. SVERINO, Antonio J. Metodologia do Trabalho Científico: diretrizes para o trabalho didático-científico na Universidade. 4ed. Rev. São Paulo, Cortez & Moraes, 1979.
33. SIQUEIRA, J. H. S. A dissertação: enfoque textual, intertextual, e argumentativo. São Paulo, EDUC, 1975.
34. SOARES, Hécio S. et alii. Mercado de Trabalho no ramo de Contabilidade Gerencial em Rio Negro e Mafra: uma avaliação.
35. SOARES, Magda B. & CAMPOS, Edson N. Técnica de redação: as articulações lingüísticas como técnica de pensamento. Rio de Janeiro. Ao Livro Técnico, 1978.
36. SOUZA, Sérgio A. de. A produção de textos-resumos de pesquisas pela turma 87/2 de Ciências Contábeis. Mafra, 1988. Entrevista concedida a Fábio José Rauen em out. 1988.
37. UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. Biblioteca Central. Normas para apresentação de trabalhos. Curitiba, UFPr, 1981.
38. VARGAS, Milton. Metodologia da Pesquisa Tecnológica. Rio de Janeiro, Globo, 1985.
39. VIEIRA, Hilda Gomes. Sugestões para avaliação de resenhas científicas. Inédito - 1988.